



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG
MESTRADO E DOUTORADO**



Discursos de turistificação: território e imagem turistificada de João Pessoa

Mestrando: Demétrio Costa de Melo

Orientador: Prof. Dr. Josias de Castro Galvão

João Pessoa

Agosto 2017

DEMÉTRIO COSTA DE MELO

**DISCURSOS DE TURISTIFICAÇÃO: TERRITÓRIO E IMAGEM
TURISTIFICADA DE JOÃO PESSOA**

Dissertação de Mestrado apresentada em cumprimento às exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), para a obtenção do título de Mestre.

João Pessoa

Agosto 2017

**Discursos de Turistificação: território e imagem turistificada de João
Pessoa”**

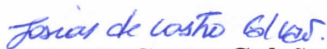
por

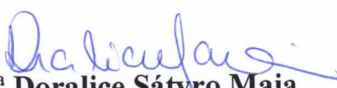
Demétrio Costa de Melo


Dissertação de Mestrado apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:


Prof. Dr. **Josias de Castro Galvão**
Orientador


Prof^a Dr^a **Doralice Sátyro Maia**
Examinadora interna


Prof. Dr. **Santiago Andrade Vasconcelos**
Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado e Doutorado em Geografia**

Agosto/2017

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M528d Melo, Demétrio Costa de.

Discursos de turistificação: território e imagem
turistificada de João Pessoa / Demétrio Costa de Melo.

- João Pessoa, 2017.

257 f. : il.

Orientação: Josias de Castro Galvão.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Geografia do turismo. 2. Discursos de turistificação
- Gestores estaduais. 3. Imagem turistificada - João
Pessoa. I. Galvão, Josias de Castro. II. Título.

UFPB/BC

AGRADECIMENTOS

O caminhar da pesquisa não se faz só, muitas outras pessoas caminharam comigo, comungaram das minhas horas de desespero e angústia, principalmente para escrever essa dissertação. E isso veio com uma rede de apoio e confiança na minha capacidade que me leva a agradecer de forma especial:

À minha esposa, Rosângela Lucena, que nunca deixou de me incentivar, estava presente nas horas mais difíceis e, quando possível, ouvia minhas dúvidas e refletia junto a mim.

Ao meu orientador, Josias Galvão, que aceitou o convite desde quando fui ouvinte na disciplina de Discurso em 2014. De lá para cá, tem sido um grande amigo, indo além do papel de orientador.

À professora Doralice Maia, que aceitou participar dessa minha empreitada, com valiosas contribuições em disciplinas e na qualificação.

Agradeço à gentileza do Prof. Dr. Santiago Andrade Vasconcelos em aceitar o convite para estar conosco na banca.

Assinalo aqui os votos de confiança que meus pais, Sebastião e Eulalia, fizeram, dizendo sempre que o caminho do conhecimento é o mais importante.

Aos meus filhos por serem o principal combustível que me mantém engajado em novos projetos e na busca em renovar o saber.

À Fundação Casa de José Américo, nas pessoas de Alex e Lúcia, que me ajudaram a encontrar um universo de documentos.

À PBTUR que me permitiu pesquisar em seu acervo. Ao Sr. Ivan Burity, que se disponibilizou numa entrevista, o que foi de fundamental ajuda para elucidar diversos aspectos do objeto de estudo deste trabalho. À Sra. Maria José Belizário que disponibilizou importantes dados sobre o turismo da Paraíba e sobre João Pessoa.

Além desses, aos companheiros de disciplinas que foram pacientes e, quando podiam, davam suas contribuições, e aos demais professores do programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB, que auxiliaram a demarcar o nosso caminho como pesquisador.

Epígrafe

“Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto.”

*Ferdinand de Saussure
Curso de Linguística Geral*

Discursos de turistificação: território e imagem turistificada de João Pessoa

RESUMO

O turismo global emprega mais de 1 bilhão de pessoas na Terra e tornou-se uma das mais importantes atividades para criação de emprego e geração de renda. No Brasil, cerca de 8,8 milhões de pessoas encontram-se ocupadas nessa atividade. Desde a década de 1980, várias políticas públicas de fomento ao turismo vêm sendo implementadas. Nesse contexto, a cidade de João Pessoa-PB foi inserida como destino turístico entre as capitais nordestinas no turismo de sol e mar. A construção do Centro de Convenções no Distrito Turístico, localizado no Bairro Costa do Sol, veio ampliar a participação do turismo de negócios e eventos. O objetivo desta dissertação foi analisar os discursos de turistificação produzidos pelos gestores estaduais que justificam a construção de equipamentos e infraestruturas na porção sul da cidade. A partir da Análise Semiociológica foi possível constatar como a memória discursiva, o preconstruído sobre a cidade, como por exemplo, “cidade verde”, “extremo oriental”, “onde o sol nasce primeiro”, semiotizam o mundo e constituem-se de representações sociais exploradas pela mídia impressa e pelo marketing turístico. Em uma análise crítica, foi possível compreender como os agentes hegemônicos ancoram-se no Estado para atender suas necessidades de investimentos em infraestrutura, ao passo que os gestores se justificam por meio de seus enunciados com a geração de emprego, de renda e de desenvolvimento e progresso para a cidade. A realização da AD se deu a partir de um corpus de documentos, cujo levantamento ocorreu na hemeroteca da Fundação Casa de José Américo, na biblioteca da PBTUR, além dos sítios eletrônicos da SECOM e do Jornal A União.

Palavras chaves: Território. Turismo. Discurso. Desenvolvimento. Governo. Políticas.

ABSTRACT

Global Tourism employs more than 1 billion people on Earth and it constitutes one of the most important activities for the creation of jobs and income generation. In Brazil, about 8,8 million people are found occupied on this activity. Since the 80s decade, many public politics of fomenting the tourism had been implemented. In this context, the city of João Pessoa-PB was inserted as a touristic destiny between the northeast Capitals at the tourism of sun and the sea. The construction of the Center of Conventions on the Touristic District, localized in the Costa do Sol district, it came to enlarge the participation of business and events tourism. The objective of this essay was to analyze the discourses of touristification produced by the state managers whose justify the construction of equipment and infrastructure in the south portion of the city. From the Semiolinguistics Analysis, it was possible to verify how the memory discursive the pre-built about the city, for example, “green city”, “extreme eastern”, “where the sun rises first”, semiotizing the world and constitute of social representations explored by the printed media and by touristic marketing. It enabled comprehend how the hegemonic agents anchor the State its necessities of investments on infrastructure, while the managers justify by meanings of their statements to generate employment, income, development, and progress for the city. The realization of SD (Speech Analysis) it was from a corpus of documents whose survey has occurred on the Newspaper library of the Home Foundation of Mr. José Américo, in the library of PBTUR, besides the electronic sites of SECOM and the Journal The Union.

Keywords: Territory. Tourism. Speech. Development. Government. Politicians.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização do CECONJP	44
Mapa 2	João Pessoa: cursos hídricos	138
Mapa 3	Bairros de João Pessoa com a maior concentração dos Meios de Hospedagem	160

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Situação de Comunicação	56
Figura 2	Governador anuncia apoio da EMBRATUR à Paraíba	88
Figura 3	João Pessoa: Cidade Verde	90
Figura 4	Destaque de edital da PBTUR	95
Figura 5	Capa do catálogo de lançamento do Projeto Costa do Sol, 1988	100
Figura 6	O Norte: especial de turismo	101
Figura 7	Espaço cultural José Lins do Rêgo	102
Figura 8	O discurso do setor da construção civil	104
Figura 9	Projeto Costa do Sol e a paisagem natural	105
Figura 10	João Pessoa, onde o sol domina	106
Figura 11	Governador homologa empresários do Projeto Costa do Sol	109
Figura 12	O turismo como alternativa para crescer	111
Figura 13	Governo inaugura infraestrutura	112
Figura 14	Costa do Sol: infraestrutura	113
Figura 15	João Pessoa receberá equipes	126
Figura 16	Governador homologa onze empresários	129
Figura 17	Área incorporada a PBTUR	137
Figura 18	Zoneamento do Polo Turístico do Cabo Branco e a distribuição dos empreendimentos planejados	140
Figura 19	Costa do Sol situação e expansão urbana	141
Figura 20	Aratú – Infração e demolição	142
Figura 21	Aratú: ação de demolição	143
Figura 22	Centro de Convenções da Paraíba: CECONJP	166
Figura 23	CECONJP: maquete digital	170
Figura 24	A produção estética como expressão do lugar	172

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Quantidade de notícias encontradas no Jornal A União	73
Tabela 2 –	Quantidade de notícias encontradas em outros jornais	74
Tabela 3 –	Quantidade de notícias em revista especializada	74
Tabela 4 –	Número de estabelecimentos de hospedagem, unidades habitacionais, leitos disponíveis, segundo Brasil, Região Nordeste e Estados nordestinos – 2016	124
Tabela 5 –	Fluxo de turistas internacionais nos 10 países que mais recebem turistas estrangeiros e o Brasil: posição do IDH (2014)	151
Tabela 6 –	Síntese das principais áreas de aplicação de recursos do PRODETUR-NE na Paraíba	154
Tabela 7 –	Paraíba – ocupações formais no núcleo das ACT's	158

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Paraíba – Aeroporto Internacional Castro Pinto: desembarques de passageiros	86
Gráfico 2	João Pessoa: climograma	107
Gráfico 3	João Pessoa – expansão da rede de hospedagem	123
Gráfico 4	Desembarques de estrangeiros no Brasil	125
Gráfico 5	Grandes regiões brasileiras – participação relativa no total dos meios de hospedagem	148
Gráfico 6	Região Nordeste – tendência de elevação da população ocupada nas ACT's	157
Gráfico 7	Paraíba saldo de pessoas ocupados de acordo com o setor formal e informal	157
Gráfico 8	João Pessoa – evolução do número de leitos nos meios de hospedagem	158
Gráfico 9	João Pessoa: Bairros com maior concentração de leitos por meios de hospedagem	161
Gráfico 10	João Pessoa: Bairros com maior concentração do número dos meios de hospedagem	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Quadro analítico do discurso	45
Quadro 2	Interdiscursividades dependentes	50
Quadro 3	Gov. José Maranhão – discursos selecionados	75
Quadro 4	Ofícios da PBTUR sobre o Projeto Costa do Sol	96
Quadro 5	Núcleo metadiscursivo do discurso de turistificação de João Pessoa	121

LISTA DE ABREVIACÕES

ABEOC: Associação Brasileira de Empresas de Eventos
ACT's: Atividades Características do Turismo
AD: Análise de Discurso
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB: Banco do Nordeste
CADASTUR: Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CAGEPA: Companhia de Água e Esgoto da Paraíba
CECONJP: Centro de Convenções de João Pessoa
CINEP: Companhia de Desenvolvimento da Paraíba
Cf: Conferir
CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNTUR: Conselho Nacional de Turismo
CP: Condições de Produção
DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda
EMBRATUR: Instituto Brasileiro do Turismo
FD: Formações Discursivas
FCJA: Fundação Casa de José Américo
FUNESC: Fundação Espaço Cultural da Paraíba
FUNGETUR: Fundo Geral de Turismo
INFRAERO: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INTERPA: Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas
IPHAEP: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
MTur: Ministério do Turismo
OMT: Organização Mundial do Turismo
PBTUR: Empresa de Turismo da Paraíba
PPP: Participação público-privada
PRODETUR: Programa de Desenvolvimento do Turismo
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

RAIS: Relação Anual de Informações Sociais

SECOM: Secretaria de Comunicação do Estado da Paraíba

SETUR: Secretaria de Turismo do Município de João Pessoa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
 <i>CAPÍTULO I – Discursos de turistificação: operacionalização e a pluralidade geográfica</i>	 19
1. Contexto histórico	20
1.1 A ideologia positivista de Comte	21
1.2 Virada industrial do século XIX e o estruturalismo no século XX	24
1.3 A crise do fordismo, a irrupção da análise do discurso e o encontro do sujeito	28
1.4 Enunciação e discurso	35
1.5 A interpelação do sujeito pela ideologia e as formações ideológicas	40
1.6 As formações discursivas	46
1.7 A Análise semiolinguística do discurso	50
1.7.1 Discurso político	51
1.8 Geografia: uma ciência pluralista	58
 <i>CAPÍTULO II – Discursos de turistificação: a imagem turistificada de João Pessoa</i>	 69
2. Delimitação do corpus de análise	71
2.1 As circunstâncias do discurso de turistificação	76
2.2 A imagem de turistificação de sol e praia	78
2.3 Após a imagem turistificada, o jogo ideológico do Projeto Costa do Sol	91
2.3.1 O lançamento do Projeto Costa do Sol	95
2.4 Governo Maranhão: discurso de turistificação e os esquecimentos discursivos	114
2.5 Os discursos de turistificação e a construção do CECONJP	119
2.5.1 Governo Ricardo Coutinho: turismo de negócios e eventos	122
 <i>CAPÍTULO III – O território turistificado e a paisagem como mercadoria</i>	 131
3. Principais instrumentos da política pública para o turismo	133
3.1 Projeto Costa do Sol e suas exterioridades	144
3.2 PRODETUR-NE e a inserção da Paraíba	148
3.3 O CECONJP e a paisagem turistificada	154

3.3.1	A paisagem e lugar: forma e função	163
	<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	173
	<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	181
	<i>ANEXOS</i>	198

INTRODUÇÃO

O turismo constitui-se de uma atividade complexa, dinâmica e, por isso, demanda um estudo multidisciplinar, motivo pelo qual a geografia pode dar importantes contribuições.

De acordo com Santos (1994), o espaço geográfico é o objeto da geografia, e o turismo é uma atividade complexa que tem como substrato o espaço, assim, tanto o espaço quanto a atividade do turismo constituem-se em práticas sociais (CRUZ, 2000).

O turismo, enquanto atividade econômica, vem atraindo cada vez mais enormes somas financeiras na forma de investimento em infraestrutura, propaganda, criação de parques e centros de recreação, além da tradicional rede hoteleira para dar suporte aos turistas.

A cidade de João Pessoa foi transformada em núcleo irradiador da atividade turística, polarizando diversas cidades e sendo a porta de entrada para investimentos e turistas que se dirigem para o Estado da Paraíba. Isso se deu em razão de seu próprio potencial natural, de sua herança histórica e cultural como elementos de um discurso de turistificação, atrelado ao turismo de sol e mar. Haja vista que a Capital paraibana conta com inúmeras praias e suas paisagens atraentes tanto à especulação imobiliária quanto à infraestrutura de hotéis, *flats* e *resorts*.

O discurso do turismo passou a ser uma forma de qualificar a cidade para atual modernidade do hiperconsumo (LIPOVETSKY, 2001 p. 24), uma nova mercantilização dos modos de vida em que as práticas de consumo exprimem uma nova relação com as coisas com os outros e consigo.

As forças hegemônicas conseguem se apropriar de tal maneira da superestrutura estatal que consolidam espaços desigualmente planejados para uma prática exclusiva, travestida de liberdade mercadológica, mas que se impõe como “monopólio e cada vez mais captura os aparelhos de Estado como articuladores de suas estratégias. Isto se manifesta na crescente participação do Estado na criação das chamadas condições gerais de produção” (MOREIRA, 1982, p. 120).

Dessa maneira, desde a década de 1980 que os empresários do setor turístico vêm exigindo maiores inversões por parte do governo para criação de infraestruturas, e em grande medida é o que vem ocorrendo, desde 1988, com o lançamento do Projeto Costa do Sol, cuja criação previa um centro especializado com cerca de 600 hectares, um território turístico.

Porém, passadas quatro décadas, há apenas instalado o CECONJP, numa perspectiva da monumentalidade como forma de induzir os investimentos.

Assim, o Estado, em diferentes momentos da história brasileira, tem sido induzido, através de grupos econômicos, a priorizar e setorizar determinados investimentos, atrelando uma discursividade desenvolvimentista que materializa, no espaço geográfico, as efetivas ações econômicas, modificando as paisagens, outrora “mais natural” para se transformarem numa paisagem cultural (CAPEL, 2002), constituindo-se de importantes elementos para a acumulação de capitais através do turismo.

Dessa maneira, esta pesquisa procurou compreender a produção de um território turístico na cidade em uma multiplicidade escalar, ou seja, a análise em sua escala local concomitante à escala global, que extrapola as vicissitudes do lugar, intercalada com a produção descontínua do tecido urbano. Em um processo que imprime na paisagem um imobiliário com um propósito central: criar renda sobre a terra.

A extração de renda da terra permite ao estágio atual da racionalidade econômica financeirizar o espaço urbano, criar maior fluidez aos investimentos com a produção de fixos e ampliar significativamente a mobilidade dos indivíduos no espaço.

O espaço urbano mais fluido transmuta as identidades e criam-se outras, uma vez que a prática do turismo se estabelece numa escala de tempo efêmera, e é criadora de imagens que podem não condizer com a realidade vivenciada pelos cidadãos diuturnamente.

O discurso do turismo de negócios e eventos que levou a construção do CECONJP é ideologizado pelos setores sociais de maior dominância como o elemento capaz de desenvolver esse tipo de turismo na capital pessoense, erigido no espaço geográfico como se este fosse capaz de transmutar o discurso em sua própria materialização.

O discurso político carregado de aspectos ideológicos (EAGLETON, 1997) se faz além de um conjunto de códigos linguísticos, indo além da necessidade de informar, o discurso é sobremaneira um processo irradiador de sentidos, uma necessidade do sujeito de criar conjuntos imaginários que atestam ações no espaço geográfico, tal que as infraestruturas são posicionadas segundo determinadas necessidades daquele que discursa, daquele que justifica a ação sobre o espaço.

E para que se possa instrumentalizar uma AD do turismo, é mister o recorte temporal envolvendo documentos de três períodos: o primeiro, centrado na década de 1980 que mantinha as transformações técnicas e econômicas na questão da redemocratização, fomento da SUDENE à indústria e à questão da reforma agrária; o segundo do final da década de 1980 ao final da década de 1990, quando o marketing turístico abriu caminho à consolidação das

políticas estatais para o setor; e o terceiro que envolve as duas primeiras décadas do século XXI, quando o Estado retoma os investimentos do Polo Turístico do Cabo Branco.

Em cada recorte temporal, existem características que levadas em conta auxiliam na compreensão da formação discursiva. Por exemplo, a década de 1980 está marcada pela falência do Estado-nacional-desenvolvimentista. A década de 1990 caracterizada pela introdução das políticas neoliberais nos países latino-americanos, que atendessem a um planejamento nacional com vinculações ao capital internacional. E o século XXI, marcado pelas incertezas do modelo capitalista que dificultam a inserção dos países da semiperiferia de atingirem melhores níveis de qualidade de vida às suas populações.

E de forma emblemática, o discurso oficial do Estado em torno do projeto do Polo Turístico do Cabo Branco vem no sentido da ampliação da oferta de serviços, logo de empregos, uma vez que a cidade de João Pessoa obteve um incremento demográfico superior a 30%: na contagem da população em 1996 registrou 546 mil habitantes ante mais de 723 mil habitantes no censo 2010 (IBGE, 2010). Essa expansão gera maior pressão econômica e social, o que implica maior intervenção estatal, principalmente para atrair investimentos e impulsionar a economia local.

Assim, nossa pesquisa objetiva analisar a produção do território turístico de João Pessoa a partir dos discursos de turistificação. Esses discursos têm na Capital seu principal núcleo, uma vez que esta cidade se sobrepõe como nódulo espacial do Estado da Paraíba, não somente por ser a capital, mas outros fatores corroboram, tais como, seu patrimônio artístico e histórico, melhor infraestrutura de transportes, por exemplo o principal aeroporto, sua borda litorânea com a rede hoteleira, onde os discursos produzem imagens de modernidade em torno de sua capacidade de atender às demandas do turismo.

A forma como a produção dos discursos de turistificação reverberam no tempo culminaram com ações do setor público, particularmente com a criação do atual Distrito Industrial do Turismo do Estado da Paraíba para atender às solitudes do *trade* turístico local, tendo como referente à construção do Centro de Convenções (CECONJP) na lógica de expansão do patrimônio imobiliário para o turismo.

As intervenções estatais, na lógica de políticas públicas, enlaçam-se com os interesses do setor privado no fomento das atividades do turismo, cujos discursos reforçam a ampliação do mercado de trabalho, seja este de ocupações formais ou informais, além do marketing que emprega imagens da cidade, ora do ponto de vista da sua natureza ora de sua modernidade, sem que se resolvam os paradoxos decorrentes da necessidade de criar um “produto paraibano”.

Isso nos levou a refletir sobre a capacidade que a produção de um território turistificado tem em atender as diferentes demandas sociais e econômicas no espaço urbano. Como por exemplo, as políticas públicas que visam a qualificar a cidade para a prática do turismo, seriam suficientes para gerar emprego, incluir as pessoas e garantir a elas bem-estar social em meio a atividade do turismo?

É mister partimos de uma contextualização histórica que nos seja suficiente para compreender as ações dos gestores públicos (governadores, secretários e presidentes de autarquias) em incentivarem a produção do território turistificado de João Pessoa na lógica do mercado global, que recai na esfera local com atrativos para a prática do turismo.

Estamos, dessa forma, no *primeiro capítulo*, em que se parte da análise da materialização no território de um patrimônio a ser explorado como produto turístico, fruto de inversões econômicas realizadas pelo Estado, particularmente da década de 1980, que resultou na constituição de um polo turístico, ainda incompleto, que produz imagens de prosperidade, progresso e modernidade. A partir de um contexto histórico sobre a crise do sistema fordista, que ao mesmo tempo em que expõe a crise epistemológica do fazer científico comtista e newtoniano, também levou a uma renovação epistêmica, que passou a considerar novos horizontes, principalmente a partir da agitação social na França durante a década de 1960, trazendo à baila novos paradigmas nas ciências sociais, dentre eles, a análise de discurso político.

A inserção da ciência geográfica no âmbito dessas mudanças, levou ao pluralismo geográfico, principalmente no momento da adoção do estruturalismo como método a ser considerado para realizar as análises espaciais. Por conseguinte, demonstramos como as ferramentas disponibilizadas pela Linguística, particularmente a teoria da enunciação, permitiu-nos analisar criticamente como os discursos produzem sentidos e que imagens os sujeitos envolvidos nessa produção discursiva realizam entre si, o papel desempenhado pela ideologia e as formações discursivas, no campo da análise semiolinguística do discurso.

No *segundo capítulo*, um amplo acervo de documentos jornalísticos foi consultado (em parte, encontra-se reproduzido nessa pesquisa na forma de anexo) que auxiliaram a constituir um corpus para análise crítica, os períodos discursivos dos agentes produtores do discurso de turistificação que criaram (ou reforçaram) o imaginário do turismo na cidade de João Pessoa a partir do Polo Turístico do Cabo Branco numa paisagem de viés cultural explorada pelo marketing para atender aos interesses econômicos do turismo. Além disso, cruzam-se indicadores estatísticos sobre o setor de turismo que relacionam diferentes escalas: nacional, regional e local.

No *terceiro capítulo*, o papel do Estado na criação das infraestruturas para o turismo a partir do Projeto Costa do Sol (que culminou com o atual *Distrito Industrial do Turismo do Estado da Paraíba*), além das questões legais que envolvem o desenvolvimento do turismo, retomando a análise sobre os dados disponíveis sobre o turismo no Brasil, na Paraíba e em sua Capital.

E finalizamos com uma leitura do território turístico e da paisagem como produto a ser consumido, como símbolo de progresso e desenvolvimento, mas que, até o momento, constituiu-se num símbolo de segregação socioespacial na cidade.



Capítulo I

Discursos de turistificação: operacionalização e a pluralidade geográfica

“É com palavras que nos inserimos no mundo humano”

Hannah Arendt

Nesse capítulo, buscamos demonstrar os referenciais teórico-metodológicos que nos auxiliaram à construção do dispositivo de análise dos discursos, além de compreender a imbricada relação entre os atores políticos em diferentes escalas temporais e espaciais no âmbito das políticas públicas como força indutora das atividades correlatas ao turismo.

Busca-se ainda ampliar os horizontes metodológicos em relação às questões de natureza política, econômica e geográfica ao identificar na Geografia uma ciência, por excelência, plural ao longo de seu processo de evolução. Processo que comungou de análises estatísticas, econômicas, evolutivas, da percepção e da fenomenologia, e a inserção do materialismo histórico (dialético) para explicar e delimitar seu objeto, o espaço geográfico, e seus conceitos fundamentais.

Alicerçamos a análise geográfica com as ferramentas disponibilizadas pela Linguística, particularmente com a teoria da enunciação e do discurso, para analisar criticamente os discursos de turistificação do *território* urbano de João Pessoa, e a consequente produção de uma *paisagem* com viés cultural para atender aos interesses econômicos do turismo.

De antemão, a epistemologia científica procura compreender “o mundo real” através da teorização, seja pela lógica formal – matematização em sua linguagem – seja pela lógica dialética – dualismo e contradições iminentes do processo social –, como ele se apresenta no território e que se modifica no tempo através do processo histórico.

Considerando esse contexto, buscamos *uma ordem das ideias*, sem a pretensa necessidade de esgotar a discussão em torno do desenvolvimento do *estruturalismo* como aporia metodológica (ou epistemologia científica), e da *análise do discurso*. Além do mais, a possibilidade de estabelecer um nexo que sirva a ciência geográfica, ao empregar diferentes metodologias para compreender, suas categorias próprias, particularmente, as categorias território e paisagem.

Apresentaremos, adiante, um resgate histórico dos desdobramentos epistemológicos oriundos do *estruturalismo*. Algumas de suas principais concepções teórico-filosóficas com o propósito de melhor situar a análise de discurso.

1. Contexto histórico

Para que possamos falar do estruturalismo, faz-se necessário tecer algumas considerações históricas pertinentes ao século XIX, já que seus processos de desenvolvimento vão desembocar no século seguinte.

Esse século assistiu a grandes progressos e transformações econômicas, sociais e políticas, tais como a ascensão e consolidação da burguesia industrial como classe dominante, a derrota de Napoleão III que levaria a França ao republicanismo. Além disso, a independência das colônias americanas, a expansão imperialista dos europeus nos continentes africano e asiático após a Conferência de Berlim (1884-1885), o que assegurou suprimentos e mercados de consumo, ao mesmo tempo em que foi visto o surgimento de novos centros de poder, particularmente os Estados Unidos e o Japão.

A rápida mudança da sociedade europeia feudal, rural, absolutista, e autossuficiente, para uma sociedade urbana e industrial, desencadeou um elevado êxodo rural que desembocava nas cidades. Nisso, viu-se o surgimento de profundas diferenciações sociais, em que de um lado estava a burguesia industrial, assumindo a governança dos Estados-nacionais e legitimando políticas de cunho liberal. E, do outro, a proletarianização do camponês na cidade com elevado processo de pauperização.

No continente Europeu, nos Estados Unidos e no Japão, os principais núcleos industriais fervilhavam rápidas transformações, e implicava tanto para as ciências sociais quanto para as ciências naturais, processos de explicação de um mundo que mudava ininterruptamente.

Esse rápido desenvolvimento da maquinaria produtiva, decorrente do processo revolucionário da produção pela burguesia industrial, teve como bases epistemológicas a física newtoniana e o evolucionismo darwiniano.

1.1 A ideologia positivista de Comte

É nesse contexto que se situaram as concepções filosóficas do francês Auguste Comte¹, com a publicação de uma coletânea intitulada *Curso de filosofia positiva*, entre os anos de 1830 a 1842, cujas principais ideias foram sintetizadas por Lowy (1991): “a sociedade humana é regulada por leis naturais, ou por leis que têm todas as características de leis naturais, invariáveis, independentes da vontade e da ação humana. Desse modo, a

¹ Segundo Andery & Sérgio (1996) Auguste Comte nasceu na França (Montpellier) em 1798, viveu grande parte da sua vida em Paris, onde morreu em 1857. Estudou na Escola Politécnica de Paris e medicina em Montpellier, mas não terminou nenhum dos cursos, tendo feito boa parte de seus estudos por conta própria. Durante sua vida, tentou, mas não conseguiu, ser admitido como docente permanente na Escola Politécnica. Desenvolveu várias atividades para sobreviver; foi professor particular, tutor, examinador da Escola Politécnica e, por vários anos (1817-1824), conviveu e foi secretário de Saint Simon com quem rompeu por discordar do rumo que suas ideias tomaram.

pressuposição fundamental do positivismo é de que essas leis regulam o funcionamento da vida social, econômica e política” (p. 35/6).

O positivismo de Comte estava fortemente influenciado pelas ciências naturais e isso o levou a pensar na imutabilidade das condições sociais, em uma concepção estamental da sociedade que, para Gomes (2003), “era o estabelecimento de uma obediência a uma racionalidade estrita” (p. 85).

O positivismo comtiano estabeleceu que os procedimentos científicos nas ciências sociais seriam os mesmos realizados pelas ciências naturais, ou seja, isso implicava, por exemplo, a busca por uma neutralidade epistemológica, livre de ideologias ou contradições. Assim para Lowy “a concepção positivista é aquela que afirma a necessidade e a possibilidade de uma ciência social completamente desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais, a ideologias e as utopias” (1991, p. 36).

Dessa maneira, o funcionamento da ciência, dentro do sistema positivista, só poderia ser considerado verdadeiro se conseguisse ser neutro, imparcial e sem visões conflitantes estabelecidas da sociedade, uma vez que as leis naturais não exprimem contradições, pois são leis gerais e imutáveis tanto no tempo quanto no espaço.

As concepções teóricas de Comte o levariam a “elaborar, também, uma proposta para as ciências, [que] pretende ser o fundador de uma nova ciência, a sociologia (termo que ele cunhou), e funda uma religião” (ANDERY, 1996, p. 375). Mais tarde, ele passou a considerar a sociologia como uma “física social”. Sendo as leis naturais imutáveis, nos mesmos moldes das ciências naturais, logo as classes sociais se manteriam estáveis. Questões como concentração de renda, luta de classes ou intercâmbios comerciais desiguais seriam consequências “naturais” do desenvolvimento das sociedades.

Podemos considerar que Comte estabeleceu concepções filosóficas que em muito se assemelhavam ao idealismo alemão, que buscava leis universais e baseava-se na razão. No entanto, a figura principal do idealismo era o filósofo Hegel (SAVIOLI & ZANOTTO, 1996) que defendia um pensamento que permitisse a libertação do homem como sujeito autônomo, em que a concepção era oposta ao positivismo comtiano.

Para Comte, a história era uma sobreposição de momentos de evolução do pensamento, destituindo a condição fluida dos processos históricos. Era importante a manutenção do proletariado como condição primeira de acumulação de capital pela burguesia. Esse pensamento de Comte está expresso em seu *Discurso sobre o espírito positivo* de 1844:

Mas as razões mais profundas determinarão as inteligências populares a secundar a ação da escola positiva: apenas a nova filosofia pode constituir uma política especialmente popular. O povo só interveio como auxiliar, mas sem opiniões nem objetivos que lhe fossem próprios. O povo não pode esperar, nem mesmo desejar nenhuma importante participação no poder político. Seu interesse não é a conquista do poder, e sim seu uso efetivo (COMTE, 1990, p. XXI).

No plano social, a crescente industrialização - que foi uma importante etapa do desenvolvimento capitalista - havia perdido seu caráter revolucionário pois, para Comte, a história era estática e os homens não eram evoluídos o bastante para mudar seus próprios rumos.

Outra consideração importante de sua ideologia científica, foi de que as ciências deveriam adotar um método único

A única unidade indispensável é a unidade do método, que pode e deve evidentemente existir e já se encontra, na maior parte, estabelecida. Quanto a doutrina, não é necessário ser uma, basta que seja homogênea. E, pois, sob o duplo ponto de vista da unidade dos métodos e da homogeneidade das doutrinas que consideraremos, neste curso, as diferentes classes de teorias positivas. Tendendo a diminuir o mais possível, o número das leis gerais necessárias para a explicação positiva dos fenômenos naturais, o que é, com efeito, a meta filosófica da ciência, consideraremos entretanto, como temerário aspirar um dia, ainda que para um futuro muito afastado, a reduzi-las rigorosamente a uma só (COMTE, Curso de filosofia positiva, 1ª Licao, X - Apud Andery & Sévio 1996, p. 387).

Em síntese, Comte foi um representante dos interesses da classe burguesa, que havia perdido seu caráter progressista e libertário, necessitando manter a ordem social, para continuarem auferindo resultados a partir da expansão industrial e da ampliação da classe proletária.

Com a virada do século XIX para o século XX, a epistemologia científica estaria fortemente marcada pelas concepções comtianas. Como vimos, o desenvolvimento industrial era tido como algo natural, e os proletários estavam destituídos de sua consciência enquanto sujeitos históricos produtores de sua própria materialidade. Essa concepção de história sem sujeitos seria determinante para as concepções epistemológicas que viriam na esteira do progresso técnico e da ascensão da classe burguesa e a manutenção da alienação da classe trabalhadora (proletária).

O século XX (assim como foi no século XIX) deu continuidade aos processos revolucionários advindos da experimentação científica, oriundas dos progressos da

mecânica, da biologia, da medicina, de novos materiais descobertos pela química analítica, de um maior intercâmbio comercial, principalmente entre a Europa e a América, que engendraram novas necessidades de explicar o mundo.

1.2 Virada industrial do século XIX e o estruturalismo no século XX

O século XX deu continuidade aos progressos econômicos do momento anterior. Porém estava claro que a espacialidade de tais transformações estava limitada a determinados territórios, tais como países da Europa Ocidental (particularmente na Inglaterra, França e Alemanha), Estados Unidos e no Japão. Sabia-se também que haviam profundas diferenças internas nesses territórios, e que na América Latina as desigualdades eram ainda mais profundas, herdeiras de antigos sistemas coloniais de exploração.

As ciências sociais, que anteriormente haviam sido influenciadas pelo comtismo, passaram a buscar novos paradigmas, tendo em vista que o pensamento positivista impedia uma visão do homem em progressão na história. A respeito disso, Gomes (2003) ressalta que “A filosofia neopositivista foi buscar a validade do conhecimento no estabelecimento de uma linguagem lógica, geral e uniforme. A representação simbólica da realidade é em toda parte e sempre expressa por uma linguagem e somente a análise desta linguagem pode nos permitir compreender o mundo” (p. 88).

Esse contexto nos remete para o desenvolvimento da linguística que se imbricou com a epistemologia positivista, a qual preconizava as estruturas válidas para o conceito de “ciência”. Dessa forma, Benveniste, ao enfatizar a obra de Saussure, afirma que o

Cours de linguistique générale de Saussure (1916), livro póstumo redigido a partir de apontamentos de alunos, conjunto de exposições geniais, cada uma das quais pede uma exegese e algumas das quais alimentam ainda a controvérsia, projetando a língua sobre o plano de uma semiologia universal, abrindo visões para as quais o pensamento filosófico de hoje apenas desperta, [...] a linguística tem como único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por ela mesma (BENVENISTE, 1976, p. 7).

Saussure adotou a *língua* como estrutura da Linguística enquanto novo campo epistêmico, já que identificava as condições morfológicas e sintáticas da língua independentes das condições históricas e sociais, ou seja, seria estabelecida uma *estrutura* possível de comparação em qualquer língua, tendo em vista sua estruturação interna.

Benveniste (1976) afirma que Saussure, por mais que seja considerado o fundador do estruturalismo moderno, não foi o primeiro a empregar o termo para definir uma nova

epistemologia. Tendo em conta que a concepção dominante em sua época estava sedimentada no positivismo, o termo empregado por Saussure em 1916 foi o de sistema: a novidade da sua doutrina está aí, nessa ideia, rica de implicações e que levou muito tempo para discernir e desenvolver de que *a língua forma um sistema*.

Ao tornar a *língua* na base dos estudos da Linguística, evitar-se-iam dilemas como o destacado por Lopes (2000) de que a “[...] Linguística estuda todas as línguas naturais em pé de igualdade, não tendo nenhum sentido discutir, no seu âmbito, sobre qual seja a mais ‘rica’ ou a mais ‘pobre’” (p. 29).

Peters (2000) assinala que Roman Jakobson foi o primeiro a cunhar o termo estruturalismo em 1929, para abordar a estrutura-funcional de investigação dos fenômenos, bastando revelar suas leis internas. Isso se deu a partir das ideias de Saussure que propôs uma diferenciação entre língua (*la langue*) e fala (*la parole*) a partir de estudos diacrônicos - ou históricos - das línguas. De seus estudos foi possível estabelecer a relação entre significado e significante, que constituiria o *signo linguístico*. Assim, Peters afirma que “Não existe nada no mundo que faça com que um som seja associado com um conceito particular, o que é demonstrado pelo fato de que diferentes línguas têm diferentes significantes para o mesmo significado (ou conceito)” (p. 20).

A necessidade de se estabelecer um novo campo do conhecimento humano, levou Saussure (1916) à criação de uma nova ciência, qual seja, a Linguística. E, como a racionalidade positivista era ainda predominante no meio cultural francês, havia a necessidade de se estabelecer seu objeto de estudo, e este é a língua.

Nas palavras de SAUSSURE (2006), “a língua [*la langue*] é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (p. 17).

O estabelecimento de um estudo diacrônico, que levava em consideração o processo histórico de materialização e realização da língua pelos falantes, fazia oposição ao que ocorria até aquele momento. Os linguistas tinham uma preocupação analítica e classificatória do que a compreensão de como os intercâmbios ocorrem entre falantes e daí as variações (e transformações) nas línguas.

Outra consequência dos estudos de Saussure está na importância que se dá à fala (*la parole*), visto que “a fala é um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito

de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar essas combinações” (SAUSSURE, 2006, p. 22).

É através da fala que a língua se atualiza, ou ainda, através dela que os indivíduos se materializam no espaço. Assim, a língua passa a ter uma *temporalidade* e uma *espacialidade*, “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro” (idem, p. 16).

Não há como os sujeitos se fazerem presentes no mundo sem que haja a linguagem, “a língua é um sistema de signos que exprime ideias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares, etc. Ela é apenas o principal desses sistemas” (ibidem, p. 24).

Um dos grandes propagadores do que veio a ser considerado *estruturalismo* como novo paradigma, foi Claude Lévi-Strauss em sua *A antropologia estrutural*, livro lançado em 1958 (uma coletânea de trabalhos de períodos antecessores). Fortemente influenciado por Jakobson, Lévi-Strauss introduziu em seus estudos de etnologia a questão da linguagem, principalmente nas questões relativas a *parentesco*. Para ele a Linguística “é certamente a única que pode reivindicar o nome de ciência e que conseguiu ao mesmo tempo formular um método positivo e conhecer a natureza dos fatos que lhe cabe analisar” (p. 75). Lévi-Strauss estava vivenciando o emergir epistemológico de sua época, conferindo à Linguística um conhecimento *neopositivista* dos fatos.

Como teórico propagador do novo paradigma, Lévi-Strauss inseriu em suas pesquisas antropológicas os aspectos da etnologia a partir do estruturalismo, que em muito remetiam à organicidade racionalista do comtismo:

O estruturalismo era, nesse sentido, parte da ‘virada linguística’ empreendida pela filosofia ocidental. A tradição linguística estruturalista tinha suas origens no formalismo europeu do século XIX, transformando-se, sob influência combinada de Ferdinand de Saussure e de Roman Jakobson, no programa de pesquisa dominante em linguística. Por meio de Claude Lévi-Strauss, A. J. Greimas, Roland Barthes, Louis Althusser, Jacques Lacan, Michel Foucault e muitos outros, o estruturalismo penetrou na antropologia, na crítica literária, na psicanálise, no marxismo, na história, na teoria estética e nos estudos da cultura popular, transformando-se em um poderoso e globalizante referencial teórico para a análise semiótica e linguística da sociedade, da economia e da cultura, vistas agora como sistema de significação (PETERS, 2000, p. 10).

O estruturalismo consistiria em uma organização sistêmica de dados observáveis, que permitisse que determinados fenômenos linguísticos pudessem ser agrupados, sejam possíveis de classificação, comparação e verificação. O próprio LÉVI-STRAUSS (1995) completa que “no nível da observação, a regra principal – a única, poder-se-ia dizer – é

que todos os fatos devem ser precisamente observados e descritos, sem permitir que pressupostos teóricos lhes alterem a natureza ou importância” (p. 303).

Em síntese, Lévi-Strauss (1995) considerou por *estruturalismo*:

Questão que não diz respeito a etnologia, mas a epistemologia, pois as definições abaixo nada devem a matéria-prima de nossos trabalhos. Consideramos que, para merecerem o nome de estrutura, modelos devem exclusivamente satisfazer a quatro condições. Em primeiro lugar, uma estrutura apresenta um caráter de sistema. Consiste em elementos tais que uma modificação de qualquer um deles acarreta uma modificação de todos os demais. Em segundo lugar, todos os modelos pertencem a um grupo de transformações, cada uma das quais correspondendo a um modelo da mesma família, de modo que o conjunto dessas transformações constitui um grupo de modelos. Em terceiro lugar, as propriedades indicadas acima permitem prever de que modo reagira o modelo em caso de modificação de um de seus elementos. Finalmente, o modelo deve ser de tal modo construído que seu funcionamento possa dar conta de todos os fatos observados (p. 301).

O contexto dessa nova aporia metodológica estava vinculado ao ambiente cultural francês, e na virada entre as décadas de 1950/60 o estruturalismo emergiu como uma *megaparadigma* transdisciplinar que institucionalizou um agrupamento das ciências das humanidades - “(...) o desenvolvimento teórico do estruturalismo francês” (PETERS, 2000, p. 9).

Dentre as inúmeras disciplinas das denominadas Ciências Humanas (DOSSE, 1997a), tais como a Psicologia e a Psicanálise, a História, a Geografia, a Antropologia etc., a Sociologia adotou o estruturalismo imbricada pela linguagem e pelo materialismo histórico.

DOSSE (1997b) destacou que o estruturalismo foi profícuo e em 1971, no *Caderno Annales*², trouxe em edição especial a relação de cientistas sociais que se engajaram nesse que foi um novo paradigma metodológico na França:

Uma nova equipe publicou uma edição especial sobre o tema História e Estruturalismo. O título sozinho claramente expressou o desejo de reconciliar dois termos aparentemente contraditórios como o casamento do fogo e da água. Que os historiadores escreveram ao lado de Claude Lévi-Strauss, Maurice Godelier, Dan Sperber, Michel Pêcheux e Christian Metz, mostraram que as batalhas haviam chegado ao fim, e que foram tempos de colaboração entre historiadores, antropólogos e semiólogos. De que no início dos anos setenta, uma vasta aliança havia sido estabelecida para promover uma pesquisa comum. A década foi de fato rica em colaboração interdisciplinar. Andre Burguiere, quem publicou o caderno especial, reconheceu claramente o refluxo do estruturalismo no rescaldo da revolta de 1967-68. Argumentou em nome dos historiadores para um estruturalista aberto e bem temperado, programa que poderia demonstrar que os historiadores não estavam contentes com a

² "Histoire et Structure," *Annales*, nºs 3-4 (Mai. – Ago. 1971)

percepção da realidade manifestada, como disse Lévi-Strauss em 1958, mas que também estavam interessados nos significados ocultos, e nas práticas coletivas, do inconsciente, assim como os antropólogos (p.228/9).

Os estudos de Saussure com a Linguística conquistaram a atenção de diferentes cientistas sociais, por ter conseguido estabelecer um objeto de estudo, uma análise sobre esse objeto que não se confundia com o sujeito analista (passava um caráter de neutralidade metodológica e a dicotomia sujeito e objeto). Ao mesmo tempo que a Linguística identificou a totalidade da língua, em que o reducionismo não se fazia concernente.

Para Motta (1970), o estruturalismo consistia de um método analítico comparativo, considerando um funcionamento totalizante das estruturas subjacentes dos fenômenos em análise;

o estruturalismo considera os fenômenos ou elementos com referência a uma totalidade, considerando, pois, o seu valor de posição. Assim, à sua característica comparativa, podemos acrescentar seu aspecto totalizante. Disto se conclui que para o estruturalismo é de especial importância o relacionamento das partes na constituição do todo, ou seja, que estruturalismo implica em totalidade e interdependência, [outra] característica básica o fato de que o todo é maior do que a simples soma das partes (p. 24).

O estruturalismo manteve seu valor heurístico e atendeu às condições necessárias para um arcabouço científico, de acordo com a ideologia positivista, validando um caráter epistemológico. No entanto, ainda faltava resolver uma questão: a história é um processo que decorre de diferentes sujeitos, “o motor do movimento histórico não é a razão, mas a prática social (incluindo as classes e suas relações na prática industrial), o suporte da racionalidade está na classe operária”. (LEFBREVE, 1983, p. 22).

A classe operária estaria mais uma vez nas trincheiras dos movimentos de mudanças epistemológicas.

1.3 A crise do fordismo, a irrupção da análise do discurso e o encontro do sujeito

Para podermos compreender o sujeito histórico (mais adiante, como o sujeito se faz materializar através da enunciação) e o contexto fundador da *análise do discurso*, revisaremos o momento histórico com os levantes sociais que iriam cindir a ideologia dominante do progresso sem limite e do crescimento econômico como força natural.

Iniciaremos por um recorte histórico que decorre da expansão do *fordismo* como força construtora, nas palavras de Harvey (2008) “o fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total” (p. 131)

As décadas que se seguiram após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foram marcadas pelos excedentes de capital oriundos da rápida expansão do capitalismo via abertura de mercados, que engendrou um sistema de trocas desiguais. Inicialmente pela redução da demanda efetiva interna nos Estados Unidos, e seguida pela expansão de empresas multinacionais estadunidenses, principalmente na Europa Ocidental e para o Leste da Ásia (Plano Marshall e Plano Colombo). Isso levou, de acordo com Harvey, a um “novo internacionalismo que trouxe em seu rastro muitas outras atividades – bancos, seguros, hotéis, aeroportos e, por fim, turismo” (idem p. 131). Essa nova forma de empreender o capitalismo concorrencial estava apoiada à condição de difusão de informações e de uma nova forma de cultura, a cultura do consumo de massa.

O modelo de expansão econômica do fordismo e a integração do Estado para regular as dinâmicas sociais primordiais, como assistência médica, educação, segurança pública e política salarial para o conjunto da população, começou a dar sinais de esgarçamento entre as décadas de 1960 e 1970, tanto nos países centrais do capitalismo quanto nos países periféricos (sendo mais aprofundada nesses últimos). A tecnocracia do Estado se voltava para a busca de uma eficiência regulatória que criava muita insatisfação social, visto que as benesses propagandeadas pelo desenvolvimento do fordismo excluía, como vimos, até nos países centrais.

Hobsbawm (2006) evidenciou que o período dourado do sistema fordista de produção atingiu seu ápice na década de 1960, quando o financiamento externo estadunidense iniciou um momento de retração e os bancos centrais europeus não puderam mais garantir o equilíbrio da moeda estrangeira (dólar convertido em ouro), entrando em colapso em 1968. Em parte, esses são acontecimentos que desencadearam a agitação social tanto nos Estados Unidos quanto na Europa Ocidental, levando a um forte movimento de crítica ao modelo de crescimento econômico e de proteção social. Exigia-se a criação de um Estado de bem-estar social que viesse a atender as necessidades da população, principalmente da classe trabalhadora.

As políticas estatais eram cada vez mais voltadas para um princípio de austeridade fiscal e menos preocupadas com as condições sociais. Eram vinculações decorrentes do Plano Marshall, que para Harvey “as críticas e práticas contraculturais dos anos 60 eram,

portanto, paralelas aos movimentos das minorias excluídas e à crítica da racionalidade burocrática despersonalizada (ibidem, p 133).

Segundo Hobsbawm (2006), na década de 1960 haviam dois blocos políticos entre os países capitalistas centrais: de um lado, a Europa Ocidental que convergia para uma esquerda política moderada atrelada à crescente produção de riqueza pelo fordismo e em função do “recuo crescente do liberalismo”, e noutro grupo estavam os países com economia de mercado mais desenvolvidas e mais liberais (Estados Unidos e Japão), onde tudo se mantinha, aparentemente, tranquilo.

A tranquilidade e estabilidades econômicas e sociais se mantiveram em virtude das conversões econômicas e financeiras que a potência capitalista mantinha no bloco europeu ocidental, o que auxiliou no aumento real dos salários, principalmente na França, sem ter que necessariamente ter elevado a produtividade do trabalhador.

Esse aparente equilíbrio destoa em maio de 1968 com o movimento estudantil:

a mudança no estado de espírito dos trabalhadores teve muito mais peso que a grande explosão de agitação estudantil em 1968 e por volta dessa data, embora os estudantes oferecessem material mais sensacional para os meios de comunicação e muito mais alimento para os comentaristas. A rebelião estudantil foi um fenômeno fora da economia e da política. Mobilizou um setor minoritário da população, ainda mal reconhecido como um grupo definido na vida pública, e – como a maioria de seus membros ainda estava sendo educada – em grande parte fora da economia, a não ser como compradores de discos de *rock*: a juventude (classe média). Seu significado cultural foi muito maior que o político, que foi passageiro – ao contrário de tais movimentos em países do Terceiro Mundo e ditatoriais. Contudo, serviu como aviso, uma espécie de *memento mori* a uma geração que em parte acreditava ter solucionado para sempre os problemas da sociedade ocidental (HOBSBAWM, 2006, p. 280).

A relativa estabilidade da economia mundial entre as décadas 1950 e início da década de 1960 estavam reguladas pela expansão econômica dos Estados Unidos e pela manutenção do dólar como lastro internacional. Mas à medida que a recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão ocorreram, os mercados mundiais passaram a ser mais disputados. Muitos países da periferia do capitalismo também apresentaram elevadas taxas de industrialização, e a balança de pagamentos começou a se inverter.

A Europa Ocidental, então, começou um movimento de contração de crédito, ao passo que os gastos sociais se elevaram. De acordo com Harvey (2008), “o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” (p. 136).

Como vimos, a crise interna do sistema capitalista levou à agitação e incertezas, o que inauguraria uma nova égide epistemológica nas ciências sociais, tendo o paradigma estruturalista como possibilidade de entender as estruturas econômicas e políticas decorrentes desse ciclo de crise.

O desenvolvimento econômico, social e político não é produto direto das concepções filosóficas ou científicas. As revoluções (sejam elas consideradas burguesas ou proletárias) podem estar desconexas da epistemologia vigente. As ideias não possuem relação de dependência com a estrutura explicativa da realidade.

No entanto, a emergência das transformações sociais suscitou necessidades explicativas para o estado do mundo. O marxismo, por exemplo, foi um deles. Ele estaria relacionado com as lutas do proletariado do século XIX frente à grande expansão do capitalismo industrial e da ascensão da classe burguesa. Sua proposta consistia na concepção de sociedade que envolveria as relações de produção, sobre a qual se ergueria uma superestrutura social, com novas ideias e instituições políticas.

Não podemos perder de vista o contexto cultural francês. Não por nostalgia, mas para entender as bases fundadoras do movimento epistemológico no qual se assentou a análise do discurso.

Na virada da década 1950 e ao largo da seguinte, dominava na França a análise de conteúdo³, principalmente de gênero jornalístico. Em síntese, eram técnicas de leitura com aplicação estatística e computacional, para identificar as regularidades dos conteúdos. Porém, os rumos políticos se alteraram fortemente a partir de 1966, e as análises de conteúdos não eram mais vistos como sendo suficientes para uma análise mais crítica dos enunciados políticos e dos sujeitos produtores destes discursos.

Assim, os *discursos políticos* passaram a ser o conteúdo das análises, por se revestirem de sentidos que fugiam da tradicional leitura de conteúdo. Os *discursos* passam a ser um novo objeto de preocupação de diferentes cientistas, e ressignificar o conceito de *sujeito* era, por extensão, parte integrante do objeto de estudos. Para Guirado (1995), essas análises tinham imbricações oriundas da psicanálise

até então, o discurso se anuncia como este lugar em que se dá tanto o jogo de imagens quanto os contornos da subjetividade e da afetividade: analisá-lo era a possibilidade de discutir esses temas [e] naquele momento, e para os fins a

³ Cf. BARDIN, Laurence. *Exposição Histórica*, neste capítulo a autora faz um resgate sobre as técnicas qualitativas de análise de conteúdo jornalístico que estavam sendo desenvolvidas nos Estados Unidos desde a década de 1940. Basicamente, consistia de um acompanhamento da mídia, onde técnicas computacionais eram aplicadas aos textos de jornais e campanhas de marketing de empresas.

que se destinava aquele texto, alguns ensaios teóricos foram feitos, demonstrando os pontos de superposição das áreas do conhecimento referidas (psicanálise e análise de instituições) e o discurso como ocasião da análise possível (p. 62).

Esse movimento de renovação epistemológica recaiu sobre a filosófica do *sujeito*, que se ateve as diferentes concepções. Segundo Lima (2014), a relação *sujeito e mundo*, com relações entre consciência e natureza, interior e exterior, suscitaram diferentes interpretações. Por exemplo, na fenomenologia, sujeito e corpo são a mesma entidade, e seria a partir do corpo que o sujeito compreenderia o mundo. No racionalismo, é com a atividade intelectual, a construção do saber, que o homem produz sua subjetividade. Isso determina que o real será apreendido a partir de sua consciência, ou seja, “há uma separação entre sujeito e objeto, isto é, o objeto passa a ser algo que é representado por um sujeito que lhe confere sentido” (p. 105).

No entanto, a fenomenologia não oferecia, naquele momento, as respostas suficientes. O que levou diferentes teóricos a um retorno às ideias de Karl Marx⁴. O filósofo Louis Althusser teria, então, unido o marxismo com a tradição epistemológica francesa e o estruturalismo. A respeito disso, Maingueneau (1990) destaca que “ele [Althusser] se esforça por substituir a filosofia pós-hegeliana da ‘práxis’ por uma epistemologia, substituição que toma as cores de um anti-humanismo, obtém as consequências do conceito marxista de ‘ideologia’” (p. 67).

Althusser (1979) parte para uma atualização da obra de Marx e dedica extensa atenção ao conceito da *ideologia*, cunhado em *A ideologia alemã*, onde procurou munir o conceito de tal forma que viesse a sustentar para além da ideia geral de “falsa consciência”. O conceito de ideologia estaria ligado às práticas sociais que os homens estabelecem em suas vidas cotidianas, reproduzindo não uma lógica falsa, e sim uma lógica real. Todavia, não seria a de suas vidas, mas a imposição do modo de produção dominante. Assim, ele considerou que

⁴ Karl Marx nasceu em 1818, em Trier (Treves), na Renânia, cidade que então fazia parte da Prússia, próxima a fronteira com a França. Estudou Direito em Bonn e Berlim. Foi durante sua estada em Berlim (1837-1841) que entrou em contato com a filosofia de Hegel. Nessa época, os seguidores de Hegel encontravam-se divididos, basicamente, em dois grupos distintos: os chamados hegelianos de direita e os chamados hegelianos de esquerda. Os primeiros enfatizavam, do sistema de Hegel, o Espírito Absoluto como criador da realidade, uma criação, então, com um fim previsto, carregando uma visão teleológica da história; esse grupo destacava os aspectos mais conservadores da filosofia de Hegel, em especial o papel preponderante que era atribuído ao Estado. Os segundos, ao contrário, procuravam libertar-se desses traços conservadores e destacar o papel crítico da filosofia de Hegel, opondo uma concepção liberal e democrática a uma concepção de Estado forte. Enfatizavam o homem como sujeito, concebendo-o como um ser consciente e Ativo. Marx participou ativamente do debate entre os dois grupos, defendendo o pensamento da esquerda hegeliana. Faleceu em Londres em 1883. (Andery & Sérgio, 1996, p. 396)

Na ideologia, os homens se expressam, com efeito, não as suas relações nas suas condições de existência, mas a maneira como vivem a sua relação às suas condições de existência: o que supõe ao mesmo tempo, relação real e relação ‘vívida’, ‘imaginária’. A ideologia é, então, a expressão da relação dos homens com o seu ‘mundo’, isto é, a unidade (sobredeterminada) da sua relação real e da sua relação imaginária com as suas reais condições de existência reais. Na ideologia, a relação real está, inevitavelmente, investida na relação imaginária: relação que exprime mais uma vontade (conservadora, conformista, reformista ou revolucionária), mesmo uma esperança ou uma nostalgia, que não descreve uma realidade (p. 206/7).

A ideologia, ressignificada por Althusser, vai aproximar Marx do psicanalista Jacques Lacan, que na década de 1950 estava propondo uma releitura da psicanálise de Freud. Essa releitura se dava na busca de compreender o sujeito psicanalítico, que através da linguagem revelava-se no inconsciente - o que levaria Lacan a uma aproximação com o linguista Émile Benveniste⁵. Assim, sujeito/linguagem/inconsciente seriam os liames das análises lacanianas, manifestadas pelo tríptico imaginário/simbólico/real (GUIRADO, 1995, p. 71).

A conclusão que chegamos consiste em entender que Lacan considerou o *sujeito* como uma posição no discurso, do *cogito* que ocupa em meio às regras e convenções sociais, que determinam como os indivíduos se expressam e produzem sentidos (idem, p.71). Para Lacan, o *inconsciente* assumiu papel importante na formação do sujeito que, através da linguagem, expressa sua materialidade, estruturado pelas regras e condutas sociais, pelas regras de registro simbólico.

Na configuração dessa aproximação entre a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise, o conceito de sujeito vai se afastando do idealismo e do racionalismo, para configurar um *Sujeito* portador de uma realidade histórica.

O inconsciente para Lacan não era o inconsciente dos sonhos do psicanalista Freud. Para Lacan, o *inconsciente* no sujeito é um *imaginário social*, as regras de condutas e valores circulantes onde o indivíduo se faz materializar, e se expressa através da linguagem

A língua fornece o instrumento de um discurso no qual a personalidade do sujeito se liberta e se cria, atinge o outro e se faz reconhecer por ele. Ora, a língua é uma estrutura socializada, que a palavra sujeita a fins individuais e intersubjetivos, juntando-lhe assim um perfil novo e estritamente pessoal. A língua é um sistema comum a todos; o discurso é ao mesmo tempo portador de

⁵ Cf. MACHADO, Bruno Focas Vieira. Benveniste, Lacan e o Estruturalismo: sobre o sentido antitético das palavras primitivas. Neste artigo MACHADO (2015) identifica as parcerias que se firmaram entre Lacan e Benveniste na releitura dos trabalhos de Freud.

uma mensagem e instrumento de ação. Nesse sentido, as configurações da palavra são cada vez únicas, embora se realizem no interior – e por intermédio – da linguagem. Há, pois, antinomia no sujeito entre o discurso e a língua (BENVENISTE, 1976, p. 84).

É bem que se diga, que este estudo do *sujeito* também compôs preocupação para Michel Foucault⁶, ao estudar as questões relativas ao autor, a ser entendido de uma maneira geral - autor de livros, de textos, obras, pinturas e de discursos. Destacamos a importância que Foucault deu à relação dos discursos, tendo em vista não pensar neles em sua dimensão formal, mas as formas de apropriação da interdiscursividade e a reflexão sobre o sujeito produtor de discursos. Ele considerou três teses centrais: há um sujeito; na dimensão histórica e cultural, que é sempre transindividual, em que toda atividade psíquica e todo comportamento do sujeito são sempre estruturados e significativos, ou seja, funcionais (Foucault, 2009, p. 291).

Através da linguagem, o sujeito pode expressar sua concretude no mundo. Aqui cabe identificar o tríplice real/imaginário/simbólico, elementos importantes na psicanálise de Lacan. Para ele, o real e o imaginário não significam uma transmutação fantasiosa do mundo, ao contrário, é a partir do real concreto (as coisas que estão no mundo) que o sujeito se apoia para, por exemplo, fechilizar a natureza real, e isso se expressa por imagens e signos (como nos mitos), onde essa imagem do real está deslocada de seu significado literal.

O papel desempenhado pela *ideologia ao interpelar o sujeito*⁷ pode ser sintetizada a partir da conclusão de ZIZEK (1996) sobre o conceito de ideologia

O próprio conceito de ideologia implica uma espécie de ingenuidade constitutiva básica: o desconhecimento de seus pressupostos, de suas condições efetivas, a distância, a divergência entre a chamada realidade social e nossa representação distorcida, nossa falsa consciência dela. É por isso que tal ‘consciência ingênua’ pode ser submetida a um processo crítico-ideológico. A meta desse processo é levar a consciência ideológica ingênua a um ponto em que ela possa reconhecer suas próprias condições efetivas, a realidade social que ela distorce e, mediante esse até mesmo, dissolver-se (p. 312).

Essa exposição acima sobre o sujeito, o inconsciente e a ideologia inseridos no contexto de revalorização do materialismo histórico frente à crise do sistema capitalista, e considerando o que se delimitou como *estruturalismo*, podemos trazer o questionamento de Maingueneau (1990 p. 67): “Como intervém aqui o projeto de análise

⁶ Em 1970, na Universidade de Búfalo (Estado de Nova Iorque). M. Foucault dá uma versão modificada dessa conferência, publicada em 1979 nos Estados Unidos. (MOTTA, 2009, p. 264)

⁷ Pode ser consultado o item 1.5 desta dissertação.

de discurso? Pela necessidade de definir uma ciência da ideologia da qual a análise de discurso seria componente essencial.”

Considerando que a linguagem possui uma autonomia relativa, ou seja, destituída de um caráter ideológico, passou a ser vista como o liame com o qual os linguistas se debruçassem sobre os enunciados dos sujeitos, estabelecendo uma correlação entre enunciação e discurso.

1.4. Enunciação e discurso

Destarte, pretendemos abordar a relação entre o *sujeito* e a *enunciação* na produção de sentidos no discurso, sem que venhamos a produzir uma resenha sobre as diferentes teorias da enunciação.

Em 1974, foi publicada uma coletânea de trabalhos do linguista Émile Benveniste, intitulada *Problèmes de linguistique générale*, e dividida em dois volumes. Essa densa obra reunia textos e artigos produzidos da década de 1940 ao início da década de 1970.

No prefácio da edição francesa, Benveniste (1966) destacava as dificuldades de condensar textos pioneiros, outros metodológicos, em decorrência da emergência relativamente recente de sistematização da Linguística por Ferdinand de Saussure, em 1916.

Como vimos, a língua é o meio com o qual se garantiu a permeabilidade da epistemologia estruturalista. Conseguiu-se elencar suas principais categorias para a teorização e sistematizar seu corpus analítico: objeto e signo, objetividade e subjetividade, símbolo e pensamento, sincronia e diacronia, e a questão da análise intralinguística. Além desses, para nosso trabalho, a categoria central: a enunciação.

A língua detém uma estrutura complexa, constituída de signos linguísticos, que circulam entre os falantes de uma determinada língua (ou idioma), com diferentes possibilidades de manutenção (estabilidade) ou de mudanças (instabilidade) ao longo de todo o processo de renovação da língua.

Desde Saussure (1916) com as questões sincrônicas e diacrônicas do estudo linguístico que se considera a língua um fato social, e que se realiza através dos sujeitos envolvidos em seus atos individuais.

Em Benveniste (1976), “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização, [...] enunciação, é o ato mesmo de produzir um

enunciado, [...] a relação do locutor com a língua determina os caracteres linguístico da enunciação” (p. 82).

A enunciação se constitui em um ato de apropriação da língua, ação de um locutor sobre um locutário. Essa relação evidencia, através de índices de pessoas (pronomes eu; tu; ele/ela, por exemplo) índices de tempo e de espaço (advérbios como *aqui, ali, lá, alhures*), o que Benveniste (1970) considerou o *ego-hic-nunc* (eu aqui agora) como o mecanismo com o qual se opera a passagem da língua ao discurso (FIORIN, 1996, p. 22).

A enunciação é o mecanismo através do qual a *subjetividade na língua* se materializa no discurso. Entretanto, diferente do que Benveniste (1976) considerou que a língua aceita a liberdade criativa do alocutário, Robin (1977) “lembra que essa liberdade discursiva individual só seria possível do sujeito sem inconsciente, sem pertencer a uma classe, sem ideologia, que fala, de que se fala” (p. 4) e completa

esta liberdade atribuída ao domínio da fala inscrevia-se numa Filosofia do sujeito neutro, transparente a si próprio (uma Filosofia de antes da descoberta freudiana), e naquela de um sujeito sem determinações sócio-ideológicas (uma Filosofia de antes de Marx)” (idem, apud BARROS, 2001, p. 4).

O locutor, quando se apropria da linguagem para se realizar sobre o alocutário, define sua posição de locutor, e ao fazer isso cria o *outro* diante de si, não importando a distância em que este outro (alocutário) esteja de si.

Essa relação locutor e alocutário mantém entre si uma *alteridade discursiva*, que só é possível porque a língua detém uma autonomia relativa. No entanto, é a partir de determinadas escolhas lexicais que a enunciação cria efeitos de sentidos. E isso é o cordão nevrálgico para o discurso: a compreensão dos efeitos de sentidos, donde as formações ideológicas se relacionam com as condições sociais de produção dos sujeitos (PÊCHEUX & FUCHS, 1975).

Fiorin (1996) admite que “o discurso não é uma grande frase nem um aglomerado de frases, mas um todo de significação. Nesse sentido, a frase deve ser entendida como um segmento do discurso – o que não exclui, evidentemente, que o discurso possa ter, em certos casos, a dimensão de uma frase. Considerado como totalidade, o discurso é constituído pela enunciação” (p. 30).

A AD é a procura pela produção dos sentidos. A língua, sistema sêmico, constitui o significante, enquanto que o discurso produz sentidos, e este surge da relação entre sujeitos, inseridos em suas formações ideológicas. Logo, a linguagem, enquanto estrutura básica da comunicação entre sujeitos, “(...) não é o lugar do poder, mas, ao contrário,

manifesta um poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 100). A linguagem é o substrato com o qual os sujeitos, em suas práxis discursivas, criam efeitos de sentidos, semiotizam o mundo, agem sobre outros sujeitos.

Haviam dois movimentos diferentes relativos às bases fundadoras da AD: um radicado nos Estados Unidos com o linguista Noam Chomsky, com a sua Gramática Gerativa (DOSSE, 1997b), o outro, no território francês cujos movimentos de renovação epistemológica, como vimos, levaram à análise política dos discursos na década de 1960.

A emergência da AD está vinculada às transformações sociais desencadeadas pelo movimento de renovação epistemológica da França em meados da década de 1960, em torno de dois cientistas sociais: Jean Dubois e Michel Pêcheux. Esse contexto fundador é resgatado por Maldidier (2010, p. 19).

Jean Dubois, linguista, é um universitário. Seu trajeto é o de numerosos linguistas franceses da época: estudos literários, gramática, depois passagem para a linguística. É já um grande nome da linguística francesa, um lexicólogo reconhecido. Ele participa de todos os empreendimentos que, na década de sessenta, manifestam o espírito de conquista da linguística: da elaboração de dicionários à criação de revistas (...). Michel Pêcheux, por sua vez, é filósofo. Desde o meio do decênio, ele se encontra envolvido nos debates teóricos que se desenvolvem na rua Ulm, em torno do marxismo, da psicanálise, da epistemologia (...). Ele situa-se, de início, no terreno da história das ciências (...), sua reflexão se inscreve de imediato nas questões da época sobre as ciências humanas. Uma figura essencial aqui, que desempenhará posteriormente um papel importante no pensamento de M. Pêcheux, é a de Michel Foucault.

Dubois e Pêcheux estão vinculados ao movimento de renovação epistemológica francesa, de um distanciamento do positivismo e da fenomenologia para a epistemologia do estruturalismo. Doravante, salienta-se que ambos autores possuíam filiações comuns: a história da luta de classes (materialismo histórico), a política, e a questão do sujeito. Elementos que não estavam presentes na aporia estruturalista.

Teixeira (2005), referindo-se a Pêcheux, assinala que “é no materialismo histórico e na teoria das ideologias [que se] toma os verdadeiros fundamentos da noção de discurso. As formações ideológicas e as formações discursivas passam a figurar como constitutivas dos sentidos, sem que por isso a língua como realidade autônoma desapareça, cedendo lugar, na análise, ao materialismo histórico” (p. 37/8).

Além de romper com a epistemologia positivista, Pêcheux teria ainda que superar a *fenomenologia de Jean Paul Sartre*, pois era uma teoria dominante entre os cientistas sociais de sua época.

Isso explica, em grande medida, a aproximação de Pêcheux com Saussure (base estrutural da língua), Marx (materialismo histórico) e Lacan (abertura para a psicanálise para conceituar o sujeito e aproximá-lo da filosofia althusseriana na interpelação do sujeito pela ideologia como condição de funcionamento da sintaxe e da semântica).

Dentre os cientistas sociais que emergiram no movimento de renovação epistemológica, dois são muito consagrados, quais sejam, Michel Pêcheux e seu contemporâneo Michel Foucault, que chegaram juntos ao mesmo ponto: a análise de discurso.

Bem que se diga, que há um hiato com respeito a Michel Foucault quanto a sua filiação ao estruturalismo e à questão da Análise de Discurso, que ao mesmo tempo que o distancia de seu contemporâneo Michel Pêcheux também o aproxima, pelas seguintes razões: Foucault não estabeleceu uma análise linguística do discurso enquanto instrumento analítico e metodológico, pois não vai no sentido de sustentar uma epistemologia científica. Este autor buscava explicar como as ciências se organizavam e mantinham seus discursos de justificação e verdade (isso fica bem estabelecido em sua obra *Arqueologia do Saber*); ao passo que o aproxima em virtude do entrelaçamento realizado por Pêcheux entre a língua, o sujeito e a história, e é nesta categoria “história” a filiação de Foucault com relação ao discurso.

Foucault⁸ buscou analisar os discursos sem considerar o papel da ideologia na configuração do sujeito. Enquanto que para Pêcheux a ideologia ocupou um papel chave na constituição do conceito de sujeito, em razão da interpelação do sujeito pela ideologia. Isso é consequência das teses de Louis Althusser na obra pechetiana. Por isso, podemos concluir que o discurso que Foucault procurou analisar difere, em grande medida, da análise de discurso de Pêcheux.

É mister deixarmos claro os direcionamentos que ambos cientistas trilharam no decorrer da década de 1960 na França. Enquanto Pêcheux procurou analisar as transformações políticas, e particularmente o movimento estudantil tendo por base a propaganda, Foucault procurou estabelecer a “história das ideias” (HENRY, 1992, p. 33). O movimento era o de renovar as ciências humanas sem que houvesse uma filiação direta com o estruturalismo (ou ainda com a fenomenologia), mas constituir um sujeito

⁸ Sobre a questão de Michel Foucault em se estabelecer no estruturalismo configurado pelo materialismo histórico há uma considerável crítica de Carlos Nelson Coutinho em *Estruturalismo e Miséria da Razão*, em que Coutinho destaca o fato de Foucault ter rompido com o marxismo. Talvez, seja por isso o distanciamento entre este autor e Pêcheux.

institucionalizado, um *ser transcendental* desprovido de ideologia e que fosse capaz de organizar determinados grupos de enunciados que passariam a compor uma formação discursiva.

Na primeira fase da análise de discurso de Pêcheux (*Análise Automática de Discurso de 1969*), a categoria *formação discursiva* estava presente em seus trabalhos iniciais - a nomenclatura foi tomada de empréstimo de seu contemporâneo Foucault. No entanto, em 1975, Pêcheux faz uma atualização dessa categoria baseada no conceito de *preconstruído*, considerando o núcleo da formação discursiva *paráfrase* e o *interdiscurso*. Enquanto que Foucault não revitalizou sua concepção sobre o tema, já que este teórico não via a necessidade de considerar a posição ideológica do sujeito do discurso, e sim o sujeito na ordem do discurso. Henry (1992) conclui que “o discurso de Pêcheux não é o de Foucault” (p. 34).

Logo, o discurso é a forma com a qual os sujeitos se revelam inseridos em suas próprias formações ideológicas, influenciando suas formações discursivas nas quais os sujeitos se encontram ao produzirem seus enunciados, como conclui TEIXEIRA (2005) ao dizer que “é na esfera do discurso que as formações sócio-históricas e inconscientes deixam traços na linguagem. A tarefa da semântica do discurso é explorar esses efeitos de sentidos pela reconstrução dos processos discursivos nos quais eles são expressos” (p. 40).

Os discursos são uma materialidade do sujeito que, interpelado pela ideologia, transfere à língua os sentidos e significados das palavras e dos enunciados, “[...] *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1988 p. 160 – grifos no original).

A Linguística foi o meio pelo qual Pêcheux pôde manter sua filiação com o marxismo, dado o caráter relativamente autônomo da língua, para ser uma forma de tratar os enunciados políticos, com a intenção de demarcar as posições e os sentidos dos sujeitos em determinada posição no ato de enunciação, para expor as questões relativas a luta de classes, por exemplo, e a própria crise do sistema capitalista:

[...] o proletariado experimenta progressivamente, sob a democracia burguesa, o irrealizado do movimento popular, e descobre pouco a pouco que a burguesia tem a necessidade vital de que esse ponto permaneça *irrealizado*: a dominação da ideologia jurídica introduz assim, por meio de seu universalismo, uma *barreira política invisível*, que se entrelaça sutilmente com as fronteiras

econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista” (PÊCHEUX, 1990, p. 11).

Para Malidier (2003 apud BRASIL, 2011), os estudos pechetianos constituem-se de um verdadeiro nó na compreensão da AD:

O discurso me parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam, literalmente, todas as suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito. A originalidade da aventura teórica do discurso prende-se ao fato que ela se desenvolve no duplo plano do pensamento teórico e do dispositivo da análise de discurso, que é seu instrumento (p. 176).

Depois dessa panorâmica em relação à introdução a análise de discurso, detenhamo-nos a compor um quadro sobre a ideologia e as formações ideológicas, formações discursivas e o enquadramento semiolinguístico do discurso de turistificação do território turístico da cidade de João Pessoa.

1.5 A interpelação do sujeito pela ideologia e as formações ideológicas

O discurso é o lugar do sujeito, isso só atesta que *inconsciente* e a *ideologia* se materializam na língua, já que não há discurso sem sujeito, tampouco, sujeito sem ideologia.

Pêcheux (1995) levou em conta que a produção dos discursos mantém um caráter ideológico que depende da situação e posição do emissor e do referente no jogo discursivo, além das imagens produzidas mutuamente acerca da compreensão do que se é enunciado. Dessa forma, ele considera que

as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção dizendo que essas condições contraditórias são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo *conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado* que essa formação social comporta. (p.145 – grifos no original).

Os discursos constituintes do nosso corpus para análise auxiliaram a compreender como a lógica econômica transpõe para o território, dotando-o de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento do turismo de negócios e eventos. Nesse sentido, Pêcheux (1995) conclui que as relações de produção ou de transformação do espaço pelos

aparelhos do Estado não “contribuem de maneira igual para a reprodução das relações de produção e para sua transformação” (idem, p. 145).

Mikhail Bakhtin (2006) considera que “tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*” (p. 29 – grifos no original).

Os entrelaçamentos dos discursos estão inseridos na questão das desigualdades socioespaciais. Tais discursos estão presentes entre os gestores públicos que, ao nosso ver, constituem um núcleo de uma formação ideológica própria, ou seja, o discurso da desigualdade não ocorre pelo fim dessa questão social, mas é mantida em determinados níveis como forma de justificativa dos investimentos.

A ação estatal - no sentido de uma criação imaginária do turismo, seja esta uma criação a partir do real concreto, seja a partir da essência da aparência - evidencia o que Althusser (1985) considerava sobre a questão da ideologia e a forma como os sujeitos existem no real concreto. Assim, afirma:

não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os ‘homens’ ‘se representam’ na ideologia, o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação com as suas condições reais de existência. É esta relação que está no centro de toda representação ideológica, e, portanto, imaginária do mundo real (p. 87).

A ideologia funciona como uma representação imaginária das condições sociais, e se materializa a partir das lutas de classes:

O que dizer é que o conceito de ‘luta de classes’ representa a posição da objetividade e da verdade científicas no que diz respeito à história concreta dos homens concretos no campo dessa luta de classes. É uma objetividade e uma verdade prática, concreta, que visa a realidade não como substância ou numa coisa, fosse ela reduzida a uma estrutura puramente formal, mas como processo material. A contribuição decisiva de Marx para a teoria do processo de produção do conhecimento científico deve-se à relação que ele estabelece entre a forma-sujeito do político e a forma-sujeito do conhecimento científico. No campo da complementariedade, essas duas formas-sujeito estão separadas na neutralidade da Ciência; Marx estabelece o princípio da subordinação da segunda à primeira, ao mesmo tempo, o processo de produção do conhecimento cai no campo da luta de classes (Henry 1992, p. 127-128).

E a ação estatal vem no sentido de constituir um imaginário coletivo de progresso e de desenvolvimento a partir do turismo, mesmo quando existem sujeitos (seres humanos reais) excluídos dessa lógica econômica, que não estão efetivamente beneficiados com a atual forma de progresso, mas que se constitui em um dos referentes dos discursos dos agentes produtores do turismo.

O Estado detém um papel ideológico em suas ações. Ou melhor, os agentes hegemônicos se envolvem com as forças estatais na intenção de criarem uma memória coletiva pautada no progresso, no desenvolvimento e na modernidade. No entanto, concomitantemente excluem os despojados sociais, que não veem seus padrões de vida serem melhorados.

O discurso de turistificação tem um viés do *discurso político*, que cria seus efeitos de sentidos para atender a própria lógica de funcionamento do governo. De acordo com Charaudeau (2006)

O governo da palavra não é tudo da política, mas a política não pode agir sem a palavra: a palavra intervém no *espaço de discussão* para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no *espaço de ação* para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no *espaço de persuasão* para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito. (p. 21 - grifos no original).

Para Charaudeau (2006), a “palavra”, representa a ação, a orientação, a voz de comando para que a vida política se anime, superando os diferentes conflitos e interesses, mas que, internamente, os interesses estão impressos, visto que não há discurso neutro e não há anacronismo entre o discurso e sua práxis política. Muito embora, como apontou Lefebvre (2010) acerca da atitude dos políticos que “têm seus sistemas de significações – as ideologias – que lhes permitem subordinar a suas estratégias os atos e acontecimentos sociais que são por eles influenciados” (p. 111).

Assim, a AD se comporta como importante ferramenta de análise do discurso político, visto que se permite descortinar as reais intenções da práxis política no espaço geográfico. E a cidade como nóculo do desenvolvimento passa a ser sede desse *lôcus discursivo*, *revela* os papéis desempenhados pelo Estado Capitalista no sentido de desenvolvimento do local com interferência do global, nas palavras de Santos (2004)

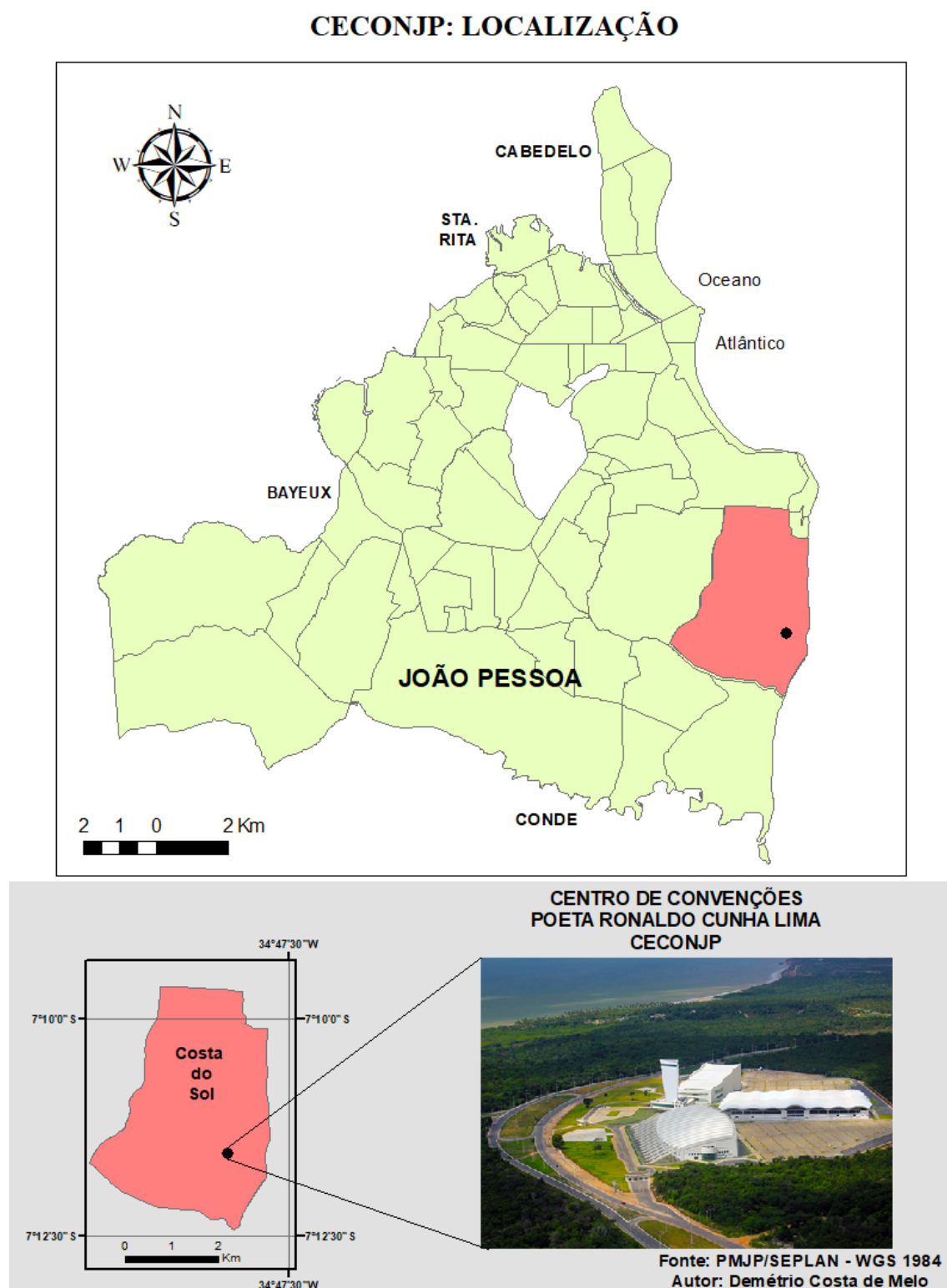
o espaço é um fato social, uma realidade objetiva. Como resultado histórico, ele se impõe aos indivíduos (...) o espaço geográfico é um objeto social como

qualquer outro (...) [é] resultado do trabalho humano – um artefato – o espaço guarda seu caráter objetivo durante suas próprias transformações (p. 161).

Como se viu, os enunciados sobre o turismo produziram uma memória coletiva em torno da atividade que justifica a criação do Polo Turístico do Cabo Branco, localizado no Bairro Costa do Sol às margens da Rodovia PB-008, que atualmente conta com o CECONJP (MAPA 1 – Localização do CECONJP).

Em suma, a AD é uma produção metodológica da linguística que pode ser aplicada ao estudo da produção do espaço geográfico, uma vez que elucida os papéis ideológicos dos diferentes emissores de discursos com a finalidade de investir no setor de turismo.

Mapa 1 – Localização do CECONJP

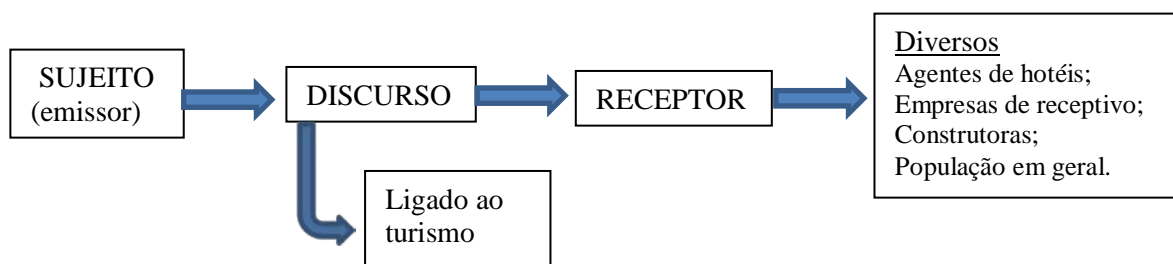


As infraestruturas instaladas no polo turístico tendem a atender a uma demanda que é externa à sociedade, ou que atende a uma lógica econômica que não se tem referência local.

De outra maneira, o discurso é uma forma de reiterar o ideal de classes, e este trabalho sob a luz da Análise do Discurso visa evidenciar os papéis do Estado como um dos agentes de ação do espaço, além de diferentes grupos de interesses econômicos que direcionam os investimentos do setor turístico, tal como ocorreu com o CECONJP.

O enquadramento dos discursos evidencia uma relação entre os sujeitos, que pelo levantamento da pesquisa pode-se montar o seguinte (Quadro 1):

Quadro – 1: Quadro analítico do discurso



Elaborado por Demétrio Costa de Melo, com base em Charaudeau (Linguagem e Discurso), 2014

No quadro, o “sujeito” se alterna entre diferentes representantes, (de acordo com a pesquisa realizada), e é levado em conta o *sujeito* como *ser social*, ou seja, a posição sociológica que este ocupa ao pronunciar seus discursos, tendo em vista que ao se tratar de um agente com representatividade social (governador, secretário de estado, representante do empresariado ligado ao turismo) detém-se uma relativa força política (e social) ao enunciar os discursos que tem como referente o turismo.

O “discurso”, nesse caso, representa o conjunto de significados e sentidos estabelecidos em um contexto social, econômico e político que especificamente se refere ao turismo e cria uma gama de imaginários sociais, tais como a questão do desenvolvimento, da geração de renda, da preservação do meio ambiente e da redução da marginalidade (são imagens que se entrelaçam através de *temas discursivos* com referente no turismo).

O discurso de turistificação do território tem um efeito político da atração de investimentos, muito embora a quantificação dos resultados sociais, tais como empregos, qualidade de vida, ou lazer, fica muito mais no plano simbólico do que na real existência da população.

Ainda que saibamos linguagem é um fato social, e dela nos apropriamos, não significa dizer que empregamos a linguagem de forma mecânica. Podemos dar a ela

diferentes sentidos à medida que escolhemos certas palavras. Para isso, Austin (1990) destaca que dizer algo é ao mesmo tempo fazer algo. “A esse ato de ‘dizer algo’ nesta acepção normal e completa chamo de realização de um *ato locucionário*, e ao estudo dos proferimentos desse tipo e alcance chamo de estudo de locuções” (p. 85 – grifo nosso).

Austin (1990) identificou três tipos de atos de linguagem: atos locucionário, ilocucionários e perlocucionários. Posteriormente, esses atos de linguagem foram atualizados e reclassificados por “Searle, primeiramente em *Speech Acts* (publicado em 1969). Searle insiste em distinguir (1) **os atos ilocutários** (que correspondem às diferentes ações que se podem realizar por meios languageiros: prometer, ordenar, agradecer, criticar etc.); (2) as **forças** ou **valores ilocutários** (componentes de um enunciado que lhe permitem funcionar como um ato particular, combinando-se com o conteúdo proposicional própria a esse enunciado) e (3) os **verbos ilocutários** (unidades lexicais que permitem, em uma língua dada, designar os diferentes atos, como por exemplo: o verbo ‘ordenar’ designa um ato de ordem). Ou seja, Searle revisa a classificação proposta por Austin, distinguindo cinco grandes categorias de atos de linguagem: os **assertivos**, os **diretivos**, os **promissivos**, os **expressivos** e os **declarativos**.” (CHARADEAU & MAINGHENEAU, 2014, p. 73 – grifos no original).

A realização desses atos de linguagem cria sentidos nos discursos que demarcam determinadas posições políticas, sociais, econômicas, e mesmo linguística, do *enunciador* em sua intersubjetividade, inserido em uma formação discursiva.

1.6 As formações discursivas

A necessidade humana de comunicação é uma constante, e entre os diferentes seres há diferentes práticas languageiras, que podem estar associadas a questões culturais e diferentes comportamentos. Isso faz com que uma coletividade compartilhe uma gama, quase infinita, de costumes e hábitos. Porém, o discurso é uma forma da *linguagem* que une diferentes grupos sociais em uma memória coletiva.

Diz Pêcheux (1975) a respeito da formação discursiva,

[...] então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc) (p. 160).

Eagleton (1997) esclarece que

Uma formação discursiva, portanto, constitui uma ‘matriz de significado’ ou sistema de relações linguísticas dentro do qual são gerados processos discursivos efetivos. Qualquer formação discursiva será parte de uma totalidade estruturada de tais fenômenos, que Pêcheux chama ‘interdiscurso’, e cada formação discursiva está, por sua vez, encerrada em uma formação ideológica, que contém práticas não discursivas, assim como práticas discursivas.

Cada processo discursivo, portanto, está inscrito em relações ideológicas e será internamente moldado pela sua pressão. A própria linguagem é um sistema ‘relativamente autônomo’, compartilhado igualmente” (grifos no original) (p.169).

A teoria pecheutiana filiou-se ao anti-humanismo de Althusser a partir da interpelação do sujeito, para consorciar sua leitura do mundo a partir do materialismo histórico (ou marxismo), visto que a língua seria a *estrutura* com a qual essa imbricação seria possível.

A língua conserva uma autonomia relativa a certo distanciamento de transformações no meio social, em que os sujeitos estão inseridos. Todavia, sabemos que as escolhas lexicais dão aos discursos seus efeitos de sentidos, que a língua se materializa na enunciação e que o enunciatário marca sua posição discursiva.

Assim, Pêcheux (1990) afirma que “as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, não tem o mesmo ‘sentido’: esta estratégia da diferença sob a unidade formal culmina no discurso do Direito, que constitui assim a *nova língua de madeira da época moderna, na medida em que ela representa, no interior da língua, a maneira política de negar a política*”. (p. 11 – grifos no original)

Todo discurso produz efeitos de sentidos. Para Mazzola (2009), os efeitos de sentido no discurso mantêm uma tríplice relação epistêmica, que “por sua vez, são: históricos e sociais (teoria marxista); realizados por sujeitos (teoria freudiana) e realizáveis por meio da materialidade da linguagem (teoria saussuriana)” (p. 09).

Salientamos que entendemos por “discurso político” não um “texto” ou um enunciado dito (pronunciado) exclusivamente por um determinado representante eleito, como, por exemplo, um governador, um senador ou um prefeito. Mas como toda a prática languageira, uma vez que “a linguagem é uma atividade humana que se desdobra no teatro da vida social” (CHARAUDEAU, 2014 p. 7) e é através da capacidade humana de criar sentidos que se percebe a posição social (política ou de classe) que o sujeito ocupa e que ideologia está munido no ato languageiro. Pois, numa perspectiva semiolinguística, o

discurso cria no interlocutor determinadas imagens (representativas de um quadro social) que os signos se revestem de um caráter ideológico.

Nesse sentido, ao se referir aos estudos de gênero de discurso em Bakhtin, Maingueneau (2012) completa que “[...] as noções de texto e de gênero de discurso aparecem indissociáveis: um texto pertence a um gênero de discurso, do qual ele é traço; de modo recíproco, todo gênero de discurso produz um texto” (p. 109).

Pêcheux (1975) identifica em “A ideologia alemã” (de Marx e Engels) que a língua é um “meio de comunicação entre os homens”. Mas, segundo o autor, a língua é, ao mesmo turno, instrumento de comunicação e de não-comunicação, uma vez que a ela reflete suas apropriações de classes e através dela as lutas de classes são manifestadas em discursos ora conciliadores, ora conflitantes, ora transparentes, ora opacos.

Bakhtin (2006) buscava compreender os enunciados através dos atos de linguagem e percebeu que “[...] a comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora [de um] vínculo com a situação concreta [...], [pois] a comunicação verbal é sempre acompanhada por atos sociais de caráter não verbal (gestos do trabalho, atos simbólicos de um ritual, cerimônias, etc.)” (p. 126).

Dessa maneira, a aplicação da AD na produção dos discursos de turistificação de João Pessoa perpassa por essa perspectiva, da criação coletiva de imagens com relação ao emprego, ao desenvolvimento urbano, à geração de renda. Imagens estas que foram sendo apropriadas por diferentes agentes como forma de justificação dos investimentos no Polo Turístico do Cabo Branco.

Tal perspectiva (por mais que se distancie do conceito equivalente em Pêcheux (op. cite, 1975) nos permitiu sistematizar a organização da coleta documental e criar uma mesma linha dissertativa a respeito dos discursos de turistificação que recaem em um mesmo objeto, o Polo Turístico do Cabo Branco. E tendo como acontecimento o CECONJP, bem como assinalou Foucault os “[...] enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (idem, p. 36).

Assim, as formações discursivas para Foucault mostram-se mais homogêneas, e retira-se o caráter conflitante entre os diferentes sujeitos produtores de uma discursividade.

Já em Pêcheux, as formações discursivas apresentam contradições, múltiplas vozes que se entrecruzam, mesmo que os discursos sejam de um mesmo sujeito ou de

sujeitos com a mesma posição social, política ou ideológica, ou que esteja sobre o mesmo contexto de produção.

Como vimos anteriormente, o resgate das ideias marxistas pelo filósofo Louis Althusser, no contexto dos aparelhos de Estado, foram determinantes na obra pechetiana, principalmente no que diz respeito a formações discursivas e a interpelação do sujeito pela ideologia.

Isso nos leva à necessidade de investigar as estratégias discursivas e os objetivos pretendidos dos diferentes sujeitos envolvidos, pois são essenciais na identificação das formações de identidades ou de posições, ou seja, das formações sociais, discursivas e imaginárias.

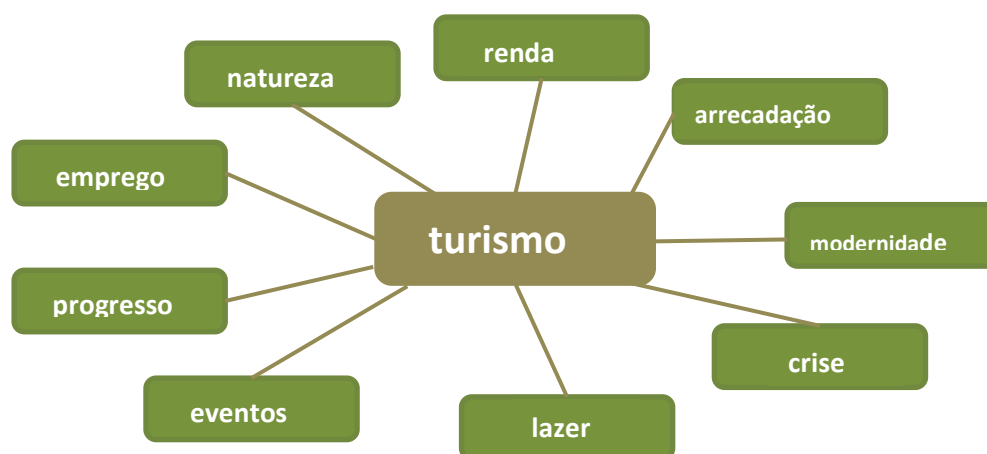
Para a instrumentalização da análise de discurso é necessário levar em consideração o seguinte quadro: o sujeito que produz o discurso (sua posição simbólica); os sujeitos a quem se destinam o discurso; a formação discursiva (as lutas de classe que determinam o que pode e o que não pode ser dito – a ideologia) e o contexto sócio-político do discurso, além de considerar a memória discursiva e os esquecimentos discursivos (ORLANDI, 2005).

Esse quadro orienta as intencionalidades daquele que discursa, ou melhor, dos objetivos se quer conquistar com o que se é dito. Ou, como sugere Foucault (1969), o que jamais é dito, pois uma memória discursiva se mantém naquele que recebe o discurso numa determinada posição, em determinado contexto de ação.

Para Orlandi (2005, p. 15), é fácil perceber que “o discurso é assim palavra em movimento, prática da linguagem, [e que] com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. O ‘o homem falando’, principalmente aquele, que, de certa forma, detém o poder político pode persuadir, deslocar, cooptar o sujeito que recebe o discurso a agir favoravelmente com a ação política. E é nessa relação que as ações se materializam no espaço, onde a configuração de forças cria espaços homogeneizados pela necessidade do capital, já que a “Análise de Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico” (op. cit., p. 19).

Assim podemos elaborar um quadro analítico com as principais interdiscursividades dependentes enunciativas acerca do turismo (Quadro 2):

Quadro – 2: Interdiscursividades dependentes



Elaborado por Demétrio Costa de Melo, de acordo com a concepção das formações discursivas.

Levando em consideração a atualização da AD na obra pechetiana, com relação ao preconstruído e o interdiscurso, percebemos que os discursos políticos do turismo como objeto linguageiro, criam essa relação de interdiscursividade que dependem de outros elementos construídos previamente, sendo subtemas que completam o sentido do discurso turistificado: natureza, preservação, sustentabilidade, leis ambientais, meio ambiente. Além desses, os discursos de turistificação recorrem a questões relativas ao emprego, renda, crise, lazer, progresso, eventos, arrecadação e modernidade, principalmente nos enunciados que justificam os investimentos do Estado na direção de atrair a iniciativa privada.

As formações discursivas constituem-se de elementos preconstruídos, de uma memória linguageira, uma vez que não há discurso que não esteja imbricado por outros discursos. A medida que um sujeito produz seu enunciado, este traz a tona sentidos que já estavam filiados. Assim, toda enunciação é um ato de linguagem que pressupõe o interdiscurso.

1.7 A Análise semiolinguística do discurso

Os atos de linguagem resultam da relação entre o referente e seu enquadramento nas condições de produção dos discursos, que em muito dependem da interdiscursividade e subjetividade na enunciação, decorrente da realidade social, tais como a vivência e as trocas linguageiras do grupo nas formas de comunicação corrente. Isso leva à interpretação do ato de linguagem oscilar entre uma ação verbal e não-verbal.

No entanto, precisamos de uma tipologia de determinados discursos, sem os quais poderiam nos levar a erros e imprecisões. Diante disso, destacamos os gêneros do discurso político, e o discurso das mídias.

1.7.1 Discurso político

Antecipamos, que não pretendemos elucidar todas as dimensões de significações com as quais a palavra *política* possui, mas estabelecer um nexo para podermos compreender que o poder emana do agir político, e que tem no discurso uma ferramenta importante na disputa (ou na manutenção) desse poder.

Foucault (1969) identificou diferentes formas de discursos, dentre os quais, o discurso da ciência de uma forma geral (o discurso da história, da economia, da medicina, da psiquiatria), mas evidenciou que “o discurso político é o discurso do sujeito por excelência (PINTO, 2006 p.89).

A política tem por princípio a inexorabilidade de os homens viverem juntos, terem que resolver seus conflitos e necessidades, impulsionadas por uma gama de interesses particulares, que no meio social os homens em conflito têm que fazer parecer *válido* (um caráter de verdade) aquilo que pleiteiam.

A *política* consiste no exercício das relações humanas, que de forma geral, tem em sua origem as *pólis ateniense* (cidade-Estado) de seu período clássico. Quando determinados representantes (os *políticos*) encenavam na *ágora* os discursos daqueles com os quais se faziam representar.

Entre os séculos XVII ao XVIII os desdobramentos das grandes revoluções (Inglesa, Americana e Francesa) transferiu a exclusividade do exercício da política no papel do *soberano* para o *cidadão*, o que determinou a criação de instituições sociais que pudessem dar conta da pulverização do poder político para além do governante. Isso para desenvolver um dos valores prementes para a questão da política: a igualdade. A coletivização “dos valores cri[ou] entidades abstratas (Estado, República, Nação) que garantem os direitos e os deveres dos indivíduos” (CHARAUDEAU, 2005, p. 20).

Os seres humanos são essencialmente políticos por estarem sempre em estado de *conflitualidade*⁹. A política é a dimensão da representação das necessidades de uma coletividade.

⁹ FERNDANDES, Bernardo MANÇANO (2009) define que “a conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo”.

A questão da interdependência entre a *práxis política* (locutário) e o sujeito (alocutário) advém de suas relações de poder. Logo, a política seria a forma com a qual os sujeitos resolvem seus conflitos de interesse. O poder é a trama central da política que, para Bobio (1998), “é, portanto, uma relação entre os homens decorrente do que uma pessoa ou grupo tem ou exerce sobre outra pessoa ou grupo” (p. 944).

O discurso político possui inúmeras características, dentre as quais se evidenciam os enunciados na busca da verdade. Uma dessas características são os atos de linguagens que põem no tabuleiro da enunciação um jogo de imagens e de sentidos para convencer ou justificar determinadas ações no espaço, e no nosso caso, o público.

No momento contemporâneo, a análise semiolinguística reconheceu a importância que as mídias cumprem como difusor de uma linguagem não verbal (anúncios, publicidade, *marketing* de maneira geral) com novos signos, deslocando sentidos e criando novos, revestindo esse signo de uma *atualidade* no momento histórico do ato de linguagem.

Para Arendt (1994), “todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; estratificam-se e deterioram-se logo que o poder vivo do povo cessa de apoiá-las” (p. 25). Manter “vivo” esse apoio constitui uma das tarefas dos discursos políticos, e pelos políticos são usados de diferentes maneiras, em diferentes plataformas midiáticas: panfletos, programas televisivos, debates, reportagens impressas, pesquisa de opinião.

[...] no mundo político, de maneira geral, que o discurso aí manifestado está intimamente ligado ao poder e, por conseguinte, à manipulação, o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação. Entretanto, as mídias são utilizadas pelos políticos como um meio de manipulação da opinião pública (CHARAUDEAU, 2015, p. 17).

Charadeau (2015) identificou que as mídias possuem seus próprios discursos, em que subjaz na regulação dos indivíduos em suas trocas sociais, constroem signos e valores, para produzirem sentido. Assim, as mídias se apresentam em instâncias: como ferramenta para a democracia e como empresa de informação, cabendo ao sujeito perceber em qual dessas instâncias ela estaria:

O discurso da mídia contemporânea está calcado em duas características básicas: a busca da verdade e a objetividade. Na busca da verdade está muito próximo do discurso científico, isto é, da investigação. Já em relação a objetividade esta não é reivindicada através do apagamento do sujeito, mas, ao

contrário, através da presença dos sujeitos com posições opostas. (PINTO, 2006, p. 86).

Portanto, a significação não é um somatório de signos, visto que os signos não são dotados de valores particulares, mas são representativos de circunstâncias entre os sujeitos, e que podem, de acordo com o ato de linguagem, preencher o seu núcleo de diferentes significações.

Desse modo, para Charadeau (2015), “as representações, ao construírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real” (p. 47).

Consecutivamente, há de considerar os saberes supostos que envolvem os sujeitos em seus atos de linguagem, as *circunstâncias de produção dos discursos* (trataremos desse conceito mais adiante), que determinam o *como* e *de que forma* o que vai ser dito (ou não dito e a memória discursiva) vai se dar nos enunciados. Por exemplo, a produção dos discursos de *turistificação de João Pessoa*¹⁰. Esses discursos produzem uma semiotização do território com a finalidade de justificar os investimentos (e a consequente construção do CECONJP) no Polo Turístico do Cabo Branco, constituindo, a nosso entender, uma *formação discursiva* de tal modo, que se materializou no território e é percebida pelos sujeitos na *paisagem*.

Dessa forma, estamos no campo da análise semiolinguística, uma atualização da análise de discurso (político) de Michel Pêcheux (1969/1995), que propunha um estudo dos signos linguísticos em favor da estruturação da linguagem.

Já na semiolinguística, o sentido é analisar os atos de linguagem em função dos contextos de produção e de interpretação que remetem às condições sociais e históricas dos sujeitos envolvidos nas trocas languageiras.

Charadeau (2014) parte dos atos de linguagens como forma dos sujeitos agirem sobre a realidade dada sob suas próprias condições de produção de seus enunciados, definindo o campo da análise semiolinguística da seguinte maneira:

O campo semiolinguístico integra essas antinomias. O ato de linguagem não pode ser concebido de outra forma a não ser como o conjunto de Atos significadores que *falam* o mundo através das condições e da própria instância

¹⁰ Ao nos referirmos ao *discurso de turistificação de João Pessoa*, não estamos com isso determinando um estudo do “turismo” como corpus epistemológico, e sim a compreensão de determinações enunciativas, que ao longo do tempo e do espaço, constituíram muito mais uma *formação discursiva* de acordo com M. Pêcheux (1995), e atualizado por CHARAUDEAU (2014).

de sua transmissão. De onde se conclui que o Objeto do Conhecimento é o *do que* fala a linguagem através do *como* fala a linguagem, um constituindo o outro (e não um após o outro). O mundo não é dado a princípio. Ele se faz através da estratégia humana de significação (p.20 – grifos no original).

A língua é a forma com a qual os sujeitos se materializam no mundo, pois deixam suas marcas de existência, onde há um enunciado há sujeitos, e tais discursos ressoam no tempo e no espaço, tanto o locutor quanto o alocutário produzem imagens sobre o mundo, semiotizam a vida, e isso aproxima a semiótica dos atos de linguagem:

[...] diremos que uma análise semiolinguística do discurso é Semiótica pelo fato de que se interessa por um objeto que só se constitui em uma intertextualidade esta última depende dos sujeitos da linguagem que procuram extrair dela possíveis significantes. Diremos também que uma análise semiolinguística do discurso é Linguística pelo fato de que o instrumento que utiliza para interrogar esse objeto é construído ao fim de um trabalho de conceituação estrutural dos fatos languageiros (CHARAUDEAU, 2014 p.21).

As circunstâncias de discurso têm relação com um conjunto de saberes que o falante tem sobre o referente. Ou seja, tem relação estreita com as práticas sociais partilhadas e os pontos de vista recíprocos que os protagonistas do ato de linguagem têm com “a finalidade do ato de linguagem (tanto para o sujeito enunciador quanto para o sujeito interpretante) não deve ser buscada apenas em sua configuração verbal, mas, no jogo que um dado o sujeito vai estabelecer entre esta e seu sentido implícito. Tal jogo depende da relação dos protagonistas entre si e da relação dos mesmos com as circunstâncias de discurso que os reúnem” (CHARAUDEAU 2014 p.24).

Um conjunto de possíveis interpretativos não nos é dado pelo dicionário, e sim pelo contexto da produção do discurso estabelecido a partir do *corpus* discursivo:

Nous définissons un corpus discursif comme un ensemble de séquences discursives structuré selon un plan défini en référence à un certain état des conditions de production¹¹ du discours. La constitution d'un corpus discursif est en effet une opération qui consiste à réaliser, par un dispositif matériel d'une certaine forme (c'est-à-dire structuré selon un certain plan), les hypothèses émises dans la définition des objectifs d'une recherche¹² (p. 24).

¹¹ O conceito de condições de produção, originalmente criado por Jean-Jacques Courtine (1981) substituiu a noção muito vaga de ‘circunstâncias’. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, p. 114). Essa concepção estava enraizada nas condições econômicas de produção (materialismo histórico), em vista da estrutura das formações sociais. Entretanto, o próprio CHARAUDEAU (2014) emprega *circunstâncias de discurso*, como equivalente para condições de produção dos discursos.

¹² Nós definimos um corpus discursivo como um conjunto de sequências discursivas estruturadas segundo um plano definido em referência a um certo estudo das condições de produção dos discursos. A constituição de um corpus discursivo é um efeito, uma operação que consiste em realizar, por um dispositivo de uma certa forma (isto é, estruturado de acordo com um plano), as hipóteses emitidas de acordo com a definição dos objetivos de pesquisa. (Tradução nossa)

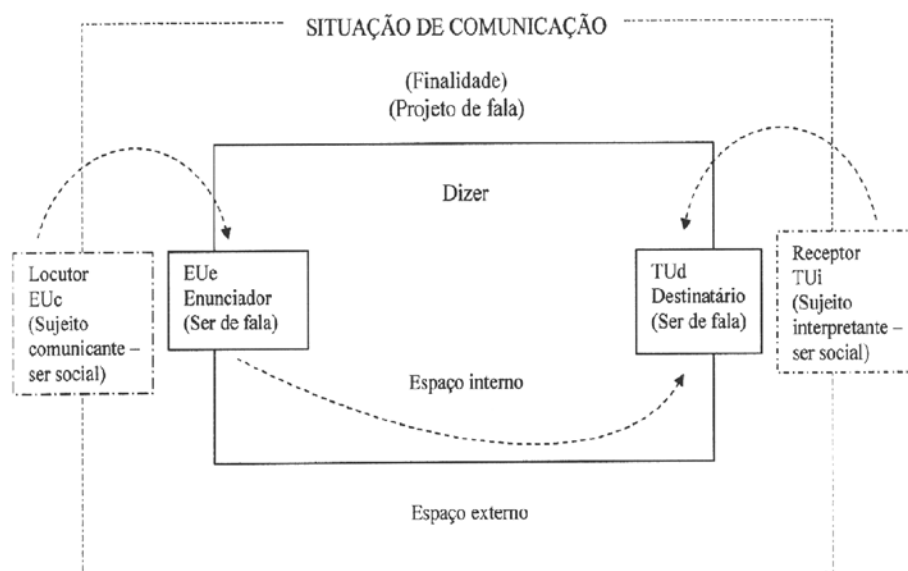
Na perspectiva semiolinguística da AD os discursos não são um conjunto de signos, mas práticas que determinam as ações dos agentes envolvidos, que pela semiotização do mundo através da linguagem, estabelecem uma materialização das “palavras” e das “ideias” no território, mesmo que o intervalo de tempo entre o enunciado e o seu respectivo acontecimento estejam separados por décadas, os atos de linguagem são o liame do engajamento político e social.

Para uma análise do discurso pela semiolinguística consideremos a hipótese de que é o ato de linguagem de um sujeito particular que, através da expectativa discursiva que representa, constrói o saber perceptivo-sensorial do referente languageiro. O saber languageiro se constitui ao longo da produção de atos de linguagem, portadores de múltiplas expectativas discursivas. Cada ato é a resultante de duas atividades languageiras (Simbolização referencial e Significação). Esse fato tem por consequência a colocação desse saber no centro de uma dupla construção semiolinguística, a:

- Construção de uma intertextualidade discursiva (movimento exocêntrico) no qual as marcas estão em relação de interpelação umas com as outras, através do contexto linguístico e das Circunstâncias de discurso criadas pela Instância de uma fala coletiva e/ou individual. Nesse caso, diremos que a marca é portadora de sentido específico: Significação.
- Construção de uma rede estrutural (movimento e endocêntrico), na qual graças às relações de contrastes (sintagmática) e de oposição (paradigmática), produz-se um tipo de sedimentação, decantação testemunha de um conhecimento meta cultural sobre as marcas. Diremos, então, que a marca é portadora de sentidos com valor generalizante: o Núcleo meta discursivo” (CHARAUDEAU, 2014, p.37-38).

Os atos de linguagem compõem um quadro de situação de comunicação, representado a seguir (Figura 1)

Figura – 1: Situação de Comunicação



Reproduzido de: CHARAUDEAU (2015) p. 52

São sujeitos no ato de linguagem de acordo com as circunstâncias discursivas: EUC (eu comunicante), EUE (eu enunciante), TUI (tu interpretante) e TUD (tu destinatário). Na situação de comunicação, há dois circuitos, um interno e outro externo. De acordo com os efeitos de sentidos, onde há dois sujeitos “reais” (EUC e o TUI) e dois imaginados, consequência do sujeito interpretante, na situação externa da situação de comunicação.

Para melhor entender o quadro, tomemos um exemplo de um discurso político, o discurso a seguir foi dito pela Presidente da PBTUR, extraído do sítio eletrônico da SECOM:

“O turismo de eventos e de lazer movimentou toda a cadeia produtiva e a expectativa para a alta temporada é muito animadora”¹³

Temos no circuito externo, os protagonistas como sujeitos ativos. De um lado, o EUC (comunicante) produtor da fala que tem no outro o TUI (sujeito interpretante), fora do ato de enunciação, mas que é produzido pelo EUC. O enunciatário (EUC), antecipadamente, não tem como saber que sujeito(s) irá(ão) receber(em) seu discurso. Sabe-se, porém, que esse TUI existe, no tempo e no espaço, mas como imagem do EUC (um real imaginado).

¹³ Evento corporativo lota hotéis e injeta cerca de R\$ 17 mi na economia de João Pessoa”, ABEOC, 2015

O TUi (sujeito interpretante, um ser ‘real’ imaginado pelo EUc) não depende de si mesmo para poder compreender o discurso acima transcrito, pois está destituído da relação com o sujeito produtor do ato de linguagem. Mas ao se colocar como um sujeito que interpreta o enunciado, produz uma imagem de um EUe (um *ser de fala*, de um sujeito imaginário de TUi, que se posiciona como o enunciatário), remetendo ao circuito interno da situação de enunciação, situando o EUe e o TUd (sujeito imaginado como destinatário, mesmo que seja um sujeito coletivo). Esse TUd e o EUe são especificamente linguísticos.

Dessa forma, remetendo ao exemplo acima, teríamos o quadro: a presidente da PBTUR (EUc) que se reveste de uma perspectiva de veracidade (expectativa para alta temporada) pode ter como TUi dois grupos sociais: empresários que esperam a alta temporada para fazer mais negócios, ou a população que espera por mais empregos. O TUi, ao nosso entender, pode estabelecer concordância ou refutar o que foi dito pela presidente da PBTUR. Ao mesmo tempo, que o TUi pode-se ver como o TUd, como enquadramento do discurso, visto que o EUe (presidente de uma autarquia, deve ter as qualificações esperadas, para dizer o que foi dito). Há ainda, a expectativa do EUe de ao realizar seu ato de linguagem, crie-se incentivo para investimentos nessas modalidades econômicas: turismo de eventos e de lazer, pois constituem-se de grupos sociais diferentes, então o TUi produzido pelo EUc são de múltiplas imagens na concretude de seu ato.

Em suma, os discursos políticos (oriundos de agentes da administração pública e privada) relativos a turistificação do território da cidade de João Pessoa se estabelecem no tempo e no espaço, constituídos por diferentes ideologias, sob a mesma formação discursiva, materializam-se e dão sentido aos investimentos realizados (e por ainda realizar).

Finalizamos o quadro teórico para a análise dos discursos do turismo em João Pessoa, uma passagem no tempo e na ciência, para elucidar a estrutura de origem tanto da Linguística quanto das condições em que emergiu a análise do discurso.

Destarte, estamos ante uma convergência teórico-metodológica, que na contemporaneidade é denominada de *pluralismo metodológico* (MOREIRA, 2010).

Propomos agora, estabelecer um paralelismo desse processo transformador e a relação que se estabeleceu com a ciência geográfica, na passagem do positivismo para o estruturalismo e como os grandes mestres da Geografia se voltaram a aporia estruturalista.

A ideologia é, antes de tudo, um sistema de representações: “mas essa representação na maior parte das vezes nada tem a ver com a consciência. São objetos culturais percebidos-aceitos-suportados, e que agem funcionalmente sobre os homens por um processo que lhes escapa” (ALTHUSSER, 1979, p.206).

1.8. Geografia: uma ciência pluralista

Como resultado do esforço de renovação e de delimitação do objeto da geografia Santos (2004), Moreira (2010), Carlos (1994) e Massey (2009) concordam que o *espaço geográfico*¹⁴ é a categoria com a qual os geógrafos fazem suas análises e se relacionam com outras ciências sociais, pois

o espaço é o objeto da geografia, o conhecimento da natureza e leis dos movimentos da formação econômico-social é o seu objetivo. O espaço geográfico é o espaço interdisciplinar da geografia. É a categoria por intermédio da qual se busca apreender os movimentos do todo: a formação econômico-social (MOREIRA, 2010 p.63).

Moreira (2010) completa que é “através da análise dialética do arranjo do espaço, [que] serve para desvendar máscaras sociais, vale dizer, para desvendar as relações de classes que produzem esse arranjo. É nossa opinião que por detrás de todo arranjo espacial estão relações sociais, que nas condições históricas do presente são relações de classes” (p.62).

O movimento atual, em que as relações são fluidas, que o tempo é fluido, o pensamento é fluído, e os fatos são híbridos, temos de lançar mão das novas possibilidades epistemológicas. Parece-nos que, assim como aqueles que nos antecederam, estamos sempre a alongar os caminhos, quando possível experimentar novos, não que andar sobre estradas já percorridas não tenha sua validade, mas é preciso ampliar o caminho. Assim, concordamos com Silva (1982): “A solução pluralista é uma resposta a um mundo também pluralista pela incapacidade da teoria de dar conta de sua unidade” (p. 71).

O espaço surge com a sincronização do tempo, do tempo produtivo com a Revolução Cultural que antecede a Industrial. Primeiro, o tempo se consolida no espaço

¹⁴ Santos (1978) sinaliza que o estudo do espaço deveria considerar as categorias: estrutura, processo, função e forma, em suas relações dialéticas. (p. 28)

alterando a percepção de natureza, depois com a homogeneização da produção, o espaço é o próprio tempo, mas um tempo valor.

Naturaliza-se o tempo-espaço com a física e com a economia, permitindo uma mesma cosmovisão do espaço produtivo. A vez da técnica como totalidade, destaca Santos (2002), é “a técnica [que] nos ajuda a historicizar, isto é, a considerar o espaço como fenômeno histórico a geografizar, isto é, a produzir uma geografia como ciência histórica. Assim pode-se também produzir uma epistemologia geográfica de cunho historicista e genético, e não apenas historista e analítico” (p. 49).

Muitos geógrafos vêm ao longo do tempo considerando o espaço geográfico como seu objeto, ao longo de todos os discursos, desde Estrabão, passando pela escola alemã, determinista, e escola francesa, possibilista, ou a escola teórica-quantitvista e fenomenológica (cultural) estadunidense, ao movimento de inserção da geografia no estruturalismo francês das décadas de 1960-1970, com a adoção do materialismo histórico (dialético) para compreender as *formações sociais*.

DOSSE (1997b) marca que os geógrafos também estavam envolvidos com aporia estruturalista, porém em um momento mais tardio, principalmente com o francês Yves Lacoste.

O movimento científico que desse período veio a se desenrolar, levou a cortes epistemológicos importantes, principalmente, ligado à releitura de Marx pelo filósofo francês Louis Althusser, um feito bastante complicado naquela época, em razão do quadro político e econômico de seu tempo, quando estavam de um lado os países capitalistas centrais em meio a uma crise estrutural de produção e o elevado nível de endividamento externo dos Estados Unidos. De outro lado, a excessiva burocratização dos países socialistas, além das informações sobre o totalitarismo stalinista na ex-União Soviética.

Segundo Dosse (2003), Althusser tinha que apoiar o resgate do materialismo histórico sem que houvesse o culto à personalidade. Ao mesmo tempo, tinha que separar o forte economicismo das teses marxistas. Distanciar-se da filosofia hegeliana foi um preço alto que tirou o sujeito da condição de sujeito para interpelá-lo pela ideologia dos aparelhos de Estado. Desse modo, afirma que “o preço a pagar implica participar da separação do vivido, do psicológico, dos modelos conscientes, assim como na dialética da alienação” (p. 255).

A releitura que Althusser (1979) buscou foi no sentido de tirar o homem de seu processo de alienação, que é a contradição imposta pelo processo produtivo em que o sujeito não se reconhece ante ao que ele próprio produz. Essa alienação cessaria à medida

que o homem conseguisse se libertar de uma *razão alienante*, mantida pelos aparelhos de Estado, uma vez que correspondia aos anseios da classe dominante. Afirma Dosse que “Ele esvazia as categorias filosóficas de Sujeito, de essência, de alienação e opera uma crítica radical do humanismo vinculado ao estatuto mistificados da ideologia da classe dominante” (DOSSE, 2003 p. 257).

No entanto, para Pereira & Gioia (1996), “esses níveis da realidade, porém, não estabelecem entre si relações mecânicas de dependência: as ideias sociais, filosóficas e outras possuem uma relativa independência em relação a base econômica, principalmente devido a exercerem influencia umas sobre as outras” (p. 290).

A interpelação do sujeito pela ideologia constituiu uma visão de *sujeito descentrado*, sob o efeito de diferentes (ou adversas) ideologias independentes, que agem sobre cada indivíduo e que se expressa com uma pluralidade de *Sujeitos*. O mundo do sujeito é o real. Nas palavras de Althusser (1979)

as sociedades humanas segregam a ideologia como o elemento e a atmosfera mesma indispensável à sua respiração, à sua vida histórica. Só uma concepção ideológica do mundo pôde imaginar sociedades *sem ideologias*, e admitir a ideia utópica de um mundo onde a ideologia (e não de uma de suas formas históricas) desapareceria sem deixar rastro, para ser substituída pela *ciência* (p. 205 – grifos no original).

Na renovação estruturalista das ciências, Dosse (1997b), ao referir-se à Geografia, conclui que esta ciência, em sua formalização, adotou de forma tardia o estruturalismo, dado seu isolamento. Entretanto, os geógrafos, principalmente na Sorbonne, influenciados pelos mais jovens que “protestavam por inovação, por um maior rigor em sua disciplina, o que culminou com o lancamaneto do periódico *Espaces Temps*” (p.320), tendo o geógrafo Jacques Lévy no corpo editorial em 1975 para criar um novo sentido a Geografia e sua inserção no movimento estruturalista.

Massey (2009) assinala que haviam dois problemas a resolver: primeiro, que o estruturalismo tinha uma forte influência da antropologia de Lévi-Strauss, com a adoção da etnologia; e, segundo, que os historiadores passaram a ver a história de forma diacrônica, linear. Assim, afirma que “o estruturalismo se voltou para os conceitos de estrutura, espaço e sincronia. Em vez de narrativa, estrutura; em vez de diacronia, sincronia; em vez de tempo, espaço” (p. 65).

A autora afirma ainda a intensão de evitar que a Geografia Mundial se tornasse história. Daí a necessidade de a Geografia concentrar-se na análise das estruturas de cada sociedade, perdendo sua visão globalizante, para dar sentido às particularidades.

A geografia passou para estudos sincrônicos, em que o espaço, a-histórico, transformou-se em seu objeto principal, o que levaria arrumação epistemológica, em décadas à frente, para ser dinamizado.

Capel (1981) destaca o movimento a-histórico na Geografia, quando do estabelecimento, nos Estados Unidos, da Geografia Quantitativa “en la búsqueda del orden espacial subyacente la historia está prácticamente ausente. La geografía cuantitativa es desde el principio decididamente ahistórica”¹⁵ (p. 394-395). Dessa forma, o espaço se manteve como a categoria basilar da geografia, uma espécie de conjunto maior para outras categorias espaciais, tais como território, paisagem, Estado¹⁶, nação região e lugar.

A categoria “espaço” se manteve na categoria principal, ao longo da passagem pelo estruturalismo, e mesmo antes deste. O fato é que várias ciências humanas e sociais estavam sendo revistas nas décadas de 1960 a 1970, e dessa forma, caberia também uma redefinição da geografia enquanto ciência.

Da mesma forma que a Linguística, a Antropologia e a Psicanálise estavam sobre influência do althusserianismo (marxismo), a geografia também se insere na questão do materialismo histórico.

Podemos concluir que os geógrafos buscavam consolidar a epistemologia geográfica numa relação homem-natureza, uma relação dialética, configurando o espaço como estrutura com a qual o homem edifica a sua materialidade, sua existência no mundo.

O materialismo histórico permite a essa realização epistemológica, e dava conta de explicar diversos fenômenos sociais a partir da crise estrutural do fordismo da década de 1960/70.

A geografia vai incorporando, em suas análises, as formas como o espaço (muitas vezes confundido com território) vai incorporando temas sobre as origens das desigualdades, relacionando com a organização do espaço geográfico pela territorialidade da produção fordista e suas relações com os sujeitos.

As análises centradas no (neo)positivismo, como a da Teoria Geral dos Sistemas de Ludwig von Bertalanffy, que influenciaram o geógrafo alemão Walter Christaller, que

¹⁵ “na busca da ordem espacial subjacente a história está praticamente ausente. A geografia quantitativa é desde o princípio decididamente ahistórica.”

¹⁶ Santos (2004) *Os Estados-nações, formações sociais e totalidades legais e legítimas, são também a unidade geográfica de estudo*. (p. 224 – grifos no original)

propôs a análise urbana a partir da teoria dos lugares centrais (CAPEL & URTEAGA, 1984), não era suficiente para explicar as desigualdades no meio urbano.

A revisão que Santos (2004) fez em seu livro *Por Uma Geografia Nova*, cuja primeira edição foi em 1978, era uma crítica aos geógrafos, que, na tentativa de estabelecer um objeto à geografia, partiu para o ecletismo metodológico.

O autor apresenta as diferentes correntes que influenciaram na análise geográfica, tais como a nova geografia, pautada nos estudos matematizados e quantificáveis da realidade geográfica, e também os estudos relativos à percepção sobre a influência da fenomenologia.

Santos realça que o objeto da geografia é o espaço, materialização da sociedade ao longo do tempo, constituído de diferentes temporalidades, que ele considerou “rugosidades” (p. 173).

Capel (1981) também mostrou interesse na releitura do marxismo após a década de 1950, quando expos sua preocupação com o tema:

desde la segunda mitad de la década del 50 y em decênio siguiente, el desarrollo de un pensamiento marxista puede realizarse más libremente, a la vez que el descubrimiento de la feroz represión estaliniana, la toma de consciencia de la formación de una sociedade burocrática em los países socialistas, y sucesos como la invasión de Hungría (1956) ponen em cuestión el dogmatismo marxismo-leninismo; lo cual, a la larga, hizo posible una reflexión más libre que cntriuyó, indudablemente, a un enriquecimiento de la teoría marxista y, por consiguiente, de las ciencias sociales¹⁷ (p. 404).

Quaini (1983) assinala que a geografia, em seu movimento de renovação epistemológica, teve no geógrafo francês Paul Claval relevante influência, e atribuiu importante papel para os estruturalistas, principalmente Michel Foucault, com o propósito de fundamentar uma categoria e métodos novos. Logo em seguida, cita outro geógrafo italiano *Lúcio Gambi* no esforço de renovar a história da constituição da geografia para consolidar seu objeto. Quaini (1983) destaca que isso “é um indicador evidente do atraso da geografia como disciplina e ao mesmo tempo do atraso dos estudos de história de ciências humanas” (p. 16-17). Complementa afirmando que “Em outras palavras, o atraso

¹⁷ “desde a segunda metade da década de 50 e em decênio seguinte, o desenvolvimento de um pensamento marxista pode se tornar mais consciente, a vez que o descobridor da feroz repressão estalinista, o toma de consciência da formação de uma sociedade burocrática nos países socialistas, e a sucessiva invasão da Hungria (1956) põem em questão o dogmatismo marxismo-leninismo; O que, a longo prazo, possibilitou uma reflexão mais livre que indubitavelmente levou a um enriquecimento da teoria marxista e, conseqüentemente, das ciências sociais.”

da geografia e se espelha senão atraso de sua abordagem histórica e na sobrevivência do dogmatismo típico da Concepção positivista da evolução científica” (p. 18)

Quaini (2002), em seu livro *Marxismo e geografia* de 1974, já estava introduzindo o materialismo histórico com processo metodológico. Segundo ele, havia um paradigma que daria conta de justificar as análises geográficas. Livrando a geografia de uma ciência, enciclopédia mnemônica, como a visão fragmentada de territórios e nações, diz que:

Qualquer que seja o ponto de vista a partir do qual se considere a crise da geografia, sempre se chega a reconhecer que em sua base está uma vistosa carência de reflexão epistemológica e que o atraso da Geografia em relação às outras ciências humanas e naturais é antes de mais nada um atraso na elaboração e no controle dos próprios instrumentos lógicos (p. 26).

De modo geral, Quaini (2002) traçou um paralelismo entre a obra *O Capital* de Marx, com a Geografia extraíndo uma “geografia” da obra de Marx. Isso põe em evidência o quanto o estruturalismo althusseriano influenciou os geógrafos a adotarem o materialismo histórico.

Com relação ao marxismo na Geografia, Santos (2004) advertiu que os grandes teóricos seguiram um marxismo dogmático e afirma que “ao seguir cegamente Marx, os fundadores da geografia científica utilizaram uma metodologia congelada, pecaram por dogmatismo e sobretudo consagraram um erro de interpretação que desgrazadamente perdura ainda hoje” (p. 52). Esse “erro” ao qual Santos se refere está justamente no equívoco da adoção de conceitos como *lugar* e *região* ao invés de espaço geográfico.

As relações humanas e a constituição de um meio social, o espaço geográfico, derivam de uma miríade de contingências no tempo.

Ao recorrermos ao pensamento científico, principalmente entre os séculos XIX e XX, percebemos uma variedade de concepções teórico-filosóficas que pouco difere do movimento contemporâneo¹⁸.

Como vimos, as revoluções, as mudanças da organização da produção, dos inventos, da ampliação da técnica, muitas vezes, estão deslocados da reflexão filosófica, quando muito, da reflexão que busca entender como as transformações nos levam a uma nova visão do mundo.

¹⁸ Cf. CAPEL, Horácio. Geografia Humana y Ciencias Sociales: una perspectiva histórica. Nesta obra, de 1984, o autor faz um resgate histórico do desenvolvimento da Geografia Humana, revelando as imbricadas relações de influência de diversas ciências na epistemologia geográfica, passando pela matemática, a antropologia, a sociologia até a economia.

A Geografia ao longo de sua evolução, principalmente entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, constituiu-se de várias “geografias”. Cada uma delas, por diferentes posições que tivessem, estava ligada por um fio condutor, que é o espaço geográfico.

Ante a esse quadro de intensas mudanças de paradigmas na ciência geográfica, indagamos: a dificuldade de reconhecermos que há (e sempre houve) pluralismo epistemológico não ocorre porque estamos fortemente influenciados pelo empirismo lógico que busca agrupar singularidades para atingir um todo? Há uma tendência pelo *holismo*, da crise ambiental que tem levado às ciências a buscar múltiplas dimensões do “pensar” e do “agir” científico sobre o mundo. Venturi (2011) destaca a inversão do entendimento positivista ao afirmar que, “no processo de pesquisa, a escolha das técnicas, primeiramente, relacionada à natureza do objeto de estudo e sua adequação a ele” (p. 18).

É inevitável o intercâmbio entre as diferentes formas de se fazer ciência. Bourdieu (1989) ressalta que “a divisão teoria/metodologia constitui uma oposição constitutiva da divisão social do trabalho científico num dado momento” (p. 24).

Há um movimento crescente de uma crítica sobre a racionalização do mundo (considerando-se a corrente pós-estruturalista e pós-modernista). Pensamento este que nos leva a refletir sobre os meios metodológicos para melhor tirar a essência da aparência (Marx). Com a finalidade de fundar “no mundo da ciência um olhar não fragmentário do todo – o holismo ambiental – e, o que tende a ser um novo paradigma. É, antes, um ponto de cruzamento entre várias correntes filosóficas que brotam do embate com o positivismo desde a virada do século XIX do marxismo, da fenomenologia husserliana e a analítica existencial de Heidegger, chegando ao desconstrucionismo de Derrida e a complexidade de Morin” (Moreira, 2014 p.43).

Em outro trecho, Moreira (2014) destaca a crescente pluralidade de concepções de “linhas teórico-metodológicas, na forma de uma geografia de referência no marxismo, no subjetivismo – a geografia da percepção, a geografia humanista e a geografia cultural, além da geografia histórica” (p. 39).

Destarte, a análise geográfica deve considerar “uma investigação que segue um modo ou uma maneira planejada e determinada para conhecer alguma coisa, procedimento racional para o conhecimento seguindo um percurso fixado” (CHAUI apud MARCHI, 2015, p. 4)

Dessa maneira, precisamente, estabelecemos uma forma de atingir nosso objetivo principal que é analisar criticamente o processo de constituição dos discursos de turistificação do território, tendo dois núcleos: o Projeto Costa do Sol (que se tornou Polo Turístico do Cabo Branco) como política indutora para o turismo e a edificação, por parte do Estado, do Centro de Convenções que, empregando a análise semiolinguística como mecanismo para compreender os jogos simbólicos, e o imaginário decorrentes desses discursos.

Para a construção de nosso corpus de análise, consideramos as categorias *território*¹⁹ e *paisagem* como basilares para atender ao objeto central de nossa pesquisa, evitando, assim, os equívocos entre a separação teoria e metodologia, em que Bourdier (1989) considera ser problemático quando “a construção do objeto, sem dúvida a operação mais importante e, no entanto, a mais completamente ignorada, sobretudo na tradição dominante, organizada em torno da oposição entre teoria e metodologia” (p. 23-24).

É mister esclarecer que o resgate do próprio processo de evolução do pensamento geográfico apresentado mais acima nos orienta a considerar que as categorias são utilizadas a partir de concepções teórico-filosóficas distintas, por exemplo, a *paisagem*. A título de entendimento, uma das conceituações é “tudo aquilo que é percebido pelos olhos, compreendendo, um conjunto de elementos em dada porção do planeta” (MENDONÇA, 1998, p. 46). Esta conceituação indica-nos o pluralismo epistemológico, pois marca a evolução da Geografia. Vejamos alguns casos.

Em um artigo de 1973, Horácio Capel trouxe para discussão a pluralidade metodológica da Geografia humanista através da questão da percepção, cujo título *Percepcion del médio y comportamiento geográfico*. Nesse o autor destaca que:

“En el análisis tradicioial de la relación hombre-medio se aceptaba implícitamente que el primero adaptaba su acción a las características del segundo. Se olvidaba así lo que ha sido precisamente uno de los grandes descubrimientos de la Geografía actual: el papel decisivo de la percepción humana en la formación de una imagen del medio real, la cual, y no éste, es la que influye directamente sobre su comportamiento”²⁰ (p. 58).

¹⁹ Respeitando a configuração epistemológica discutiremos a categoria *território* no capítulo 3.

²⁰ “Na análise tradicional da relação homem-meio, foi implicitamente aceito que o primeiro adaptou sua ação às características do último. Foi assim esquecido que foi precisamente uma das grandes descobertas da Geografia atual: o papel decisivo da percepção humana na formação de uma imagem do ambiente real com a qual, e este, influenciou diretamente seu comportamento”.

Artigo este, inserido no âmbito das mudanças da geografia ante o estruturalismo, mas que Capel (1973) observou que a fenomenologia e o papel dos sentidos dos sujeitos estão intrinsicamente relativos à sua existência real. Neste longo artigo, recorda que foi em Chicago, década de 1960, que as pesquisas geográficas que tinham por base a experiência humana, adotando elementos da semiótica e a teoria dos signos. No entanto, chama a atenção para que as análises comportamentais, influenciadas pela psicologia, devem considerar as diferenças de formação de cada indivíduo. Isso traz à baila a questão da subjetividade e a compreensão do espaço geográfico, determinado pelos sentidos.

Alvarez (1977), no artigo *Consideraciones sobre la Geografia de la percepcion*, resgata o desenvolvimento da Geografia da Percepção nos Estados Unidos e Reino Unido, a partir da década de 1960, com a finalidade de compreender como os sujeitos percebem o meio urbano, particularmente. Afirmar que “para que una imagen despierte un valor simbólico positivo, es preciso que los hombres que generan estas imágenes no pierdan el sentido de *identidad*, es decir, que los habitantes de una ciudad no perda el sentido de pertenencia” (p.11). Tece ainda, críticas à Geografia Quantitivistica como uma ciência neopositivista, que não cabia as análises do comportamento e experiências sociais dos indivíduos.

Cabral (2000), no artigo *A paisagem enquanto fenómeno vivido*, articula o estudo da paisagem para além das questões do “olhar”, tendo em vista que “o universo da geografia se constitui não somente de paisagens, cidades, relevo, clima (...), mas também de ideias, sentimentos, imagens e representações” (p. 35). Seu trabalho está vinculado à Geografia Humanista, tendo Yi-fu Tuan como base teórica para compreender o homem em sua relação de existência.

Filho (1999), com o artigo *A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia*, interroga a questão da classificação das ciências a partir de Thomas Khun (*A estrutura das revoluções científicas*): “o que se espera, com base no modelo clássico de sucessão paradigmática de KHUN, era a substituição do paradigma em crise por outro mais eficiente e compatível com o contexto científico e social de então” (p. 68). Segundo Filho, isso levou os geógrafos a um estado eterno de crise epistemológica, já que a Geografia careceria de uma estruturação lógica e adequada aos seus objetivos. Esse estado de crise permaneceu (ainda que de forma persistente na contemporaneidade) por décadas. Desde a década de setenta coexistem diversas orientações epistemológicas na Geografia.

A adoção da fenomenologia na ciência geográfica veio da desilusão com a geografia quantitivistica, que foi incapaz de lidar com a subjetividade dos indivíduos na sua

percepção do mundo. Assim, um novo paradigma na geografia foi construído tendo apoio teórico e metodológico em dois fenomenologistas, o alemão Edmund Husserl e o francês Merleau-Ponty. Assim se consolidou a Geografia Humanista.

Rodríguez-Felgueroso (2009), em *La percepción subjetiva del paisaje en la obra asturiana de Armando Palacio Valdés*, desenvolve em seu artigo a importância dos estudos comportamentais, oriundos da psicologia, para compreender como os indivíduos organizam suas ideias no mundo. Assim como Capel (1973) e Filho (1999), Rodríguez-Felgueroso (2009) põe em evidência o descontentamento com a corrente quantitativa, que sob fortes críticas levou à irrupção da corrente da geografia crítica. Nesse sentido, afirma “la geografía radical estima el espacio como el resultado de una estructura económica y política, como un producto social”. No entanto, esse autor evidencia que muitas das técnicas adotadas na corrente radical em muito se aproximavam da epistemologia positivista. Daí muitos geógrafos buscarem alternativas, surgindo, dentre outras,

*la geografía de la percepción y del comportamiento y la geografía humanista. Reivindican, desde diferentes bases teóricas y metodológicas, el plano subjetivo de la realidad espacial. Estos enfoques son el reflejo de las ideas desarrolladas en otras disciplinas (...) introduciendo aspectos psicológicos del comportamiento humano, ya que los modelos suponían un comportamiento racional*²¹ (p. 285 – grifos no original).

Essa geografia humanista passou a tratar de diversos temas, tais como a percepção de catástrofes naturais, as condições climáticas, a percepção da paisagem geral e urbana, os mapas mentais e a consciência territorial e regional. Adotando mecanismos da linguística e da fenomenologia para compreender as imagens que os sujeitos têm de si e da realidade, como forma de organização espacial.

Reis & Gratão (2010) com o artigo *Lago Igapó Imagem Vendida Imagem Viva*, apresentado por ocasião do XVI encontro Nacional de Geógrafos, abordaram a relação das pessoas com o lugar aplicando técnicas da fenomenologia, demonstrando a percepção que o sujeito pesquisador tem do lugar para daí compreender como os outros sujeitos percebem a *paisagem*. O lugar no caso era o Lago Igapó (Londrina no Paraná).

²¹ “A geografia de percepção e do comportamento e a geografia humanística. Elas afirmam, a partir de diferentes bases teóricas e metodológicas, o plano subjetivo da realidade espacial. Essas abordagens são o reflexo de ideias desenvolvidas em outras disciplinas (...) introduziram aspectos psicológicos do comportamento humano, uma vez que os modelos assumiram uma compreensão racional”.

Em suma, não podemos aqui resgatar toda a construção histórica do pensamento geográfico, mas esse quadro nos auxilia a compreender o quanto a ciência, na contemporaneidade, possui um alicerce plural, para responder aos objetos estudados e a realidade percebida pelos sujeitos no espaço geográfico.



Capítulo II

Discursos de turistificação: a imagem turistificada de João Pessoa

“sem dúvida, é um marco que representa um tiro de partida para fazer da Paraíba um referencial para o desenvolvimento turístico do Nordeste”

João Dória

Ex-presidente da EMBRATUR, 1988

Neste capítulo buscamos temporalizar a construção imaginária dos discursos de turistificação do território da Cidade de João Pessoa e, para isso, destacamos três momentos importantes: a) a criação da imagem turistificada da cidade durante o ano de 1985, quando ocorreram as festividades dos “Quatrocentos anos da Paraíba”²², com Wilson Braga governador; b) entre a segunda metade da década de 1980 e meados da década de 1990, no contexto de lançamento do Projeto Costa do Sol e da entrada da Paraíba no PRODETUR; c) a partir de 2009, quando foram retomados os investimentos no Projeto do Polo Turístico do Cabo Branco, até o ano de 2016.

Em cada recorte temporal acima, existem características que levadas em conta auxiliam na compreensão da *formação discursiva*. Por exemplo, a década de 1980 está marcada pela falência do Estado-nacional-desenvolvimentista; a década de 1990, caracterizada pela introdução das políticas neoliberais nos países latino-americanos que atendessem a um planejamento nacional com vinculações ao capital internacional; e no século XXI, as incertezas do modelo capitalista que dificultam a inserção dos países da semiperiferia de atingirem melhores níveis de qualidade de vida às suas populações.

Além disso, de acordo com o material utilizado na pesquisa, identificamos que o Estado foi o principal agente do processo de turistificação da capital paraibana, com investimentos econômicos em infraestrutura, por exemplo, aeroviária, criação de pacotes turísticos e produção de imagens turísticas da cidade para compor o “produto Paraíba”.

Em conjunto com o Estado, esteve o trade turístico local, principalmente os hoteleiros, que exigiam intervenções estatais para ampliar a demanda na cidade. O que levou, por exemplo, ao lançamento do Projeto Costa do Sol, na zona sul da Cidade, um território turístico de múltiplas finalidades, em que os investimentos dos meios de hospedagem pudessem ser viabilizados.

A forma como discursivamente esse empreendimento se insere em uma mesma *formação discursiva*, materializando no espaço urbano infraestruturas necessárias à reprodução econômica do turismo, ao mesmo tempo, em que os investimentos não se realizam no tempo esperado, mas que ainda assim é visto como “obra redentora”.

²² Aqui comunga-se da ambiguidade toponímica, a fundação da Capital paraibana confunde-se com a criação do Estado da Paraíba, visto que em 05 de agosto de 1585 foi oficializada a fundação da sede da *Capitania Real da Parahyba*. A sede foi batizada de Nossa Senhora das Neves, em 1588 a sede foi rebatizada de Filipeia de N^a S^a das Neves em razão da União Ibérica. Com expulsão dos holandeses a sede da capitania foi denominada de *Parahyba*. A Capital *Parahyba* teve esse nome de 1654 a 1930, e a partir da “Revolução de 30” é que seu nome passou a ser João Pessoa. Dessa forma, a festividade dos quatrocentos anos ora está atrelado ao Estado ora a Cidade de João Pessoa.

Por fim, com a construção do Centro de Convenções no Polo Turístico do Cabo Branco (antes denominado Projeto Turístico Costa do Sol) como elemento de atração de investimentos do setor hoteleiro e de entretenimento no polo, mas que se tornou no único edifício presente no distrito, mesmo após três décadas de lançamento do referido projeto. Ainda assim, transformou-se no principal elemento do discurso de turistificação, deslocando o discurso do turismo de *praia e sol* para o *turismo de negócios e eventos*, visto agora como novo elemento indutor de desenvolvimento e progresso.

2. Delimitação do corpus de análise

Tomemos, de início, o que a OMT define por turismo: “é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de um meio de transporte e ao menos um pernoite no destino” (CRUZ, 2003, p. 4). Em decorrência das diferentes demandas que os indivíduos possuem ao se deslocarem pelo espaço geográfico, há diferentes modalidades de turismo, por exemplo, turismo rural, ecoturismo, turismo de estudo, turismo cultural (que pode ser subcategorizado por turismo religioso, gastronômico, cívico, étnico), turismo de aventura, turismo de esporte e, dentre outros, o *turismo de sol e praia* e o *turismo de negócios e eventos*²³.

O turismo envolve uma gama de atividades e conceituar as diferentes modalidades constitui uma forma de orientar políticas públicas específicas de acordo com as demandas e as características do território. Dessa forma, consideraremos, a título de conceituação, a categorização do Mtur sobre o *turismo de sol e praia* e *turismo de negócios e eventos*, em que o primeiro “constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” (p. 43), e o segundo “[como] conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social” (idem p. 45).

Considerando as definições acima, tivemos condição de organizar nosso *corpus*, considerando as *formações discursivas (circunstâncias discursivas)*, o papel da *ideologia dos atores* promotores do turismo e de que maneira isso se dá como *representação social* e suas *imagens*, levando-se em conta os períodos históricos em

²³ Cf. Ministério do Turismo: marcos conceituais do turismo.

que esses elementos estiveram mais evidentes nos documentos utilizados na análise. Períodos que contribuíram, em primeiro momento, para consolidar o turismo de sol e praia como representação da cidade de João Pessoa²⁴, e em segundo momento, para a efetivação de uma nova formação discursiva, alicerçada no turismo de negócios e eventos.

Nossa análise partiu da constituição de uma interdiscursividade e da memória social, explorada ao longo do tempo pelo marketing com a produção publicitária, da criação de um imaginário de progresso e desenvolvimento, da geração de riqueza e de qualidade de vida. Mas que se faz necessário uma investigação ainda mais apurada no âmbito de estatísticas de emprego, origem da força de trabalho empregada, estudos sobre as consequências da expansão do turismo, que valoriza determinadas áreas da cidade e que podem elevar os custos de vida para a população da cidade.

A priori, acreditávamos que os enunciados sobre o *turismo de negócios e eventos* eram publicizados através do Jornal A União (mídia oficial do Estado da Paraíba). No entanto, ao iniciarmos a primeira etapa na hemeroteca da FCJA, constatamos que outros veículos de imprensa replicavam o discurso de turistificação da Cidade de João Pessoa: com matérias e anúncios governamentais, os jornais O Norte e o Correio da Paraíba, ao longo das décadas de 1980 a 1990, mantiveram em suas páginas informes especializados e inúmeras reportagens sobre o turismo em João Pessoa. Além disso, tivemos acesso às salas dos governadores (Tarcísio de Miranda Burity e José Targino Maranhão²⁵), onde ficam arquivos documentos e discursos dos ex-governadores.

Ocorreu um alargamento da pesquisa, considerando outros veículos da imprensa. Além disso, era necessário temporalizar as circunstâncias discursivas referentes ao turismo de negócios e eventos. De antemão, seria pretensão excessiva afirmar “o dia em que isso ocorreu”. Porquanto, de acordo com toda a documentação a nós disponibilizada, conseguimos encontrar a solicitação do *trade* turístico sobre um centro de convenções (palco da realização dessa modalidade de turismo) no ano de 1985.

Esgotada essa etapa, o segundo passo ocorreu no acervo da PBTUR onde tivemos acesso à documentação da época do lançamento do Projeto Costa do Sol e de importante volume de periódicos especializados na divulgação do “produto Paraíba”.

²⁴ De fato, se faz mister considerar que ora os discursos têm como referente o Estado da Paraíba, ora o referente é a Cidade de João Pessoa.

²⁵ Na CFJA existem as salas específicas de alguns ex-governadores, na ocasião tivemos acesso aos documentos desses dois governadores mencionados.

A terceira etapa do levantamento do *corpus* se deu no sítio eletrônico dos jornais A União, bem como, do sítio eletrônico da SECOM com reportagens sobre o turismo em João Pessoa e também no Estado da Paraíba.

Constatamos que os discursos sobre o *turismo de negócios e eventos*, que levaram à construção do CECONJP, ocorrem desde a década de 1980, já que essa modalidade de turismo era realizada em muitos dos hotéis que possuem salões ou auditórios próprios, como por exemplo, o Flat Tambaú, Hotel Cabo Branco, Jr Hotel, Nord Hotéis, Hotel Ouro Branco... Dentre os quais, a maior capacidade está no Tambaú Hotel (acomoda até 1,5 mil pessoas). Outro fator está na presença do Espaço Cultural ter a capacidade para realização de feiras e afins²⁶.

Todo o material, que após ser lido e que está de acordo com a formação discursiva, está em Anexo²⁷. O material embasa a produção imaginária dos dois núcleos do discurso de turistificação, que são o turismo de sol e praia, apoiado na paisagem natural da cidade de João Pessoa (e, como veremos, que se incluem elementos culturais) e o turismo de negócios e eventos que rebatem na construção do CECONJP, no antigo Polo Turístico do Cabo Branco. No total, foram pesquisados 1320 jornais na FCJA; no sítio eletrônico do Jornal A União, foram 2321 jornais; e na biblioteca da PBTUR, foram 125 periódicos especializados sobre turismo na Paraíba e em João Pessoa. No sítio eletrônico da SECOM, foram 196 reportagens. Nos quadros que se seguem, os números são referentes às reportagens que se inserem nos objetivos da pesquisa (Tabelas 1, 2 e 3).

Tabela 1: Quantidade de notícias encontradas no Jornal A União

ANO	1985	1988	1989	1990	1991	1997	2008
QTD	11	04	02	01	01	01	01
ANO	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016
QTD	01	03	05	10	11	30	15
Total: 89 reportagens							

FONTE: Elaborado pelo autor. Reportagens do jornal A União (edições impressas e eletrônicas), 2016.

²⁶ Cf. nota 58.

²⁷ Preferimos deixar na forma de anexos os documentos jornalísticos e de revistas para facilitar a leitura do texto principal.

Tabela 2: Quantidade de notícias encontradas em outros jornais

JORNAIS	1985	1988
CORREIO	01	---
O NORTE	---	05

FONTE: Elaborado pelo autor. Reportagens impressas dos jornais Correio e O Norte, no acervo da FCJA, 2015.

Tabela 3: Quantidade de notícias em revista especializada Revista Travel World

ANO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
QTD	02	01	08	03	02	03	02
Total: 21 reportagens							

FONTE: Elaborado pelo autor. Revistas impressas no acervo da PBTUR, 2016.

Além dessas, ainda constam as seguintes revistas: Roteiros do Brasil (03), Revista Viagens e Eventos (01), Revista Qual Viagem (01), Turismo e Cia (01), Folha do Turismo (01), Revista TAP-Up (01).

Para o período compreendido pelo Governo de José Targino Maranhão foram analisados 30 discursos, dos quais 06 são constituintes da formação discursiva do turismo em João Pessoa (Quadro 3):

Quadro 3: Gov. José Maranhão – discursos selecionados

Local do Discurso	Data	Conteúdo principal
Rádio Tabajara do Palácio da Redenção.	15/01/1996	Solenidade de assinatura de contrato com o Banco do Nordeste para inclusão da Paraíba no PRODETUR-NE.
Rádio Tabajara Ocasão de viagem pelo sertão paraibano, na cidade de Princesa Isabel	22/03/1996	Neste discurso o governador trata dos recursos do BID para o projeto Costa do Sol.
Rádio Tabajara Transmissão direta da Cidade do Porto, em Portugal	18/04/1996	Desenvolver projeto turístico similar ao que ocorreu nas cidades portuguesas de Lisboa e Porto.
Rádio Tabajara Palácio da Redenção.	25/05/1996	Entrevista. Repórter recorda a viagem para Portugal para criar a base discursiva para o desenvolvimento do turismo.
Rádio Tabajara, transmissão ocorreu no estabelecimento, orla marítima pessoense.	25/11/1996	Ênfase na participação da iniciativa privada, principalmente da rede hoteleira na ocasião de inauguração de hotel na Capital.
Aula Inaugural do curso de pós-graduação em Turismo, na Fundação Casa de José Américo	22/04/1997	Reafirmar a importância do PRODETUR-NE, e da importância do turismo como forma de desenvolvimento econômico e social.

FONTE: Elaborado pelo autor. Sala do Governador na FCJA, 2016

Cabe observar que, pela análise dos discursos presentes no corpus da pesquisa, chamamos a atenção para um efeito de “esquecimento ideológico” (ORLANDI, 2005, p. 35), nos interdiscursos, principalmente entre os anos de 2003 a 2010²⁸, já que o gestor estadual enfrentou *contingenciamentos políticos* nesse período. No entanto, as ações da PBTUR em torno de divulgar o “produto paraibano” mantiveram-se estáveis, com anúncios em revistas especializadas com ênfase no turismo de *praia e sol* (a paisagem natural e, eu diria também, *cultural*) de João Pessoa. *A posteriori*, entre 2011 a 2016 ocorre de forma mais intensa com os discursos sobre o turismo de negócios e eventos, apoiando-se nas imagens já constituídas de todo o período anterior.

Com a AD procuramos identificar os sentidos que os discursos produzem, na nossa pesquisa o discurso de turistificação do território. Dessa maneira, levando em

²⁸ O Governador Cássio da Cunha Lima, e seu vice, tiveram seus mandatos cassados pela justiça eleitoral, em 17 de fevereiro de 2009, assumindo o segundo colocado nas eleições, José Targino Maranhão.

conta a formação discursiva, constatamos que os diferentes gestores, tanto do Estado quanto das autarquias, utilizaram-se da memória discursiva para justificarem as ações de fomento ao turismo na Capital paraibana. Isso decorre do fato de que, em AD, não se busca o sujeito gramatical, mas a posição social, política e ideológica que o locutor detém ao produzir seus enunciados sobre o turismo.

Mais uma vez, recorre-se a Maingueneau (2012) que, ao analisar diferentes gêneros de discurso (artigo científico ou artigo de jornal, por exemplo), destaca a produção de *enunciados aforismados* que é muito empregado na produção do *marketing* e de anúncios publicitários, principalmente ao considerar que “o título faz realmente parte do texto do gênero de discurso ‘artigo de jornal’, mas ele não faz parte de um conjunto de frases organizadas como poderia fazê-lo em uma frase do artigo na parte inferior do texto” (p. 110).

Os documentos constituintes do corpus vão no sentido do que Charaudeau (2014) denominou de modo de organização argumentativa do discurso, em que o locutor emprega argumentos que possibilitem no alocutário a concordância, pois o locutor recorre à sua própria experiência de vida, sua posição social ao produzir os discursos, recorrendo a elementos economicistas que corroboram num caráter de verossimilidade. O locutor tenta deslocar o alocutário para sua mesma visão de mundo. A título de exemplo, vimos que muitos dos argumentos utilizados pelos governadores, para justificar os investimentos no polo turístico, são decorrentes de ações de turistificação em outras cidades (como Cancun no México e Porto em Portugal) é uma forma de persuadir o alocutário em concordância, mesmo que o locutor tenha consciência de que as circunstâncias dos investimentos não se reproduzem igualmente em formações sociais díspares.

2.1 As circunstâncias do discurso de turistificação

A década de 1980 foi uma década de transição e de crise. Num contexto de instabilidades do sistema financeiro internacional, a crise da dívida mexicana em 1982, o aumento do déficit fiscal dos Estados Unidos, a elevação dos preços do barril do petróleo e, no Brasil, o aumento do endividamento externo em conjunto com um colapso da moeda nacional. Além disso, acrescentamos o arrefecimento dos governos militares (1964 a 1985) e a necessidade da redemocratização.

No bojo do desenvolvimento do capitalismo industrial, a produção de bens e serviços passou a se concentrar ainda mais na cidade, provocando acelerada expansão da *urbe*.

A relação capital-trabalho passou a ter uma nova dinâmica, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, por três razões principais: primeiro, a elevada taxa geométrica de crescimento demográfico entre 1970-1980 que foi 2,48% ao ano; segundo, a estrutura produtiva que não absorvia os trabalhadores tanto no campo quanto na cidade; e terceiro, a ruptura do modelo de crescimento econômico do PIB via aumento da inflação. Esses fatores combinados levaram à formação de um grande mercado de reserva de mão-de-obra, o que acarretava em desemprego e subemprego para milhares de trabalhadores.

Esse cenário de retração econômica e liberação da força de trabalho criou muita incerteza, principalmente no momento em que José Sarney assumiu a presidência da república (entre 1985 a 1990), com elevados índices inflacionários e grande incerteza sobre a capacidade do Estado brasileiro honrar com os serviços da dívida externa. Além disso, havia elevada volatilidade cambial que depauperava as contas internas.

As políticas de investimentos setoriais tinham como modelo o estado-nacional-desenvolvimentista, erigido entre 1930-1950 para suprir uma crise de demanda internacional. O Estado era o garantidor de fundos de investimento, principalmente em setores de base (tidos como estratégicos), concentrado principalmente nas Regiões Sudeste e Sul.

Porquanto, com a ruptura do “milagre econômico”, era insustentável a manutenção do modelo. A crise “dos anos 1980 resultou de decisões políticas e econômicas adotadas internamente e de condições adversas do cenário internacional presentes na década anterior, quer dizer, que a escolha pelo endividamento brasileiro decorreu da realização do II PND, num cenário de sucessivos choques do petróleo e do aumento dos juros internacionais sobre os empréstimos e a rolagem das dívidas” (SPOSITO & SANTOS, 2013, p. 169).

Essa sucessão de problemas dos papéis do Estado Brasileiro veio antecipar o fim do período militar, com a derrocada da ditadura e seu processo de redemocratização. As redefinições dos papéis do Estado advêm do avanço do processo de globalização e a cidade passou a ser visada como nóculo importante da concentração desse processo de

mundialização do capital, “ou seja, a globalização não exclui, mas ao contrário, tende a ser complementada por uma revigoração renovada do nível local” (DANIEL, 1994, p. 292).

2.2 A imagem de turistificação de sol e praia

Assim, o setor turístico passa a exercer importante papel de complementação econômica do espaço urbano, principalmente para as cidades litorâneas que dispõem de atrativos para o desenvolvimento do setor, constituindo importante elo de ampliação de capital e de mais-valia, tendo o espaço como principal mercadoria.

Em 1985 a cidade de João Pessoa (e o Estado da Paraíba) estava completando o quarto centenário de fundação. E na ocasião o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (IPHAEP), na gestão do então governador Wilson Braga (1983 a 1986), organizou-se o “Grupo Executivo do IV-Centenário”, o que incluía amostras filatélicas e fotográficas, exibição de filmes, uma maratona na cidade, a publicação de livros e artigos sobre os quatrocentos anos da fundação do Estado e da Cidade de João Pessoa, além do esforço do poder público para aproveitar e difundir o “destino Paraíba”, envolvendo PBTUR, a antiga SETUR (municipal) e a EMBRATUR no lançamento de pacotes turísticos, feiras e exposição em outras unidades federativas como em São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará (emissores de turistas à Paraíba). Bem como eventos em diversas cidades do Estado, e da tradicional festa da padroeira da Capital (N^a S^a das Neves).

O jornal A União trouxe uma série de reportagens sobre o turismo na cidade de João Pessoa que auxiliam no entendimento das circunstâncias em que o discurso de turistificação foi inserido. Imagens estas que dão uma conotação ao turismo como representatividade das características da cidade, vinculadas à geração de receita, emprego e renda e atração de investimentos em infraestrutura.

A leitura desses recortes auxilia no entendimento dos processos de criação de aforismos evidenciados pelos títulos dos artigos²⁹. O aumento do número de turistas ocorreu no Hotel Tropicana. Porém, a ideia que se passa é de que o crescimento do número de turistas está generalizado na rede hoteleira da Capital paraibana naquele momento. Como a reportagem não menciona a situação de hospedagem em outros

²⁹ Cf. Anexo 01.

hotéis, isso pode levar o leitor da reportagem a considerar um único hotel como quantitativo de representatividade do total de leitos disponíveis.

Na figura (anexo 2)³⁰, cujo título reforça a questão de o fluxo de turistas estarem aumentando na Capital, ao se deter à leitura da reportagem, constata-se que os números apontam para um crescimento expressivo do número de turistas estrangeiros, de 89% no ano de 1984 em relação a 1983. Todavia, não apresenta o número total de turistas, mas cria uma imagem de importância muito mais expressiva quando se refere ao dado relativo.

E o reforço enunciativo pode ser identificado no seguinte trecho “[...] Se isso acontece é porque aumentaram também os atrativos da cidade, cuja imagem já se encontra perfeitamente diferenciada no contexto do turismo nacional.” Uma questão central é refletir sobre os atrativos que a cidade passou a ter a partir da administração do secretário da PBTUR, Carlos Roberto de Oliveira, até o momento dessa reportagem, para consolidar uma imagem turística de João Pessoa em relação a outras cidades da Região Nordeste, quando se sabe que a produção do *marketing* reforçava o turismo de praia e sol como agregador de novos turistas³¹.

Com o título da reportagem “Cresce o fluxo de turistas”³² destaca-se o subtítulo “sem surpresa” que põe em relevo o trabalho que o então secretário da PBTUR, Carlos Roberto de Oliveira, vinha realizando até aquele momento. Segundo a reportagem, para o secretário, o aumento de turistas estrangeiros já era esperado, tendo em conta o potencial nordestino que colocava o estado da Paraíba em posição competitiva ante a outras unidades federativas.

Há um ponto em comum entre os diferentes documentos analisados na pesquisa, como os citados acima. Os diferentes meios de comunicação mantêm um alinhamento do discurso em torno do desempenho da PBTUR, como por exemplo, “[...] é ponto pacífico que esse crescimento acelerado do setor se deve em grande parte ao trabalho que a PBTUR vem desenvolvendo no sentido de promover o potencial turístico paraibano”. Essa defesa da capacidade da PBTUR está presente em diferentes documentos selecionados. É um nexo discursivo que auxilia na criação de uma memória coletiva do turismo de praia e sol para futuramente acrescentar o turismo de negócios e eventos.

³⁰ Cf. Anexo 02.

³¹ Cf. Anexo 01.

³² Cf. Anexo 02.

Esses recortes constituem o que Charaudeau (2014) considerou como núcleo metadiscursivo (p. 35), ou seja, uma forma de criar um enunciado que pode ser empregado fora de seu contexto original, por um outro sujeito e em condições e tempos distintos de seu surgimento. Algo que se assemelha ao processo de formação da opinião pública, em outras palavras, as forças (aqui no caso estatais) criam um *discurso a-histórico* que pode ser empregado no momento atual em função de servir como um elemento de representação social. Assim, não há mais espaço que se contraponha a esse discurso do turismo, uma vez que ele emprega elementos da estatística e da economia de forma que o referente³³ – que no caso pode ser identificado como a população em geral – compreenda e passe, também, a fazer parte desse núcleo metadiscursivo.

Na Figura 3³⁴, a reportagem traz uma fotografia como elemento de realce do artigo, uma força de produção de sentidos, que auxilia o entendimento. Ou seja, o leitor de médio conhecimento, mesmo que não seja capaz de ir além dos pressupostos do turismo é facilmente atingido pela imagem, associando às práticas festivas como fator de atração de turistas. Todavia, a leitura da reportagem não faz referência ao carnaval, faz referência ao que vem no título que a promoção do turismo, o lançamento, na ocasião, de um pacote turístico pela EMBRATUR é o centro da questão, que associado ao quarto centenário da Capital e do Estado da Paraíba. Neste caso, há uma produção imaginária mais complexa, visto que o carnaval é uma atividade festiva imaterial importante tanto como elemento cultural como gerador de renda em várias cidades do país, e que está também associado ao turismo de praia e sol, principalmente, na Região Nordeste, por apresentar muito mais dias com sol se comparado com as Regiões Sul e Sudeste (emissoras de turistas para o Nordeste). Dessa forma é uma festividade que representa socialmente uma parcela significativa da população e constitui importante elemento imaterial atrativo à cidade, que pode elevar o número de hóspedes nos hotéis.

Em 07 de fevereiro de 1985, o Jornal A União³⁵ publicou uma síntese das reivindicações dos empresários do *trade* turístico para que o governo do Estado construísse, dentre outras infraestruturas, um “centro de convenções” para a cidade. Essa ação dos empresários locais reforça a maneira como as empresas se apoiam no Estado para verem suas demandas atendidas, “[...] mesmo as grandes firmas têm de

³³ Cf. Quadro – 1: Quadro Analítico Do Discurso no capítulo I.

³⁴ Cf. Anexo 03.

³⁵ Cf. Anexo 04.

recorrer ao Estado para defender alguns ou muitos de seus interesses” (RAFFESTEIN, 1993, p. 222).

No *box A* do Anexo 04, observamos que os representantes deixaram claro que “[...] a Paraíba, a exemplo de outros Estados, tem todas as condições para incrementar o setor, ‘faltando tão somente uma decisão política’ [...]”. Não fica claro que decisão política os representantes da classe empresarial (da rede de hotéis, bares e restaurantes) pretendiam referir-se, mas levando em conta o contexto, compreende-se que o governo estadual não estava em sintonia com as necessidades do capital privado daquele momento. O que é bastante contraditório quando o secretário da PBTUR em reportagens anteriores estava recebendo elogios por seu trabalho à frente da autarquia.

No *box B*, lê-se “No documento a Braga, pediram apoio para implantação, no Espaço Cultural, de um Centro de Convenções”. Essa foi a primeira referência oficial pelo *trade* da necessidade de um centro de convenções.

A formação discursiva em análise permite identificar que os discursos do turismo se tornam uma *força política* que justifica investimentos em infraestruturas necessárias para que haja consolidação de uma economia de mercado turístico, apoiado no *marketing* como principal ferramenta de promoção da cidade como um produto.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT - *World Tourism Organization UNWTO* – em inglês), o turismo constitui uma atividade capaz de reduzir a pobreza e as desigualdades,

El turismo, en muchos países en desarrollo y menos adelantados, es la opción de desarrollo económico más viable y sostenible y, en algunos de ellos, la principal fuente de entrada de divisas. Parte de estos ingresos revierte en diferentes grupos de la sociedad y, si el turismo se gestiona centrándose prioritariamente en la atenuación de la pobreza, puede beneficiar directamente a los grupos más pobres mediante el empleo de la población local en empresas turísticas, el suministro de bienes y servicios a los turistas, la gestión de pequeñas empresas y empresas comunitarias, etc., con el consecuente impacto positivo en la reducción de la pobreza.³⁶

Um dos principais núcleos do discurso de turistificação recai sobre a geração de emprego e renda, principalmente em países da periferia e semiperiferia do capitalismo,

³⁶ "O turismo, em muitos países em desenvolvimento e menos adiantados, é a opção de desenvolvimento econômico mais viável e sustentável e em alguns deles, a principal fonte de entrada de divisas. Parte dos ganhos são revertidos em diferentes grupos da sociedade, e a gestão do turismo centralizando-se prioritariamente na atenuação da pobreza, pode beneficiar diretamente os grupos mais pobres através do emprego da população local em empresas turísticas, de abastecimento de bens e serviços aos turistas, a gestão de pequenas empresas e empresas comunitárias, etc., com o consequente impacto positivo na redução da pobreza.

articulando-se com políticas públicas para a ampliação de infraestruturas, tais como: os transportes, hospedagem e alimentação. Essas são atividades essenciais no âmbito da caracterização das ACT's.

De acordo com a CNAE (IBGE, 2012, p. 12), o sistema de transporte aéreo constitui-se de uma atividade conexa ao turismo. Dessa forma, deve-se diferenciar a importância desse tipo de transporte em relação aos demais, como por exemplo, o transporte terrestre, uma vez que este tipo tem como usuários turistas e não turistas no meio interurbano e intraurbano. Assim, os governos dão muita importância para o sistema de transporte aeroviário em razão da facilidade em contabilizar, entre os usuários, aqueles que estão realizando uma viagem de férias ou outra modalidade de viagem.

Isso ilustra o esforço realizado na administração do governador Wilson Braga para adequar o aeroporto local, anunciado como importante acontecimento em torno do turismo na época, com elevada ênfase em Caderno Especial no Jornal A União³⁷.

É pertinente destacar na reportagem o seguinte texto:

Na Paraíba o sol chega primeiro. É onde tem o ponto mais oriental da América do Sul é uma das praias mais cobiçadas do país. Especificamente para o turista, tem o barroco, o verde e o artesanato. Nas campanhas publicitárias se diz, até, que em João Pessoa particularmente “é muito bom de se viver”. Para que o turista sinta e veja tudo isso, o Governo do Estado e a Infraero vão entregar no final de fevereiro o novo terminal de passageiros do Aeroporto Castro Pinto. (grifos nossos)

O discurso de turistificação da cidade de João Pessoa, presente no trecho acima, evidencia o imaginário sobre a cidade, recorrendo aos termos “cidade verde”, “ponto mais oriental da América do Sul”, “o sol chega primeiro”, além do emprego de ideias genéricas, tais como “uma das praias mais cobiçadas” (referenciando qual praia?).

A reportagem do Caderno Especial do Jornal A União empregou esses motes para facilitar a venda do “produto turístico” tendo por base as condições representativas da cidade.

O atual aeroporto internacional Castro Pinto foi inaugurado em 1957, com o nome de Aeroporto Santa Rita³⁸, rebatizado de Aeroporto Castro Pinto pelo então presidente Juscelino Kubitschek ao sancionar lei ordinária em 02 de agosto de 1960. No

³⁷ Cf. Anexo 05.

³⁸ Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/noticia/174359_aeroporto-castro-pinto-completa-59-anos-de-operacao>. Acesso em 10 mar. 2017

entanto, pelo título da matéria de capa do jornal A União³⁹, essa historicidade deixa de existir a partir desse evento, ou seja, com as obras de redimensionamento do aeroporto executadas pelo governo de Wilson Braga, quando o aeroporto passou a existir, tendo sua inauguração em 08 de março de 1985, pois cria um caráter de *atualidade* com o acontecimento além de reforçar a própria imagem pública desse ex-governador.

Desde a década de 1980 que as ACT's têm se destacado e se tornaram uma força indutora de determinadas infraestruturas. Então há uma correlação efetiva entre a produção linguageira e o caráter ideológico na perspectiva econômica. A reestruturação do aeroporto Castro Pinto atende tanto à nova lógica empresarial, como à consolidação da imagem política de quem a promove, no caso, o governador.

No *box A*, do recorte do Jornal A União⁴⁰, destacamos como o editorial produz um enunciado que enaltece o esforço do governador Wilson Braga em realizar a reforma/ampliação do aeródromo local, empregando um destaque para o valor investido na execução da obra:

O novo aeroporto de João Pessoa, no qual foram investidos Cr\$ 2,2 bilhões, será inaugurado amanhã, às 11 horas, pelo governador Wilson Braga e o ministro Délio Jardim de Mattos, da aeronáutica. “A obra dará mais condições ao turismo da Paraíba” e traz, entre outras, uma transformação importante: o embarque e o desembarque agora serão rápidos, inclusive a liberação de bagagens. (grifos nosso).

Ainda com relação à inauguração do novo terminal do aeródromo, o discurso⁴¹ do governador na ocasião da solenidade, traz consigo outros elementos constituintes do núcleo do discurso de turistificação:

[...] a partir de agora, em uma fase em que a Paraíba pode ser mais agressiva na busca do seu processo de desenvolvimento, na busca da ampliação do seu polo turístico com os pontos principais já atendidos pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado [...] esta obra que agora é entregue à comunidade, não só paraibana, mas a comunidade nordestina. E que a Paraíba, que o Nordeste e que todos passem na verdade a usá-la, mas usá-la com eficiência, para prestar assim um apoio tão necessários ao processo de desenvolvimento de um Estado carente, de um Estado de dificuldades, como o da Paraíba [...]

Podemos identificar o qualificador ‘agressiva’ criando um sentido de velocidade, como se o Estado não atingisse seu desenvolvimento pela falta de investimentos públicos, como esse do aeródromo. O emprego desse adjetivo pode

³⁹ Cf. Anexo 06.

⁴⁰ Cf. Anexo 07.

⁴¹ Cf. Anexo 08.

também levar à ideia da competitividade entre as demais unidades federativas do Nordeste em torno dos investimentos no turismo.

Por conseguinte, os investimentos na infraestrutura do transporte aéreo se justificam pela necessidade de o Estado da Paraíba ser “carente” e estar em “dificuldades”, dessa forma investir no aeródromo levaria ao Estado superar suas dificuldades financeiras, bem como de governabilidade.

Ao analisarmos o papel que o aeroporto cumpre como indutor das ACT's, percebemos o esforço por parte do Estado em atender as demandas e exigências do setor hoteleiro, principalmente, uma vez que os principais atrativos da cidade se concentravam nas praias e em determinados eventos festivos, como o carnaval (Anexo 3).

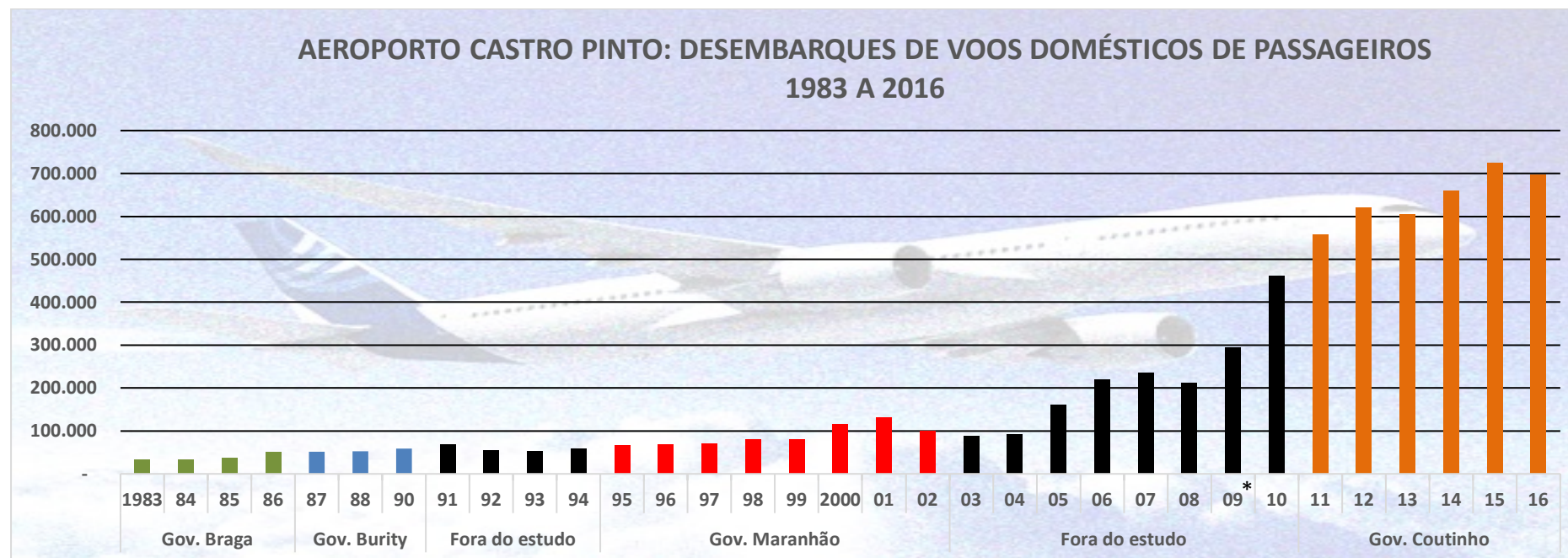
Em outro trecho, “[...] nossas constantes viagens a Brasília e ao Rio de Janeiro são justamente para que elas respondam ao fruto que possam oferecer [...]” cria uma imagem antecipada no TUD de um *ethos de confiabilidade* do EUE empenhado com o trabalho e por isso viaja muito, ou seja, uma imagem *de que o governo faz* (situação que se repete com outros governadores). Leva-nos a considerar que o ato de linguagem do Governador é partilhado pelo grupo social no qual este também faz parte. Desse modo, faz funcionar o discurso de turistificação como um bem necessário para o desenvolvimento, e por consequência, meio de geração de emprego e renda, estabilidade econômica, segurança para os investimentos do trade turístico. O locutor é taxativo ao expressar que “[...] resta, tão somente, ampliar a rede hoteleira do Estado para incrementar o turismo paraibano”. Seu enunciado tem como TUD os empresários do setor hoteleiro, e argumenta que o “produto paraibano” está pronto, faltando apenas que o setor hoteleiro amplie a rede de hospedagem.

Dessa maneira, o discurso do governador e Wilson Braga nos faz questionar: a rede hoteleira não se desenvolveu por falta de investimentos no setor de transporte aéreo, ou foi a falta de investimentos do setor privado hoteleiro que não desenvolveu o setor de transporte aéreo? Isso constitui um sofismo linguageiro, pois o setor hoteleiro se expande quando o Estado consegue ampliar a demanda por seus serviços, o que levou o governo a “produzir um destino turístico” para ser explorado pela iniciativa privada.

No gráfico a seguir (Gráfico 1), temos uma dimensionalidade temporal sobre a demanda do setor aéreo, que compreende todo o intervalo de nossa pesquisa, dividido, inclusive, pelos governadores que estão na mesma formação discursiva sobre a

turistificação em João Pessoa, e contribuíram para o imaginário social desse setor de atividades:

Gráfico 1: Paraíba – Aeroporto Internacional Castro Pinto: desembarques de passageiros



FONTE: Anuário Estatístico ANAC/Infraero, 1983 a 2016

Não foi possível identificar o desembarque de passageiros no ano 1989

Elaboração: Demétrio Costa de Melo, 2017.

*Acreditávamos que o ano de 2009 não haveria documentação a incluir no corpus, no entanto, por *contingências* incluímos os anos de 2009 e 2010.

É evidente que o fluxo de passageiros que desembarcam no Aeroporto Castro Pinto vem em ritmo de ampliação. No entanto, o discurso de turistificação põe em equivalência pessoas em “desembarques” como se todos fossem “turistas”, ou seja, há diferentes necessidades para que as pessoas utilizem o aeródromo local. Como por exemplo, visitar parentes, final de férias, prestação de serviços, retorno ao lar, só para citarmos alguns. A elevação do número de desembarques não representa a totalidade daqueles que vêm à cidade como turista.

Ainda assim o transporte aéreo tem crescido com a demanda turística, que é algo relacionado com a estabilidade da economia, com o melhor controle inflacionário, com a implantação de programas de municipalização do turismo, com a maior oferta de crédito e com a ação do *marketing* das autarquias do turismo como a Embratur e a PBTUR, divulgando o “produto Paraíba”.

É mister que no ano de 1985, para esse movimento de turistificação da Cidade de João Pessoa, uma vez que as festividades dos “Quatrocentos anos” de fundação da antiga Capitania Real da Paraíba⁴² estava para acontecer, e esse ano foi explorado (como vimos) tanto pelo jornal da imprensa oficial como por jornais comerciais. Dessa maneira, o quatrocentos anos da Cidade de João Pessoa tornou-se o pano de fundo para criar uma *imagem do produto paraibano*⁴³:

[...] A campanha, resultado de convênio entre a PB-Tur e a Embratur, tem como tema “Paraíba, Ponto Extremo Oriental das Américas [...]”. [...] No restaurante do Hotel Tambaú, ele [Presidente da EMBRATUR] será homenageado com um almoço pelos empresários paraibanos, que lhe entregarão um documento contendo reivindicações e pleitos do setor.

A campanha lançada pelo governo de Wilson Braga em parceria com a EMBRATUR buscava difundir a Paraíba como roteiro turístico inserido nas festividades dos “Quatrocentos anos”. No título⁴⁴ está evidenciado o valor investido pelo Estado⁴⁵. Isso realça a importância do *poder argumentativo* como elemento concretizador da ação estatal.

⁴² A sede da Capitania Real da Paraíba foi escolhida em 05 de agosto de 1585, dia de Nossa Senhora das Neves, tradição muito comum em todo o período colonial, em virtude da tradição da Igreja Católica.

⁴³ Cf. Anexo 09.

⁴⁴ Cf. Anexo 09.

⁴⁵ Há muita dificuldade em transpor tais cifras para equivalência atual, por duas razões principais, a primeira em função do período destacado ser muito longo e a segunda em razão da hiperinflação que o Brasil vivia naquela época, desse modo os Cr\$ 120 milhões (de cruzeiros) que representariam US\$ 34,3 milhões (dólares americanos em 30 de janeiro de 1985) não condizem com a realidade.

Os investimentos se mostram agregadores de realidade tão importantes, que o Jornal A União do dia 31 de janeiro de 1985 trouxe na capa o encontro do então presidente da EMBRATUR Hermógenes Ladeira, com o governador Wilson Braga (Figura 02).

Figura – 02: Governador anuncia apoio da EMBRATUR à Paraíba



FONTE: Jornal A União, Capa, quinta-feira, 31 de janeiro de 1985. Gráfica A União, 1985.

No recorte acima há dois elementos linguísticos a destacar. O primeiro é a fotografia que “[...] sabe-se bem que é a fotografia que fixa melhor nas memórias os dramas da vida [...] as imagens acabam por ocupar um lugar nas memórias coletivas, como sintomas de acontecimentos dramáticos.” (CHARAUDEAU, 2015 p. 246/247) e o segundo é o título⁴⁶ que reforça as ações vinculadas à promoção do turismo no Estado da Paraíba. A fotografia, que está posicionada logo abaixo do nome do Jornal A União no centro do campo visual, põe em papéis de liderança e de decisões o governador Wilson Braga (à direita) e do Presidente da EMBRATUR Hermógenes Ladeira (à esquerda) e com o título “Wilson anuncia o apoio do Governo para as ações turísticas da Embratur”, que transforma o jornal oficial em veículo de promoção da imagem do governador.

⁴⁶ Cf. Anexo 10.

No recorte do *box A*⁴⁷, mais uma vez há o reforço discursivo da atividade turística como agregador de emprego, como pode ser constatado nos seguintes enunciados: “O governador falou, também, do turismo como forma de conter o desemprego: ‘compartilhamos de que o melhor e mais rápido investimento que o governo, hoje, pode fazer, é com o turismo. O retorno é imediato, decisivo e certo. Principalmente numa época em vivemos com o desemprego a alarmar todas as cidades. O turismo leva o suprimento dessa grande deficiência através do oferecimento de empregos em grande quantidade.’ Não há dúvidas quanto à questão do desemprego como um dos mais sérios problemas sociais, embora seja difícil atingir metas de criação de emprego em massa, como sugere o trecho destacado acima, pois isso demandaria grandes somas de capital em investimentos do setor hoteleiro, de infraestrutura de qualificação de pessoal, realidade que não condiz com a situação fiscal do Estado nessa época.

Característica relevante no processo de construção do imaginário de turistificação é a ausência de críticas ou menções negativas sobre as ações dos agentes envolvidos na imprensa oficial⁴⁸. Todavia, conseguimos identificar uma crítica do jornalista Wellington Farias, na época colunista do jornal A União⁴⁹.

O recorte da capa do Jornal Correio da Paraíba⁵⁰ do dia 04 de julho de 1985, um mês antes do aniversário da padroeira da cidade, demonstra a importância do evento no calendário cultural da cidade. Como vimos, nesse ano em particular, houve muita atenção por parte do poder público, com amostras e feiras em cidades importantes do Estado da Paraíba, mas também do lançamento de pacotes turísticos em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro para atrair turistas à capital paraibana⁵¹.

Nesse ano as festividades em homenagem à padroeira da Cidade (N^a S^a das Neves) contou com mais de 30 dias de duração. Na atualidade, realiza-se na primeira semana de agosto.

Dentro dos preparativos para a festa de “Quatrocentos Anos da Paraíba”, a imagem mais explorada da Cidade de João Pessoa era a de seus atrativos naturais

⁴⁷ Cf. Anexo 10.

⁴⁸ Nesse período o turismo era visto como ação redentora, como possibilidade de resolver problemas relativos à pobreza, ao desemprego, por exemplo. Porém, inúmeras exterioridades podem ser apontadas, tais como, a supervalorização da terra urbana, aumento do custo de vida, redes de prostituição que envolvem o turismo sexual. Preferimos, nesse momento, não adentrar com essas questões, pois elas estão em outro momento da produção dos discursos de turistificação de João Pessoa.

⁴⁹ Cf. Anexo 11.

⁵⁰ Cf. Anexo 12.

⁵¹ Cf. Anexos 13 A e 13 B.

(praias, rios, por do sol, reservas de mata atlântica, mangues, extremo oriental) no recorte do caderno de Opinião do Jornal A União. Porém, foi destacada uma crítica que tem como núcleo as dificuldades em infraestrutura, ditas por um colunista. Assim afirma: “João Pessoa é extremamente pobre também ou, sobretudo, em termo de atrações turísticas. A constatação partiu de uma delegação de jornalistas de todo o Nordeste que, ao final de um encontro da categoria – pioneiro na Paraíba –, domingo passado vasculhou os quatro cantos da cidade, ávida de atrativos turísticos, porém, praticamente em vão. Em suma, o que os jornalistas de melhor apreciaram foi a belíssima vista panorâmica que a Ponto do Seixas oferece. No mais, tiveram de se contentar com a satisfação de estar no ponto mais oriental da América do Sul [...]”.

A construção de uma imagem turistificada da Cidade não condizia com a propaganda oficial. Como vimos, em muitos momentos eram exaltadas diferentes realizações do agente público. Situação esta contraditória com a imagem apresentada (Figura 03), expressada no seguinte enunciado “[...] a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta a própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular. Mesmo a imagem, [...] tem sua própria opacidade.” (CHARADEAU, 2015, p. 19)

Figura – 03: João Pessoa: Cidade Verde



FONTE: Jornal A União, caderno Especial, pág. 01, domingo, 04 de agosto de 1985.

Na véspera da comemoração da festa de “Quatrocentos Anos”, a imprensa oficial trouxe destaque para a imagem da “cidade verde”, que é um elemento discursivo amplamente utilizado pelos agentes públicos e privados, e verbera não só na lógica da “cidade mercadoria”, mas também como uma “cidade jardim”. Essas “[...] representações apontam para um desejo social, [que] produzem normas e revelam sistemas de valores” (CHARAUDEAU, 2015, p. 47).

Ao longo do que foi analisado até aqui, salienta-se o papel que a mídia impressa exercia no período. A realidade é diferente do que se tem na atualidade, em que novos meios computacionais dissipam a informação na instantaneidade, tais como aplicativos para smartphones que permitem a contratação de serviços de hospedagem, a formação de podcasts⁵², além das denominadas mídias sociais onde há compartilhamento de conteúdos, que são explorados pelas empresas de marketing turístico. Assim, destacamos que os jornais impressos eram importantes meios com os quais as imagens de turistificação eram dissimuladas. Havia um esforço por parte da comunicação oficial em fixar na memória coletiva a importância do turismo como força econômica, muito embora os resultados não fossem plenamente atingidos na geração de emprego ou renda, mas obteve grande êxito como elemento agregador.

E é partir dessas imagens que foram sendo construídas ao longo dessas últimas quatro décadas que analisaremos o segundo período que em muito contribuiu para a turistificação da paisagem de João Pessoa, tendo como objeto principal o lançamento do Projeto Costa do Sol em fins da década de 1980.

2.3 Após a imagem turistificada, o jogo ideológico do Projeto Costa do Sol

Uma análise global de toda documentação por nós levantada, põe em evidência o papel que o Estado veio a assumir com ACT's, para atender aos anseios da iniciativa privada. E o período que agora faz parte dessa análise é um dos mais importantes para a consolidação do discurso de turistificação do território pessoense.

Em 1987 foi eleito para governador Tarcísio de Miranda Burity. Suas ações em torno do turismo estão bem evidentes no território pessoense. Aproveitando os elementos discursivos presentes em seu momento histórico, deu ênfase a projetos atrelados à infraestrutura consolidando o turismo de “praia e sol”.

⁵² Podcasts são dados, particularmente de áudio, transmitidos via internet por plataformas de RSS (agregadores de arquivos), que podem ser personalizados.

O governador Tarcísio Burity habilmente se consolidou na cena política com o emprego adequado da máquina midiática disponível de sua época, tanto pelo jornal oficial quanto pela mídia privada. Sobre o uso das mídias, Charaudeau (2015) afirma que

[...] no mundo político, de maneira geral, que o discurso aí manifestado está intimamente ligado ao poder e, por conseguinte, à manipulação, o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação. Entretanto, as mídias são utilizadas pelos políticos como um meio de manipulação da opinião pública [...] (p. 17).

Uma de suas primeiras ações em torno do turismo foi a inauguração da nova sede do Centro Turístico de Tambaú⁵³, localizado na orla da praia de Tambaú, próximo de outros atrativos turísticos, como o Mercado de Artesanato de Tambaú.

O pensamento de Tarcísio Burity estava mais de acordo com o setor privado. Em entrevista concedida ao Jornal O Estado de São Paulo⁵⁴ em 1987, disse que “Uma das saídas para os problemas que vive hoje o Brasil é a privatização”. O governador atribuía a crise econômica que o país vivia às políticas estatizantes realizadas até aquele momento. O chefe do executivo estadual não levou em consideração as condições históricas de desenvolvimento do país no cenário internacional, a economia de complementação externa, cujos interesses se pautaram no endividamento público e a modernização conservadora.

Essa posição do governador em torno da iniciativa privada constitui o cerne das ações em torno do desenvolvimento do turismo, que com o tempo se mostraram contraditórias. Ao levarmos em conta o lançamento do Projeto Costa do Sol, uma espécie de distrito turístico que contava com a associação entre capital público e capital privado (ou participação público-privada – PPP) para dinamizar as receitas do Estado e seus resultados obtidos, foi este que mais realizou os aportes necessários, enquanto a iniciativa privada não realizou investimentos de forma proporcional.

A PBTUR passou a ter sua sede no Centro Turístico de Tambaú, autarquia pública teve como Presidente Ivan Burity⁵⁵, um dos responsáveis pela execução do maior projeto de investimentos turístico do governo nessa época, o Projeto Costa do Sol.

⁵³ Cf. Anexo 14.

⁵⁴ Entrevista foi publicada no Jornal O Estado de São Paulo, Caderno de Política, pág. 5, domingo, 06 de setembro de 1987.

⁵⁵ Ivan Burity de Almeida em 1987, já no segundo governo do tio Tarcísio Burity, foi nomeado diretor-presidente da PBTUR, função que desempenharia até 1990. Durante sua gestão, implantou o projeto turístico Costa do Sol, em João Pessoa, além disso, foi Deputado Federal entre 1991 a 1995.

Os agentes envolvidos com a transmissão do discurso de turistificação de João Pessoa estão inseridos em um quadro de *cointencionalidades*, visto que o Estado (e principalmente o Governo, independente de quem esteja a frente do Estado) emprega o discurso de turistificação como alavanca econômica e a geração de empregos. Os diferentes núcleos empresariais do *trade* mantêm-se neste rebatimento do discurso. As *cointencionalidades* se inserem numa produção discursiva tendo uma imagem idealizada do receptor, construindo em uma lógica idealizada, destituída de concepções contrárias ao que se está desenvolvendo no espaço urbano da cidade com os projetos turísticos, principalmente a partir do Projeto Costa do Sol.

Dessa forma, o discurso de turistificação é feito para criar sentidos e imaginários atrelados às questões de renda, de receita, de empregos ou como alternativa à crise, com o propósito de criar uma *atualidade*, ou a busca constante pela novidade, sem que a “antiguidade” se consolidasse no tempo e no espaço, deslocando-se dos interesses da sociedade, a um apelo pela constante necessidade de reproduzir no espaço a atualidade.

Na reportagem do Jornal A União de 03 de agosto de 1988 destacamos “marcarão de forma definitiva, a política de prioridade da Indústria Turística que vem sendo implementada”⁵⁶, os investimentos estão sempre ocorrendo em uma sociedade de mercado, então nada se estabelece de forma definitiva. No segundo trecho, “[...] porque o turista é um consumidor especial que, ao comprar produtos dos mais diversos ramos, incrementa o comércio, o setor hoteleiro e os demais setores de prestação de serviços, fazendo com que a oferta de empregos seja aumentada e, desta forma, atenuada a crise social que é uma realidade no Brasil de hoje [...]” está em questão elementos do núcleo metadiscursivo, tais como a “oferta de empregos” e “atenuada a crise social”, como resposta dos investimentos do setor privado.

E no dia 04 de agosto de 1988 do Jornal A União⁵⁷ há ênfase na *personalidade*. Na ocasião o próprio presidente da Embratur estaria na inauguração do Centro Turístico e isso reforça a imagem de um *ethos confiabilidade*, que responde às demandas do setor empresarial de que o *turismo está sendo levado a sério*.

No *box I*⁵⁸, o discurso do presidente da Embratur reforça a imagem do governador “tem autoridade”, “a dignidade de enfrentar o desafio”. A intensão é de promover o Governador ao lugar político de sujeito que cria políticas públicas

⁵⁶ Cf. Anexo 14.

⁵⁷ Cf. Anexo 15.

⁵⁸ Cf. Anexo 15.

estruturantes. São imagens de uma personalidade de elevado *ethos de confiabilidade*, que, pelo princípio de alteridade, deixam-nos no mesmo *ethos*. Essas imagens podem ser destacadas nos enunciados a seguir: “[...] o presidente da Embratur, João Dória Jr. disse que a obra, ‘sem dúvida, é um marco que representa um tiro de partida para fazer da Paraíba um referencial para o desenvolvimento turístico do Nordeste’”. Além disso, estabelece uma relação de alteridade com o governador para legitimar a ambos como produtores de um discurso de verossimilidade, como se verifica aqui: “O Governo tem autoridade para responder aos seus eleitores, aos seus conterrâneos, que teve a coragem, a dignidade de enfrentar o desafio de transformar o Turismo numa fonte geradora de riquezas. Porque a Paraíba tem, hoje, o mais arrojado e mais moderno projeto de Polo Turístico do Brasil”. O então presidente da Embratur está discursando para um auditório preenchido por representantes da classe política e por empresários, a imagem que constrói de *SI/EUe* é de uma autoridade, cujos argumentos são plausíveis por um especialista do setor de turismo. Finaliza com um ato ilocutório, ao recomendar que os outros façam o mesmo “que o seu exemplo seja seguido pelos demais Governadores do Brasil”.

Como as circunstâncias da enunciação são as mesmas, o então presidente da PBTUR completa, “é um marco, sem dúvida nenhuma, para a Indústria do Turismo que, por determinação do Governador, é uma prioridade que também reflete no Projeto Costa do Sol, já em pleno processo de implantação, que dotará a nossa Capital de mais 16 hotéis e de uma ampla infraestrutura para o recebimento dos turistas que virão para Paraíba, um Estado com vocação natural para o Turismo, que será uma atividade capaz de nos tirar da estagnação econômica histórica. Como no Caribe, na Espanha e em outros países, o Turismo será capaz de fazer nossa redenção econômica”. Constituem-se de argumentos sem base em dados quantificáveis, pois é difícil concluir que naquele momento a rede hoteleira era ou não suficiente para atender a demanda de hospedagem, como exemplo. Na realidade os argumentos se direcionam mais no sentido de criarem um produto a ser vendido na lógica de promoção turística, visto que o Costa do Sol não se resumia a apenas a hotéis, mas a um amplo projeto de múltiplas funções.

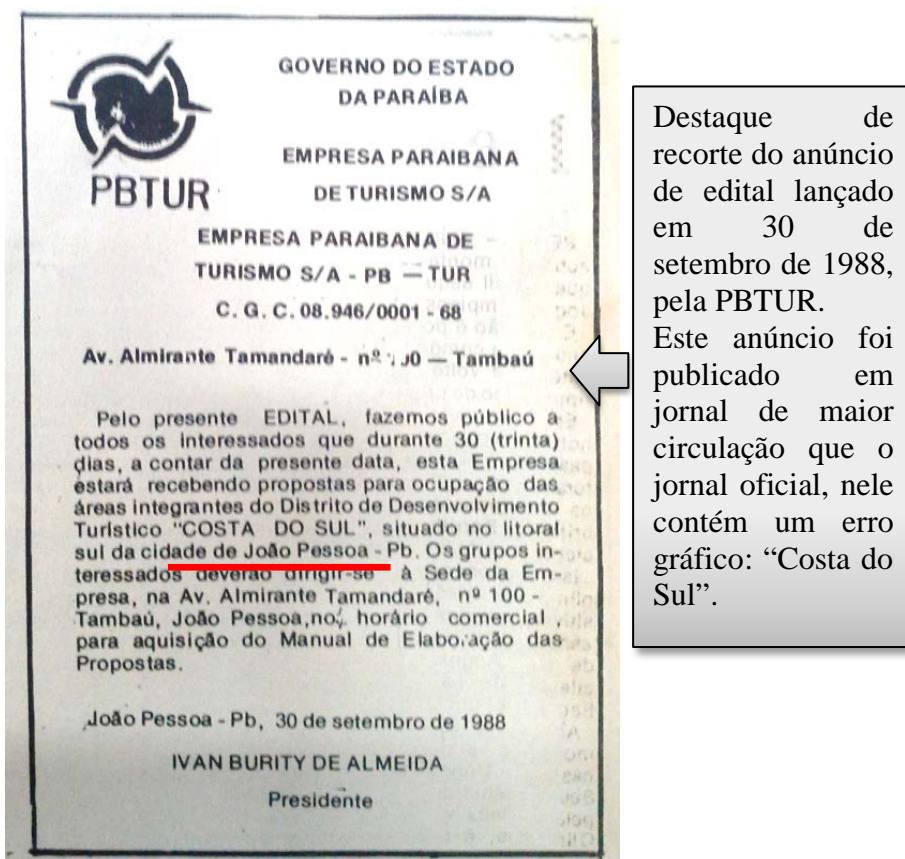
Os enunciados do presidente da PBTUR, o Sr. Ivan Burity, ao empregar comparações generalizantes, sobre o Caribe, a Espanha e em outros países, o Turismo será capaz de fazer nossa “redenção econômica”, em seu enunciado, reforça a imagem do governador como um *salvador*, uma vez que as decisões políticas são efetivadas pelo chefe do executivo.

2.3.1 O lançamento do Projeto Costa do Sol

O discurso é feito para criar efeitos de verdade. Segundo Charaudeau (2015) “[...] o discurso está sempre voltado para outra coisa além das regras de uso da língua. Resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem se dirige, a relação de intencionalidade que os liga as condições físicas da troca) com a maneira com a qual se fala” (p. 40).

As perspectivas econômicas que o Estado da Paraíba detinha em relação ao turismo, como vimos, seria a salvaguarda das condições em que se encontravam as finanças públicas. Assim, o *discurso de turistificação* se liga com o *discurso de crise econômica e social*, além da própria afinidade do governador na questão dos investimentos pela iniciativa privada, constituem assim o acontecimento político: o Projeto Costa do Sol (Figura 04).

Figura – 04: Destaque de edital da PBTUR



GOVERNO DO ESTADO
DA PARAÍBA

EMPRESA PARAIBANA
DE TURISMO S/A

PBTUR

EMPRESA PARAIBANA DE
TURISMO S/A - PB - TUR

C. G. C. 08.946/0001 - 68

Av. Almirante Tamandaré - nº 100 - Tambaú

Pelo presente EDITAL, fazemos público a todos os interessados que durante 30 (trinta) dias, a contar da presente data, esta Empresa estará recebendo propostas para ocupação das áreas integrantes do Distrito de Desenvolvimento Turístico "COSTA DO SUL", situado no litoral sul da cidade de João Pessoa - Pb. Os grupos interessados deverão dirigir-se à Sede da Empresa, na Av. Almirante Tamandaré, nº 100 - Tambaú, João Pessoa, no horário comercial, para aquisição do Manual de Elaboração das Propostas.

João Pessoa - Pb, 30 de setembro de 1988

IVAN BURITY DE ALMEIDA
Presidente

Destaque de recorte do anúncio de edital lançado em 30 de setembro de 1988, pela PBTUR. Este anúncio foi publicado em jornal de maior circulação que o jornal oficial, nele contém um erro gráfico: "Costa do Sul".

FONTE: Jornal O Norte, Geral, pág. 5, segunda-feira 03 de outubro de 1988.

No acervo dos governadores na FCJA, uma gama de documentos pode ser acessada (Quadro 4), que nos auxiliou na compreensão dos sentidos do discurso de turistificação de João Pessoa a partir do Projeto Costa do Sol, visto que “o sentido nunca é dado antecipadamente. Ele é construído pela ação linguageira do homem em situação de troca social” (CHARAUDEAU, 2015, p. 41).

QUADRO 4 – Ofícios da PBTUR sobre o Projeto Costa do Sol

continua

OFÍCIOS	ÓRGÃO DE ORIGEM	ÓRGÃO DE DESTINO	RESUMO DO OFÍCIO	SOLICITAÇÃO PRINCIPAL
233/87-GP 16.12.1987	PBTUR	Procurador do Estado	Incorporação da área de 653,984 ha da Fazenda Mangabeira para a PBTUR.	Reitera como prioritário o Projeto Costa do Sol.
009/88-GP 12.01.1988	PBTUR	Secretaria de Planejamento e Gestão	Abertura de crédito suplementar pagamento de água, esgoto, iluminação e distribuição de Energia.	Liberação de recursos no valor Cz\$ 4 milhões.
053/88-GP 17.03.1988	PBTUR	Secretaria de Finanças	Pagamento de custos com averbação e topografia na Fazenda Mangabeira, para o cartório Carlos Ulisses.	Liberação de pagamento no valor de Cz\$ 979.500,00
054/88-GP 17.03.1988	PBTUR	Secretaria de Finanças	Pagamento ao cartório Decarlinto, referente a uma área na Fazenda Mangabeira.	Liberação de pagamento no valor de Cz\$ 1.082.800,00
095/88-GP 10.05.1988	PBTUR	Secretaria de Planejamento	Orçamento global do Projeto Costa do Sol de Cz\$ 200 milhões. Cz\$ 49.109.87,00 via Tesouro Nacional. 1ª Parcela Cz\$ 19 milhões.	Solicitação de 2ª parcela no valor de Cz\$ 20 milhões
111/88-GP 24.05.1988	PBTUR	Gerência da Caixa Econômica	Avaliação das áreas na forma de glebas para o Projeto Costa do Sol.	Pede resposta para levantamento do valor dos terrenos.

				conclusão
121/88-GP 13.06.1988	PBTUR	SUDEMA	Planejamento e ordenamento para Costa do Sol.	Solicita resposta de regularização para implantação do Projeto Costa do Sol.
186/88 17.08.1988	PBTUR	Secretaria de Planejamento	Pagamento de RIMA e confecção de material promocional o do Costa do Sol.	Liberação de Cz\$ 15 milhões.
212/88 04.10.1988	PBTUR	Tribunal de Contas do Estado	Referente ao edital publicado no Jornal O Norte	Resposta sobre o lançamento de edital.
234/88-GP 24.10.1988	PBTUR	Secretaria de Planejamento	Pagamento de projetos complementares para implantação do complexo turístico Costa do Sol.	Liberação de Cz\$ 15 milhões.
247/88-GP 23.11.1988	PBTUR	Secretaria de Planejamento	Pagamento de projetos complementares a implantação do Projeto Costa do Sol.	Liberação de Cz\$ 12 milhões.
264/88-GP 15.12.1988	PBTUR	SUDEMA	Agendamento para realização de audiência pública sobre o Projeto Costa do Sol.	Audiência pública como exigência para regularização da área.
270/88-GP 21.12.1988	PBTUR	Secretaria de Planejamento	Pagamento de rima, paisagismo, plano diretor, água, esgoto, empresa auditora, cartório	Liberação de Cz\$ 15 milhões

FONTE: FCJA, arquivos do governador Tarcísio Burity (elabora pelo autor).

No governo de Tarcísio de Miranda Burity, antes do anúncio do Projeto Costa do Sol, outras ações em torno das atividades do turismo haviam sido executadas em sua gestão, tais como: a conclusão do Centro Turístico de Tambaú, a construção do Mercado de Artesanato e a iluminação pública da orla (de Tambaú ao Cabo Branco).

Quando o Projeto Costa do Sol foi lançado, seu orçamento global era de Cz\$ 200 milhões de cruzados (com aportes do Tesouro Nacional, segundo ofício 095/88-GP de 10.05.1988). Orçamento difícil de operacionalizar em razão das elevadas taxas de depreciação da moeda nacional. Para que se tenha uma ideia geral deste montante, em 16 de dezembro de 1987, era equivalente a US\$ 2,895 milhões de dólares americanos.

No caderno de lançamento do empreendimento consta em sua capa o seguinte título “Projeto Costa do Sol: a hora de investir no turismo da Paraíba”. As dificuldades econômicas, que as unidades federativas se encontram, limitam a capacidade de investimentos. No caso da Paraíba, o endividamento público com a União estava elevado, e isso fez com que os investimentos que antes se concentravam na indústria passassem a se deslocar para o turismo, visto que os investimentos em infraestruturas se mostravam mais promissores.

A infraestrutura básica, como: rodovia, eletrificação, saneamento, construção de adutora e uma usina de tratamento de efluentes que ficaria a cargo do Estado. Isso representou um investimento da ordem de US\$ 20 milhões de dólares. A PBtur seria sócia/parceira dos investimentos, sendo esta proprietária da área de mais de 600 hectares, e os investimentos em hotéis, resorts, parque temático, campo de golfe, áreas residenciais e um parque para crianças seria da iniciativa privada. Nos documentos pesquisados a respeito do Projeto Costa do Sol não consta, entre as responsabilidades do poder público, a construção do atual centro de convenções Poeta Ronaldo Cunha Lima.

O discurso de lançamento do Projeto Costa do Sol⁵⁹ ocorreu no dia 06 de janeiro de 1989, e nele se destaca a possibilidade de desenvolvimento do Estado, como se verifica no seguinte enunciado:

[...] o Projeto Costa do Sol, que é o maior projeto turístico da Paraíba e um dos maiores do Nordeste com toda a certeza [...] o governo decidiu: o Costa do Sol, o Projeto Costa do Sol, como seu prioritário, projeto número um, porque é um projeto que vai trazer um grande desenvolvimento ao Estado da Paraíba. Eu tenho convicção que este projeto vai na verdade provocar um verdadeiro salto qualitativo quanto ao seu desenvolvimento do Estado em Geral e de João Pessoa em particular.

Tarcísio Burity, no excerto acima, produz seu enunciado empregando a terceira pessoa “o governo decidiu”, constitui uma ação delocutiva, ou seja, reveste seu discurso de objetividade como ocorre no gênero textual de produção científica, o que cria a verossimilidade naquilo que é dito, sem precisar recorrer a dados sobre aquilo que se diz sobre o turismo, evitando-se os aspectos negativos sobre as condições financeiras do Estado em poder realizar o Projeto Costa do Sol, no atendimento aos interesse dos empresários.

⁵⁹ O discurso foi proferido na manhã do dia 06 de janeiro de 1989 pela rádio Tabajara. Está transcrito e arquivado na Fundação Casa de José Américo. Na sala reservada à documentação do ex-Governador Tarcísio de Miranda Burity.

Além disso, em seu discurso sobre o Costa do Sol fica evidente o ideário redentor do turismo para a composição econômica tanto do Estado quanto da cidade de João Pessoa. Existe uma formação discursiva que configura na condição de desenvolvimento por diferentes agentes econômicos e políticos.

Nesse aspecto, a carga ideológica contida em “desenvolvimento” está conectada à visão organicista da economia, como um processo linear de expansão da riqueza e de sua distribuição. Todavia, sabe-se que a formação da sociedade paraibana (de maneira geral a brasileira) foi pautada na manutenção de desigualdades sociais que se manifestam no plano territorial.

Isso significa que o Projeto Costa do Sol, que visava construir um distrito específico para os investimentos no turismo, não é capaz de erradicar tais desigualdades. Ocorre o inverso, pois se cria um território privilegiado para os investimentos e para determinados consumidores, elevando os níveis de segregação socioespacial no tecido da cidade.

Quanto às melhorias das condições de vida, que se possa relacionar com a criação de empregos (formais e informais), implantação de saneamento e outras demandas pertinentes a reprodução da vida material e social, requer um melhor refinamento dos dados a serem analisados. No entanto, mais adiante há indicações de como tais situações estão se desenrolando, principalmente para a Comunidade do Aratú, situada no entorno do Costa do Sol, que vive em situação de precarização no tocante à qualidade das habitações, bem como serviços de água, energia e coleta de resíduos, acesso à saúde e educação.

O Projeto Costa do Sol, que foi anunciado durante o segundo governo de Burity, foi rebatizado de Polo Turístico do Cabo Branco durante o primeiro mandato de José Targino Maranhão, aproveitando da imagem constituída pelo Parque do Cabo Branco e do Farol do Cabo Branco (homônimos mais conhecidos).

No momento dessa pesquisa, o que se encontra edificado na área é o Centro de Convenções (CECONJP), cuja responsabilidade de ser erigido saiu da esfera privada para as mãos do poder público, como forma de induzir os investimentos na área do polo.

Um dos documentos selecionados para a análise é o catálogo de lançamento do Projeto Costa do Sol (Figura 05), que traz na capa “A hora de investir no turismo da Paraíba”.

Figura – 05: Capa do catálogo de lançamento do Projeto Costa do Sol, 1988



FONTE: GOVERNO DA PARAÍBA, 1988

O enunciado presente na capa do documento nos leva a refletir sobre o contexto no qual o ato de linguagem está historicamente filiado. Momento no qual o Estado se prontifica não só a receber, mas a garantir tais investimentos. Dessa maneira seria a partir do projeto recém lançado que o processo de alavancagem teria início. Ou ainda, é a *força alocutória* chamando os empresários para o investimento, podendo ser considerado o pré-construído, qual seja, a ação do governo da Paraíba similar aos Estados nordestinos, principalmente Pernambuco, Ceará e Bahia, que despontaram no cenário nacional como importantes receptores de turistas.

O Projeto Costa do Sol reunia uma gama de infraestruturas para o desenvolvimento do imobiliário turístico local. Segundo dados do próprio projeto seria uma área de multifinalidade⁶⁰.

Em 13 de julho de 1988 o Jornal O Norte trouxe um caderno especial de turismo (Figura 06) que reafirmava o discurso de turistificação do governo Burity. Nele continha matérias sobre a importância do turismo como gerador de receitas para o Estado.

⁶⁰ Cf. Anexo 16.

Figura – 06: O Norte: especial de turismo



FONTE: Jornal O Norte, Caderno Especial de Turismo, 13 de julho de 1988.

Vimos que no governo de Wilson Braga as ações para o turismo se concentraram na ampliação do aeródromo e ao atendimento pontual dos empresários do *trade* turístico. Estes reivindicaram em carta aberta que o atual Centro Cultural José Lins do Rêgo⁶¹ (ou Espaço Cultural) viesse a se tornar um *centro de convenções* (Figura 07).

Na reprodução da matéria da página 5 do Caderno Especial do Jornal O Norte⁶², identifica-se o atendimento dessas demandas pelo governo Tarcísio Burity. Novamente o editorial emprega uma ação delocutiva, cujos elementos de argumentação estão em torno dos investimentos, como se verifica a seguir: “Os passos decisivos para implantação de uma Indústria turística na Paraíba estão sendo dados pelo Governador Tarcísio Burity, ao assinar o edital de oferta pública para venda dos lotes do distrito turístico Costa do Sol, colocando o nosso estado é um dos pontos turísticos mais

⁶¹ O Espaço Cultural foi inaugurado em 1982 pelo ex-governador Tarcísio de Miranda Burity, conta com uma área construída de mais de 26 mil m², com dois teatros, praça coberta para convenções (capacidade para 15 mil pessoas), cinema, biblioteca, um minimuseu com objetos do escritor José Lins do Rêgo e um planetário. É a sede da FUNESC (Fundação Espaço Cultural da Paraíba).

⁶² Cf. Anexo 17.

importantes do país [...]”. Ao mesmo tempo que eleva a imagem do Governador Burity, faz o mesmo com a própria máquina midiática “divulgando esses cadernos especiais, oferece aos seus leitores todas as informações sobre esse momento histórico por que passa o turismo paraibano.” O jornal se constitui de uma ferramenta informacional, auxiliando na constituição das circunstâncias com as quais os discursos de turistificação detêm caráter de verdade.

E ao fazer isso, o jornal cria um *esquecimento* dos governos anteriores, algo ao que Charaudeau (2015) destaca: “[...] os indivíduos regulam as trocas sociais, constroem as representações dos valores que subjazem a suas práticas, criando e manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentidos” (p. 16).

O turismo que aglutina variadas atividades de serviços passou a ser vista como atividade fabril, ou seja, há agora uma escala de produção ampliada, que se renova de acordo com o incremento de demanda.

Figura – 07: Espaço cultural José Lins do Rêgo



FONTE: FUNESC, 2014
(http://24horaspb.com/Portal/media/k2/items/cache/44ffc45b50f322d6bb819fb312960a6d_XL.jpg). Acessado: 09 mai. 2017.

O enunciado explorou ainda a questão da *temporalidade*, como no destacado a seguir: “todas as informações sobre esse momento histórico por que passa o turismo paraibano”. Le Goff (1990) traz uma ótima concepção sobre essa questão do *momento histórico*. Para o autor a “análise de um momento histórico que segrega a ideia de 'modernidade' e, ao mesmo tempo, a cria para denegrir ou exaltar – ou simplesmente, para distinguir e afastar – uma 'antiguidade', pois que tanto se destaca uma modernidade para promovê-la como para vilipendia-la” (p. 93).

Esses *esquecimentos ideológicos* da memória dos governos anteriores que desenvolveram determinadas ações para o turismo (sejam governos estaduais ou municipais) desloca o imaginário dos gestores de outrora, para respaldar as ações do governo na circunstância em que o enunciado é dito. As fotografias contidas na página 5 do caderno especial⁶³, dentre outros fatores, vão nesse sentido, de estabelecer uma nova memória, como exemplo: “João Dória e o governador Burity”; “Governador inspeciona o Costa do Sol”, na primeira fotografia com o presidente da Embratur passa a imagem de *competência*, e na segunda evidencia o envolvimento pessoal do governador em realizar o Projeto Costa do Sol.

Além das imagens retratadas nesse Caderno Especial, continha uma entrevista com o ex-Secretário da Indústria Comércio e Turismo da Paraíba Carlos Gláucio Sabino de Farias⁶⁴, cujos principais enunciados estão destacados a seguir “Tenho a mais absoluta convicção de que em futuro não muito longínquo, atividade turística será um dos mais importantes centros dinâmicos da economia paraibana”. O secretário ao produzir seu enunciado, situa-o em um *ato elocutivo opinativo*⁶⁵ apoiado na imagem do *EUc*, e continua “enorme potencialidade para geração de renda de emprego, [...] Maceió, Natal e Aracaju, que despertaram há apenas cerca de dez anos para investimentos em lazer e hotelaria e hoje exibem um apreciável patrimônio nessa área, que é uma base segura para crescimento futuro.” Recorre-se às comparações entre outras cidades como forma de justificar seus argumentos, pautado na convicção de que, o que deu certo nessas cidades, pode-se replicar em João Pessoa. É uma visão de mundo pautado no imaginário de progresso material, como forma de estabelecer uma *imagem de concretude*.

E no segundo trecho de seu enunciado que o Secretário, Carlos Gláucio Sabino de Farias, no box II, reafirma a imagem de *competência* do governador, como podemos verificar nos enunciados a seguir: “O Polo Turístico Costa do Sol será a mais arrojada obra do governo Tarcísio Burity, voltada para consolidar definitivamente o turismo no Estado, dando uma dimensão internacional a essa atividade em face da qualidade da infraestrutura que se implantará”; “[...] 18 hotéis, de 3, 4 e 5 estrelas; Marinas, zona comercial, com um grande Shopping Center”; “[...] O projeto Costa do Sol deverá ter

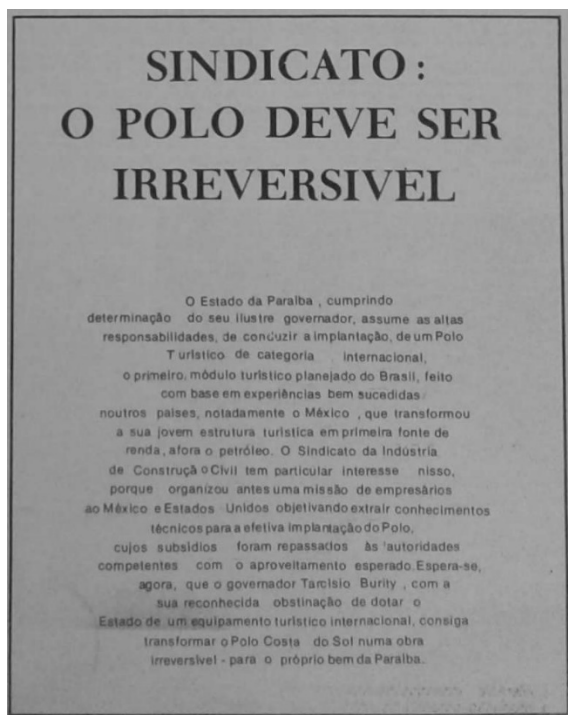
⁶³ Cf. Anexo 17.

⁶⁴ Cf. Anexo 18.

⁶⁵ Segundo CHARADEAU (2014) a modalidade enunciativa elocutiva se dá quando “o locutor expressa seu ponto de vista” (p. 91), ou seja, não implica o locutor naquilo que é dito. Na ocasião, o secretário expressa sua opinião a partir daquilo que pressupõe sobre os investimentos que estavam sendo realizados no turismo.

uma implantação concluída a longo prazo”; “[...] a posição privilegiada de João Pessoa” e “[...] já dispõe de aeroporto em condições de receber aeronaves de grande porte”. Ele antecipa uma imagem de *SI/EUc* como *expert* representante do turismo reconhecendo as qualidades do Governador (seu referente) para validar as decisões do gestor estadual.

Figura – 08: O discurso do setor da construção civil



Estado da Paraíba, cumprindo determinação do seu ilustre governador, assumir as altas responsabilidades de conduzir a implantação, de um polo Turístico de categoria internacional, o primeiro módulo turístico planejado do Brasil, feito com base em experiência bem sucedidas noutros países, notadamente o México, que transformou a sua jovem estrutura turística em primeira fonte de renda, afora o petróleo. O Sindicato da Indústria de Construção Civil tem particular interesse nisso, porque organizou antes uma missão de empresários ao México e Estados Unidos objetivando extrair conhecimentos técnicos para a efetiva implantação do Polo, cujos subsídios foram repassados às autoridades competentes com o aproveitamento esperado. Espera-se, agora, que o governador Tarcísio Burity, com a sua reconhecida obstinação de dotar o Estado de um equipamento turístico internacional, consiga transformar o Polo Costa do Sol numa obra e irreversível – para o próprio bem da Paraíba. (grifos nossos)

FONTE: Jornal O Norte, Caderno Especial de Turismo, 13 de julho de 1988.

Os indivíduos regulam suas trocas languageiras para produzirem sentido, ou seja, uma visão de mundo partilhada socialmente, tendo a Indústria da Construção Civil como um dos principais agentes produtores da “cidade mercadoria”. Com seu breve (porém importante) enunciado para que o governo, no comando do Estado, efetivasse o polo turístico, ao empregar os termos (Figura 08) “[...] o primeiro módulo turístico planejado do Brasil” e “dotar o Estado de um equipamento turístico internacional”, mantendo um caráter de *atualidade*. Ao mesmo tempo estabelece que é dever do Estado orientar suas políticas públicas de investimentos para consolidar o setor privado. Evidencia-se o caráter hegemônico do setor privado ante o setor público.

Figura – 09: Projeto Costa do Sol e a paisagem natural



FONTE: Jornal O Norte, Caderno Especial de Turismo, 13 de julho de 1988.

Com o enfraquecimento do regime militar brasileiro e a transição para a democracia, diferentes temas estavam na pauta da Assembleia Constituinte (1987/88), entre eles, as questões relativas à preservação e à conservação da natureza. Essas questões se consolidaram nos discursos de turistificação presentes em diferentes cadernos de turismo.

Em diferentes passagens presentes no artigo (Figura 09) há uma fixação entre os ACT's e a natureza como recurso principal, reforçado pelo Projeto Costa do Sol⁶⁶, tanto como fonte econômica, como meio de proteger “[...] a natureza e reservando áreas de elevado potencial paisagístico para a instalação de hotéis de lazer - imprimindo-lhe o caráter de espaço turístico integrado ao meio ambiente”. A *paisagem*⁶⁷ passa a ser uma mercadoria do catálogo do desenvolvimento do turismo.

Em outra passagem, há uma visão romântica da natureza, como podemos destacar a seguir: “[...] cerca de quatro quilômetros marcados por falésias caprichosamente esculpidas, estuários de areais brancas, bucólicos manguezais e extensos coqueirais, sem falar na praia pontilhada de piscinas naturais que bordeja e interliga esses componentes da paisagem”.

⁶⁶ Cf. no Anexo 15.

⁶⁷ No capítulo III discutiremos a beleza cênica como mercadoria.

Essa visão romântica sobre a paisagem natural de João Pessoa está presente em diferentes momentos do caderno especial de turismo do Jornal O Norte (Figura 10):

Figura – 10: João Pessoa, onde o sol domina

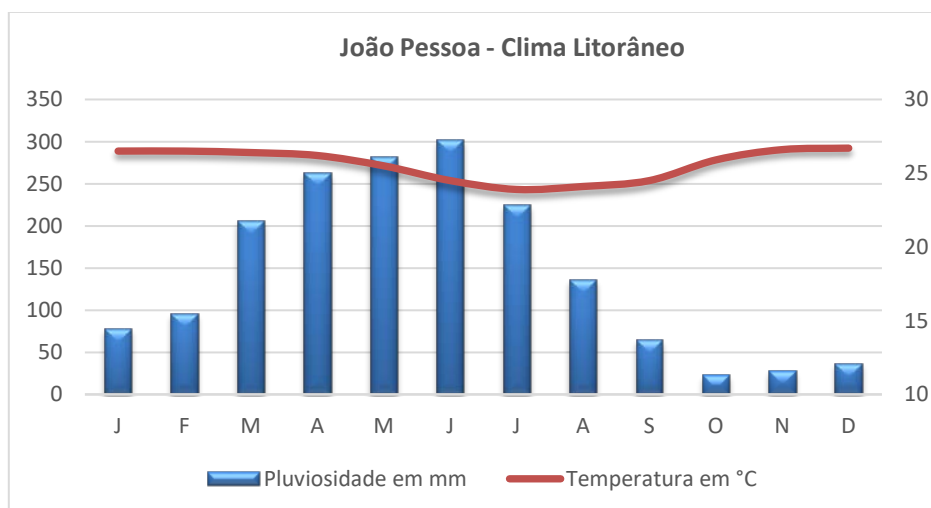


FONTE: Jornal O Norte, Caderno Especial de Turismo, pág. 16, 13 de julho de 1988

No recorte acima, existem diferentes elementos discursivos para evidenciar as imagens do turismo pessoense no contexto de sua *natureza preservada*. Logo no início do artigo, uma possibilidade que se apresenta reside na baixa concentração demográfica, o que implicaria menor pressão social por habitações ou infraestruturas de maior impacto ambiental, colando a “vida natural e saudável” ou a outra imagem da “Cidade Jardim” (Figura 3).

O Brasil é um país de predominância tropical, com dias iluminados e elevada incidência solar. Não seria um privilégio apenas de João Pessoa usar esse fator para consolidar o turismo na cidade. No entanto, no verão, as precipitações são menos frequentes (Gráfico 2), há mais dias de sol e, de março a agosto, as precipitações já se tornam elevadas, muito embora o fator maritimidade seja um produtor natural de intensa nebulosidade.

Gráfico 2: João Pessoa – climograma



FONTE: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados climáticos do INPE, 2010.

A imagem de cidade limpa e de mentalidade preservacionista constituindo uma “cidade jardim” prende-se ao trecho “completa despoluição do produto turístico pessoense”. Essa visão idealmente romanceada não se sustenta ao considerarmos questões como a coleta e tratamento de esgoto. O Projeto Costa do Sol está a poucos quilômetros da estação de tratamento de Mangabeira (constituída de três lagoas anaeróbias), que iniciou suas operações em 1982, e lança seus efluentes no rio Cuiá, que desagua no Oceano Atlântico. Esses fatores descaracterizariam uma paisagem natural livre da interferência humana.

Recorremos mais uma vez a Charaudeau (2015) para compreender a criação destas imagens, quando este autor destaca que “todas as imagens têm sentido, mas nem todas têm necessariamente um efeito sintoma. [...] A imagem deve remeter a imaginários profundos da vida” (p. 246).

Segundo dados do Instituto Trata Brasil⁶⁸, no ano 2000, somente 46% da população do município tinha acesso à rede coletora de esgoto, e menos de 30% recebia tratamento. Em 2017, aproximadamente 75% do esgoto coletado recebeu tratamento prévio antes de chegar aos mananciais. Dessa maneira, em 1988 (não há dados disponibilizados para esse período) a taxas de esgoto que efluíam para o Atlântico sem tratamento eram muito superiores. Isso atesta, mais uma vez, o distanciamento da imagem construída de João Pessoa como cidade despoluída.

⁶⁸ <http://www.tratabrasil.org.br/estudos-trata-brasil>

No dia 06 de janeiro de 1989, o então governador Burity⁶⁹ discursou para os empresários da rede hoteleira que participaram da concorrência pública de oferta de terrenos no Projeto Costa do Sol, edital nº. 001/88, e enunciou: “é o maior projeto turístico da Paraíba e um dos maiores do Nordeste com toda a certeza; [...] E o governo espera que esses grupos fortes, grupos que tem dado uma contribuição extraordinária ao turismo no Brasil. E alguns grupos ligados também a grupos internacionais, ao turismo internacional”. Aqui o governador reconhece a capacidade que os empresários têm para realizarem os investimentos, porque isso é o reconhecimento de seu governo, ou seja, governo e empresários estariam na mesma formação ideológica.

No enunciado a seguir: “Da parte do governo posso garantir, como eu fiz perante todos os participantes desta cerimônia Projeto ‘Costa do Sol, como seu projeto prioritário, projeto número um, é um projeto que vai trazer um grande desenvolvimento ao Estado da Paraíba. Eu tenho convicção’”, percebemos que o imaginário instituído de desenvolvimento atrelado à capacidade de criar infraestruturas no território como forma de progresso é uma fórmula muito antiga de parcerias entre o setor público e o privado. É evidente que o discurso não ficou contido no auditório, ao ser transmitido pela rádio pública, pois o governador já tem uma imagem antecipada do TUd, que se coloca como a população; seu *EUc* produz um ato promissivo ao admitir que o Costa do Sol é o projeto prioritário, recaindo sobre a turistificação da cidade de João Pessoa as possibilidades do salto evolutivo do Estado.

Semanas após esse discurso, outra solenidade foi realizada para a entrega dos certificados jurídicos aos empresários para que pudessem investir no Costa do Sol (Figura 11). A seguir, tem-se a fotografia como forma de fixar na memória social as ações exitosas da política de investimentos para infraestrutura turística. Estão presentes além do governador e do presidente da PBTUR os empresários que tiveram propostas homologadas.

⁶⁹ Cf. Anexo 21.

Figura – 11: Governador homologa empresários do Projeto Costa do Sol



FONTE: Jornal A União, Geral, pág. 08, sábado/domingo 28/29 de janeiro de 1989.

Depois de três décadas da inauguração da infraestrutura básica do Projeto Costa do Sol, tem-se no atual Polo Turístico do Cabo Branco, o CECONJP, ainda a espera dos investimentos privados. São empresários que esperam por novas linhas de financiamento para a futura construção de hotéis e instalações de entretenimento turístico. No discurso do governador⁷⁰, “vai trazer mais riqueza, mais investimento, mais oportunidades de empregos, mais renda para a Paraíba”, a locução verbal *“vai trazer”* constitui um *ato de persuasão*, repetindo o imaginário do desenvolvimento; e que se repete como um ato de “fé” para que a iniciativa privada realize os investimentos necessários, como pode ser verificado a seguir, “Hoje, temos convicção de que está consagrado o sucesso do Projeto Turístico Costa do Sol, pois o Governo deu o primeiro passo, criou infraestrutura, lançou o projeto e o outro lado, a iniciativa privada, compreende a atitude do Governo, compareceu, prestigiou e hoje se integra perfeitamente a esse projeto”. Com o discurso consubstanciado do presidente do Sindicato de Hoteleiros de Campina Grande, “o maior empreendimento da América Latina”. Empregam-se marcadores de uma imagem de grandeza para o Estado da Paraíba perseguida durante várias décadas em diferentes momentos históricos com diferentes gestores do Estado.

⁷⁰ Cf. Anexo 22.

Verificamos, a seguir, a prestação de contas do Governador, após serem entregues alguns equipamentos: “Estamos aqui nesta cerimônia no Centro Turístico, hoje pregando a cada grupo hoteleiro que acreditou na nossa administração e no nosso Projeto ‘Costa do Sol’, que é o maior projeto turístico da Paraíba e um dos maiores do Nordeste com toda a certeza. A entrega, portanto, do termo de homologação a cada grupo relativamente aos lotes que ficaram subordinados a uma concorrência pública para quem quisesse investir na ‘Costa do Sol’”. Em seu enunciado, a força ilocutória pode ser verificada no momento em que o governador expressa o *ato de agradecimento* “hoje pregando a cada grupo hoteleiro que acreditou”. A imagem de *SI/EUe* produz um destinatário homogêneo, pois a finalidade de seu ato de linguagem são os empresários que se encontram na cena discursiva, ao mesmo tempo que a imagem de um *TUd* que está fora do circuito que são aqueles que não acreditaram, filiando a um *ato perlocucionário de convencer* os empresários quanto ao projeto lançado “um dos maiores do Nordeste”.

Um dos motes do governo foi “A hora de investir no turismo da Paraíba”, que foi posta como grande alternativa, e a PBTUR fez chamamento dos empresários interessados no polo turístico através de edital que qualificava os candidatos a investir. Além disso, em 14 de setembro de 1989, o então governador Tarcísio Burity se reuniu com empresários ligados à FIEP e ofereceu almoço oficial para 119 Presidentes dos Sindicatos das Indústrias do Estado de São Paulo para debater, dentre outras situações, o plano de investimento industrial da Paraíba e o Polo Turístico do Cabo Branco.

No recorte do Jornal A União (Figura 12), podemos identificar imaginários que já estavam estabelecidos no período anterior, tais como: *empregos*; *divisas* (receitas) e; *beleza das praias*. Além disso, em outros dois trechos “pensando nisso o governador do Estado, professor Tarcísio de Miranda Burity, tomou providências” e “reconstruir um Estado” revelam o caráter de personificação da administração do Estado que é uma forma de encerrar a memória de gestões anteriores que trataram do turismo de forma similar. Ou seja, mantém-se o imaginário em torno do turismo, é colocado como um novo ator, responsável. Dessa forma, ao concretizar no território as infraestruturas necessárias para os investimentos, há ainda o termo “professor”, pondo em evidência a capacidade de conhecimento do governador, atribuindo-lhe um *ethos de credibilidade*.

Figura – 12: O turismo como alternativa para crescer



FONTE: Jornal A União, Especial, pág. 12, sexta-feira 13 de outubro de 1989.

O recorte⁷¹ (Figura 12) tem em destaque a paisagem de trecho do litoral sul da cidade de João Pessoa, localização do atual Bairro Costa do Sol, área pertencente ao Estado da Paraíba, outrora conhecida como Fazenda Mangabeira.

O editorial do Jornal A União fez a introdução à matéria, por uma ação delocutiva:

O turismo sempre foi uma fonte gestora de divisas e empregos para a Paraíba. A atividade turística pode ser incrementada pela beleza das praias da Paraíba [...], professor Tarcísio de Miranda Burity, tomou providências para a implantação do Projeto Costa do Sol. Reconstruir um Estado não é somente dotar de melhores condições o que já existe, e sim, transformar o lapidar o que existe de melhor inexplorado, em uma fonte permanente de renda. Assim é o turismo.

No excerto acima podemos identificar a ação de ressignificar o que existe de “inexplorado” para ser transformado em um produto turístico, para ser uma fonte geradora de renda. O que equivale dizer que a paisagem, com sua beleza cênica, é vista como uma “mercadoria”.

No título da matéria⁷² é retomado o *enunciado aforismado* que, neste caso, traz uma forma de justificar os investimentos em infraestrutura (naquela época, elevados, se forem consideradas as dificuldades fiscais do Estado) para que a iniciativa privada viesse a construir os hotéis e demais atrativos. Complementa o sentido, tratando no

⁷¹ Cf. Anexo 23.

⁷² Cf. Anexo 24.

discurso da homologação do governador que “promoverá a integração do turismo paraibano” o Projeto Costa do Sol que está no imaginário do progresso, principalmente atrelado às infraestruturas (Figura 14).

Outro aspecto a destacar na referida reportagem são as fotografias presentes: com o governador Tarcísio Burity e o Secretário Jeovani Paulo Neto, por se inserirem no aspecto de *responsabilidade*. Nas fotografias estão em destaque os tratores e caminhões para reafirmar as ações do próprio governo em estar *trabalhando para a sociedade*. E, por fim, duas fotografias com cenários tradicionalmente explorados no discurso de turistificação de João Pessoa, à esquerda, com a legenda reforçando sua importância “Orla marítima pessoense: uma das mais belas do País” e, à direita, a Pedra do Ingá, que é um sítio arqueológico, localizado no agreste paraibano. Esta última se torna o elo de justificação presente no título da matéria “[...] integração do turismo paraibano”, ou seja, o turismo é o meio que liga o litoral ao interior.

Figura – 13: Governo inaugura infraestrutura.



O Governo inaugura a infraestrutura do Pólo Turístico

FONTE: Jornal A União, Geral, pág. 8, terça-feira 12 de março de 1991.

O discurso de crise também constitui o núcleo metadiscursivo de turistificação. No excerto seguinte⁷³

[...] O deputado federal e ex-presidente da Pb-Tur, Ivan Burity também destacou a importância do Polo Turístico Costa do Sol dizendo ‘é um passo dado em direção ao futuro e só se pode falar em progresso com arranjo e visão futurista, mesmo dentro do quadro econômico de crise. Nunca no Brasil se investiu tanto em turismo, e acredito que esse é o caminho para o desenvolvimento que a Paraíba saberá enfrentar com arrojo e determinação.’

⁷³ Cf. Anexo 25.

Figura 14 – Costa do Sol: infraestrutura



Rodovia PB 008: estrada dá acesso ao Polo Turístico Cabo Branco.

FONTE: Acervo FCJA, arquivo governador Tarcísio Burity, 2016.

Vimos até aqui o papel que a mídia oficial do Estado tem com a construção, não só do discurso de turistificação e suas imagens como representação social, mas também a construção das imagens atreladas aos agentes de produção desses discursos. Como por exemplo, o governador, o secretário ou representantes do *trade* turístico que se posicionam na opacidade da ação dos agentes públicos (seus interlocutores).

Dito isso, cabe analisar o papel que as empresas de mídia privadas assumem no campo da informação, com um discurso irradiador de sentidos, na busca de criar ou manipular a realidade para atingir o maior número de consumidores, ficando a dúvida: as mídias contam sobre a realidade ou interferem nela?

Nesse sentido, as mídias trabalham em dois campos ideológicos: como empresa, que precisa produzir um produto (neste caso a notícia ou informação), e na lógica política, funcionando como ferramenta social para o exercício da cidadania através da informação. Isso leva a questionar sobre o lugar que a empresa de mídia tem a cumprir. No nosso estudo, percebe-se que a imprensa oficial e a privada tratam do discurso de turistificação da paisagem de João Pessoa quase sem críticas, defendendo sempre as questões mercadológicas da atividade econômica, sem que se mencionem as exterioridades do processo. Estamos diante de um discurso único.

Salienta-se que as mídias funcionam sob duas lógicas, a primeira “*econômica* que faz todo o organismo de informação aja como empresa, [...] e uma lógica simbólica

que faz com que todo organismo de informação tenha vocação participar da construção da opinião pública” (CHARADEAU, 2015, p. 21).

Dessa maneira o núcleo metadiscursivo cria uma homogeneidade em sua percepção, ou seja, leva-se a crer que os efeitos de sentidos são percebidos igualmente pelos diferentes receptores.

Porém, ao analisarmos os desdobramentos dos investimentos no Costa do Sol entre seu lançamento em 1989 e sua inauguração em 1991 evidencia-se que as infraestruturas edificadas se pautaram nas vias de acesso, iluminação pública e abertura dos loteamentos.

Projetos da magnitude proposta lidam com inúmeras variáveis (desde econômicas e sociais às questões ambientais). Segundo Pedrosa (1999), da licença prévia n. 69/89 expedida pela SUDEMA em julho de 1989 à conclusão das vias de acesso e de iluminação pública em janeiro de 1991, ocorreram embargos ambientais executados pelo IBAMA “devido a diversas irregularidades presenciadas no local: desmates de resíduos de mata atlântica sem prévia autorização, aterro de trecho do mangue do Rio Jacarapé, corte de falésia causando erosão e corte de vegetação em áreas de preservação permanente” (APUD PETRÔNIO, 2011).

Com as mudanças no comando do governo estadual, o Projeto Costa do Sol ficou paralisado entre 1991 a 1994 (Governo de Ronaldo Cunha Lima). Nesse período, não foram encontrados elementos suficientes que corroborassem com nossa pesquisa, o que nos fez ir ao período posterior, que segue com a inclusão da Paraíba no PRODETUR/NE pelo então Governador José Targino Maranhão.

2.4 Governo Maranhão: discurso de turistificação e os esquecimentos discursivos

Como vimos, o discurso é criado para produzir sentidos. Para Orlandi (2005, p. 39) “[...] não há discurso que não se relacione com outros”. Isso é determinante para compreendermos que o discurso de turistificação está ao longo do tempo impregnado na memória social.

Dessa maneira, nessa seção, o *corpus* está constituído por dois discursos proferidos pelo ex-governador José Maranhão. Dentre eles, há o discurso de assinatura do contrato entre o Banco do Nordeste e o Estado para o desembolso do PRODETUR-

NE⁷⁴, que é o principal programa de financiamento dos investimentos públicos realizados no litoral Sul de João Pessoa, contemplando principalmente a área do Projeto Costa do Sol.

Na questão da enunciação, temos que considerar também os “esquecimentos” de determinados sujeitos, pois o importante é se utilizar das imagens que já foram estabelecidas, como salienta Raffestin “a linguagem é um instrumento de poder da mesma forma que qualquer outro; não que possa ser o objeto de uma apropriação privada, mas pode ser manipulada, com mais ou menos eficácia” (1993, p.107).

Durante ato de solenidade para assinatura do contrato do PRODETUR entre o Governo do Estado da Paraíba com o Banco do Nordeste, o então governador José Maranhão aproveitou o ensejo indo além, como ocorreu em outros discursos. Há um *atravessamento discursivo*: projeto de eletrificação rural, construção de estradas, abastecimento de água, construção do Canal da Redenção na microrregião de Sousa, e construção da rolagem da dívida do Estado são temas presentes no discurso transcrito mais adiante. Destacamos ainda, o *apagamento no discurso*: o desenvolvimento do Projeto Costa do Sol, idealizado na década de 1980 no governo de Tarcísio Burity, não é citado (diferenças de posições políticas e partidárias seriam as justificativas?). No entanto, o ex-governador Ronaldo Cunha Lima aparece de forma elogiosa (situação de divergência entre o discurso de José Maranhão e a nossa pesquisa, uma vez que não encontramos elementos suficientes que corroboraram na construção do discurso de turistificação de João Pessoa durante o mandato de Ronaldo Cunha Lima).

Em seu discurso, Maranhão⁷⁵ adotou elementos pré-construídos de um Estado em dificuldades. Como ato de justificativa dos investimentos, alegou “dificuldades existentes em que o Estado da Paraíba, que a economia do Estado atravessou em várias administrações”. Ao frisar que “o apoio decidido e a vontade dos Governos do PMDB, exercidos por Ronaldo Cunha Lima e por Cícero Lucena, [...]”, ele posiciona, confortavelmente, seu partido político. O esquecimento ideológico elimina da memória o empreendimento de seu idealizador Tarcísio Burity (antigo PFL). O locutor mantém o turismo na construção simbólica como atividade de suma importância, como podemos verificar no enunciado: “a visão precisa da importância que o turismo desempenha na economia de qualquer Estado moderno de qualquer Estado que se dispõe a utilizar o

⁷⁴ No capítulo III serão analisados os principais planos de desenvolvimento turístico que rebatem no Projeto Costa do Sol-Polo Turístico Cabo Branco.

⁷⁵ Cf. Anexo 26.

potencial deste setor, para fazer a sua economia crescer, gerando emprego e renda para as pessoas”.

Nesse mesmo discurso, verifica-se também o *ato de verdade*, como podemos observar a seguir: “verdadeiro de se afirmar que investimento turístico, é muito bom para todos, por que o setor da economia onde se geram emprego de forma mais rápida e a custo mais baixo”. Esse aspecto da geração de empregos está mais voltado para a questão simbólica do que para a concretude do ato de linguagem em si. Os dados sobre a geração de emprego nos setores das ACT's não são precisos. Por exemplo, é plausível considerar que em um hotel haja um restaurante próprio para atender sua demanda, no entanto, considerar que um outro restaurante atenda somente turistas não é totalmente plausível.

Outro fator importante a se considerar nos discursos está no uso pessoalizado de seu ato de linguagem “eu estou convencido de que a Paraíba de agora por diante vai ter mais uma fonte valiosa para melhorar o desempenho da sua economia, mas sobretudo porque eu sei, que na Paraíba o nosso povo está absolutamente convencido, de que de agora por diante novas perspectivas de desenvolvimento de bem-estar, estão se abrindo ao nosso Estado, ao nosso povo”. As imagens produzidas em seus atos de linguagem se concretizam em um *EUC* que é o próprio governador que constrói para o interlocutor uma imagem de um *EUE* em seu ato linguageiro, que revela sua própria visão da situação em que o Estado da Paraíba se encontra, cuja ação é elocutiva. Ou seja, ela é ligada à imagem de *“quem sou eu que fala”*, que implica no *TUi* a imagem do sujeito enunciador de um ser que usa argumentos de viés econômico como força de justificação de suas ações, à frente da administração pública. Dessa maneira, o governador requer do interlocutor o reconhecimento da verdade em seu ato de linguagem, tendo como receptor uma imagem dualista: um alocutário como *TUi*, podendo ser os empresários a quem se destinam os investimentos do turismo, e ao mesmo tempo o *TUd* constituído pelo “povo” a quem o discurso se põe como consequência dos investimentos.

Em outro momento de seu discurso, vem à tona a patrimonialização da cidade para consolidação do turismo cultural. Veja a seguir: “[...] João Pessoa é a capital e tem 400 anos, por isso mesmo o repositório de muitos monumentos, de muitos prédios históricos, que certamente vão animar o turismo cultural do Estado da Paraíba. [...] e não se pode pensar em desenvolvimento do turismo sem qualidade de vida, vai ter uma solução definitiva”. De modo geral, o discurso do governador está rico em elementos de *certeza*, imbricado com elementos de *compromissos* para o futuro do turismo na cidade

a partir do contrato do PRODETUR-NE. Mais uma vez as circunstâncias do discurso devem ser consideradas para que o *locutor* construa no alocutário o imaginário do desenvolvimento a partir do turismo. Recorrendo ao patrimônio da cidade de João Pessoa, meio com o qual os recursos provenientes do PRODETUR-NE, faz-se necessário que os cidadãos tenham “qualidade de vida”, revelando-se, assim, um *ato promissivo*, ou seja, o governador assume um compromisso a respeito dos resultados do turismo na geração de riquezas e qualidade de vida no Estado da Paraíba.

No segundo discurso⁷⁶ do nosso corpus, o ex-governador Maranhão emprega a *primeira pessoa* (eu-EGO), determinando a si próprio a marca da responsabilidade ao produzir seu ato de linguagem “eu assumi o governo no momento mais difícil”⁷⁷. Neste discurso o então governador José Maranhão trata da posse definitiva de título de propriedade fundiária pela INTERPA na cidade de Princesa Isabel. Dentre outros assuntos tratados, destacam-se projetos de irrigação, ações do Estado para promover empreendedorismo entre os pequenos e médios agricultores, das condições das estradas do interior, bem como projetos de eletrificação pela antiga SAELPA e das dificuldades econômicas que o Estado enfrenta (redução das despesas de custeio da administração pública). É quando surge o *atravessamento* com o discurso de turistificação, na ideologia do liberalismo econômico, para viabilizar a ampliação da participação do capital privado na realização do turismo com a privatização de hotéis de domínio público.

Além dos investimentos via BID em João Pessoa no Polo Costa do Sol, como fonte de recursos, destaca que “temos que trabalhar com austeridade, se não a gente não chega a outra meta do slogan que é o desenvolvimento”; [...] “a missão é trabalhar duro, para tirar a Paraíba das dificuldades que ela está atravessando atualmente.” As dificuldades são empregadas dentro de uma perspectiva positiva para o *EUE* e se projeta para o *TUi*, mais uma vez, um sujeito referente de múltipla dimensão. Ao mesmo tempo que o discurso atinge a classe empresarial, também atinge a população. Destaca-se ainda a realização de um fórum de investimentos do turismo (BNTM) em João Pessoa, em 1996. Seu discurso se faz valer de comparação entre o turismo e a agricultura no retorno aos investimentos. Retoma a memória discursiva sobre os investimentos do BID no Polo Turístico do Cabo Banco (outro denominado de Projeto Costa do Sol), para a

⁷⁶ Cf. Anexo 27.

⁷⁷ Característica comum nos discursos do ex-governador José Maranhão os princípios da retórica, em se colocar como sujeito enunciador e sujeito comunicante, atestando um *ethos de verossimilidade* sobre sua própria imagem.

criação de um parque hoteleiro “internacional”. A promoção desse turismo está imbricada com a produção de eventos, que tenha repercussão suficiente de sustentabilidade para o turismo, semelhante ao que ocorre em Estados do Centro-Sul, e do Nordeste como Alagoas, Pernambuco ou Ceará. Recorre-se ao aspecto da natureza como simbólico da cidade de João Pessoa que “detém o título de ser a cidade mais verde do mundo”.

A Brazil National Tourism Mart (BNTM⁷⁸) é uma bolsa de negócios para atrair investidores nacionais e internacionais e apresentar as potencialidades do turismo. Na ocasião do discurso em análise, havia acontecido este mesmo evento na cidade de João Pessoa, fato que auxiliou a reforçar o turismo de negócios e eventos na Capital.

No encontro da Cúpula de Prefeitos, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992, a capital paraibana foi reconhecida como “cidade verde” por apresentar, na época, cerca de 57 árvores por habitantes⁷⁹. Essa imagem do “verde” (muito embora esteja desassociada de práticas de sustentabilidade ambiental) passou a ser um forte elemento de *representação social* para os pessoenses e alimentaram a publicidade turística da Cidade. Entretanto, a Fundação Clinton, em parceria com a empresa alemã Siemens, elaborou um novo estudo denominado de Índice de Cidades Verdes (GCI – *Green City Index* – em inglês). Nesse estudo, foram consideradas as variáveis de saneamento, distribuição e consumo per capita de água, fontes geradoras de energia, trânsito/mobilidade, legislação municipal de preservação florestal, práticas de sustentabilidade e emissões per capitas de CO². E em 2010, a cidade latino-americana escolhida nesse estudo foi a capital paranaense Curitiba, fato que foi explorado na mídia, tornando-a a cidade mais verde⁸⁰ do que outrora era considerada João Pessoa.

As circunstâncias discursivas aqui analisadas evidenciam a importância que os enunciados detêm na configuração dos investimentos para o turismo, e se materializam no território da cidade com a edificação do polo turístico.

Essa construção de representações da cidade, como elemento de singularidade dos investimentos para o turismo, apoiou-se nas questões sobre a geração de empregos e

⁷⁸ Cf. Anexo 24.

⁷⁹ Cf. ex-prefeito Carlos Mangueira lançou essa ideia, sem que houvesse estudo científico para comprovar tal afirmação. <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/cidade-mais-verde-extremo-oriental-saiba-o-que-e-verdade-sobre-joao-pessoa.ghtml>>. Acesso 05 ago. 2017.

⁸⁰ *Curitiba ganha prêmio de cidade mais verde da América Latina* <<http://veja.abril.com.br/ciencia/curitiba-ganha-premio-de-cidade-mais-verde-da-america-latina/>>. Acesso 30.05.2017.

renda. Além disso, a natureza foi explorada como fator de representatividade da cidade de João Pessoa, como por exemplo, com os motes “cidade verde” e “cidade sustentável” que rebatem no turismo como alternativa para sair da crise.

2.5. Os discursos de turistificação e a construção do CECONJP

Para situarmos a construção do CECONJP, é mister compreender que o imaginário em torno do centro de convenções ecoa pelo tempo desde o lançamento do Projeto Costa do Sol pelo então governador Tarcísio Burity, que construiu as vias de acesso, iluminação pública e abastecimento de água, além de dois editais de intenções para empresários do setor hoteleiro sem, no entanto, ter deslanchado o projeto.

Em 1996, o então governo de José Targino Maranhão assinou com o BNB o contrato do PRODETUR-NE, e o Projeto Costa do Sol foi recuperado e passou a ser Polo Turístico do Cabo Branco. A sua essência foi preservada, quer seja, instalar hotéis e demais atrativos turísticos na área sul do município com apelo na sustentabilidade, emprego, renda e na retomada de investimentos no Estado.

Destarte, é a partir de 2009⁸¹ que o Polo Turístico do Cabo Branco voltou a receber investimentos no sentido de destravá-lo. Após o cumprimento dos procedimentos constantes, em Termo de Ajustamento de Conduta assinado em 1998 entre o Ministério Público Federal, Ibama e Governo do Estado, o órgão ambiental Ibama, através de ofício 00649/09, liberou o Polo Turístico do Cabo Branco para receber a construção do CECONJP e os demais investimentos previstos em 1989. Assim temos, novamente, José Maranhão como governador investindo no polo turístico, para atender aos anseios do empresariado ligados às ACT's.

O denominado turismo de negócios e eventos, segundo representantes tanto do setor privado quando da gestão pública, afirmava que a cidade de João Pessoa carecia de um maior centro de eventos para complementar o turismo de praia e sol dependente de sazonalidade. O CECONJP seria o meio com o qual a rede hoteleira e as demais atividades ligadas ao turismo teriam sustentabilidade. Como fica evidente, o *ato argumentativo* do turismólogo Ferdinando Lucena, atual administrador do CECONJP, no dia em foi assinada a ordem de serviço para início das obras no Polo Turístico, o CECONJP iria “provocar uma verdadeira revolução na área de realização de eventos,

⁸¹ Cf. Anexo 25.

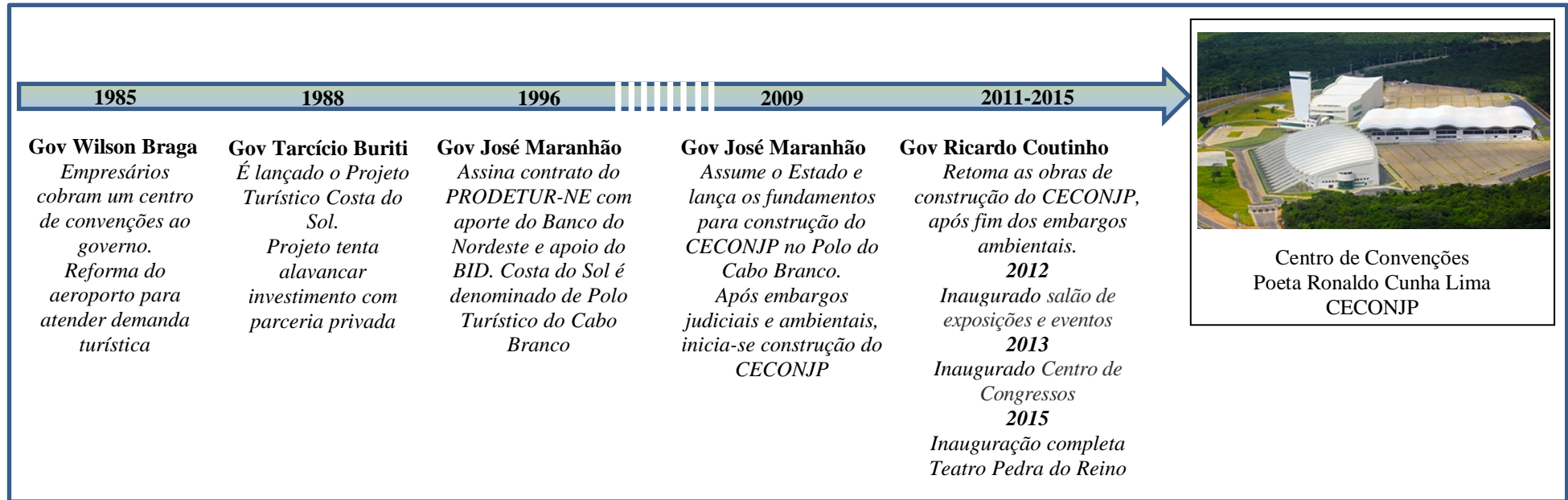
multiplicar a quantidade de investimentos empresariais e gerar entre 7 mil e 10 mil empregos, em diversos setores, já que suprirá uma necessidade da área e, por isso, perdemos a cada ano cerca de 40 congressos para outros destinos e estados vizinhos, o que significa, em dinheiro, cerca de R\$ 100 milhões anualmente”⁸².

Ressalta-se que o ex-governador José Maranhão assumiu a administração estadual após a cassação do mandato do então governador Cássio da Cunha Lima, em dois momentos na memória discursiva, ou seja, na assinatura do contrato do PRODETUR-NE e no início da construção CECONJP no Polo Turístico do Cabo Branco.

O Polo Turístico do Cabo Branco, iniciado como Projeto Costa do Sol desde seu lançamento, transformou-se no preconstruído sobre os investimentos do turismo. Visto que, ao longo de décadas, independente do gestor estadual, firmou-se como obra redentora do desenvolvimento econômico, como pode ser evidenciado no quadro a seguir (Quadro 5) que sintetiza as principais características do discurso de turistificação na cidade de João Pessoa e culminaria com a construção do CECONJP:

⁸² Cf. Maranhão assina ordem de serviço e Centro de Convenções é iniciado
<<http://paraiba.pb.gov.br/maranhao-assina-ordem-de-servico-e-centro-de-convencoes-e-iniciado/>>.
Acesso em 06 ago. 2016.

Quadro 5: Núcleo metadiscursivo do discurso de turistificação de João Pessoa.



Elaborado pelo autor

Neste quadro três fatores devem ser considerados para sua composição:

- Situação de comunicação: os locatários (EUc/EUe – os seres da enunciação) antecipam as imagens dos seres internos e externos à linguagem (TUi/TUd), em que o locutor leva em conta sua posição na produção dos enunciados;
- Modo enunciativo: os protagonistas da fala, internos à linguagem, na encenação do sujeito que fala;
- Enunciação: compreender os sentidos (e a ideologia) daquele que discursa, sua posição em relação ao interlocutor, e a posição deste em relação ao que o outro diz.

Esses fatores combinados auxiliam na elucidação das escolhas que os governadores, ao longo da história, argumentaram a respeito da turistificação da cidade e como consequência à construção do imaginário do referente, o Centro de Convenções.

2.5.1 Governo Ricardo Coutinho: turismo de negócios e eventos

Nessa seção, tomemos a epígrafe que abre o capítulo: “sem dúvida, é um marco que representa um tiro de partida para fazer da Paraíba um referencial para o desenvolvimento turístico do Nordeste”. Esse enunciado evidencia o papel desempenhado pelo interdiscurso e do preconstruído. Foi produzido por João Dória em 1988 (então presidente da EMBRATUR), na ocasião da inauguração do Centro Turístico de Tambaú. Ao compararmos com o discurso do Governador Ricardo Coutinho, em 2013, quando da inauguração da segunda etapa do CECONJP, temos a constituição do valor simbólico do turismo em relação aos investimentos realizados. Coutinho enunciou: “A Paraíba é a bola [da] vez do turismo. Com esse centro a Paraíba entra na rota do turismo internacional de eventos e negócios, movimentando bares, restaurantes, taxistas e toda uma cadeia que é determinante na geração de empregos e renda”⁸³. O conteúdo metadiscursivo é o mesmo, pois as imagens que os sujeitos produzem de *Si/EU* estabelecem um *ethos de confiabilidade* ao proferirem seus discursos, tendo a imagem múltipla de um *TUi* constituídos de empresários do setor hoteleiro e de empresas de promoção do “produto paraibano”.

No momento em que mobilizam o imaginário social em torno do turismo, esses enunciados caracterizam o que Arendt (2007) considerou sobre o discurso, ao concluir que, “na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se no mundo humano [...]” (p. 192).

Os investimentos no polo⁸⁴ turístico vão no sentido de atender às necessidades principalmente do setor de hospedagem, que aglutina importantes empresários tanto da construção civil quanto da rede hoteleira e que, ao longo de décadas, pressionavam o governo estadual para a construção do CECONJP. Isso fica evidente quando a atual presidente da PBTUR, Ruth Avelino, diz “É fantástico vermos os hotéis com ocupação acima dos 80% em um período que não é de alta estação. Essa situação movimenta toda uma cadeia produtiva, todos ganham: desde o artesão, o motorista de taxi até o dono de um bar ou restaurante. O turismo é realmente uma indústria sem chaminés”. É um discurso institucionalizado, que tem como referente o setor de hospedagem.

⁸³ Cf. Programa fala do governador Ricardo Coutinho <<http://paraiba.pb.gov.br/centro-de-convencoes/>> Acesso: 11 ago. 2016

⁸⁴ Cf. Evento corporativo lota hotéis <<http://paraiba.pb.gov.br/evento-corporativo-lota-hotéis-de-joao-pessoa-e-injeta-cerca-de-r-17-milhoes-na-economia/>>. Acesso: 11 ago. 2016

Ao analisarmos o crescimento da oferta de hospedagem em João Pessoa, constatamos o referente do discurso institucionalizado do setor hoteleiro, que vem elevando a oferta (Gráfico 3):

Gráfico 3: João Pessoa – expansão da rede de hospedagem



Elaborado pelo autor.

Fonte: PBTUR, 2016

O *turismo de praia e sol* constituiu-se no elemento *simbólico* da cidade de João Pessoa. Reproduce-se o imaginário de sustentação do discurso de turistificação de negócios e eventos, que são enunciados pelo governador (ou da presidente da PBTUR), tendo como destinatário o empresariado. Isso é percebido quando analisamos os enunciados dos representantes do setor empresarial, ou seja, constituem-se de imagens do *TU* como *TU* em torno dos investimentos com o CECONJP. Como o exemplo da então presidente do Convention Bureau de João Pessoa, Elízia Lopes, representando o trade turístico paraibano, que declarou: “O empresariado do turismo agradece, senhor governador. E com essa infraestrutura já pronta temos um crescimento de 30% dos eventos”⁸⁵.

Com o CECONJP no Polo Turístico, a rede hoteleira espera aumentar a demanda na atual infraestrutura de hospedagem. No entanto, mesmo com o que ocorreu desde o lançamento do Costa do Sol (em 1989, havia pouco mais de 2 mil leitos, para os atuais 12 mil), o Estado da Paraíba manteve uma participação relativamente pequena de 1,2% e 5,2%, respectivamente, para Brasil e Região Nordeste, como pode ser verificado a seguir (Tabela 4):

⁸⁵ Cf. Governador inaugura primeira etapa do Centro de Convenções
<<http://paraiba.pb.gov.br/governador-inaugura-primeira-etapa-do-centro-de-convencoes/>>. Acesso 06 ago. 2016.

Tabela 4: Número de estabelecimentos de hospedagem, unidades habitacionais, leitos disponíveis, segundo Brasil, Região Nordeste e Estados nordestinos – 2016*.

Brasil, Região Nordeste e Estados	Total de estabelecimentos de hospedagem	Unidades habitacionais UH	Leitos disponíveis	Participação (%)	
				Brasil	Região
Brasil	31.299	1.011.254	2.407.892	100,0	
Nordeste	7.383	219.545	538.821	22,4	100,0
Bahia	2.552	74.539	188.861	7,8	35,1
Ceará	1.162	31.383	81.043	3,4	15,0
Pernambuco	978	32.076	77.450	3,2	14,4
Rio Grande do Norte	669	20.845	52.807	2,2	9,8
Maranhão	531	16.109	36.292	1,5	6,7
Piauí	376	8.802	20.819	0,9	3,9
Alagoas	449	13.665	31.974	1,3	5,9
Paraíba	381	12.186	27.856	1,2	5,2
Sergipe	285	9.340	21.719	0,9	4,0

FONTE: IBGE, Pesquisa de Serviço de Hospedagem, 2016. Elaborado pelo autor.

*Há uma diferença entre os dados da PBTUR e do IBGE, em razão de este considerar os hotéis como forma de hospedagem para o turismo.

Segundo estudo realizado pelo Observatório do Turismo da Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense, a pedido da Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC⁸⁶), foi constatado que no ano de 2013 o setor de feiras e eventos movimentou R\$ 209,2 bilhões (uma participação relativa de 4,32% do PIB daquele ano) e com a geração de mais de 7 milhões de empregos em mais de 590 mil eventos no país.

Tais números são utilizados como forma de justificar os investimentos que a PBTUR realiza em feiras e treinamentos com agentes de viagens, tendo o espaço paraibano como principal mercadoria, associado com imagens de *sol e praia*⁸⁷, *natureza e tranquilidade*⁸⁸, *cidade verde*⁸⁹. Essas imagens estão presentes no discurso de turistificação do território da cidade, amplamente utilizadas e divulgadas pelo

⁸⁶ <http://www.abeoc.org.br/2015/01/setor-de-eventos-corporativos-contabiliza-590-mil-eventos-em-todo-pais-movimenta-r-209-bilhoes-e-gera-milhares-de-empregos>

⁸⁷ Cf. Anexo 28

⁸⁸ Cf. Anexo 29.

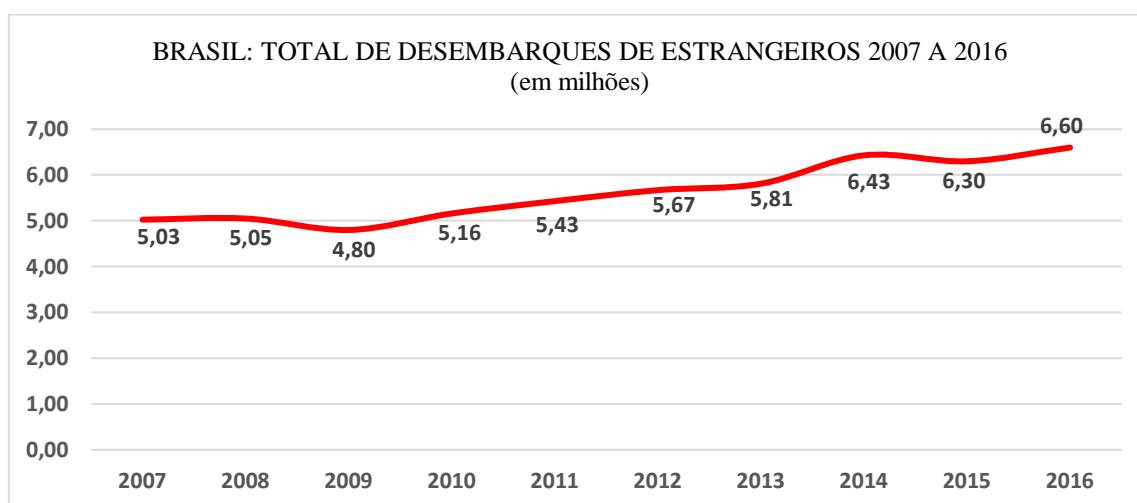
⁸⁹ Cf. Anexo 30.

marketing, no sentido de criar um “produto turístico”, tendo a cidade como empreendimentos, em que há a construção de um imobiliário para expressar esse imaginário⁹⁰.

Os discursos do Governador estão em duas escalas geográficas: a) os eventos nacionais e internacionais que ocorreram e os que estavam programados para ocorrer (respectivamente, o Pan-Americano do Rio de Janeiro em 2007, a Copa das Confederações em 2013, a Copa da FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016) e b) a escala local com o projeto do polo turístico para filiar João Pessoa com eventos de estrutura nacional e internacional.

Eventos como a Copa da FIFA ou Olimpíadas, tinham como propósito elevar a participação de turistas estrangeiros para o Brasil (Gráfico 4):

Gráfico 4: Desembarques de estrangeiros no Brasil*



FONTE: Anuário Estatístico de Turismo, Mtur. 2007 a 2016. Elaborado pelo autor.

*O total de desembarque leva em consideração todos os meios de transportes.

Ao analisarmos o gráfico com o total de desembarques de turistas estrangeiros no país, verifica-se o pico de maior participação no ano de 2016 (6.578.074 de turistas), por conta dos eventos esportivos internacionais que mantiveram a alavancagem da receptividade do país, no contexto internacional.

De acordo com dados do Mtur referentes à participação brasileira no turismo global, entre o ano 2000 a 2016, constata-se que houve redução na participação relativa de turistas estrangeiros, tendo 0,79% e 0,53% respectivamente. Mas a receita cambial

⁹⁰ Cf. Anexos 30, 31 e 37.

seguiu em elevação e totalizou US\$ 6,2 bilhões em 2016. A Argentina se mantém como maior emissor de turistas com mais de 2,1 milhões e os Estados Unidos (2º maior emissor) com cerca de 600 mil turistas.

Arelado aos eventos internacionais, o governo paraibano inseriu a cidade de João Pessoa como subsele da Copa da FIFA⁹¹ (além de cidades do interior), em razão de sua posição geográfica entre Recife-PE e Natal-RN, cidades que foram palco de jogos⁹².

Além disso, durante a preparação dos jogos Olímpicos do Rio de Janeiro-2016, João Pessoa também recebeu equipes para treinamento em seu parque aquático:

Figura 15 – João Pessoa receberá equipes



FONTE: Capa Jornal A União sexta-feira, 27 de janeiro de 2012

Iniciativas como essas, pelo Governo do Estado, que está a divulgar o “produto paraibano”, concomitante aos os eventos internacionais, é um mote para atrair turistas à medida que as equipes viessem para cidade de João Pessoa treinar, ou garantir hospedagem complementar às cidades-sede de realização dos jogos de futebol.

No tocante aos Jogos Olímpicos de 2016, equipes de natação da Rússia, Estados Unidos e Alemanha estiveram no polo aquático⁹³, realizando treinamentos em janeiro, fevereiro e julho desse ano.

Os números acima fazem parte do núcleo metadiscursivo a respeito da turistificação do território nacional que são apropriados pelo governador e empregados como argumentos para justificar os investimentos na cidade de João Pessoa.

A turistificação do território a partir do *turismo de negócios e eventos*, tendo o Centro de Convenções Poeta Ronaldo Cunha Lima (CECONJP) como elemento de

⁹¹ Cf Anexo 38.

⁹² Cf Anexo 33.

⁹³ Cf. Anexos 40 e 41.

materialização desse discurso constitui um imaginário apoiado no real, transformando e ressignificando-o.

O imaginário pode antecipar o real, com determinadas imagens produzidas para transgredir o presente, criando um *real futuro*, um vir a ser, uma situação fetichizada para conquistar os sujeitos a conceber um novo imaginário coletivo, um novo inconsciente coletivo. É justamente o que se fez com o CECONJP, em que o governo estadual criou um imaginário sobre o turismo de negócios e eventos como forma de justificação de seu discurso de turistificação do território.

Tanto seu discurso quanto o CECONJP (que dele surgiu) estão no jogo do simbólico como representação social, inserindo-se em uma formação ideológica mercantil. O produto a ser vendido como mercadoria é o território da cidade turistificado que, de acordo com os agentes envolvidos nessa produção, investem em marketing e divulgação dos atrativos do lugar para atrair mais turistas⁹⁴.

A partir da inauguração da primeira⁹⁵ etapa do CECONJP, os discursos do turismo de negócios e eventos se intensificaram, dando um caráter de atualidade, uma vez que os eventos já ocorriam na cidade, independente do polo turístico.

Um dos eventos de maior dimensão que ocorreram no CECONJP foi o 18º Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem (que ocorreu entre 15 a 18 de setembro de 2015), que contou com a participação de mais de 7 mil inscritos. Na ocasião trazemos o discurso da presidente da PBTUR Ruth Avelino que pronunciou “O turismo de eventos e de lazer movimenta toda a cadeia produtiva e a expectativa para a alta temporada é muito animadora”⁹⁶. A estimativa da PBTUR nesse evento era gerar uma receita tributária de aproximadamente R\$ 17 milhões e com taxa de ocupação dos hotéis acima de 90%.

O processo enunciativo da secretária executiva exemplifica a importância do “turismo de negócios e eventos” para a economia, principalmente quando a “cadeia produtiva” leva em conta uma gama de diferentes atividades: hospedagem, transporte, alimentação, lazer, traslado na cidade, dentre outros o consumo de *souvenirs* pelos participantes.

⁹⁴ Cf. Anexo 34.

⁹⁵ Cf. Anexo 43.

⁹⁶ “Evento corporativo lota hotéis e injeta cerca de R\$ 17 mi na economia de João Pessoa”, ABEOC, 2015 Disponível em: <<http://www.abeoc.org.br/2015/09/evento-corporativo-lota-hoteis-e-injeta-cerca-de-r-17-mi-na-economia-de-joao-pessoa/>>. Acesso: 23 de jun. 2016

O ato argumentativo acima realizado pela presidente da PBTUR tem dois destinatários principais que são os empresários da rede hoteleira que precisam ser *convencidos* a investirem no polo turístico (prerrogativa contratual desde 1988) e a população em geral, para gerar perspectivas de oportunidades de emprego.

Em um contexto social, econômico e político que deve ser levado em consideração, pois, como Moscovici (2015) identificou com o estudo das *representações sociais*, há toda a produção do intelecto que reverbera sobre um conjunto de relações entre os indivíduos, constituindo uma valoração cultural ou de práticas sociais. Ou seja, os discursos são efetivamente compreendidos porque existe uma memória coletiva acerca do que se pronuncia. No caso particular sobre o turismo, uma vez que “as pessoas se orientam [por] modelos simbólicos, imagens e valores compartilhados específicos” (p. 208).

Esse tem sido mais um dos fatores que se fixam no imaginário do *trade* turístico como indutor da modalidade do turismo de negócios e eventos, e que recai sobre o Polo Turístico do Cabo Branco, principalmente de seu lançamento em 1988 no antigo Projeto Costa do Sol.

Em 2013 a PBTUR convocou os empresários do setor hoteleiro para se adequarem às novas condições legais, principalmente às relativas à legislação ambiental. Assim, aconteceu a homologação de onze empresários⁹⁷ (Figura 16), que receberam a certificação jurídica e que deveriam seguir o rito estabelecido em edital emitido em maio desse ano.

⁹⁷ Cf. Anexos 44 e 45. É possível comparar os empresários que participaram dos editais de 1988 e 1991.

Figura 16 – Governador homologa onze empresários



De acordo com as regras do edital, os empresários teriam três anos, a partir da homologação, para completarem ao menos 50% das obras dos hotéis. Para o Secretário Executivo do Turismo, Ivan Burity, uma das finalidades do polo turístico é a de ampliar o número de leitos disponíveis em João Pessoa (em 2013 eram 9.779 leitos).

Ele destacou que, “com a implantação do Polo, iremos a aproximadamente 20 mil leitos, o que vai fortalecer a cadeia do turismo na Paraíba em suas diversas camadas sociais”. Burity traz em seu ato argumentativo a questão da comparação com Natal-RN, com 35 mil leitos e Recife, 57 mil.

O governo do Estado não conseguiu fazer com que o polo turístico atingisse sua finalidade, mesmo com a presença do CECONJP, e os números da atividade econômica estão se ampliando. Por exemplo, o turismo de negócios e eventos já atinge 2% do Produto Interno Bruto do Estado⁹⁸ (segundo o governo até 2018 serão produzidos R\$ 100 milhões na cadeia do turismo de eventos). O Polo está praticamente com a infraestrutura básica.

Desde seu lançamento em 1988, como Projeto Costa do Sol até o momento, o Polo Turístico não se completou. Seu último revés ocorreu em setembro de 2016. O

⁹⁸ Cf. Anexo 41.

governo do Estado editou medida provisória nº. 246/2016⁹⁹, retomando os terrenos do Polo Turístico e transferindo os bens imobiliários de domínio da PBTUR, passando-os para a CINEP, e criando o *Distrito Industrial do Turismo do Estado da Paraíba*. Ficou a cargo da CINEP qualquer forma de captar investimentos para o antigo Polo Turístico do Cabo Branco.

As circunstâncias de produção do discurso de turistificação do território que levou à criação do Polo Turístico do Cabo Branco e a construção do CECONJP, da enunciação e da produção de uma memória discursiva sobre o turismo, que culminou com a criação de um território turístico na Capital paraibana, demanda-nos uma análise sobre essa categoria: território.

No próximo capítulo trataremos da materialização do discurso de turistificação no território e de que maneira a paisagem se torna um produto, uma mercadoria para o turismo de negócios e eventos.

⁹⁹ A Assembleia do Estado aprovou Lei 10.781/2016 que trata da competência do Executivo Estadual transferir os bens imobiliários da PBTUR à CINEP.



Capítulo III

*O território turistificado e a paisagem como
mercadoria*

*O mundo não é dado a princípio. Ele se faz através da estratégia humana de significação.
Patrick Charaudeau*

Neste capítulo propomos analisar o papel do Estado em empregar seu aparato para empreender determinadas políticas públicas para atendimento do setor turístico, na lógica hegemônica que criou um “produto paraibano”, tendo o CECONJP como referente.

A massificação da atividade turística está ligada a estruturação do *welfare state* a partir da década de 1930, nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, dentro da expansão do *keynesianismo*, adotados por esses Estados, com políticas de garantias trabalhistas e previdenciárias que permitiram a elevação da renda, por conseguinte, do aumento da procura por novos bens e serviços.

Becker (1997), ao estudar as intervenções econômicas na zona costeira do Brasil, viu o quanto a atividade turística se tornou impactante aos ambientes costeiros, tendo em vista o papel que o turismo desempenha nos países em desenvolvimento, e destaca que

[...] há autores que entendem, apesar dos problemas trazidos pelo turismo massificado em todo o Mundo, [...] sua importância não deve ser reduzida, [...] devido a própria capacidade de criação de imagens, vendidas por esquemas competentes de **marketing**. Os Estados continuam a traçar políticas de incentivo ao turismo massificado” (p. 3 – grifo no original)

A interferência estatal no direcionamento da ação pública vem a constituir o que se denomina como *políticas públicas*, criando normas, decretos e leis para regular ou ordenar determinadas situações da vida pública, mas que atingem espectros da vida privada. É sabido que as atividades privadas, também, desencadeiam ações no espaço público, ainda assim, o Estado detém o poder de regular, de maneira geral, as necessidades coletivas na sociedade.

Assim, destacamos o alinhamento da política adotada pelo Estado da Paraíba a partir de 1987, tendo Tarcísio Burity como governador (então pelo PMDB), fundada na mesma ideologia do Estado mínimo e indutor de investimentos, principalmente de empreendimentos de hospedagem. Essa era a principal característica da produção do território turístico em João Pessoa com o projeto Costa do Sol.

3. A produção do território turistificado a partir do Projeto Costa do Sol

Para Souza (2016), o que primeiro define a categoria “território” são as relações de poder que se encontram em um determinado espaço, levando em consideração a dimensão política das relações sociais.

Para Gottmann (2012), o conceito de território deve ter surgido ainda na Europa medieval atrelado às questões de soberania, e por essa razão tem sido associado aos limites dos Estados-nacionais. Ele adverte ainda que a Geografia e a Ciência Política têm dado mais atenção à definição desse conceito:

Território é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos. Uma teoria política que ignora as características e a diferenciação do espaço geográfico opera no vácuo. Se as ideias não são necessariamente enraizadas ou situadas no espaço, o fenômeno material e a ação política aos quais essas ideias concernem devem ser localizados em algum lugar do espaço geográfico. (GOTTMANN, 2012, p. 526)

Assim, a categoria território está centrada na relação de poder e, de acordo com nossa pesquisa, entendemos que as atividades turísticas têm sido, desde a década de 1930, objeto de regulações pela ação estatal, em que há de considerar a produção de um *território turístico*, uma vez que, formalmente, foram “reconhecidos pelo aparelho de Estado como unidades espaciais formais a serviço de sua administração ou de seu planejamento” (SOUZA 2008, p. 61), e dada às especificidades da ação do Estado, estamos, por assim, tratando da constituição de um *território turístico*.

A produção de um território turistificado está centrado na formação de uma espacialidade que viabilize o consumo. A produção desse território é consequência da expansão de modelo fordista, que ampliou, ao mesmo tempo, a capacidade de consumo e criou uma singularidade espacial, visto que, ao pensarmos em uma cidade, sabe-se que esta é única, não sendo possível reproduzir uma “cidade em outra”. No entanto, seus aspectos globais são reproduzíveis, principalmente quando se pensa no turismo como forma de induzir a economia no sentido de criar demanda agregada.

Dessa forma, o território constitui-se de uma espacialidade resultante das disputas de poder que, no caso do polo turístico do Cabo Branco, é produto dessas disputas imanentes dos empresários do setor turístico que se utilizam do aparato do Estado no sentido de planejar, investir e delimitar um território turístico, para a produção de uma mercadoria com foco na atração de turistas.

O território delimitado pelo poder do Estado surge como realização das possibilidades de expansão do sistema capitalista, de acordo com Smith (1988)

[...] à medida que as relações econômicas, tecnológicas, políticas e culturais se desenvolvem e se expandem, a base institucional, para manipular as relações, também se torna mais complexa e perde, progressivamente, qualquer definição espacial intrínseca. Se o surgimento do mercado mundial traça as fronteiras para esse projeto social, o capitalismo tenta realizá-lo” (p. 127).

E de acordo com KNAOUF (APUD CABRITA, 2012) a produção do “território turístico resulta essencialmente da sua procura pelo turista, que é depois apropriado pelos agentes de mercado e pelo poder público através do ordenamento do território” (p. 12)

Boullon (2006), apoiando-se na econômica para melhor compreender o fenômeno turístico, considera a produção do *espacio turístico*, sem levar em conta uma escala geográfica de relações, mas os atrativos (ou atividades) que subjazem das condições de atrair turistas:

El espacio turístico es la consecuencia de la presencia y distribución territorial de los atractivos turísticos que, no debemos olvidar, son la materia prima del turismo. Este elemento del patrimonio turístico, más la planta y la infraestructura turísticas, es suficiente para definir el espacio turístico de cualquier país. (p. 65)¹⁰⁰

E a expansão do fluxo de capital vê no território a possibilidade de uma *fixidez* (ativo) para permitir, ao mesmo tempo, a *fluidez* do capital. A cidade torna-se a condição ideal de ampliação de uma mais valia a partir do território criado, “a urbanização é uma forma de absorver o excedente de capital” (HARVEY, 2011 p.75).

Para Raffestin (1993), “é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (p. 144). Nessa perspectiva, podemos representar a localização do território turístico em que o CECONJP materializa as forças imanentes do Estado e do *trade* turístico local (Mapa 1).

¹⁰⁰ O espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial das atrações turísticas que, não devemos esquecer, são a matéria-prima do turismo. Este elemento do patrimônio turístico, mais a planta e infraestrutura turística, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país.

A produção do território turístico do polo do Cabo Branco se faz e se interlaça ao “destino turístico”, inserindo a cidade de João Pessoa em uma nova lógica da divisão internacional (e regional) do trabalho, dessa maneira “o espaço geográfico torna-se um apêndice do desenvolvimento social” (SMITH, 1988, p. 132).

Os intercâmbios promovidos para (e a partir) do turismo tem levado a uma complementariedade do território no sentido de atender a uma demanda local, por emprego, por exemplo, e internacional de novos bens e serviços.

Como as relações de forças são desiguais, no tempo e no espaço, diferenciadas em função dos aspectos tecnológicos e culturais, cada formação social tem uma hierarquização societária próprias, cujos rumos dos aparatos do Estado são movidos pela lógica dos agentes hegemônicos, em diferentes escalas geográficas.

A formação discursiva do turismo foi uma forma elaborada de materialização do *simbólico* no território, capaz de mobilizar a superestrutura estatal no sentido de constituir no espaço urbano pessoense o polo turístico e o CECONJP. Projeto esse, gestado na década de 1980, uma década de sérias mudanças políticas, com o término da ditadura militar e, também, de incertezas econômicas em escala nacional e regional. O turismo passou a ser o novo alicerce desenvolvimentista do Estado da Paraíba.

Assim, é possível constatar como os diferentes governadores se apropriaram do *preconstruído* dos discursos do turismo, empregando analogias de múltiplas escalas, por exemplo, ao se referirem às cidades que investiram no turismo, tais como Recife, Salvador ou Fortaleza, ou ainda, recorrendo à escala global e argumentando que países, como Portugal ou a Espanha, superaram suas dificuldades (ou pobreza, crise) para justificar ações semelhantes e implantar em João Pessoa um modelo de produção espacial hegemônico, transformando-a em “cidade mercadoria” para os consumidores do turismo.

Mais do que uma análise de categorias de ação do Estado, está na concepção de escala de atuação dos aparelhos do Estado para atender diferentes demandas em uma formação social complexa e desigual como a brasileira, particularmente, na cidade de João Pessoa.

Falar de desigualdades é estabelecer a dimensão econômica como o sistema social se processou (e continua) na formação espacial¹⁰¹. A economia de mercado se

¹⁰¹ SANTOS, Milton. Empregando uma análise dialética sobre o espaço, decorrente da concepção do materialismo histórico, este autor pensa o espaço como resultado das forças mobilizadores da sociedade, que produzem seu espaço, logo uma formação espacial, que incluem as forças produção.

desenvolveu no território brasileiro de forma atrasada e dependente, centrada em uma pequena parcela da sociedade que manteve seu sistema de privilégios ancorados no Estado.

Destarte, o turismo é um vetor de produção do espaço e por consequência de desigualdades que se materializam no espaço geográfico (CRUZ, 2010), pois, no tocante a concepção lefebvriana, em que destaca que a produção do espaço está na produção do cotidiano. No caso do polo turístico, este se constitui da produção de um território para o investimento da atividade turística¹⁰².

Para compreendermos o *porquê* da localização do Costa do Sol em uma área periférica da cidade, entrevistamos o ex-presidente da PBTUR à época do mandato de Tarcísio Burity, e que atualmente é secretário executivo do turismo da Paraíba, o Sr. Ivan Burity. Segundo ele

O então governador Argemiro de Figueiredo [governador entre 1935 a 1940] adquiriu duas antigas fazendas: São Rafael (que posteriormente daria origem a atual Mata do Buraquinho, campus da UFPB e diversos bairros) e a Fazenda Mangabeira (onde se localizam diversos bairros, como Mangabeira, Costa do Sol e os parques estaduais do Aratú e Jacarapé). Essas terras foram adquiridas com o intuito de retirada de lenha e abastecimento d'água, e que ao longo do tempo foram surgindo diferentes ocupações.¹⁰³

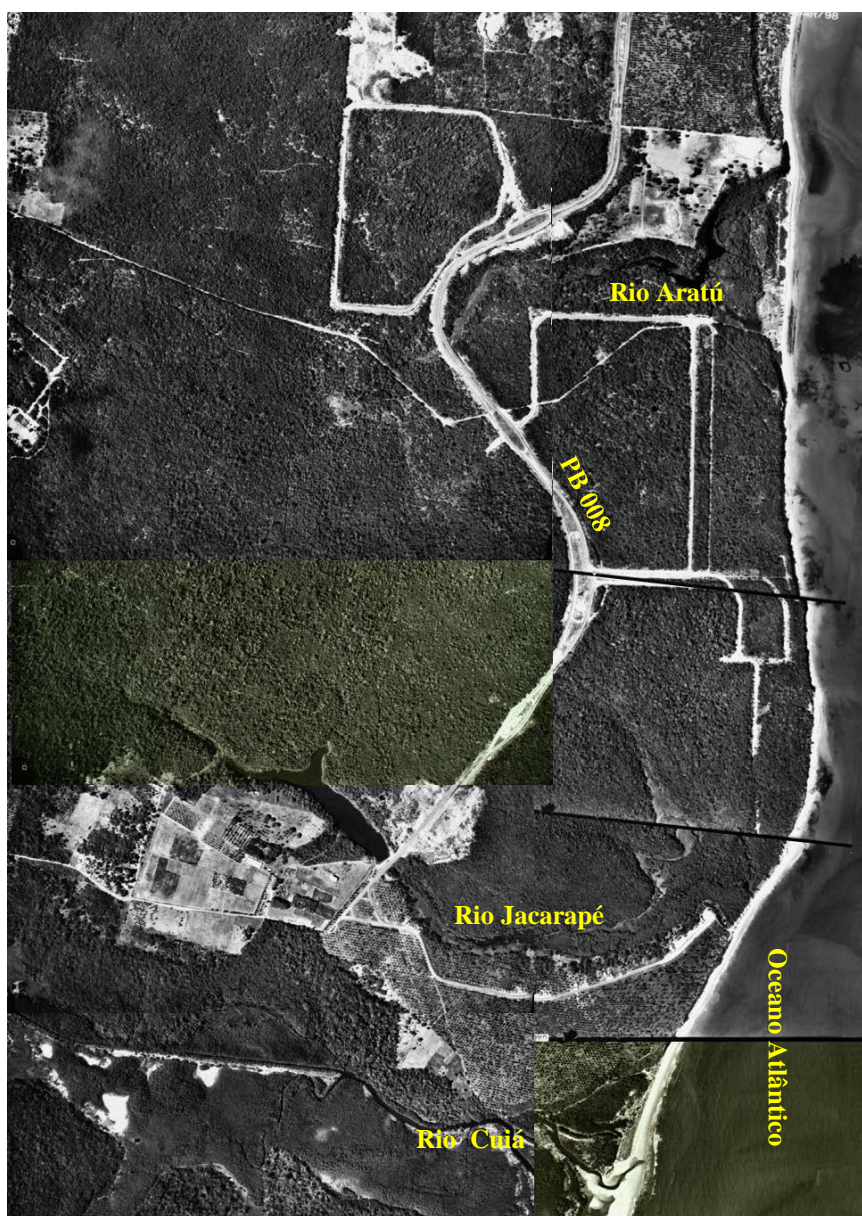
Posteriormente, no mandato do então governador da Paraíba Milton Cabral foi sancionada a Lei 4.895 de 1986 que autorizou à PBTUR incorporar, ao seu patrimônio, uma área de mais de 653,98 hectares, correspondendo, em parte, à antiga Fazenda Mangabeira, na porção sul da Cidade de João Pessoa, no que atualmente constitui o Bairro Costa do Sol (Mapa 1):

De acordo com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, o Bairro Costa do Sol possui 1.321 hectares. Dessa forma, o polo turístico representa cerca de 49% de sua superfície. Está situado entre as bacias hidrográficas do Rio Aratú (norte), bacia do Rio Jacarapé (sul), o Oceano Atlântico (leste) e o Bairro de Mangabeira (oeste). Além disso, esse território turístico detém considerável cobertura de vegetação remanescente de Mata Atlântica, recobrando o Tabuleiro Costeiro (respectivamente Mapa 2, Figuras 17 e 19):

¹⁰² Num sentido próximo ao que Marc Auge cunhou de não-lugares.

¹⁰³ Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2017 na PBTUR.

Figura 17 – Área incorporada a PBTUR



Elaborado pelo autor, a partir de levantamento aerofográfico realizado pela PMJP, 1998

Mosaico de fotografias (110, 111, 112, 113, faixa 18 e 136, 137, 138, 139 faixa 19) a partir do levantamento aerofotogramétrico da Secretaria de Infraestrutura Urbana realizado em 1998.

Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 1998

totalizaria 3.150 UH's¹⁰⁴, isso representava mais de 50% do total de UH's disponíveis em João Pessoa no ano de lançamento do projeto Costa do Sol.

A expansão das atividades econômicas consolidadas pela *econômica de mercado*, na concepção do *estado mínimo*, que em linhas gerais mantem a ideologia de que *laissez-faire* possui a competência de equilibrar as *forças* vinculadas à demanda e à oferta, tendo o Estado como regulador e orientador de tais formas de produzir o espaço.

O Projeto Costa do Sol foi concebido no governo de Tarcísio Burity na ideologia do *laissez-faire*, ou seja, na mínima interferência do Estado no que Lima (2006) considera que

[...] o Estado da mão leve nas regras de mercado, os grupos econômicos paralelamente não dispensam, no entanto, a outra mão do Estado, de modo firme e pesadamente, na aquiescência de incentivos, de subsídios, de proteção as transações econômicas e de apoio maciço aos meios que impulsionam a revolução técnico-científica a favor do capital” (p. 98)

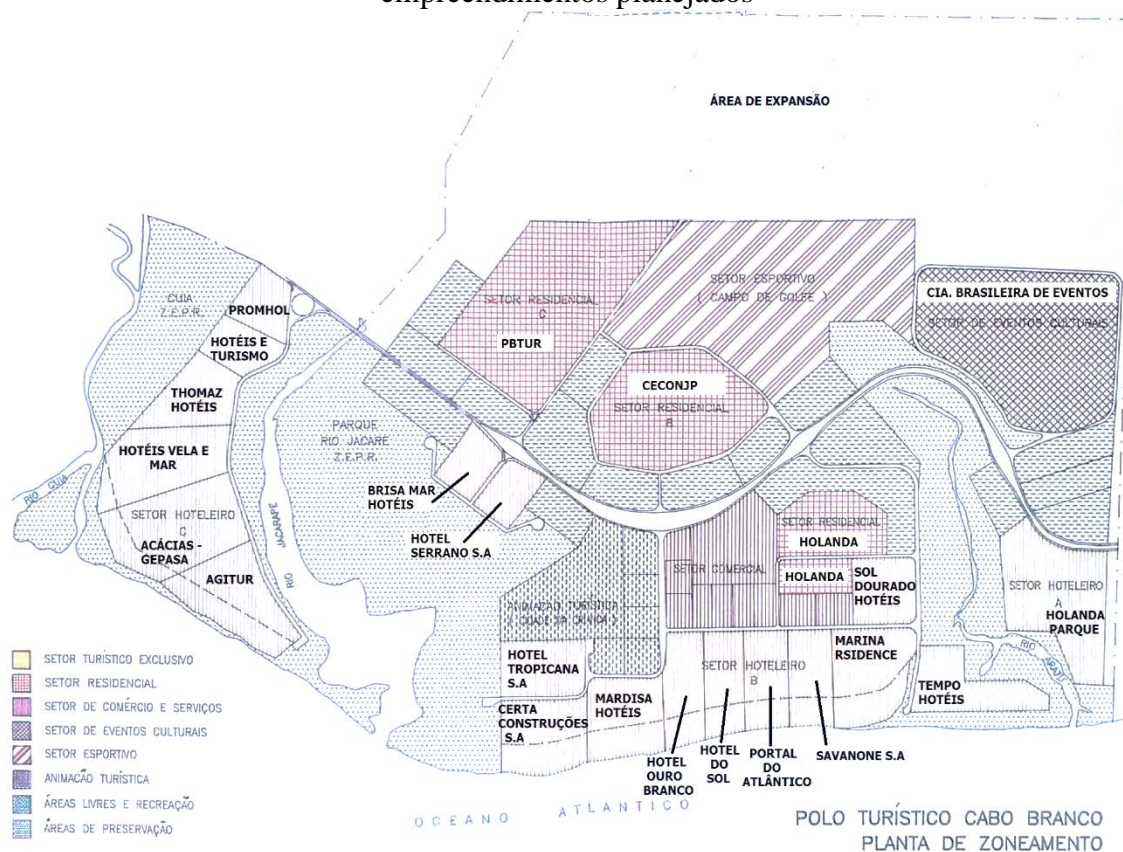
Dessa forma, de acordo com a lei 4.895 de 1986, o Complexo Turístico Costa do Sol (Polo Turístico Cabo Branco até novembro de 2016, atualmente constitui o *Distrito Industrial do Turismo do Estado da Paraíba*), é um empreendimento do Governo do Estado da Paraíba que estava sob a responsabilidade da Empresa Paraibana de Turismo S.A. (PBTUR). Ele consistiria de uma Participação Público Privada, tendo o Estado a responsabilidade de dotar o distrito de energia elétrica, iluminação pública, saneamento e esgotamento sanitário, além da malha rodoviária. Caberia à iniciativa privada outros equipamentos necessários às atividades turísticas, como consta do documento de lançamento do Projeto Costa do Sol:

Os interstícios entre as células de vizinhança e o eixo viário básico foram reservados para atividades comerciais e de serviços de apoio aos usos residencial e hoteleiro. Estão previstos também, um centro de Eventos Culturais e um Shopping Center. (...) Entre a área rural e a área de habitação popular da CEHAP, onde são executados programas habitacionais, tem-se a implantação de um Parque Tecnológico como o objetivo de estimular atividades institucionais deste importante projeto (PARAÍBA, 1987 p. 18)

De acordo com o exposto acima, o zoneamento do Costa do Sol ficou da seguinte maneira (Figura 18):

¹⁰⁴ Cf. Anexo 45.

Figura 18 – Zoneamento do Polo Turístico do Cabo Branco e a distribuição dos empreendimentos planejados



FONTE: PBTUR, 2000 (adaptado por Demétrio Melo, 2017)

No documento lançado em agosto de 1987 não está claro de que maneira seriam ocupados os setores residenciais, mas de acordo com o secretário adjunto do turismo o Sr. Ivan Burity, essas áreas residenciais com o tempo foram eliminadas do plano final, após a reincorporação do território turístico pelo Estado da Paraíba em 2013.

À medida que os investimentos em infraestrutura (principalmente as vias de acesso) foram sendo executados, ocorreu forte expansão dos bairros na porção sul da Capital, principalmente os Bairros de Mangabeira, Paratibe, Penha e Valentina, que são as áreas em torno do território turístico e passaram a ser objeto de ocupações, no que deu origem à Comunidade do Aratú (Figura 19):

Figura 19 – Costa do Sol situação e expansão urbana



Elaborado pelo autor.

Fonte: PMJP/SEPLAN – WGS 1984; IBGE, Sirgas 200.

Imagem Google Earth, 2017

O Estado funcionando a contento não conseguiu acompanhar a demanda por novas habitações, o que levou, em grande medida, às formas de ocupação na área do território turístico do Costa do Sol. Segundo lideranças do movimento por habitação na Comunidade do Aratú¹⁰⁵, existem cerca de 200 famílias, que subsistem no sistema informal da economia, com a venda de alimentos nas praias da Penha e de Jacarapé, com pequenas roças na própria ocupação, além da coleta de materiais recicláveis.

Como exposto anteriormente, as exterioridades dos investimentos públicos com foco ao atendimento da iniciativa privada, desloca recursos que poderiam ser aplicados na adequação da ocupação urbana, inserindo as famílias na cadeia produtiva do turismo, por exemplo, ao fornecer mão-de-obra e consumíveis.

Em 27 de dezembro de 2002, o governo do Estado, através da SUDEMA, sancionou dois decretos executivos: o Decreto nº. 23.836 criou o Parque Estadual do Jacarapé e o Decreto nº 23.838, o Parque Estadual do Aratú. Em 2014, para atender as novas prerrogativas legais estabelecidas pelo Novo Código Florestal¹⁰⁶, o governo estadual através do Decreto nº. 35.325 de 16 de setembro de 2014 criou o Parque Trilha

¹⁰⁵ Preferimos resguardar as identidades dos sujeitos entrevistados para preservá-los, tendo em vista a área de conflitualidade, como ameaças constantes de despejo.

¹⁰⁶ Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

dos Cinco Rios, incluindo em sua respectiva zona porções dos rios Aratú, Jacarapé, Cuiá, Mangabeira e Mussuré, além dos riachos Estivas e Sanhavá (Mapa 2).

Esse zoneamento ambiental veio muito posterior às ocupações na Comunidade do Aratú, bem como da Cidade Verde, o que revela a falência de programas sociais de habitação popular, como do desemprego atrelado à baixa qualificação da população que lá reside¹⁰⁷. Isso leva a constantes conflitos entre a secretaria estadual de meio ambiente com a população, de tal forma que há várias notificações sobre a realização de corte raso de madeira e a construção irregular de imóveis de alvenaria (Figura 20 e 21):

FIGURA 20 – Aratú: Infração e demolição

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
Superintendência de Administração do Meio Ambiente
Av. Monsenhor Walfredo Leal, 181 - Tambaú - CEP: 58.020-540 - João Pessoa-PB
Fones: (83) 3218-5591 / 3218-5581 - Fax: (83) 3218-5580
http://www.sudema.pb.gov.br - E-mail: sudema@sudema.pb.gov.br

AUTO DE INFRAÇÃO
Nº 011983

NOME / RAZÃO SOCIAL DO NOTIFICADO: **ROCHA DA SILVA**

CNPJ: _____ CPF: _____ RG: _____

ENDEREÇO (Av., Rua, Compl, Nº): **PARQUE TRILHA DOS CINCO RIOS**

BAIRRO/DISTRITO: _____ MUNICÍPIO: **JOÃO PESSOA** FONE: _____ CEP: _____

LOCAL DA INFRAÇÃO: **PARQUE TRILHA DOS CINCO RIOS**

HORA: **14:50** DIA: **30** MÊS: **06** ANO: **15**

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO: **DESMONTAR A CORTE RASO 1.292,5M² DE FRAÇAS DE FLORESTA OU DENAIS FORMAÇÃO NATIVA, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE.**

CONDENADAS: **9206262**
0300/05

Infração de acordo com o
Art. **52** Item/Parag. **3º** Com Art. **1, VII, VIII**
Da/Do **Decreto Federal 6.514/08**

Art. _____ Item/Parag. _____ Com Art. _____ Item/Parag. _____
Da/Do _____

Art. _____ Item/Parag. _____ Com Art. _____ Item/Parag. _____
Da/Do _____

Multa
UFRPB _____
R\$ **ADVERTÊNCIA**

INTIMAÇÃO: Fica o autuado intimado a recolher, no prazo de 20(vinte) dias, contados da data da ciência deste auto de infração a SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente a penalidade imposta ou apresentar defesa no mesmo prazo. O recolhimento efetuado no prazo goza da redução prevista no art. 6º, Parágrafo Único do Decreto nº 2119/00. A não comprovação do recolhimento da multa no prazo estipulado importará em sua cobrança judicialmente, com os acréscimos consequentes.

ASS. E MATRÍCULA DO AUTUANTE
Mário Antônio de Vasconcelos
518387-1 BPAMB

RECEBI
NOME: _____
CPF/IDENTIDADE: _____
ENDEREÇO: **PARQUE TRILHA DOS CINCO RIOS**

TESTEMUNHAS
NOME: **Estivaneide Sales de Jesus**
CPF/IDENTIDADE: **060.841.734-22**
ENDEREÇO: **SUDEMA**

Fotografia de auto de infração, foram suprimidas informações do notificado para manter o sigilo.

FONTE: DCM, 2015

¹⁰⁷ Como exposto antes, há uma grande concentração de atividades ligadas aos serviços precarizados, como ambulantes e catadores de materiais recicláveis. Destaca-se também que se faz uma generalização dessas informações, tendo em vista que carece um recenseamento que venha a diagnosticar um perfil social mais claro.

FIGURA 21 – Aratú: ação de demolição



Entulho de uma residência demolida em consequência de ação de reintegração de posse movida pela SUDEMA em 30 de junho de 2015.

FONTE: DCM, 2015

Valendo-se do Decreto Federal 6.514/08 que prevê as sanções administrativas ao meio ambiente, a SUDEMA notificou os ocupantes da Comunidade do Aratú, a respeito da ilegalidade de corte raso de madeira sem autorização de órgão competente e da construção irregular dessas habitações. Além disso, com auxílio da Polícia Militar, os agentes de fiscalização ambiental realizaram a demolição de diversas casas de alvenaria¹⁰⁸ (Figura 21).

De acordo com o secretário executivo do turismo, as famílias deverão deixar o local e seus imóveis deverão ser demolidos. Segundo ele, existem diversos processos de reintegração de posse na justiça que impede, por exemplo, a aplicação do artigo 183 da Constituição Federal e seu §3º, tendo em vista que as terras são públicas. O que impede que seja feito parcelamento da área onde está localizada a comunidade do Aratú para fins de habitação popular, tendo em vista o discurso ambivalente sobre preservação *versus* crescimento:

O secretário executivo do Turismo, Ivan Burity, disse que a preservação dos Parques Estaduais das Trilhas e dos Cinco Rios, do Aratu e do Jacarapé será fundamental para a execução do Polo Turístico Cabo Branco. Temos um projeto

¹⁰⁸ Cf. Anexo 47.

concreto, que será executado dentro do que determinam as leis ambientais, preservando o meio ambiente. Por isso, além da questão ambiental, um dos objetivos do Governo atual, temos ainda a questão do desenvolvimento do Estado. Para se ter ideia, com a construção do Polo Turístico Cabo Branco iremos dobrar a capacidade hoteleira, sem afetar a qualidade de vida da população de João Pessoa, enfatizou.¹⁰⁹

A natureza, ou do que dela restou, está na matriz discursiva do território turístico que se torna um ato apelativo à *sustentabilidade*, uma vez que em sua área conta-se com importante remanescente de Mata Atlântica, com mata primária e secundária estabelecidas desde o domínio de falésias (porção litorânea) e adentra verticalmente em direção oeste, cerca de um quilômetro, e possui mais de seiscentos hectares de área destinada aos mais diversificados empreendimentos.

A maneira como o Estado constituiu esse território turistificado na capital pessoense decorre de sua legitimidade. Dito de outra maneira, precisa-se legalizar essa territorialidade a partir de todo o aparato legal; assim se faz mister analisar os principais instrumentos do aparelho estatal para viabilizar os investimentos no Projeto Costa do Sol.

3.1. Principais instrumentos da política pública para o turismo

Lojkin (1994) é contundente em afirmar que “a intervenção estatal é a forma mais elaborada, mais desenvolvida, da resposta capitalista à necessidade de socialização das forças produtivas [...]” (p. 190). Em outras palavras, é através do Estado que determinada parcela da sociedade se apropria do conjunto de forças produtivas, e que na cidade a concentração de capital, de serviços e meios de consumo coletivos se faz presente para ampliar a mais-valia e, por consequência, o capital.

A política nacional de turismo teve início no Governo do Presidente Getúlio Vargas, a partir do Decreto-Lei nº. 406 de maio de 1938, que definia as condições de ingresso de estrangeiros no país. No artigo 11 ficou estabelecido que seria considerado *imigrante permanente* se ultrapassasse um período superior a seis meses, e no artigo 12 (alíneas *a*, *b* e *c*) e *turistas* e congêneres para período de até seis meses no país.

Em dezembro de 1939 foi sancionado o Decreto-Lei nº. 1.915 que criava o DIP com uma divisão de turismo para superintender e fiscalizar os serviços de turismo

¹⁰⁹ “Governo embarga construções irregulares em unidade de conservação”, in: Secretaria de Comunicação. Disponível em <<http://paraiba.pb.gov.br/governo-embarga-construcoes-irregulares-em-unidade-de-conservacao>> Acesso em 07 de julho de 2016

interno e externo (artigo 2 alínea *b*), e com o Decreto-Lei 2.440 de julho de 1940 as atividades das empresas e agências de turismo passaram a ser regulamentadas.

Na década de 1960, após a tomada do poder pelos militares em 1964, ocorreu de forma mais intensiva a atuação do Estado na regulação das atividades turísticas. No governo de Humberto Castelo Branco foi melhor definida uma política nacional de turismo a partir do Decreto Lei n.º 55 de 18 de novembro de 1966. Além disso, foi criado o Conselho Nacional de Turismo. No entanto, havia forte centralização do Governo Federal na implantação da política nacional através da EMBRATUR e do CNTUR.

Em 1971, veio a Lei n.º. 1.191 que essencialmente tratava de incentivos fiscais e redução do imposto de renda para os investimentos em hotéis e a criação do FUNGETUR. Os incentivos fiscais tinham como prioritários os investimentos realizados na região de atuação da SUDENE, porém, os projetos tinham que primeiro serem apresentados e aprovados pela EMBRATUR.

Já em 1977, o presidente da república Ernesto Geisel sancionou a Lei n.º. 6.505, dispondo sobre as atividades e serviços turísticos no país e sua fiscalização, dando à EMBRATUR o papel de agente discricionário das atividades turísticas.

Com o processo de redemocratização após o período militar, o então presidente José Sarney sancionou o Decreto-Lei n.º. 2.294/86 para redefinir as atividades relativas ao turismo. Uma das medidas era reduzir a participação do Estado na regulamentação de tais atividades, estratégias político-econômicas pautadas na orientação de um Estado mínimo.

A década de 1980 ficou marcada pela falência do modelo de gestão do Estado pelos militares (2.1), que culminaram com a adoção de uma política de desestatização. Nessa década, cerca de 30 empresas controladas pelo BNDES foram objeto de transferência para a iniciativa privada. No entanto, esse movimento não estava articulado com um amplo programa de revisão das condições de atuação do Estado brasileiro.

Com a eleição de Fernando Collor de Mello (presidente entre 1990 a 1992) a política neoliberal no Brasil começa a ganhar corpo jurídico a partir da sanção da Lei n.º. 8.031 de abril de 1990. Essa lei instituiu o Programa Nacional de Desestatização e uma ampla reforma do Estado, cujo objetivo central era reduzir os gastos públicos e o endividamento federal.

No entanto, uma das consequências da adoção do programa de Collor foi o agravamento do desemprego e a aceleração da inflação, que culminou com o desabastecimento, grande insatisfação social, greves nacionais e elevação do nível de desemprego¹¹⁰.

Foi também com Fernando Collor a ampliação da abertura econômica do país, principalmente a partir do turismo internacional. O objetivo era atrair divisas externas para reduzir o impacto da dívida externa. Nesse contexto, veio a Lei nº. 8.181 de março de 1991 que deu nova denominação à EMBRATUR. Além disso, ampliou os poderes dessa autarquia, concedendo a ela a formulação e aplicação da política nacional do turismo, além de permitir sua atuação externa e a financiar projetos turísticos no país.

Com o então presidente Itamar Franco (1992 a 1995) foi desenvolvido o Plano Real, que consistia no equacionamento entre o valor da moeda nacional frente ao dólar estadunidense a partir da redução dos índices de inflação. Isso levou à melhora dos níveis de emprego e de um maior consumo de bens e serviços, e nesse contexto está a implantação do Plano Nacional de Municipalização do Turismo de 1994.

Com a Portaria conjunta dos MICT e o ME sob o nº 130 de março de 1994 foi instituído o PNMT, com o objetivo de transferir para os municípios a responsabilidade de adequarem suas “condições econômicas” na lógica do Estado mínimo. A portaria estava inserida no contexto federal de reformas das bases constitucionais para a redução do papel do Estado na econômica¹¹¹, pois estabelecia maiores responsabilidades aos entes federativos, conquanto fosse necessário a cada espaço de poder definir suas diretrizes de *sustentabilidade econômica*.

Nesse sentido, entre 1994 a 1999 prevaleceu o PNMT como norteador da política pública de turismo nas cidades, e estas teriam que desenvolver seus próprios produtos turísticos.

A atividade turística movimenta uma gama de outras atividades, e seu estudo não pode se ater, apenas, aos indicadores econômicos, pois é fato que as estatísticas são relevantes e que apontam cenários e podem servir de alicerce para execução de políticas públicas específicas ao setor.

¹¹⁰ Cf. estudo do economista Calino Pachco Filho sobre o período de governo de Fernando Collor <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/709/957>>. Acesso 10 agosto de 2017.

¹¹¹ São exemplos dessas mudanças a abertura de capital de empresas públicas, o fim do monopólio de exploração mineral pelo Estado e o programa de privatizações do sistema nacional de comunicações, além de programas de concessão de rodovias, portos e aeroportos.

Em fase contemporânea, o Brasil vem ampliando sua participação na demanda global, apesar de relativamente pequena (0,79% dos turistas internacionais em 2016); o país recebeu 6.578.074 de turistas estrangeiros com receita de US\$ 6,2 bilhões¹¹², segundo dados do MTur em 2015. O país ocupou a 9ª posição global em receitas geradas pelo turismo, da ordem de R\$ 492 bilhões entre atividades diretas e indiretas, e considerando apenas as contribuições diretas, representou 3,5% do PIB, que corresponde a um montante de R\$ 182 bilhões com 8,8 milhões de pessoas ocupadas.

São dados positivos que auxiliam os discursos de turistificação no sentido dos investimentos e da questão dos empregos. Porém, como adverte TELES (2015)

[...] mesmo as estatísticas apresentando números positivos, é preciso que as análises sejam feitas levando em conta as especificidades de cada realidade, pois nem sempre um valor positivo garante uma situação vantajosa, principalmente no que diz respeito aos trabalhadores. (p. 75)

De acordo com dados do IBGE (2009), em 2009, o total de ocupações nas ACT's atingiu 5,92 milhões de brasileiros¹¹³, nos serviços de alimentação estava o maior número de empregados com 3,0 milhões de ocupações, com anho médio salarial de aproximados R\$ 392,00 mensais¹¹⁴. Enquanto que as ocupações no setor aéreo eram 57 mil ocupações, com ganho salarial médio mensal de R\$ 6.179,83. Assim, percebe-se que é discrepante as diferenças entre os rendimentos.

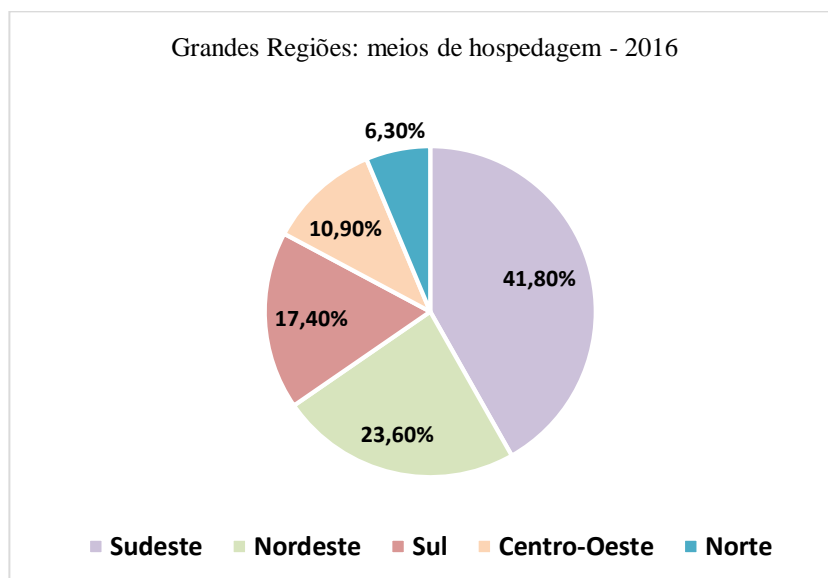
No plano regional, o Sudeste representa a maior parcela dos MH's, seguida pela Região Nordeste (Gráfico 5), embora o Nordeste tenha recebido cerca de 10% do total de turistas estrangeiros em 2016.

¹¹² Mtur, Dados e fatos <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2017/01/brasil-recebeu-6-6-milhoes-de-turistas-estrangeiros-em-2016>>. Acesso em 08 ago. 2017

¹¹³ Segundo dados do IPEA trabalhadores formalizados nas ACT's somava 1.038.582 em 2015, e informais 837.718 para o ano de 2014. Em dezembro de 2015, ocupações formais na economia geral foi de 38,2 milhões, enquanto que as informais atingiram 48,8 milhões de ocupações.

¹¹⁴ Em 2009, o salário mínimo equivalia a R\$ 415,00, isso garantia, por exemplo, adquirir duas cestas básicas, segundo o DIEESE.

Gráfico 5: Grandes regiões brasileiras – participação relativa no total dos meios de hospedagem



Elaborado pelo autor.

FONTE: IBGE, Pesquisa dos meios de hospedagem, 2016

Segundo o MTur, em 2016, São Paulo foi a unidade federativa que mais recebeu turistas estrangeiros, totalizando 2.248.297, seguido pelo Rio de Janeiro, com 1.480.121. Na Região Nordeste, as unidades federativas que mais receberam turistas internacionais em 2016 foram Bahia com 132.339, seguido de Pernambuco com 51.324. A Paraíba não registrou, em 2016, desembarques de estrangeiros. O turismo internacional ocorre de forma indireta, principalmente pelo aeroporto Internacional Guararapes (Recife-PE).

Os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro representaram 56,68% do total de desembarques internacionais no País em 2016. Segundo avaliação do IBGE (2014), o turismo de negócios é predominante em São Paulo, enquanto que no Rio de Janeiro é o turismo de sol e praia, assim como ocorre para Bahia e Pernambuco.

3.2. PRODETUR-NE e a inserção da Paraíba

A ação conjunta entre as forças do mercado apoiado no Estado engendra um sistema de poder que delimita o território, e para Andrade (2004), “a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (p. 19).

O capitalismo enquanto sistema social, além de sistema de produção e riqueza material, cria uma gigantesca classe de excluídos que, na cidade, concentram-se em áreas marginalizadas ou deprimidas economicamente. Aqui se observa um dos grandes problemas da economia capitalista moderna: “o indivíduo é o objetivo único das relações econômicas; tudo é feito pelo e para o indivíduo. A sociedade é apenas uma abstração” (DURKHEIM, 2006, p. 20).

Percebemos que a lógica desse sistema é perversa no sentido de ampliar o capital público para financiamento de agentes econômicos privados, algo muito comum em países da semiperiferia do capitalismo internacional, privilegiando alguns e sacrificando a maioria (não uma maioria absoluta vale frisar, mas um imenso contingente de desassistidos pela ação estatal).

Haesbaert (2002) lembra que para Marx o Estado é a forma como a burguesia, ou elites, consolidam seus interesses, contraditoriamente o proletariado tenta, no Estado, equacionar as disputas entre capital-trabalho. Os movimentos sociais urbanos e rurais apelam (ou pressionam) para que o Estado aja no atendimento de suas necessidades. São esforços contra a alienação inerentes às instituições (imaginárias e reais) presentes no jogo político das sociedades contraditórias, como afirmou Castoriadis (2005).

Continuando o raciocínio de Castoriadis (2005), o Estado enquanto instituição, só existe dentro de uma rede simbólica. Assim afirma que “as instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico” (p. 142). Compreender essas relações simbólicas permite-nos perceber de que forma as ações dos Estados se traduzem através da linguagem - não apenas a estrutura da língua e seus códigos, mas como a ideologia se revela por meio dos discursos, por meio da ação verbal e não verbal do gestor público, das elites urbanas e dos movimentos sociais que contraditoriamente se encontram no espaço urbano.

A análise de políticas públicas para o desenvolvimento do espaço urbano pode não só criar melhores condições de reprodução material dos indivíduos bem como reduzir a segregação socioespacial. Esse processo privilegia determinados espaços em detrimento de outros, levando a um forte processo de exclusão e marginalização das camadas menos abastadas da sociedade.

Foi o que ocorreu com o Projeto Costa do Sol, que antecedeu o PNMT e ao PRODETUR-NE, que de acordo com Cruz (2005, p. 33) “o diploma legal que instituiu o Prodetur-NE, ou seja, a Portaria Conjunta nº 1 (SUDENE e EMBRATUR), de 29/11/1991. Como se sabe, o PRODETUR-NE transforma o litoral nordestino em um

extenso ‘canteiro de obras’, como resposta às demandas de um almejado turismo massivo e internacionalizado”, que consistiu de transferir riquezas públicas para os incorporadores imobiliários na forma de hotéis e assemelhados.

E para Sousa (2011),

a Portaria nº 01 de 29/11/91 teve início com a assinatura do contrato 841-OC/BR. Acordo esse assinado entre o BNB e o BID em dezembro de 1994. Constitui-se de um programa de crédito para os estados nordestinos financiados pelo BID e que tem no BNB seu Órgão Executor. Seu objetivo geral é dotar a região de infraestrutura básica e de acesso em espaços considerados potenciais ao desenvolvimento da atividade turística” (p. 53).

Cabe salientar que ação do Estado da Paraíba sob o governo de Burity já estava na égide da produção hegemônica do território turístico, antes do surgimento do PRODETUR, que consistia de um movimento neoliberal. E quando o então governador José Maranhão veio a assinar o PRODETUR-NE, já estavam consolidadas as bases da austeridade econômica¹¹⁵. De acordo com Dantas (2015), o PRODETUR se funda em uma concepção de estabelecer no litoral nordestino dois fatores essenciais: “a) reforço do Nordeste como destinação turística litorânea, o turismo de sol e praia; b) ressignificação das cidades-sede nordestinas como ponto de recepção e distribuição dos fluxos turísticos” (p. 387).

De acordo com relatório final do BNB (2005), o total contratado pelo Estado da Paraíba entre 1998 a 2004 chegou a R\$ 2,77 bilhões. Montante este investido na recuperação do Centro Histórico da Capital, infraestrutura rodoviária da PB 008, interligando o litoral norte e sul, sistema de abastecimento de água, além de aporte financeiro de fortalecimento de instituições, planejamento e pesquisas para projetos, bem como o atendimento do Costa das Piscinas (litoral sul de João Pessoa).

A ação política promovida pelo Estado segue as diretrizes do mercado mundial de turismo, fortemente influenciadas pelas agências internacionais (OMT e BID) para alocar recursos que fixem nos territórios a capacidade de atender a uma demanda crescente (Tabela 5):

¹¹⁵ O slogan do Governo José Maranhão de 1995 a 2002 foi “Austeridade é desenvolvimento”.

Tabela 5: Fluxo de turistas internacionais nos 10 países que mais recebem turistas estrangeiros e o Brasil: posição do IDH (2014)

Países de residência permanente	Turistas (milhões de chegadas)						IDH	Posição
	2000	2005	2010	2014	2015	2016	2014	2014
França	77,2	75,0	77,6	83,7	84,5	82,0 ¹	0,888	22°
Estados Unidos	51,2	49,2	60,0	75,0	77,5	76,8 ²	0,915	8°
Espanha	46,4	55,9	52,7	64,9	68,5	75,6	0,876	26°
China	31,2	46,8	55,7	55,6	56,9	59,3	0,727	90°
Itália	41,2	36,5	43,6	48,6	50,7	52,6	0,873	27°
Turquia	9,6	24,2	31,4	39,8	39,5	---	0,761	72°
Alemanha	19,0	21,5	26,9	33,0	35,0	35,6	0,916	6°
Reino Unido	23,2	28,0	28,3	32,6	34,4	37,6 ⁴	0,907	14°
México	20,6	21,9	23,3	29,3	32,1	35,0	0,756	74°
Tailândia	9,6	11,6	15,9	24,8	29,9	32,6	0,726	93°
Brasil	5,3	5,4	5,2	6,4	6,3	6,6	0,755	75°

Elaborado pelo autor

FONTE: Anuário Estatístico de Turismo, Mtur. 2007 a 2017. Nações Unidas, Ranking IDH Global 2014/2015.

1. Ministère du tourisme français (<http://www.diplomatie.gouv.fr>) Acesso: 10 ago. 2017

2. Valor Econômico (<http://www.valor.com.br>) Acesso: 10 ago. 2017

3. Rádio França internacional (<http://br.rfi.fr/europa/>) Acesso: 10 ago. 2017

É discutível a questão do desenvolvimento econômico nas premissas da expansão material, principalmente quando vem acompanhada da redução do Estado e das concessões tributárias. Ademais, a economia clássica vê uma relação entre PIB *versus* crescimento demográfico, em que pese a tese de um equilíbrio entre a capacidade de oferta de bens e serviços com o aumento da população.

Outro fator que vem sendo levado em consideração, desde a década de 1990, é o ranqueamento dos países a partir de seus IDH's, que se tornaram sinônimo de qualidade de vida. Temos que analisar múltiplas dimensões na sociedade para melhor compreender o que seria a *qualidade de vida*. E como vimos, os discursos de turistificação empregam tal conceito como forma de justificar os investimentos no turismo.

Pegando os dados acima (Tabela 5), temos a França como o país que mais recebe turista, ocupando a 22ª posição em IDH. Bem como está presente a China, país que mais elevou seu PIB nas últimas três décadas e que deixou de ser um país receptor, para ser um dos maiores emissores de turistas do mundo, e ainda assim ocupa uma posição bem distante do Brasil, que não figura entre os dez países que mais receberam turistas, por exemplo, em 2016, mesmo sediando o principal torneio esportivo do mundo.

Como visto, a expansão da crise da década de 1980 fez ruir a ideologia da expansão da produção em massa de bens de consumo, porque a absorção da força de

trabalho estava em ritmo decrescente nos países centrais, e era necessária uma nova realidade econômica produtiva, e o turismo preencheu essa lacuna, principalmente nos países periféricos que foram fortemente solapados com a retração mundial de crédito e subida dos preços mundiais do barril do petróleo.

A ideologia do turismo como forma de crescimento econômico cria um imaginário “libertador” para os países periféricos, uma vez que os órgãos globais de financiamento incentivam a criação de produtos turísticos para atraírem visitantes do “mundo rico”. Só que, no entanto, salvo algumas exceções, os países que mais recebem turistas estrangeiros são justamente os países mais ricos:

Muito do grande *boom* mundial foi assim um alcançar ou, no caso dos EUA, um continuar de velhas tendências. O modelo de produção em massa de Henry Ford espalhou-se para indústrias do outro lado dos oceanos, enquanto nos EUA o princípio fordista ampliava-se para novos tipos de produção, da construção de habitações à chamada *junk food* (o McDonald's foi uma história de sucesso do pós-guerra). Bens e serviços antes restritos a minorias eram agora produzidos para um mercado de massa, como no setor de viagens a praias ensolaradas. Antes da guerra, não mais de 150 mil norte-americanos viajaram para a América Central ou o Caribe em um ano, mas entre 1950 e 1970 esse número cresceu de 300 mil para 7 milhões. Os números para a Europa foram, sem surpresa, ainda mais espetaculares. A Espanha, que praticamente não tinha turismo de massa até a década de 1950, recebia mais de 44 milhões de estrangeiros por ano em fins da década de 1980, um número ligeiramente superado apenas pelos 45 milhões da Itália (Stat. Jahrbuch, 1990, p. 262). (HOBSBAWM, 2006, p. 259)

A óptica do crescimento econômico como solução possível para os problemas relativos ao desemprego, à geração de renda, ao progresso técnico, está presente, como vimos, no discurso de turistificação. Isso para simbolizar que deveria haver mais melhorias na qualidade de vida e no conforto material, em que o turismo, como atividade econômica, incluiria, via produtividade, mais e mais pessoas. No entanto, sob esse aspecto, Baudelaire (2008) aponta como mito o crescimento econômico como possibilidade de bem-estar e afirma que

Os mitos complementares do bem-estar e das necessidades possuem uma poderosa função ideológica de reabsorção e supressão das determinações objetivas, sociais históricas, da desigualdade. Todo o jogo político do ‘Welfare State’ e da sociedade de consumo consciente ultrapassar as próprias contradições, intensificando o volume dos bens, na perspectiva de uma igualização automática através da quantidade e de um nível de equilíbrio final, que seria o *bem-estar total do para todos*. (grifos nosso) (2008, p.51)

A medida que o aumento da capacidade de consumo dos europeus e estadunidenses se elevam, nos países periféricos e semiperiféricos passam a adotar mecanismos de atração de turistas provenientes dos climas temperados. O *marketing* passa a criar um produto turístico com base nas peculiaridades dos países tropicais litorâneos. Todavia,

A política pública em foco se fundamenta em uma consciência turística a refletir nos novos governos nordestinos. Ela se revela propaganda política e se transmuta em publicidade, para atender aos termos do desenvolvimento econômico e propalar a modernização tão almejada das zonas de praia. (DANTAS, 2015, p. 386).

Reafirmando que a modernização do *território turístico* na Cidade de João Pessoa não se transforma em *qualidade de vida*, pois é um termo muito generalizante que engloba situações que vão além das condições de renda ou de acesso. Por isso é difícil de ser avaliado de forma empírica, e quando se busca objetividade se lança a mão diferentes indicadores, tais como IDH, mortalidade infantil, expectativa de vida. Mas em todo o caso, como aborda SOUZA (2000), a qualidade de vida “engloba também aquelas coisas que não podem ser simplesmente adquiridas pelos indivíduos no mercado [...], mas que interferem em seu bem-estar. Exemplos são a beleza cênica, a qualidade do ar e a liberdade política” (p. 117). Isso ilustraria a necessidade de se preservar, ao máximo, as áreas florestais no polo turístico. Volta-se aí a contradição não resolvida no discurso entre desenvolvimento do Estado e preservação ambiental.

Em síntese (Tabela 6), a inclusão da Paraíba no PRODETUR-NE, assim como as demais unidades federativas da região, absorveu endividamento em projetos de expansão de atividades turísticas que necessitariam de maiores estudos empíricos para identificar os reais beneficiados desses investimentos.

Atualmente o turismo apresenta-se, no Nordeste, como gerador de desenvolvimento, podendo resolver os problemas de emprego e de déficit econômico, algo semelhante ao ocorrido nas Antilhas dos anos 1960-1970. A partir das experiências vividas nessa área, percebe-se que a relação entre turismo e desenvolvimento econômico não é evidente.

Para Ascher (1984) (Apud Dantas), o turismo: a) utiliza uma mão-de-obra qualificada sem criar empregos locais; b) permite tão somente o desenvolvimento de subempregos; c) contribui ainda para certa instabilidade econômica e social, pela atividade ser sazonal; d) suscita a construção de um quadro de dependência dos países em relação aos *tours opérateurs* que dominam esse setor em escala mundial, com o estabelecimento de cadeias hoteleiras e o controle do transporte aéreo. (DANTAS, 2015, p. 64)

Tabela 6 – Síntese das principais áreas de aplicação de recursos do PRODETUR-NE na Paraíba

Área aplicada	Descrição da atividade	Valor (R\$)	%
Saneamento	Abastecimento de água do Polo Turístico Cabo Branco	2.161.541	2,54
	Esgoto do Polo Turístico Cabo Branco	2.921.867	3,43
	Esgoto do bairro de Intermares	3.066.434	3,59
	Esgoto dos bairros Valentina Figueiredo, Bancários e Bessa; ETE Pedreira	44.214.611	51,86
	Esgoto das Praias Ponta de Campina, Poço, Camboinha e Areia Dourada (1ª etapa)	10.036.353	12,27
Transportes	Rodovia PB 008 (trecho Polo Cabo Branco / Jacumã / Tambaba)	10.878.865	13,20
	Rodovia PB 008 (trecho Tambaba / Pitimbu / Acaú)	8.396.578	9,85
	Projeto de Engenharia; EIA-RIMA e avaliação socioeconômica da PB 008 Norte (trecho Lucena /Rio Tinto /Mamanguape /Mataraca /Divisa RN)	337.712	0,39
Recuperação de patrimônio histórico	Centro Histórico de João Pessoa (cidade baixa)	571.788	0,67
Desenvolvimento institucional	DER-PB	177.240	0,21
	PBTUR	820.228	0,96
	CAGEPA	247.213	0,29
	SUDEMA	795.674	0,93
	UEE PRODETUR	162.523	0,19
	Planos diretores municipais	470.432	0,55
		Total dos investimentos R\$ 85.258,101	

Elaborado pelo autor.

FONTE: BNB, 2005

Percebe-se que não há gastos consideráveis em recuperação ou manutenção do patrimônio biológico (por mais que esteja na formação discursiva), mas que na prática há um distanciamento.

Segundo Pereira & Farias (2016) que publicaram estudos analisando os valores de geodiversidade na bacia do rio Jacarapé, com a implantação das infraestruturas PRODETUR-NE/PB para o Projeto Costa do Sol, há essa contradição ao discurso de preservação, uma vez que a construção da rodovia PB-008 confinou as águas do Rio Jacarapé com o aterramento para sustentação da ponte sobre seu leito, além da retirada de barro e areia na primeira etapa do projeto.

3.3 O CECONJP e a paisagem turistificada

O desenvolvimento de uma sociedade de consumo como premissa de um *desenvolvimento econômico e social* (conceito este que não leva em consideração os diferentes aspectos da vida humana, mas que se fixa na expansão dos meios de produção) é muito bem caracterizado por Arendt (2007):

Neste aspecto, como outros, o espectro de uma verdadeira sociedade de consumo é mais alarmante como ideal da sociedade de hoje que como realidade presente. O ideal não é novo: estava claramente contido na premissa incontestada da economia política clássica de que objetivo final da *vida ativa* e a riqueza crescente, abundância e a ‘felicidade da maioria’ (p. 145).

A mobilização da superestrutura do Estado para expandir determinadas atividades, criou um *território turístico*. Isso caracteriza não só o estágio técnico em que tais territórios se encontram, mas a maneira como se mobiliza as forças produtivas de acordo com os interesses dos agentes hegemônicos de produção no espaço urbano.

Há que se considerar que o modo de produção capitalista se pautou na mundialização do estilo de vida da sociedade ocidental, a partir da invenção da modernidade.

Para o Baudelaire (2008), o sistema de produção sobrevive da lógica ampliada do consumo, e a cidade como mercadoria turistificada vem atender aos anseios dessa natureza mercadológica, e que as representações sociais atribuídas ao território turístico precisam *significar* e o discurso de turistificação amplia as imagens sociais. Assim afirma:

“Tanto na lógica dos signos como na dos símbolos, os objetos deixam de estar ligados a uma função ou necessidade *definida*, precisamente porque correspondem a outra coisa, quer ela seja a lógica social que a lógica do desejo, às quais servem de campo móvel e inconsciente de significação.”(p. 89)

Santos & Silveira (2003) completam esse sentido

Dessa maneira, defrontamo-nos com território vivo, vivendo. Nele, devemos considerar os fixos, isto é, o que é imóvel, e os fluxos, isto é, o que é móvel. Os fixos são, geralmente, constituintes da ordem pública ou social, enquanto os fluxos são formados por elementos públicos e privados, em proporções que variam segundo os países, na medida em que estes são mais ou menos abertos às teses privatistas. O território revela também as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. No primeiro caso, os lugares são vistos como coisas, mas a combinação entre as ações presentes e as ações passadas, as quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que pré-existe. Tal encontro modificação e o objeto sobre o qual ela se exerce, e por isso uma não pode ser entendida sem a outra. (pp. 247/8)

Os institutos de pesquisa como o IBGE e o IPEA realizam constantes levantamentos estatísticos a respeito das atividades ligadas ao turismo, são informações

repassadas por um amplo grupo de empresas ligadas às ACT's e das autarquias públicas que também coletam e repassam as informações.

No entanto, o IBGE, ao adotar a proposta da OMT, de homogeneizar as atividades características ao turismo, encontra determinados entraves, tais como: *transporte* (taxis, transporte urbano) e *alimentação* (restaurantes, bares e lanchonetes). No que se refere ao transporte urbano e à alimentação, não são utilizados apenas por turistas. Sendo assim, os números podem conter superdimensionamentos, mascarando a real dimensão dos setores.

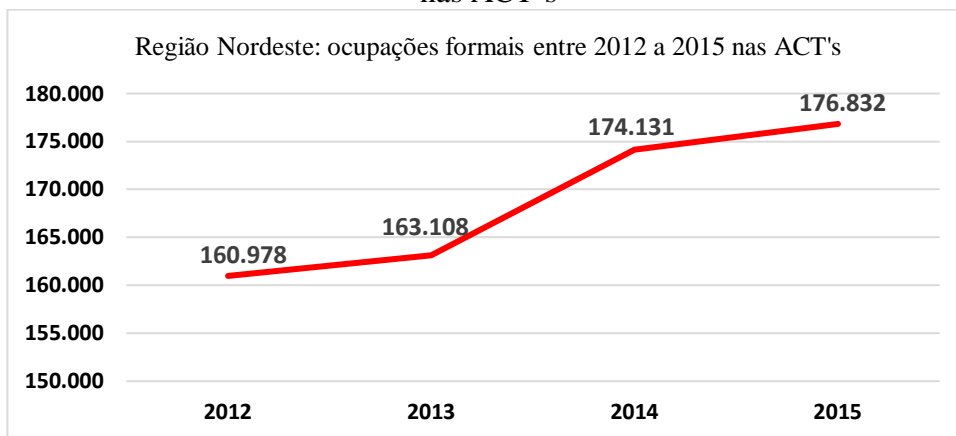
Desde 2013 que o IBGE tem considerado o PNAD e as informações da RAIS para compilação de seus dados estatísticos. Assim, os empregados no seguimento de motéis estão incluídos, mesmo tal atividade não fazer parte (no Brasil) das ACT's.

“A RAIS apresenta os dados referentes ao total dos ocupados nas ACTs. Na ausência de informações relativas ao consumo turístico nas ACTs, geralmente se incorpora a totalidade dos empregados nessas atividades como prestadores de serviços do turismo. Ao se proceder dessa forma, considera-se, por exemplo, que todos os empregados da atividade *Alimentação* estariam ligados ao atendimento de turistas, incorrendo-se em superestimação da ocupação no setor turismo.” (IPEA, 2015 p. 5)

Para o IBGE, o núcleo das ACT's envolve: alojamento, alimentação, transporte terrestre, transporte aéreo, transporte aquático, agências de viagens, locadoras de veículos, cultura e lazer. Estas constituem a principal fonte de dados para fundamentar políticas públicas para geração de emprego e renda, e qualificação profissional.

No que tange às ocupações na Região Nordeste, as ocupações formais nas ACT's (Gráfico 6) se mantêm em crescimento, o que auxilia na manutenção do discurso de turistificação apoiado na geração de oportunidades. No entanto, na economia como um todo, a Região apresentou mais de 6,2 milhões de ocupações formais, enquanto que as ocupações informais ultrapassam os 15,7 milhões de ocupações.

Gráfico 6: Região Nordeste – tendência de elevação da população ocupada nas ACT's

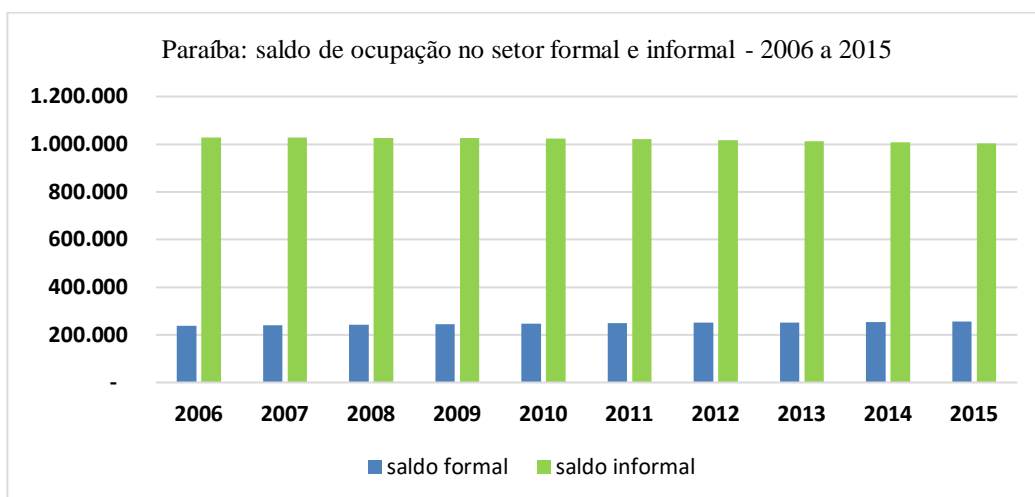


Elaborado pelo autor.

FONTE: IPEA (<http://extrator.ipea.gov.br/>). Acesso 10 ago. 2017¹¹⁶

Uma miríade de outras atividades compõe gastos de turistas, como gastos com saúde, passeios contratados diretamente com guias turísticos, empresas do seguimento de manutenção e montagem de eventos, transportadores de equipamentos, além de sustentar um amplo conjunto de atividades do setor informal.

Gráfico 7: Paraíba – saldo de pessoas ocupados de acordo com o setor formal e informal



Elaborado pelo autor.

FONTE: IPEA (<http://extrator.ipea.gov.br/>). Acesso 10 ago. 2017

Os discursos de turistificação do território, como vimos em capítulos anteriores, recaem sobre o emprego e a renda, como verificamos (Gráfico 7) em que o setor informal detém a maior participação nas ocupações de pessoal, enquanto que o setor

¹¹⁶ CF. Anexo n°. 48 a compilação das ACT's para a Região Nordeste, de acordo com o IPEA.

formal tem média de 20% das ocupações. Ao analisarmos os dados disponibilizados pelo IPEA, verifica-se que as ACT's representam, para toda a Paraíba, 3,5% das ocupações formais (Tabela 7).

De acordo com a Coordenadora Regional de Serviços Turísticos da Paraíba, Sra. Maria José Belizario¹¹⁷, existe uma dificuldade na coleta de dados de empregados, e a distinção entre os usuários dos serviços nos estabelecimentos.

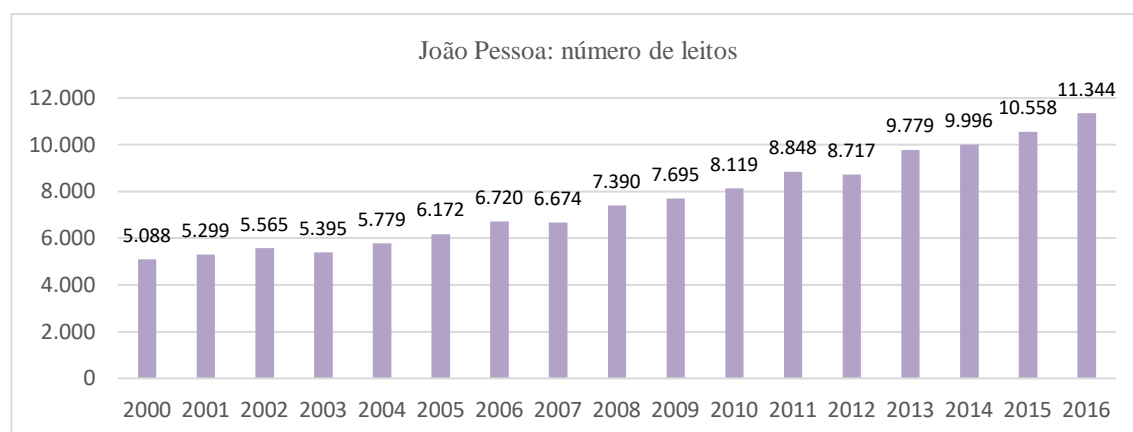
Tabela 7: Paraíba – ocupações formais no núcleo das ACT's

Unidade da Federação	ACT's	2012	2013	2014	2015
Paraíba	Alojamento	2.444	2.465	2.847	2.908
	Alimentação	3.262	3.700	3.802	4.229
	Transporte terrestre	902	668	679	629
	Transporte aquaviário	15	17	25	25
	Transporte aéreo	218	218	248	213
	Aluguel de transporte	153	171	196	198
	Agencia de viagem	465	523	586	550
	Cultura e lazer	104	152	180	185
	Total de pessoas ocupadas	7.563	7.914	8.563	8.937

Elaborado pelo autor.

FONTE: IPEA (<http://extrator.ipea.gov.br/>). Acesso 10 ago. 2017

Gráfico 8: João Pessoa – evolução do número de leitos nos meios de hospedagem



Elaborado pelo autor.

FONTE: PBTUR/CADASTUR, 2017

De acordo com dados da PBTUR, em 2016, dos 223 municípios da Paraíba, apenas 58 registraram os meios de hospedagem. Os cinco maiores municípios em total de MH's foram João Pessoa (119 MH), Conde (51 MH), Campina Grande (27 HM),

¹¹⁷ Belizário, é a coordenadora das informações do CADASTUR no Estado da Paraíba.

Baía da Traição (22) e Cabedelo (11 MH). Ou seja, 53 municípios detêm cerca de 44% do total de MH's.

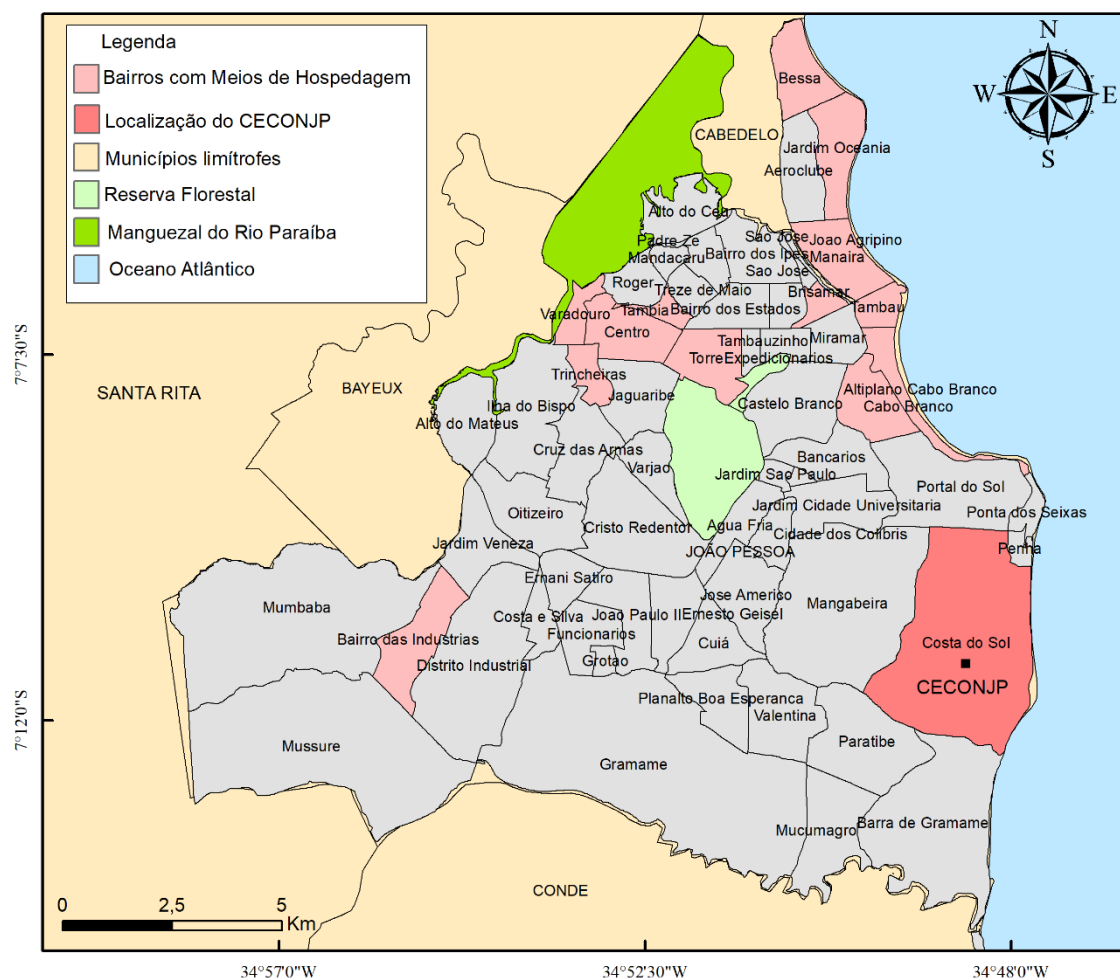
Outra forma de analisar os dados disponibilizados se refere à concentração dos MH's na zona costeira, particularmente na cidade de João Pessoa (Gráfico 8), em relação ao interior do Estado. São 12 municípios litorâneos que totalizam 268 MH's, relativamente a 65,5% do total de MH's. Percebe-se que há uma concentração dos investimentos no turismo de sol e praia, o que leva a maior concentração da infraestrutura no plano geral, como comunicações e empresas prestadoras de serviços (manutenção, montagem de eventos), empresas especializadas em receptivos, além de concentrar maior recurso destinado à promoção dos serviços relativos com o turismo.

De acordo com o CADASTUR/PBTUR, em João Pessoa, os bairros com a maior concentração dos meios de hospedagem são os seguintes: Tambaú, Jardim Oceania, Bessa, Cabo Branco e, Manaíra (Mapa 3), paradoxalmente o Bairro Costa do Sol (bairro destinado ao projeto homônimo) não possui nenhum MH's no cadastro estadual.

Os dados consideram todos os seguintes meios de hospedagem: hotel, pousada, apart hotel, acampamento e *hostel*. Nesses cinco bairros, estão 80,5% da oferta total de MH's da Capital, e 23,5% do total dos MH's de todo o Estado. O que corrobora para o maior adensamento, tanto espacial da capacidade em oferta de empregos, bem como do fortalecimento dos empresários que estão sempre a pressionar o governo por investimentos, com a maior realização do turismo de negócios e eventos, e capitação de turistas de sol e mar (Gráfico 9 e 10).

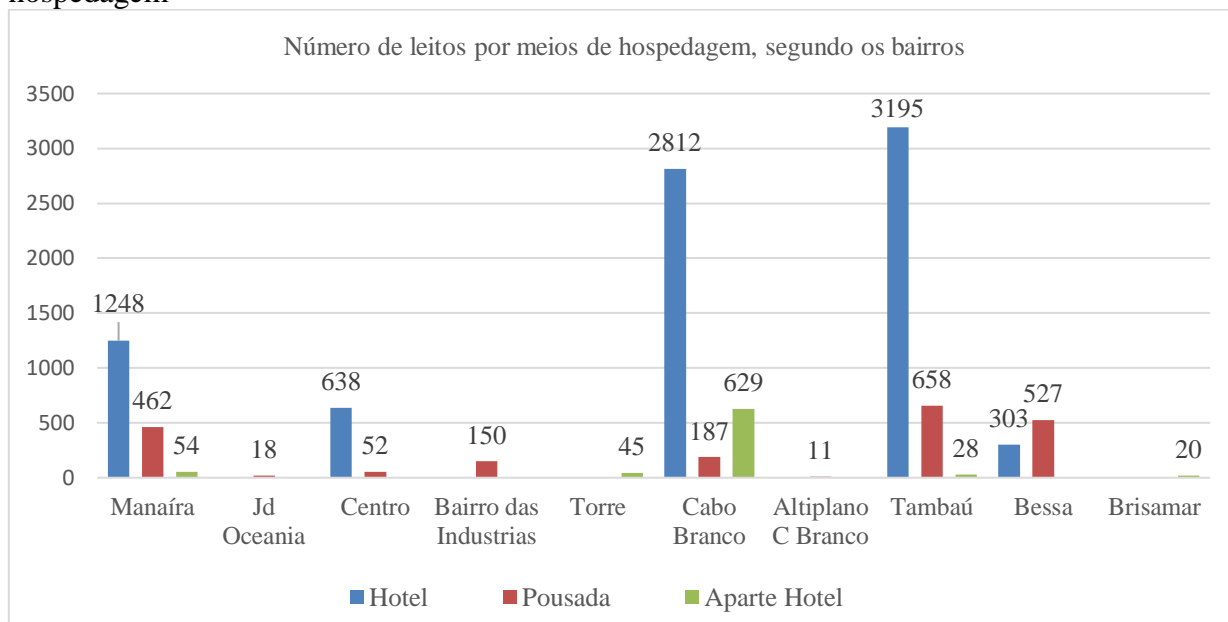
Mapa 3: Bairros de João Pessoa com a maior concentração dos Meios de Hospedagem

João Pessoa: Distribuição dos Meios de Hospedagem



Indicação dos meios de hospedagem de acordo com dados do CADASTUR-PB, PBTUR, 2017
 Fontes: PMJP/SEPLAN - WGS 1984; IBGE Sirgas 2000
 Elaboração do Autor, 2017

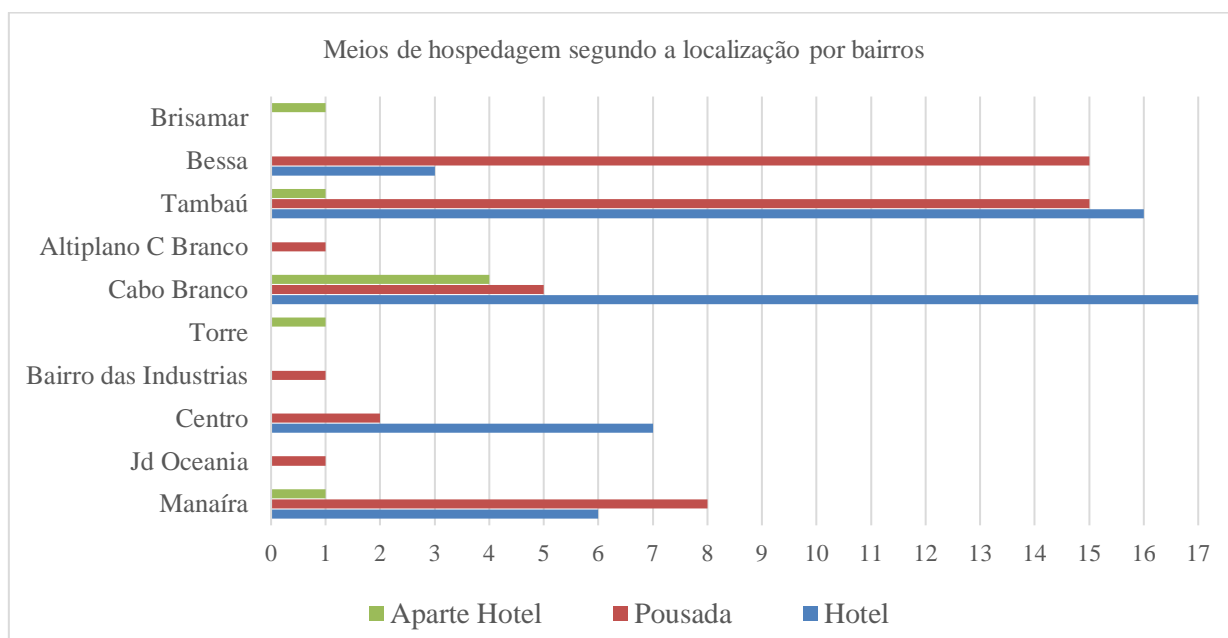
Gráfico 9: João Pessoa: Bairros com maior concentração de leitos por meios de hospedagem



Elaborado pelo autor.

FONTE: PBTUR/CADASTUR, 2017

Gráfico 10: João Pessoa: Bairros com maior concentração do número dos meios de hospedagem



Elaborado pelo autor.

FONTE: PBTUR/CADASTUR, 2017

De acordo com o acompanhamento do perfil do turista realizado pela FECOMÉRCIO-PB, o fluxo global de turistas que visitaram João Pessoa vem apresentando um crescimento constante. Entre 2009 (893.051 turistas) a 2015

(1.210.008), houve um aumento de demandas de turistas no litoral paraibano com uma ligeira redução em 2016 (1.197.634). Ainda de acordo com a entidade, em 2016, 59,13% dos visitantes veio em função do turismo sol e mar, 28% para visitar familiares/amigos e, somente, 2,11% vieram em função do turismo de eventos. O CECONJP como “ponto turístico” ficou na 10ª posição como local mais procurado pelos visitantes.

O território turístico não se faz apenas pelo Estado, mercado e turista, mas pelos sujeitos desse território turistificado, que sob novos contingenciamentos, estão inseridos nessa lógica como empreendedores ou como força de trabalho que podem convergir, no sentido da produção espacial, ou divergir das novas atividades criadas para um público consumidor específico.

As cidades auxiliam na ampliação de tais forças, uma vez que já possuem os meios produtivos amplificados. Como afirma Harvey (2011), os sistemas urbanos, abertos em função da natureza do fluxo de capital, refletem toda a lógica dos agentes hegemônicos de produção do espaço urbano.

Essa lógica não respeita cada formação social, uma vez que introduz dinâmicas externas no espaço intraurbano de cada cidade, criando assim desigualdades na medida em que não se valoriza as suas singularidades. O espaço local passa a refletir a lógica internacional, mesmo que de forma incompleta.

Somos, essencialmente, desiguais em nossas diferenças pela ideologia do capital. A unicidade do tempo se estabelece no espaço urbano com desigualdades e isso leva à necessidade de estabelecer a escala de observação, uma vez que a mundialização do capital provoca uma transformação nas relações de trocas, dos fluxos e da frequência.

Aquela visão hierárquica clássica (verticalizada), pode não mais atender a análise, visto que, nas cidades, operam relações no plano local e que remetem ao plano regional, nacional ou internacional.

Considera-se assim, que os diferentes agentes de produção do espaço agem em diferentes escalas. Considerar apenas o tamanho do núcleo urbano pode deixar escapar qualidades inerentes a cada cidade.

Assim, faz-se mister destacar que, com o avanço da sociedade de consumo as desigualdades se ampliam pois, vê-se que é impossível dar a mesma qualidade de acesso aos meios de consumo, de liberdade e de justiça igualmente, pois ocorre que “as desigualdades se tornam diferenças” (SPOSITO, 2011, p. 129).

Os agentes hegemônicos produtores da realidade socioespacial influenciam nas políticas públicas que poderiam reduzir as descontinuidades no espaço intraurbano.

E a paisagem turistificada é o elemento essencialmente utilizado para *significar*, para justificar as políticas públicas que recaem sobre o turismo e se fixa no território. É necessária a produção do imaginário coletivo, como forma de representação social, tendo o CECONJP como o elemento dessa paisagem turistificada (Figura 22).

A paisagem torna-se portadora de representações que tanto se materializam no território turístico quanto da significação do imaginário social que resultam os discursos sobre o *desenvolvimento*, o *progresso* e a *modernidade* tecnificada.

No entanto, os fluxos de consumo e de mobilidade pensados nas formas individuais inviabilizam a unicidade no espaço intra e interurbano, pois o “indivíduo em movimento não coincide com a escala da cidade” (SPOSITO, 2011 p. 139).

3.3.1 A paisagem: forma e função

O conceito sobre paisagem tem uma rica abordagem em diferentes disciplinas, tradição na geografia, outras disciplinas como a arquitetura, a arqueologia e a ecologia (RIBEIRO 2007) também se utilizam em suas análises.

De acordo com SOUZA (2016) o conceito de paisagem se tornou polissêmico, estando atrelado a pintura, “a paisagem é uma *forma*, uma *aparência* [seu conteúdo] pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia” (p. 46).

Para Claval (2007),

A paisagem é na imensa maioria dos casos um produto não planejado da atividade humana. Nenhuma concepção estética global presidiu sua elaboração; a preocupação com a beleza só pode se exprimir na escala das edificações, dos jardins ou dos parques, mas só em alguns casos é aparente. (p. 315)

Mesmo que a paisagem não seja uma aparência produzida, seja por ideologia ou pela busca arquitetônica no sentido de estabelecer um produto, como ocorre no turismo, Claval (2007) mais adiante completa que

A partir do momento em que a paisagem torna-se um objeto de contemplação e é valorizada por razões estéticas, as relações com espaço mudam de natureza [...] o conjunto ou grandes porções da paisagem encontram-se valorizadas pela cultura (p. 315/6)

É justamente o que ocorre com a configuração da paisagem produzida a partir dos investimentos no turismo de sol e praia na orla de João Pessoa e das imagens produzidas desde o lançamento do Projeto Costa do Sol, tendo na atualidade o CECONJP.

Sem pretender esgotar as possibilidades de entendimento dessa categoria na geografia, mas considerando os aspectos de nossa pesquisa, pode-se sintetizar que a paisagem cristaliza as imbricadas relações socioespaciais como produto social que se insere na relação da imagem com o simbólico, de onde os elementos constituídos (naturais ou artificiais) estão na ordem do estético, que constitui uma “(...) necessidade de alimentar-se das imagens e dos signos multiplicados da vertigem da realidade e da história” (BAUDELAIRE, p. 27, 2008).

A produção do território turístico do atual Distrito do Turismo da Paraíba revela como “os atores hegemônicos da vida econômica, social e política podem escolher os melhores lugares para sua atuação e, em consequência, a localização dos demais atores é condenada a ser residual” (SANTOS, 2002 p. 204).

Esse espaço representado pela produção imagética e discursiva em torno do turismo constitui-se num “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações [em que] podemos reconhecer suas características analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo” (SANTOS, 2002, p. 22).

Completando as ideias acima Smith (1988),

A divisão territorial do trabalho foi, com efeito, fortemente influenciada pela diferenciação natural da Terra, ou mesmo apoiada nela. Mas com o surgimento ao capitalismo, não foi somente a própria sociedade, mas também a relação da sociedade com a natureza que se revolucionou. A divisão territorial do trabalho libertou-se cada vez mais de suas raízes na natureza, e na medida em que ela sobrevive é apenas mantida por uma nova base material. (p. 158)

O CECONJP, enquanto objeto, é um fenômeno criado dentro dessa lógica, numa necessidade sedutora para os turistas, de envolvê-los em um lugar para a criação de uma memória efêmera, superficial, que venha a constar em encartes ou fotografias de

viagens, sem que realmente se possa vir a conhecer as contradições sociais e espaciais fruto dos investimentos para o turismo.

Para Baudelaire (2008),

A prática dos signos é sempre ambivalente, tem sempre como função esconjurar, no duplo sentido do termo: fazer surgir para captar por signos (as forças, o real, a felicidade, etc.) e evocar algo para o negar e recalcar. Sabe-se que o pensamento mágico nos mitos procurou conjurar a mudança e a história. De certa maneira o consumo generalizado de imagens, de factos e de informações também se esforça por conjurar o real nos signos do real, por conjurar a história nos signos na mudança, etc (p. 24).

Em torno dessa questão da produção da paisagem recorremos a Sauer (1996):

A geografia baseia-se, na realidade, na união dos elementos físicos e culturais da paisagem. O conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas dos seus usos da área, em fatos de base física e fatos da cultura humana. (p. 29)

As imagens fotográficas que enaltecem a produção no espaço urbano, no sentido de espaço público, os cenários criados como um “produto turístico” evitam as contraditoriedades (Figura 22).

A criação de um campo simbólico socializado para significar, para justificar as decisões políticas dos agentes públicos, que, nas palavras de Orlandi (2007)

O homem está ‘condenado’ a significar. Com ou sem palavras, diante do mundo, há uma injunção à ‘interpretação’: tudo tem de fazer sentido (qualquer que ele seja). O homem está irremediavelmente construído pela sua relação com o simbólico” (p. 29)

Figura 22 – Centro de Convenções da Paraíba: CECONJP



Centro de Convenções Poeta Ronaldo Cunha Lima

FONTE: SECOM-PB, 2015

Para o filósofo e romancista francês Caucquelin (2007), ao analisar de forma artística a invenção da paisagem, o mesmo destaca a questão da criação das imagens destituídas de história, com a necessidade de seduzir o olhar. Assim afirma que:

Tomada exclusivamente no contexto da pintura, a paisagem se reduziria, pois, a uma representação figurada, destinada a seduzir o olhar do espectador, por meio da ilusão de perspectiva. A inesgotável riqueza dos elementos naturais encontraria um lugar privilegiado, o quadro, para aparecer na harmonia emoldurada de uma forma, e incitaria então o interesse por todos os aspectos da Natureza, como por uma realidade à qual o quadro daria acesso. (2007; p. 37)

A criação da paisagem como mercadoria em função de sua beleza cênica, está vinculada a subjetividade, em que cada ser percebe os elementos constituintes de acordo com seus próprios valores. De acordo com Costa (2014), “se a paisagem é material, por outro, sua função é a de alimentar o subjetivo” (p. 82).

As edificações que estão atreladas ao turismo se constituem de identidades simbólicas que representam necessidades de classes, principalmente, as classes de rendas privilegiadas que terão benefícios com as políticas públicas sedimentadas em novos parques ou, no caso em particular, do distrito turístico que passam a atrair novas dinâmicas produtivas, pois constitui um símbolo de poder, um imaginário coletivo, um discurso que se materializa e se reproduz na paisagem da cidade. Ou segundo Serpa (2014)

na cidade contemporânea, o parque público é um meio de controle social, sobretudo das novas classes médias, destino final das políticas públicas, que, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas (p. 21).

Dessa forma, esses signos, configuram uma nova paisagem. Nesse campo, Yáziqi (2001) lembra que a paisagem “é o conjunto de formas num dado momento e por isso mesmo algo que está sendo sempre refeito na mesma matriz” (p. 34). Assim, a criação de um território turístico com a finalidade de dinamizar o turismo de negócios e eventos, principalmente a partir de novas edificações, vai reduzindo a paisagem natural, que outrora era parte da identidade territorial, vai sendo substituída por novos signos, ao mesmo tempo que vai criando uma nova memória coletiva.

Para Claval (2007), a apreensão da paisagem a partir das “referências visuais identificáveis até o horizonte tornam-se essenciais e ganham um valor simbólico” (p. 190). A cidade vai se ressignificando, vai se modificando segundo as novas necessidades. No entanto, os novos valores simbólicos estão vinculados ao mercado turístico que levam ao “problema que se coloca para as cidades [que] é o da identidade paisagística, sem a qual a comunidade se empobrece – além de ser incômodo viver sem referencial” (YÁZIGI, 2001, p. 16).

As forças econômicas vão ao sentido da *artificialização* da paisagem da cidade, resguardando-se para o plano da cidade uma construção *sui generis*, com a busca de novos valores comerciais, pois o lugar tanto reflete uma lógica global quanto emana suas próprias características, configurando sua originalidade, mesmo que dentro de um sistema que busca a homogeneidade das atividades e do consumo.

Então, percebe-se que as decisões sobre a cidade ocorrem fora dela, podendo vir da escala internacional, nacional ou regional, mas que pode não refletir suas próprias necessidades. Desse modo, “os espaços de vida econômica e social de uns, não são

necessariamente os mesmos que os de outros [...] assim a centralidade também se segmenta” (SPOSITO, 2011 p. 140).

Ainda de acordo com Sposito (2011), destaca a ideologia dominante sobre o desenvolvimento estar apoiado no crescimento material, à medida que a humanidade cresce em número logo demandaria a expansão da produção para atender o consumo de bens e serviços. Isso justificaria, em parte, a ideia de desenvolvimento como forma de crescimento econômico. Dessa forma,

o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento (...) transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer entre outras (OLIVEIRA APUD CRUZ, 2010 p. 25).

A ação estatal, apoiada em organismos financeiros internacionais tais como o BID, transforma os países semiperiféricos em reféns da expansão de demanda, constituindo um novo ciclo de dependência econômica, antes com a expansão da atividade industrial, agora com a “indústria do turismo”, como evidencia Cruz (2003, p. 25): “o turismo é capaz de reorganizar sociedades inteiras para que ele possa acontecer. Nos territórios receptores de fluxos de turistas multiplicam-se infraestrutura relativas à hospedagem, que podem ser desde pousadas rústicas até hotéis de padrão internacional [...] e a multiplicação de equipamentos” ressignifica os objetos contidos no lugar.

Essa produção turistificada se insere na concepção de Althusser (1979) sobre a ideologia ser “mui esquematicamente um sistema (possuindo a sua lógica e o seu rigor próprio) de representações (imagens, mitos, ideias ou conceitos segundo o caso) dotado de uma existência e de um papel históricos no seio de uma sociedade dada” (p. 204).

A questão do conceito de lugar subjaz a subjetividade, um *espaço* das relações do vivido, das marcas e das identidades dos sujeitos, da história que se produz no lugar, justamente o que não se faz presente no território turístico. Que, primeiramente, até o momento, está incompleto em seus objetivos. Trata-se até aqui da edificação do CEECONJP, por enquanto, em que ele se faz presente no campo do simbólico, como uma representação futurista, no marketing e no discurso político, daí a contradição da análise no campo do *lugar*.

Algo como Augé (2012) trata de não lugares “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico. Um espaço que não pode se definir nem como

identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar”. Mais adiante, Augé completa que “o espaço do viajante seria, assim, o arquétipo do não lugar” (p. 73/81). O CECONJP é um arquétipo de modernidade para estar no olhar do viajante semelhante à vitrine; consumimos com admiração, pela monumentalidade, mesmo que desconexa para a sociedade não só de seu entorno.

No simbólico materializado pelas relações da constituição de um território turístico, configura uma *paisagem*, amplamente explorada pelo marketing, presente nos discursos de turistificação, atrelado a determinados aspectos culturais, como a gastronomia e determinadas festividades de cunho religioso. Ou a exploração da imagem de que o pessoense é acolhedor e de que a cidade é dotada de “verde”, de uma “cidade jardim”.

No que tange, por exemplo, as identidades culturais, o MTur (2006) vê a pluralidade da cultura como possibilidade para o turismo “estruturar novos produtos diferenciados”. Brito (2004), em pesquisa de dissertação de mestrado sobre as manifestações culturais na região metropolitana de João Pessoa e a sua relação com o turismo, constatou que quando grupos folclóricos típicos do lugar se apresentam com finalidade específica para o turismo, pode acarretar em descaracterização, principalmente promovido pelo

Estado, o que já se configura como um agente causador da descaracterização cultural. Isto se afirmou quando foi possível constatar que ambos os eventos convidaram os grupos para se apresentar, em primeiro lugar, fora do seu período habitual de encenação (mas que atendeu ao calendário turístico) e fora da sua comunidade de origem. Todos os grupos se apresentaram em locais tipicamente turísticos e de marcada presença da população de maior poder aquisitivo. (p. 72)

Essa interferência pode levar a determinadas escolhas do que pode ou não ser representativo do folclore e da cultura, criando um produto específico, modificando comportamentos e tradições.

Um território turístico tem essa força transformadora, à medida que determinados aspectos do lugar são convenientemente escolhidos pelos promotores e agentes de turismo, que com seus catálogos mostram imagens de um lugar, que para o autóctone, parece outro.¹¹⁸ Para Ferrara (1993) enquanto texto não-verbal, a cidade deixa de ser vista como espaço abstrato das especulações projetivas, sociológicas ou econômicas para ser apreendida como espetáculo, como imagem” (p. 20).

¹¹⁸ Cf. Anexo nº 43

O CECONJP se insere na produção da paisagem arquitetônica, na busca de uma espécie de equilíbrio entre os elementos próprios do lugar com a estética simbólica que o objeto construído representa, sem ter que necessariamente refletir as contradições decorrentes de sua criação.

Figura – 23: CECONJP: maquete digital



FONTE: SEPLAN, 2006. 1. Torre e Mirante, 2. Feiras e Exposições, 3. Teatro Pedra do Reino, 4. Centro de Congressos

A área total do Centro de Convenções compreende cerca de 42 hectares, com uma área total edificada de 48,6 mil m². Segundo o Governo do Estado, representa um dos maiores espaços construídos com a finalidade para feiras e exposições, além do Teatro para realização de espetáculos. O CECONJP é constituído por quatro grandes blocos de edifícios: 1. Torre tem altura máxima de 64 m, do solo até o piso do Mirante são 55,08 m. No Mirante, é possível ter uma visão em 360°. Ao nível do piso está o Atrium, que é o ponto de encontro das passarelas cobertas que seguem para o Teatro Pedra do Reino e para o Centro de Exposições. No segundo piso da Torre, localiza-se a área de administração e segurança. E a 7,48 m acima do solo está localizado um restaurante com cozinha industrial, com um salão para até 94 mesas. 2. Feira de Exposições e Eventos possui 19.346 m² de área construída e coberta. Conta ainda com lanchonete, local para 32 mesas coberta e 40 mesas no deck descoberto. 3. Teatro A Pedra do Reino, com 11.763,00 m², sendo 440 m² destinados ao fosso da orquestra, possui 3.042 lugares com 3029 poltronas. 4. Centro de Congressos, com 13.642 m², foi instalado em um lago artificial com 60 cm de profundidade. A administração do CECONJP está instalado neste bloco.

É a arte planejada para atender um produto de consumo (Figura 24), mesmo que não venha acompanhado pela realização dos cidadãos, que podem não estar plenamente conscientes das consequências do investimento e de que forma ele os atinge, positiva ou

negativamente, atravessado pelo discurso do progresso e do desenvolvimento. São bens materializáveis no território e cristalizado na paisagem.

Uma força de atração para o olhar, evidenciada pelo esplendor das formas, da dimensão e do símbolo de prosperidade. Um cenário criado para a promoção de um “produto turístico” que apaga da memória as áreas de conflito. O ardor diário daqueles que estão na conflitualidade sem emprego, renda, em que muitos estão vivendo em moradias precárias e carentes de infraestrutura. Dos sujeitos que estão no circuito inferior da economia e que estão dependes da insegurança do cotidiano.

E que muitos aprenderam uma espécie de hino da cidade que traz vários dos elementos simbólicos com os quais o turismo turistifica a cidade de João Pessoa:

Compositor: Flávio Eduardo "fubá" / Mercury¹¹⁹

Somos a porta do sol

Deste país tropical

Somos a mata verde, a esperança

Somos o sol do extremo oriental

A lua fez um poema

Nas palhas do coqueiral

Eu escrevi seu nome nas areias

No coração do extremo oriental

A luz do interior

Brilhou lá na capital

E clareou o céu na Borborema

No Cariri do extremo oriental

Salve o sertão, o brejo, a Borborema

Que vem saudar o extremo oriental

O calor do verão chegou pra te abraçar

Essa alegria é beira de mar

¹¹⁹ Porta do Sol <<https://www.vagalume.com.br/renata-arruda/porta-do-sol.html>> Acesso 10 ago. 2017

FIGURA 24 – A produção estética como expressão do lugar

A conflitualidade na produção do lugar, do viver e produzir o cotidiano.

A grande pirâmide invertida, como um farol acima de todos os níveis do lugar.

“Imaginei a vista fantástica que teríamos daquele local, inclusive com o nascer do sol no mar e o pôr do sol no continente”

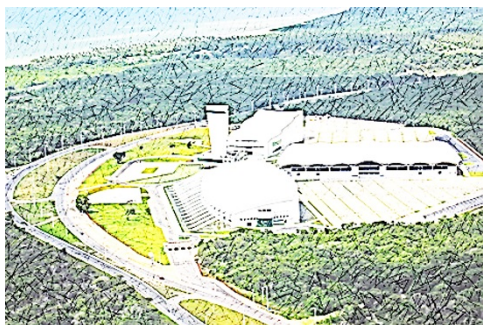
Arquiteta do Projeto
Isabel Caminha

A “cidade verde” como símbolo de sustentabilidade

“É a Carta de Alforria!”
Gov. Ricardo Coutinho



Elaborado pelo autor



Considerações finais

“O poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso.”

Marcelo Lopez de Souza

Analisar as estruturas econômicas das cidades não é tarefa fácil, visto a multiplicidade de novas dinâmicas econômicas que surgem, e o turismo tem acelerado as transformações da paisagem urbana de João Pessoa numa incrível velocidade.

Tomando como exemplo a orla marítima da cidade, onde até as décadas de 1950 a 1960 haviam, principalmente, moradias, hoje há uma miríade de novos empreendimentos imobiliários e comércios de toda ordem para atender a uma demanda de consumo do turista. E muitas dessas moradias, na atualidade, estão sendo substituídas por novos hotéis, e apart hotéis, restaurantes e lojas de *fast food*.

A ampliação dos serviços correlatos ao turismo tem ampliado a capacidade econômica da cidade, atraindo investimentos e consumidores, tem ampliado o léxico discursivo empregado pelos agentes públicos e os empreendimentos imobiliários com fins de atender a demanda de hospedagem.

Dessa maneira, buscamos analisar os enunciados sobre o turismo de negócios e eventos sem perder de vista a construção social do turismo de sol e praia, gênese do núcleo de turistificação do território de João Pessoa. Com isso, pode-se considerar que a matéria-prima de nossa pesquisa foram os discursos políticos que recaem na construção do CECONJP como forma de induzir os investimentos, tendo esse empreendimento como símbolo de prosperidade e modernização da cidade.

Os agentes produtores desses discursos de turistificação se filiam à égide do desenvolvimentismo, considerando os aspectos econômicos como solução para uma crise econômica que envolve desemprego, redução da arrecadação tributária, progresso material da cidade, ou ainda, uma forma com a qual o Estado reduz seu déficit e endividamento público.

Para compreender a formação desses discursos, levamos em conta parte do processo histórico em que tais enunciados foram sendo elaborados e dispostos nos meios de difusão em momentos distintos, se iniciando nos jornais impressos até atingir o momento em que a mídia eletrônica (essa sim mais rápida, dinâmica e que atinge um maior público) passou a ser dominante.

Entretanto, cabe ressalvas com relação ao emprego das informações contidas na mídia eletrônica, visto que houve pouco tempo com o qual dispúnhamos para compilar os dados presentes nos sítios eletrônicos das instituições que lidam com o ACT's – principalmente com as autarquias públicas, como PBTUR e SECOM, onde a primeira tem poucas informações sobre o turismo na cidade e a segunda serve mais como apêndice do jornal oficial, reproduzindo, na maior parte das reportagens analisadas, o que já estava no jornal impresso.

Sendo assim, algumas lacunas ficam abertas, que poderiam ser melhor preenchidas com outras formas de levantamento de dados, como, por exemplo, as ferramentas de busca por roteiros/destinos turísticos muito comuns na forma de aplicativos para smartphones, onde as avaliações realizadas pelos turistas (que já estiveram na cidade) poderiam alicerçar como as imagens produzidas pelos agentes econômicos estariam sendo percebidas como “produto” para esse tipo de consumo.

Para ampliação da pesquisa, poder-se-ia considerar os perfis de cada gestor estadual que estiveram à frente dos principais investimentos no setor de turismo, negócios e eventos, além de uma melhor análise político-partidária, correlacionando as ideologias dos programas partidários e a implementação de políticas com maior ou menor presença do Estado.

Outra situação constatada está no “silêncio” no não dito em determinados períodos, principalmente com as gestões de Ronaldo e Cassio Cunha Lima, cujos discursos relacionados ao turismo de negócios e eventos não apresentaram a mesma frequência que os governos de Ivan Burity, José Maranhão e Ricardo Coutinho.

Esse silêncio pode ser entendido não como forma de o gestor se abster de sua posição política, como aquele que toma as decisões, mas estar nessa posição já seria suficiente o silêncio como manutenção daquilo que já estava previamente consolidado, ou seja, o preconstruído se mostra na forma de silêncio e, de acordo com aquele que o percebe (principalmente os agentes do mercado imobiliário), age dentro do quadro outrora estabelecido.

Em linhas gerais, nossa pesquisa buscou compreender como os discursos de turistificação levaram à criação de um território turístico na Cidade de João Pessoa, apoiado em determinadas imagens sobre a cidade, como forma de justificação dos investimentos, particularmente, em infraestrutura e na tentativa de consolidar um polo turístico.

A cidade de João Pessoa está presente nos discursos dos gestores e de outros agentes ligados ao turismo de maneira categorizada como um produto, uma mercadoria a ser ofertada para o turista, onde as próprias deficiências de infraestrutura estão ausentes nos enunciados, como se fossem uma negação dentro desse território turistificado, como exemplo, a comunidade do Aratú no Bairro Costa do Sol que é vizinho ao empreendimento, mas que não aparece nos discursos, a comunidade está lá, na sua espacialidade, mas é uma exterioridade do processo de desenvolvimento, por isso está no silêncio dos enunciados.

E, assim, a construção de uma cidade espetáculo vem sendo criada, mais na forma simbólica do que na materialidade do espaço urbano, onde há bairros que concentram a infraestrutura e em outros há carência de praças, calçamento de ruas e saneamento, bem

evidenciado na orla marítima que concentra a rede hoteleira - muito embora em outros bairros, como o Centro e Varadouro e em outras partes mais periféricas, possuem pequenas pousadas (e motéis) que não constam no CADASTUR, dificultando sua localização pelos meios de busca em aplicativos e sítios eletrônicos.

Além disso, com a AD foi possível constatar como os agentes públicos empregam analogias como forma de justificar os investimentos na produção do território turistificado, principalmente comparando a capital com outras cidades que decidiram investir no setor, como foi o caso de Salvador - BA, Recife - PE, Fortaleza - CE, na Região Nordeste, e outros momentos comparando com cidades ibéricas, principalmente portuguesas e espanholas, sem que os dados fossem apresentados pelos gestores em seus enunciados.

Constatamos que os discursos de turistificação mantêm outros silêncios, como a criação de uma infraestrutura que ultrapassa a própria demanda, como por exemplo, espaços para realização de feiras (principal componente da modalidade de turismo aqui investigada), tendo forte participação de agentes privados que não são, necessariamente, investidores da rede hoteleira, mas que contam com espaços destinados à realização de feiras e congressos, com destaque para o Espaço Gospel e o Centro de Convenções Cidade Viva, neste último com capacidade para 1,5 mil pessoas.

Esses ambientes privados competem com a construção do CECONJP e põem em risco os investimentos públicos, uma vez que esvazia esse equipamento, já que excede a demanda por feiras e congressos, mantendo-o em ociosidade e onerando o ente público com manutenção.

Concomitante ao discurso de crise, que se mostra contraditório à construção de um polo turístico como forma de sair da crise, mesmo quando o equipamento público está subutilizado, está o núcleo metadiscursivo como forma de simplificar as condições de produção dos enunciados que envolvem os investimentos do turismo como fator redentor para a economia.

Os discursos de turistificação da Cidade de João Pessoa, tendo o Polo Turístico como núcleo metadiscursivo, vêm ressignificar tal atividade que outrora atrelava-se ao turismo de sol e praia para um turismo de negócios e eventos, criando um novo inconsciente coletivo que seja capaz de se firmar sem críticas, sem análises mais apuradas, levando em conta as inversões do Estado, a participação direta privada nos investimentos e na receita tributária diretamente agregada ao PIB e como o retorno se dá em serviços públicos para a população.

Além disso, a ação de organismos supranacionais, tais como o BID, que elaboraram planos de investimentos para diversos países latino-americanos, orientando-os a investir

priorizando o turismo, como ocorreu na formulação do PRODETUR-NE que, através do BNB, realizou os principais aportes financeiros na Capital paraibana com a prerrogativa de melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida da população.

Destarte, o turismo vem se tornando uma atividade com abrangência global comparada a atividade industrial. Segundo dados da OMT (2015), em 2015 houve mais de 1,184 bilhão de turistas no mundo - um aumento de 4,4% em relação ao ano anterior, e gerou aumento de 10% do PIB global.

Ainda de acordo com OMT, a maior parcela desse turismo global se mantém concentrado regionalmente na Europa (609 milhões de turistas), seguido pela Ásia e Pacífico (278 milhões de turistas) e América (191 milhões de turistas). Destacando-se, individualmente, França e Estados Unidos.

Além desses números, o turismo já é visto como a terceira maior responsável pelo volume de exportações no mundo, perdendo apenas para petróleo e derivados e produtos químicos.

Consubstanciando esses dados, está a questão das oportunidades das ocupações para as pessoas, entre direta e indiretamente empregadas, que somam mais de 1 bilhão de postos de trabalho.

Esse conjunto de dados tem uma força discursiva capaz de alavancar investimentos em diferentes lugares do planeta para desenvolver produtos e serviços, criando cidades simulacros para o visitante, ao mesmo tempo, que torna os países, outrora dependentes de investimentos industriais, ou ainda, de investimentos para “produzir atrativos”, ou seja, uma lógica ampliada de demanda para o consumidor turista.

O Brasil vem, como vimos, regulando o setor desde a década de 1930. Todavia, é na falência da capacidade do Estado em manter um modelo de expansão industrial na lógica fordista que o país passou a adotar políticas específicas para o setor, estimulando, inclusive, a criação de autarquias estaduais para dinamizarem o setor e criarem seus próprios produtos.

Surgiram assim variados territórios turistificados pelo Brasil, mas que no Nordeste está atrelado ao turismo de sol e praia, fator decisivo para o emprego do marketing, tendo em vista que o turista a ser conquistado seria originário dos países temperados. Isso levou a uma nova divisão internacional do trabalho, antes baseado em gêneros primários e semi-industrializados, para agora criar demanda por turistas através de territórios turísticos artificializados.

A lógica desse modelo de indução do turismo é semelhante ao que ocorreu com o ciclo industrial: fazer crescer o PIB, aumentar o volume de bens e serviços exportáveis,

buscar um equilíbrio na balança de pagamentos internacionais, como forma de desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, o turismo se insere como bens e serviços exportáveis para o país, e entra na contabilidade das transações entre o mercado interno e externo. Todavia, o saldo tem sido deficitário - por exemplo, segundo o BC¹²⁰, entre janeiro a maio deste ano o saldo foi negativo em US\$ 4,613 bilhões, e até dezembro de 2017, o saldo foi negativo, próximo de US\$ 12,5 bilhões.

É mister, considerar uma leitura mais apurada dos dados disponibilizados, principalmente quando se cruzam as informações contidas na plataforma do IPEA, que coleta dados da CAGED e da RAIS, para dimensionar com mais clareza o impacto do turismo na geração de empregos formais, que na Paraíba constitui a menor parcela dos empregos.

Contudo, desde a década de 1980 que os discursos de turistificação de João Pessoa se apoiam nessa sensível questão social, que é a geração de empregos e de renda, sendo que das ACT's, os melhores rendimentos estão entre os trabalhadores do setor aéreo, enquanto que a maior massa empregada (ocupada) está entre as atividades de alimentação e alojamento com menores rendimentos (e ainda há a questão da diferença salarial entre homens e mulheres).

Desde o lançamento do Projeto Costa do Sol que os investimentos vêm se ampliando no turismo de negócios e eventos. Porém, os dados de 2016 (PBTUR) dizem que apenas 30,22% dos brasileiros que se hospedaram na Capital paraibana disseram que o motivo foi por *negócios*, enquanto que *convenção* foi 5,99%, *turismo de sol e praia* correspondeu a 49,17%, percentuais semelhantes aos cinco anos anteriores, o que nos permite dizer que ainda é predominante a hospedagem na capital em torno do turismo de sol e praia.

Poderíamos incluir na análise espacial que envolve os grandes investimentos em infraestrutura para congressos e eventos, o estímulo à *guerra dos lugares*, uma vez que, ao surgir um novo empreendimento, surge também uma disputa para sediar eventos, e outras administrações municipais nordestinas já anunciaram investimentos em novos centros de convenções ou ampliação dos já existentes¹²¹.

A relevância deste trabalho se realiza em buscar compreender, não só aquilo que se diz, mas *como se diz*, para *quem* e *que agentes* estão envolvidos na produção dos sentidos e significados dos discursos, em que, numa leitura mais descuidada, pode parecer que o agente

¹²⁰ Brasileiros: gastos de brasileiros no exterior sobem 34% e atingem US\$ 1,496 bilhão em maio. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-06/brasileiros-gastam-us-1496-bilhao-em-maio-no-exterior>>. Acesso 15 ago. 2017

¹²¹ Os Estados de Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Norte entre 2015 e 2016 anunciaram construção ou ampliação de seus centros de convenções e negócios.

público está informando a sociedade, quando na verdade, está atendendo aos pleitos do poder privado, genericamente intitulado de *trade turístico*.

Enfim, empregamos a perspectiva semiolinguística da AD, não porque tratamos do discurso em *si*, mas como conjunto de signos e práticas que determinaram as ações dos agentes envolvidos, ou melhor, uma materialização das “palavras” e das “ideias” no espaço, constituindo uma formação ideologizada sobre o turismo que levou a construção do CECONJP, na sua forma de *monumento*, como projeção final da produção de um cenário, de uma paisagem turistificada.

Como disse Cruz (2010), “O turismo é uma prática social e uma atividade econômica, que no mais das vezes, se impõe aos lugares, mas ela não se dá sobre uma *tabula rasa*, sobre espaços vazios e sem donos” (p. 23).

A abordagem sobre o turismo deve considerar a multidimensionalidade da atividade, que envolve o lazer, os negócios, congressos, montanhismo, o esoterismo, os intercâmbios culturais e tantas outras demandas que forem criadas na atual sociedade de consumo.

Levar em conta não só os aspectos geográficos do território, associando as análises econômicas, do direito, e principalmente no que se refere ao direito à moradia, entender as relações de poder entre os grupos hegemônicos e os aparelhos do Estado, tendo em vista uma produção social do espaço, por consequência do lugar, em que as relações entre os sujeitos não parem na percepção sociológica da produção do belo, de uma paisagem criada para atender ao consumo de uma cena criada, de uma beleza cênica.

O estudo do turismo requer mais investimento na criação de uma ampla base de dados, que realmente consiga identificar a criação de um território turístico que seja inclusivo, que não fique apenas no campo simbólico, reduzindo as desigualdades e respeitando as diferenças. De um turismo que não realoque os sujeitos por não se inserirem na nova lógica que se instala, sem que o “novo” substitua o “antigo”, para que este também seja considerado.

Fazer acontecer um turismo menos predatório, que não empregue apenas na retórica a concepção preservacionista de uma natureza como elemento com o qual se faz negócio.

Pensar o turismo que não crie novas identidades nos sujeitos do território, como alegorias para o turista, como no caso apontado por Brito (2004) a respeito das tradições que vão sendo modificadas para um propósito comercial, ou ainda, quando os moradores que estão no limiar do território turístico convivem na conflitualidade, ameaçados de expulsão pelo Estado, por não condizerem com o território artificializado. A produção de uma *cultura*

para o consumo, que amplia a expropriação do trabalhador, muitas vezes em relações precarizadas, como se fosse apenas uma exterioridade da expansão dessa mais valia.

Que seja possível uma maior integração entre a Universidade (curso de graduação e pós-graduação) que produz relevante conhecimento sobre o setor turístico, que pode auxiliar na orientação de políticas estatais para além da produção do espaço (e do lugar) para o consumo turístico, mas que considere as gêneses de territorialidades dos sujeitos que lutam por melhores condições de moradia, empregos, e principalmente, de que o lugar onde se encontram sejam reconhecidos como seus, seus produtores reais, e que precisam do Estado, tanto quanto os investidores privados precisam de investimentos e recursos financeiros (além de subsídios e prazos de “carências tributárias”).

Há de se considerar os novos rumos das leis trabalhistas, que pode comprometer a ascensão do turismo de massa, que nos últimos 10 anos estava surgindo no país um turismo para as consideradas “classe C e D”, mas que, com o dismantelamento dos empregos formalizados, põe na berlinda essa modalidade de turismo, visto que o turista precisa de “tempo” ou “ócio” remunerado.

Por fim, que seja possível ao turismo local criar uma rede de relações socialmente inclusivas, por exemplo, à Comunidade do Aratú, não apenas como força de trabalho potencial, mas como seres do lugar, na sua territorialidade, que lá estão, quase invisíveis ao turista, mas fazem parte da história e da paisagem do distrito turístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEOC Disponível em: <<http://www.abeoc.org.br/2015/01/setor-de-eventos-corporativos-contabiliza-590-mil-eventos-em-todo-pais-movimenta-r-209-bilhoes-e-gera-milhares-de-empregos/>>. Acesso em 13 jun. 2016

ANDERY, Maria Amália Pie Abid & SÉRIO, Tereza Maria de Azevedo Pires et al., Há uma ordem imutável na natureza e o conhecimento a reflete: Auguste Comte (1798-1857) In: ANDERY, Maria Amália Pie Abid et al, **Para Compreender a ciência: uma perspectiva histórica**, 6ª ed., ed. ampl., Rio de Janeiro: Espaço e tempo: São Paulo: EDUC, 1996

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do Território no Brasil**, 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 2004

AUSTIN, J. L. **Quando Dizer É Fazer**: palavras e ação, Porto Alegre: Artes Médicas, 1990

ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**, Rio de Janeiro: Zahar, 1979

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. (trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro, 2 ed. Rio de janeiro: Edições Graal, 1985

ALVAREZ, Jose Estabanez. **Consideraciones sobre la Geografia de la percepcion**, Paralelo 37, n. 1, 1977 pp. 5-22

ARENDT, Hanna. **O que é política?**, 3ª ed., (org. Ursula Ludz), Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002 (Ebook)

ARENDT, Hanna. **A condição humana**, 10ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

ARENDT, Hanna. **Da violência**. Rio de Janeiro: Dumará, 1994

AUGÉ, Marc. **Não Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade, (trad. Maria Lúcia Pereira) 9ª ed., Campinas, SP: Papirus, 2012

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras Incertas**: as não coincidências do dizer, Campinas, SP: Unicamp, 1998

AZEVEDO, Sergio de. Políticas Públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação In: JUNIOR, Orlando Alves dos Santos, CHRISTOVÃO, Ana Carolina & NOVAES, Patrícia Ramos (orgs.) **Políticas públicas e direito à cidade**: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais / - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 12ª ed., São Paulo: Hucitec, 2006

BARBOSA, Adauto Gomes. **Turismo e produção do espaço litorâneo**: modernização e contradições socioespaciais em João Pessoa – PB, Cadernos do Logepa, v. 6, n. 1, pp. 58-75, jan./jun. 2011 <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/logepa/article/view/10890>>. Acesso em: 04 fev. 2017

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011

BAUDELAIRE, Jean. **A sociedade de consumo**, reimp., Lisboa: Edições 70, 2008

BECKER, Bertha K. **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira**, v. 3, Brasília-DF, 1997

BECKER, Bertha K. **Políticas e planejamento do turismo no Brasil**, Caderno Virtual de Turismo, Vol. 1, N° 1 (2001) Disponível em <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/2/1>>. Acesso 17 de mar. 2017

BENVENISTE, **Problemas de Linguística Geral**, São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976

BOBBIO, Norberto, **Dicionário de política I** - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BONNAFOUS, Simone & TOURNIER, Maurice. Analyse du discours, lexicométrie, communication et politique. In: **Langages**, vol. 29, n. 117, p. 67-81, 1995 Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1995_num_29_117_1706>. Acesso 30 jul. 2013

BOULLON, Roberto C. **Planification del espacio turístico**, 4ª ed., México: Trillas, 2006

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002 pp 7-16

BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. In: **Economia das trocas simbólicas**, 6ª ed., 1ª reimp., São Paulo: Perspectiva, 2007 pp. 99-182

BRAIT, Beth & SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília (orgs.) **Texto ou Discurso?** São Paulo: Contexto, 2012

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Linguagem** - Estudos e Pesquisas Vol. 15, n. 01, p. 171-182, jan/jun 2011 <<https://www.revistas.ufg.br/lep/article/viewFile/32465/17293>>. Acesso em 10 jun. 2017

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural**: orientações básicas, 3ª ed., 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_

publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf >. Acesso em: 19 jun. 2017

BRASIL. Ministério do Turismo. Classes C e D, um novo mercado para o turismo brasileiro: **Relatório Final**, Análise de Dados da Pesquisa Quantitativa e Qualitativa, Data Popular, 2008 Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Classes_C_D_novo_mercado.pdf > Acesso em: 27 mai. 2017

BRASIL. Lei n. 3.795, de 2 de agosto de 1960. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=86756&norma=113012>>. Acesso em 22 mai. 2017

BRASIL. Decreto n. 60.224, de 16 de fevereiro de 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60224-16-fevereiro-1967-400926-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 abr. 2017

BRASIL. **Turismo no Brasil:** 2011-2014. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf> Acesso: 06 de ago. 2016

BRASIL. Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm> Acesso: 22 de jun. 2016

BRASIL. Decreto-lei n. 1.191, de 27 de outubro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1191.htm> Acesso: 05 de jul. 2016

BRASIL. Decreto-Lei n. 406, de maio de 1938. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso 10 ago. 2017

BRASIL. Decreto-Lei n. 1.915, de 27 dezembro de 1939. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso 10 ago. 2017

BRASIL. Decreto-Lei 2.440, de julho de 1940. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2440-23-julho-1940-412448-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso 10 ago. 2017

BRASIL. Decreto Lei n. 55, de 18 de novembro de 1966. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0055.htm>. Acesso 10 ago. 2017

BRASIL. Lei n. 1.191, de 27 de outubro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1191.htm>. Acesso em 10 ago. 2017

BRASIL. Lei n. 6.505, de 13 de dezembro de 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6505.htm>. Acesso em 10 ago. 2017

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.294, de 21 de novembro de 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del2294.htm>. Acesso em 10 ago. 2017

BRASIL. Lei n. 8.031, de abril de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm>. Acesso em 10 ago. 2017

BRASIL. Lei nº. 8.181, de março de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8181.htm>. Acesso em 10 ago. 2017

BRASIL. Decreto Federal n. 6.514, de 22 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm>. Acesso em 10 abr. 2016

BRASIL. **Pesquisa de Serviços de Hospedagem** 2011, municípios das capitais, regiões metropolitanas das capitais e regiões integradas de desenvolvimento, Rio de Janeiro: IBGE, 2012 Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=258499>> Acesso: 22 de jun. 2016

BRASIL/BNB. **Avaliação do Prodetur NE-I-PB**, 2005. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/291037185/Relatorio-Final-Prodetur-NE-I>>. Acesso em 09 out. 2015

BRASIL. Ministério do Turismo. **Pesquisa anual de conjuntura econômica do turismo**, FGV Projetos. 12.ed., Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2016.

BRITO, Bruno Dantas Muniz de. Massificação cultural promovida pelo Turismo In: **As manifestações culturais e sua relação com o turismo na Grande João Pessoa**. João Pessoa: UFPB, 2004 pp. 71-79 (Dissertação de mestrado apresentado ao programa de pós-graduação em Turismo)

CABRITA, Silvia de Jesus dos Santos. **O Turismo no Território e no Planeamento Territorial**: estudo de caso – o concelho de Faro, 2012 (Dissertação de mestrado apresentado na Faculdade de Economia, Universidade do Algarve)

CAPEL, Horacio. El desarrollo de los estudios de morfología urbana: hacia una convergência interdisciplinaria. In: **La morfología de las ciudades**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002; pp. 19 - 66.

CAPEL, Horacio. **Filosofía y Ciencia em La Geografía contemporánea**: una introducción a la Geografía. Barcelona: Barcanova, 1981

CAPEL, Horácio e URTEAGA, Luis. **Las nuevas geografías**. Madrid, Aula Abierta Salvat, 1984.

CAPEL, HORACIO. **Percepcion del médio y comportamiento geográfico** <<http://www.raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/view/45873/56665>>. Acesso em 10 jul. 2017

CARLOS, Ana Fani Alexandre. A cidade como negócio In: **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. pp. 112-124

CARLOS, Ana Fani Alexandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994

CARLOS, Ana Fani Alexandre (org.) **Crise Urbana**, São Paulo: Contexto, 2015

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar No/Do Mundo**. Edição Eletrônica/ Labur São Paulo, 2007 Disponível em: <http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf> Acesso: 14 de dez. 2013

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição e o imaginário: primeira abordagem In: **A instituição Imaginária da sociedade**. (Trad. Guy Reynaud), 5ª ed., Rio de janeiro: Paz e Terra, 2000. pp. 139-200

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

CAUCQUELIN, Anne. **A Invenção da Paisagem**. São Paulo: Martins, 2007.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti & ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti, **Discurso e ideologia**: reflexões no campo do Marxismo estrutural. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v. 32, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/6958>>. Acesso 30 jul. 2013

CHARAUDEAU, Patrick. Une analyse sémiolinguistique du discours. In: **Langages**, vol. 29, n. 117, p. 96-111, 1995. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1995_num_29_117_1708>. Acesso 30 jul. 2013

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso**: modos de organização (Trad. Angela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado), 2ª ed., 2ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2014

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo, SP: Contexto, 2005

CHARADEAU & MAINGHENEAU, **Dicionário de análise do discurso**, 3ª ed., 1ª reimp., São Paulo: Contexto, 2014

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**, 2ª ed., 3ª reimp., Contexto, 2015

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**, 3ª ed., Florianópolis: Ed. UFSC, 2007

COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo**, Martins Fontes 1990 p. XXI

COSTA, Wanderley Messias da. O discurso geopolítico. In: **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e poder**, 2ª ed., 2ª reimpr., São Paulo: Edusp,

COURTINE, Jean-Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. In: **Langages**, 15^e année, n° 62, 1981. Analyse du discours politique, le discours communiste adressé aux chrétiens pp. 9-128 Disponível em: < http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1981_num_15_62_1873 >. Acesso em 29 jun. 2016

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**, 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: COSTA, Jean Henrique & SOUSA, Michele de (orgs.) **Política de turismo e desenvolvimento: reflexões gerais e experiências locais**. Mossoró, RN: Fundação Vingt-um Rosado, 2010 pp. 15-38

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20100729092737/19cruz.pdf>> Acesso em 20 mai. 2017

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo**, 2ª ed., São Paulo: Roca, 2003

CRUZ, Políticas públicas de turismo no Brasil: **Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado**, In: Geosul, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 27-43, jul./dez. 2005 Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13234/12254>> acesso 19 mar. 2017

DANIEL, Celso. Governo local e reforma urbana num quadro de crise estrutural. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos Santos (orgs.) **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**, 2ª ed., São Paulo: Civilização Brasileira, 1994 pp. 291-308

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Efeitos do PRODETUR na Reestruturação do Espaço, In: **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Incorporação Do Lado Mar À Geografia Das Metrópoles Nordestinas, In: Boletim. Goiano de Geografia, Goiânia, v. 35, n. 3, p. 380-396, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/38830>> Acesso: 22 de mai. 2016

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Imaginário Social Nordeste e Políticas de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro, In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N° 22, p. 09-30, 2007. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp22/Artigo_Eustogio.pdf> Acesso: 22 de mai. 2016

DOSSE, François. **Hystory of struturalism: the rising sign** (1945-1966), vol I, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997a

DOSSE, François. **Hystory of struturalism: the sign sets** (1967-present), vol II, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997b

DOSSE, François. **A história**. Bauru, SP: EDUSC, 2003

DURKHEIM, Emile. **Ética e Sociologia da Moral**. 2ª ed., São Paulo: Landy, 2006

EAGLETON, Terry. **Ideologia. Uma introdução** (trad. Silvana Vieira, Luís Carlos Borges), São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997

EVENTOS BRASIL, Revista da Associação Brasileira de Empresas de Eventos, nov., 1ª ed., 2014 Disponível em< <http://www.abeoc.org.br/revista/>>. Acesso em 25 jul. 2017

EVENTOS BRASIL, Revista da Associação Brasileira de Empresas de Eventos, jun, 5ª ed., 2016 Disponível em<<http://www.abeoc.org.br/revista/>>. Acesso em 25 jul. 2017

FERNANDEZ, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios In: SAQUET, Marcos Aurelio & SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**, 1ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2009 pp. 197-216

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. **Leitura sem palavras**, São Paulo: Ática, 1993

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil**. Revista Letras, n. 27, p. 39-46, dez. 2003 Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11896>>. Acesso 30 jul. 2013

FILHO, Oswaldo Bueno Amorim. **A Pluralidade da Geografia e as Abordagens Humanistas/Culturais**. <<http://www.neer.com.br/anais/NEER-1/mesas/oswaldo-mesa.pdf>>. Acesso 08 jul. 2017

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**, São Paulo: Ed. Ática, 1996

FOUCAULT, Michel. **Estética, literatura e pintura, música e cinema**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 (org. Manoel Barros de Motta – Ditos e escritos III).

GADET, Françoise & HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma contribuição à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

GALDINO, Letícia Cristina Fernandes & Costa, Michele Leandro da. Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade, In: **Observatório de Inovação do Turismo**, v. 6, n. 4, p. 1-24, set. 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/view/5815/4526>> Acesso: 22 de ago. 2016

GOMES, Paulo Cesar da Costa. A evolução do racionalismo moderno e o pensamento da natureza. In: **Geografia e Modernidade**, 4ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 2003 pp. 67-92

GUIRADO, Marlene. **Psicanálise e análise do discurso**: matrizes institucionais do sujeito psíquico, São Paulo: Summus, 1995

HAESBAERT, Rogério. Modernidade simbólica e concreta. In: **Territórios Alternativos**, São Paulo: Contexto, 2002 pp. 61-75

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**, 2ª ed., São Paulo: Annablume, 2006

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do século XX. In: **Condição pós-moderna**, 17ª ed., São Paulo: Ed. Loyola, 2008 pp. 115-184

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo, São Paulo: Boitempo, 2011

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso, São Paulo: Unicamp, 1992

HOBBSBAWM, Eric. Os anos dourados. In: **Era dos extremos**, 2ª ed., 33ª reimp., São Paulo: Cia das Letras 2006

IBGE. **Anuário Estatístico do Turismo 2014**, vol. 41, ano base 2013 Disponível em: <http://www.dadosdefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosdefatos/anuario/downloads_anuario/Anuario_Estatistico_de_Turismo_-_2014_-_Ano_base_2013_Dez2014.pdf> Acesso: 22 de jun. 2016

IBGE. **Anuário Estatístico do Turismo 2015**, vol. 42, ano base 2014 Disponível em: <http://www.dadosdefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosdefatos/anuario/downloads_anuario/Anuario_Estatistico_Turismo_2015_Ano_base_2014_Divulgacao_2.pdf> Acesso: 22 de jun. 2016

IBGE. **Anuário Estatístico do Turismo 2015**, vol. 43, ano base 2015 Disponível em: <http://www.dadosdefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosdefatos/anuario/downloads_anuario/Anuario_Estatistico_de_Turismo_2016_Ano_base_2015_Excel.pdf> Acesso: 22 de jun. 2016

IBGE. **Economia do Turismo**: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009, Estudos e Pesquisas Informação Econômica número 18, Rio de Janeiro: IBGE, 2012 Disponível em: <http://www.dadosdefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosdefatos/outros_estudos/estudos_ibge/downloads_estudos_pesquisas_IBGE/Estudo_Economia_do_Turismo_x_Uma_Perspectiva_Macroeconomica_-_2003-2009.pdf> Acesso: 22 de jun. 2016

IBGE. **Anuário Estatístico do Turismo 2017**, vol. 44, ano base 2016 Disponível em: <<http://dadosdefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>> Acesso: 10 de ago. 2017

IBGE. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento**

Turístico Regional. Disponível em:
 <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/MIOLO_65xdestinosx_revisao4set.pdf> Acesso: 22 de jun. 2016

IBGE. **Brasil em números**, v. 22, Rio de Janeiro, 2014. Disponível
 <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn_2014_v22.pdf>. Acesso em
 25 jun. 2017

IPEA. **Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS e da PNAD 2013, para o Brasil e regiões, Março - 2015** Disponível em:
 <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/150317_estimativas_ocupacao-2015.pdf> Acesso: 22 de jun. 2016

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento** – as 100 maiores cidades do Brasil (SNIS), 2015 Disponível em:
 <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/ranking/2017/tabela-100-cidades.pdf>>. Acesso em 22 jun. 2017

KADT, Emanuel. **Tourisme: passeport pour le développement ?**: regards sur les effets culturels et sociaux du tourisme dans les pays en développement, Paris : Unesco, 1979

LACERDA, Antônio Corrêa de & et al. **Economia brasileira**, 4ª ed., São Paulo: Saraiva, 2010

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**, São Paulo: Unicamp, 1990

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5ª ed., São Paulo: Centauro, 2013

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**, 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983

LIMA, ABM., org. A relação sujeito e mundo na fenomenologia de Merleau-Ponty. In: **Ensaio sobre fenomenologia**: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2014, pp. 77-102.

LIMA, Luiz Cruz. Dinâmicas territoriais em espaços globalizados, In: SILVA, José Borzacchiello et al, **Panorama da Geografia Brasileira**, vol. 1, São Paulo: Annablume, 2006 pp. 95-108

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo, 2ª reimp., São Paulo: Cia das Letras, 2007

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**, 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOPES, Edward. **Fundamentos da linguística contemporânea**, 19ª ed., São Paulo: Cultrix, 2000

LOWY, Michael. Positivismo. In: **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**, São Paulo: PUCSP, 1991 pp. 35-68

LOWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-1-06.pdf>> Acesso 01 ago. 2017

LÉVI-STRAUSS, Cluade. **Antropologia Estrutural**. 1ª ed., 2ª reimp., Barcelona: Ed Paidós, 1995

MACHADO, Bruno Focas Vieira. **Benveniste, Lacan e o Estruturalismo: sobre o sentido antitético das palavras primitivas**, Revista Alfa, São Paulo, 59 (1): 11-27, 2015 <www.scielo.br/pdf/alfa/v59n1/1981-5794-alfa-59-1-0011.pdf> Acesso 10 jun. 2017

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de discurso: a questão dos fundamentos**. Caderno de Estudos da Linguagem, v. 19, jul./dez. Campinas 1990 pp. 65-74

MAINGUENEAU, Dominique. Texto, gênero de discurso e aforização. In: BRAIT, Beth & Souza-e-Silva, Maria Cecília (orgs.). **Texto ou discurso?**, São Paulo: Contexto, 2012 pp. 109-128

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Gestos de Leitura**, Campinas: Unicamp, 2010

MARCHI, Marcio. **Pluralismo Metodológico em Pesquisa Geográfica: alternativas ao hermetismo científico**, Vol. 6, No 11 (2015): Jan – Jun, 2015 <<http://www.geosaberes.ufc.br/seer/index.php/geosaberes/article/view/304/267>>. Acesso 10 jul. 2017

MARICATO, Ermínia. Os paradoxos das cidades periféricas In: **Para Entender a Crise Urbana**. 1 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2015 pp. 80-86

MARTINS, Suzana Oliveira. Análise do discurso. In: **Revista Científica da Ajes**, v. 2, n. 3, 2011 Disponível em: <http://www.revista.ajes.edu.br/index.php/RCA/issue/viewIssue/15/pdf_13> Acesso: 22 de nov. 2015

MAZZOLA, Renan Belmonte. Análise do discurso: um campo de reformulações. In. **Análise do Discurso: objetos, sujeitos e olhares**. Milanez, Nilton & Santos, Janaína de Jesus (orgs.) São Carlos: Claraluz, 2009. (E-Book)

MELO, Demétrio Costa de. A construção do espaço turístico do Cabo Branco e a produção de discursos políticos. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 10 a 16 de agosto de 2014 (Vitória-ES). Disponível: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404121502_arquivo_demetrio_melo_aconstrucaodoespacoturisticoedocabobrancoeaproducaodediscursospoliticos.pdf> Acesso: 22 de dez. 2015

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira, 8ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1991

MENDONÇA, Francisco. **Geografia Física**: ciência humana? 6ª ed., São Paulo: Contexto, 1998

MOURA, Anna Karla Cavalcante. **O mito do desenvolvimento sustentável da atividade turística**: uma análise crítica das teorias da sustentabilidade, das políticas públicas e do discurso oficial do turismo na Paraíba. Dissertação (Mestrado Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008. Disponível em: <http://www.prpg.ufpb.br/prodema/novosite/smartgc/uploads/arquivos/anna_karla.pdf>. Acesso em: 2016-08-06

MOURA, Anna Karla Cavalcante & GARCIA, Loreley Gomes. O Discurso do Turismo Sustentável no Contexto do Polo Turístico Cabo Branco, João Pessoa, PB. In: **VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. Fortaleza, 28 a 30 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vii_en/mesa2/trabalhos/o_discurso_do_turismo_sustentavel.pdf> Acesso: 22 de mai. 2016

MOURA, Anna Karla Cavalcante & GARCIA, Loreley Gomes. **Políticas Públicas de Turismo e Sustentabilidade**: o polo turístico Cabo Branco em análise. CULTUR – Revista de Cultura e Turismo. Santa Cruz, ano 03, n. 03, jun. 2009. Disponível em <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao6/artigo_5.pdf>. Acesso 30 jul. 2013 Acesso: 22 de mai. 2016

MOTTA, Fernando C. **Prestes o Estruturalismo na Teoria das Organizações**. Revista Administração de Empresas, v 10, nº 4, Rio de Janeiro, out/dez 1970 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901970000400002>. Acesso 05 jun. 2017 pp. 23-41

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico, 1ª ed., 2ª reimp., São Paulo: Contexto, 2010

MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012

MOREIRA, Ruy. **Para Onde Vai o Pensamento Geográfico?** por uma epistemologia crítica, 2ª ed., 2ª reimp., São Paulo: Contexto, 2014

MOREIRA, Angela. **Turismo e arquitetura**: a produção do atrativo. II Colóquio Internacional – sobre o comércio e cidadania: uma relação de origem Disponível em: <www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/2.../6002%20Moreira.pdf>. Acesso em 18 mar. 2017

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2002

NETO, João Mendonça Lima. **Promoção do Brasil como destino turístico, Brasília:** Fundação Alexandre de Gusmão, 2002 Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=360>. Acesso em 24 jul. 2017

NETTO, Alexandre Panosso & LOHMAN, Guilherme. **Teoría del Turismo:** conceptos, modelos y sistemas. México: Trillas, 2012

NUNES, Maria Rita de Oliveira. **Turismo e a produção do espaço em João Pessoa – PB.** Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica, Vol. 16 - n. 2 - Mai. - Ago. 2014 Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/7730/4414>>. Acesso 28 mai. 2016

OLIVEIRA, Cêurio. **Curso de Cartografia Moderna**, 2ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 1993

ORLANDI, Eni Pulcinelle. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PARAÍBA, Governo do Estado. **PRODETUR/PB.** João Pessoa: UEE/PB, 1997.

PARAÍBA, **Informativo do Projeto Costa do Sol.** João Pessoa: PBTUR, 1987

PARAÍBA. Lei n. 10.781, de 22 de novembro de 2016. Disponível em: <http://sapl.al.pb.leg.br:8080/sapl/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=12300>. Acesso em 10 jul. 2017

PARAÍBA. Decreto n. 23.836, de 27 de dezembro de 2003 Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/18148144/pg-1-diario-oficial-do-estado-da-paraiba-doepb-de-31-03-2007>> Acesso em: 14 mar. 2015

PARAÍBA. Decreto n 23.838, de 27 de dezembro de 2003. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/18148144/pg-1-diario-oficial-do-estado-da-paraiba-doepb-de-31-03-2007>> Acesso em: 14 mar. 2015

PARAÍBA. Decreto n. 28.086, de 30 de março de 2007 Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/18148144/pg-1-diario-oficial-do-estado-da-paraiba-doepb-de-31-03-2007>> Acesso em: 14 mar. 2015

PARAÍBA. Decreto n. 35.325, de 16 de setembro de 2014. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/83425437/doepb-17-09-2014-pg-2>>. Acesso em 21 mar. 2015

PEREIRA, Maria Eliza Mazzilli & GIOIA, Silvia Catarina. A história e a crítica redimensionam o conhecimento: o capitalismo nos séculos XVIII e X IX, In: ANDERY, Maria Amália Pie Abid et al, Para Compreender a ciência: uma perspectiva histórica, 6ª ed., Rio de Janeiro: Espaço e tempo: São Paulo: EDUC, 1996 pp 257 – 294

PEREIRA, Luciano Schaefer & FARIAS, Thiago da Silva. **Os valores e ameaças à geodiversidade:** um olhar sobre João Pessoa-PB e litoral sul do estado. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). p.141-166,

V.12, n.17, jan-jul. 2016 Disponível em:
<<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6417/3370>>. Acesso 20 ago. 2017

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**: uma introdução. Belo Horizonte: Autentica, 2000

PINTO, Céli Regina Jardim. **Elementos para uma análise de discurso político**. Revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia, BARBARÓI, n. 24 p. 78-109, 2006. Disponível em:
<<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/821/605>>. Acesso 30 jul. 2013

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**, 4ª ed., vol. 19, São Paulo: Paz e Terra, 2000

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni P. Orlandi, 4ª ed., Campinas: SP, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio Trad. Eni P. Orlandi, 2ª ed., Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1995

PÊCHEUX, Michel. **Delimitações, inversões, deslocamentos**. Caderno de Estudos da Linguagem, v. 19, jul./dez. Campinas 1990 pp. 07-24

PÊCHEUX, Michel & FICHANT, Michel. **Sobre a história das ciências**. Lisboa: Ed. Stampa, 1971

QUAINI, Massimo. **A construção da Geografia Humana**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**, 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

RAFFESTIN, Claude. Língua e poder. In: **Por uma Geografia do Poder**, (trad. Maria Cecília França), São Paulo: Ed. Ática, 1993

REIS, Deyvid Fernando dos & GRATÃO, Lúcia Helena Batista. **Lago Igapó**: imagem Vendida Imagem Viva, Anais ENG, Porto Alegre, 2010.
<www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2137>. Acesso 08 jul. 2017

RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri. Lugar, não lugar e realidade virtual no turismo globalizado. In: **Revista do Departamento de Geografia**, v. 10, p. 73-78, 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53705>>. Acesso 30 jul. 2013

RODRÍGUEZ-FELGUEROSO, Alberto J. **La percepción subjetiva del paisaje en la obra asturiana de Armando Palacio Valdés**, 2009 pp. 283-302
<<http://www.cervantesvirtual.com/obra/la-percepcin-subjetiva-del-paisaje-en-la-obraasturiana-de-armando-palacio-valds-0/>>. Acesso 08 jul. 2017

ROSA, Ismael FERREIRA. MESQUITA, Diana Pereira Coelho de. & CARVALHO, Sônia de Fátima Elias Mariano. **(Re)Ler e (res)significar Pêcheux em relação a Althusser**. Alfa, São Paulo, 55 (1), 2011. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/download/4176/3774>>. Acesso 30 jul. 2013

SANTOS, Boaventura de Sousa. As armadilhas da paisagem: para uma epistemologia do espaço-tempo In: **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**, v. 1, 4 ed., São Paulo: Cortez, 2002 pp. 189-224

SANTOS, Milton. **Da política dos estados à política das empresas**. Palestra Proferida em 14 de outubro de 1997, na Escola do Legislativo. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/cadernos/arquivos/pdfs/06/santos.pdf>. Acesso: 30 de jul. 2013

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª ed., São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. A categoria de análise não é o território em si, mas o território utilizado. In: **o Brasil território e sociedade no início do Século XXI** quinta edição Rio de Janeiro Record 2003 pp. 247-248

SARGENTINI, Vanice & NAVARRO-BARBOSA, Pedro. **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004

SARTRE, Jean-Paul. **O imaginário: psicologia fenomenológica da imaginação**. São Paulo: Ática, 1996

SAUER, Carl. Morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ZENY, Rosendahl **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 pp. 12-73

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006

SAVIOLI, Mareia Regina & ZANOTTO, Maria de Lourdes Bara. O real e edificado pela razão: Georg Wilhelm Friedrich Hegel In: ANDERY, Maria Amália Pie Abid et al, **Para Compreender a ciência: uma perspectiva histórica**, 6ª ed. Ver. E ampl., Rio de Janeiro: Espaço e tempo: São Paulo: EDUC, 1996 pp. 363-372

SEARLE, John R. **Les actes de langage**, Paris: Herman, 1972

SERGE, Moscovici. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. (Trad. Pedrinho A. Guareschi), 11ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2015

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2ª ed. 1ª reimp., São Paulo: Contexto, 2014.

__Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013; pp. 169 – 188

SILVA, Armando Corrêa da. **O Espaço Como Ser**: uma auto-avaliação crítica In: MOREIRA, Ruy. Geografia teoria e crítica: o saber posto em questão. Rio de Janeiro: Vozes, 1982

SOARES, Luís Severo. O fio de Ariadne e o desatar dos nós do turismo urbano, In: VOLOCHKO, Danilo & ALVAREZ, Isabel Pinto (orgs.) **A Cidade Como Negócio**, São Paulo: Contexto, 2015 pp. 227-246

SOUZA, Marcelo Lopes. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurelio & SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos, 1ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2009 pp. 57-72

SOUZA, Marcelo Lopes. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos, 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo L. de; SPOSITO, Maria E. B (orgs.) **A produção do espaço urbano: agentes, processo, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011; p. 147-166

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 3 ed., 3 Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016

SOUZA, Petrônio Maciel de. **Turismo, território e políticas públicas**: uma análise do destino João Pessoa/PB, Natal-RN, 2011 (Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Turismo) Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18493>>. Acesso 24 abr. 2016

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988

SPOSITO, Maria Encarnação B.. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo L. de; SPOSITO, Maria E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011; p. 123 - 146.

SPOSITO, Eliseu Silvério & SANTOS, Leandro Bruno. O capitalismo industrial brasileiro: origens, subordinação e internacionalização. In: **O Capitalismo Industrial e as multinacionais brasileiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2012 pp. 139-198

STANSKY D'ANGELIS, Bruna Carolina & LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Políticas Públicas de turismo na Paraíba**: avaliação do Polo Cabo Branco e do Prodetur (NE).

In: jul/dez. 2012 Disponível em:
 <http://www.mapp.ufc.br/images/revista_aval/edi%C3%A7%C3%B5es/Pg-73-87.pdf>.
 Acesso: 20 jan. 2017

STEINKE, Valdir Adilson, JUNIOR, Dante Flávio Reis & COSTA, Everaldo Batista. **Geografia e Fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos**, Brasília: LAGIM/UNB, 2014

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**, Rio de Janeiro: IPAHN/COPEDOC, 2007

TEIXEIRA, Marlene. **Análise de Discurso e Psicanálise. Elementos para uma abordagem do sentido no discurso**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

TELES, Mônica Maria Ferreira. **A cartografia turística de João Pessoa e seus discursos sobre a cidade**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-15072015-150344/>>. Acesso em: 06 ago. 2016

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia. In: **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**, 3ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2002 pp. 75-104

VENTURI, Antonio Bittar (org.) **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula**, São Paulo: Sarandi, 2011

VENÂNCIO PAIVA, Maria das Graças de Menezes. **Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico**. Revista de Administração Pública (RAP), FGV/EBAPE, Rio de Janeiro, vol. 44, n. 2, p.197-213, mar./abr, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6922>> Acesso: 22 de mai. 2016

VENÂNCIO PAIVA, Maria Das Graças De Menezes. **Análise de programas de turismo no Nordeste na perspectiva dos planejamentos participativo e estratégico**. Rev. Econ. Ne, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 90-105, Jan./Mar. 2014. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1423>. Acesso 30 jul. 2013

WORLD TOURISM ORGANIZATION <<http://step.unwto.org/es/content/el-turismo-y-la-atenuacion-de-la-pobreza>>. Acesso em: 16 jun. 2017

YAHII. Dólar comercial diário, 1985 Disponível em:
 <<http://www.yahii.com.br/dolardiario85.html>>. Acesso 29 jun. 2017

YÁZIGI, Eduardo. Começando o desmanche da paisagem In.: **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001. pp. 9-28

ZIZEK, Slavoj (org.) **Um mapa da ideologia**. (trad. Vera Ribeiro), 1ª reimp., Rio de Janeiro: Contraponto, 1996

ZUKIN, Sharon. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social do espaço urbano. In: ARANTES, Antonio (org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000 pp. 104-115

Anexo 01



Os hotéis de João Pessoa estão com sua capacidade de hospedagem quase que esgotada

Hotéis de João Pessoa registram um aumento no número de hóspedes

Os hotéis localizados em João Pessoa têm registrado um elevado aumento no número de hospedagem, nesses últimos dias, em virtude do início da temporada de verão e, ainda, pela chegada das férias. São estas as explicações fornecidas por gerentes dos hotéis da Capital.

No Hotel Tropicana, por exemplo, localizado no centro da cidade, o movimento de hospedagem está se registrando muito satisfatório, segundo garantiu o gerente da recepção, Reginaldo José da Silva. Ele prevê que, a partir do próximo dia 10, o movimento vai melhorar cada vez mais, pois muitos grupos de turistas já reservaram apartamentos e estarão chegando para se hospedarem.

No Hotel Tropicana, que possui noventa e seis apartamentos e mais quatro suítes além de piscinas para os hóspedes o gerente de recepção informou que o número de vagas existente é pouco, em virtude da grande procura que o estabelecimento vem registrando.

A causa dessa considerável procura, segundo explicou o gerente Reginaldo Silva, se dá em virtude do Hotel Tropicana ser o único estabelecimento de melhores instalações para os turistas que chegam a João Pessoa para passarem suas férias. Acrescentou ele que, até o final da temporada de verão, a tendência vai ser cada vez mais a elevação do número de pessoas

que procuram se hospedar no local.

Para tanto, Reginaldo Silva informou que a Direção do Hotel Tropicana já providenciou a reforma em alguns de seus apartamentos e, também, nas piscinas, ambas, segundo ele, as dependências mais procuradas pelos hóspedes.

Outro hotel de João Pessoa que está registrando um aumento no nível de hospedagem é o Sol Mar, localizado próximo à praia de Manaira. Segundo informou um funcionário, a tendência é a que, durante os próximos três meses, eleve-se, cada vez mais, o número de hospedagem no local, por ser, no jargão da classe hoteleira, época de alta temporada.

Anexo 02

A UNIÃO • João Pessoa, Sexta-feira, 25 de janeiro de 1985

Cresce o fluxo de turistas em João Pessoa

O fluxo de turistas estrangeiros em João Pessoa cresceu 89 por cento e o de turistas nacionais 19 por cento no ano passado em relação a 1983. Mais significativo do que esse crescimento do fluxo turístico, no entanto, é o aumento da taxa de ocupação da rede hoteleira, que no ano passado foi de 156 mil pernoites, para cerca de 60 mil hóspedes, contra 30 mil em 1983, para aproximadamente 53 mil hóspedes.

Desses percentuais infere-se que a capital paraibana está recebendo mais visitantes, do País e do exterior, e que esses visitantes estão permanecendo aqui por mais tempo. Se isso acontece é porque aumentaram também os atrativos da cidade, cuja imagem já se encontra perfeitamente diferenciada no contexto do turismo nacional. O percentual de estrangeiros, por sua vez, demonstra que João Pessoa está entrando firme na rota do turismo internacional.

O PAPEL DA PB-TUR

O maior contingente de turistas nacionais procede de Pernambuco, seguindo-se São Paulo e Rio de Janeiro. O principal pólo emissor de turistas estrangeiros para a Paraíba é a Alemanha. Os Estados Unidos estão em segundo lugar e a Argentina em terceiro. No ano passado, a Paraíba recebeu turistas de todos os países latino-americanos, de quase toda a Europa e até da Ásia e do Oriente Médio.

Em todos os segmentos da atividade turística do Estado, é ponto pacífico que esse crescimento acelerado do setor se deve em grande parte ao trabalho que a Pb-Tur vem desenvolvendo no sentido de promover o potencial turístico paraibano. "O papel da Pb-Tur tem sido fundamental para o crescimento do nosso turismo" - disse um empresário do setor, acrescentando:

- Com um trabalho mercadológico tecnicamente definido, embasado na consciência de que o turismo é um investimento efetivo, palpável, com respostas a curto prazo, a Pb-Tur contribuiu decisivamente para a criação de novas atrações e para o redimensionamento da estrutura do nosso receptivo, detectando as tendências motivacionais dos turistas e colocando a Paraíba, em termos de promoção, no mesmo nível de outros Estados nordestinos que disputam no contexto do turismo nacional.

SEM SURPRESA

O aumento do fluxo de turistas estrangeiros na Paraíba não surpreende o presidente da Pb-Tur, Carlos Roberto de Oliveira. Ele sempre acreditou nas possibilidades do nosso Estado no mercado internacional do turismo. Em várias entrevistas à imprensa demonstrou, com dados concretos, a tendência dos turistas estrangeiros, sobretudo europeus, em busca dos mercados latinos. E sempre defendeu a idéia de que o Nordeste tem condições de ser um excelente pólo receptor desse potencial.

Foi dentro dessa perspectiva que a Pb-Tur participou, no ano passado, de encontros comerciais na Europa, onde promoveu o potencial turístico paraibano junto a agentes de viagem e transportadoras turísticas, através de folheteria editada nos idiomas dos países visitados. Mais do que um feito promocional, a participação da Pb-Tur nesses encontros comerciais no exterior significa uma tomada de posição mercadológica definida no sentido de integrar o turismo paraibano ao de outras regiões do País que já despertaram para a importância econômica da conquista de mercados no exterior.

Recorte de Jornal A União Caderno de economia.

Destaque para os dados

comparativos do número de hóspedes, de 53 mil em 1983 para 159 mil em 1984.

Outro fator de destaque é o reconhecimento, por parte de empresários, do empenho da PB-Tur em vender o "produto Paraíba", no mercado interno e internacional.

Anexo 03

Recorte de Jornal A União, Caderno Geral.

Na ocasião o presidente da EMBRATUR, Hermógenes Ladeira, em viagem à Paraíba para lançar campanha nacional.

Para divulgar o produto turístico “Relíquias da Paraíba”, com contexto dos quatrocentos anos da cidade de João Pessoa.

No entanto, o enunciado imagético está desassociado com o propósito da campanha, uma vez que há no plano central destaque para o “carnaval” como evento cultural, e referida campanha era comemorativa aos quatro séculos de fundação da cidade de João Pessoa.

A UNIÃO • João Pessoa, Domingo, 27 de Janeiro de 1985

PB-Tur divulgará mais a Paraíba em março

**Custo de vida
le janeiro vai
ater recorde**

Os reajustes verificados durante o último ano nos denominados preços administrados - aqueles concedidos pelo Governo - contribuíram substancialmente para o aumento do índice de custo de vida neste mês de janeiro, segundo informou ontem a economista Ipiplan - Fundação do Instituto de Planejamento, Rosário Penazzi.

Ela explicou que os produtos que contribuíram para este aumento do custo de vida são as tarifas de energia elétrica e de água, e gás de cozinha, além de transportes urbanos, manuseio e interestaduais, taxi e outros.

Para calcular o índice do custo de vida de janeiro, a Ipiplan realizou uma pesquisa com 5.500 preços de 430 itens em 220 locais de compra. Segundo Rosário Penazzi, a carne, por ser o produto mais caro, é o produto que mais contribuiu para o aumento.



A expectativa é de que haja uma grande movimentação de foliões durante os festejos momescos

Divulgar as potencialidades turísticas da Paraíba junto aos principais emissores do País é o objetivo da campanha promocional que a PB-Tur vai deflagrar a partir de março, em um convenio com a EMBRATUR. O convenio é o maior que a EMBRATUR já assinou com um órgão estadual de turismo, e também o primeiro que a empresa assinou com a Paraíba para uma campanha desse gênero.

Para fazer a apresentação da campanha às autoridades e empresários do turismo da Paraíba, chega quarta-feira a João Pessoa o presidente da EMBRATUR, Hermógenes Ladeira, acompanhado do diretor de Marketing da empresa, Rui Mazzei. A apresentação para autoridades será feita no mesmo dia, às 16 horas, no Palácio da Redenção. Os empresários de turismo, a campanha será apresentada no salão de convenções do Hotel Tamboú, às 18 horas, quinta-feira.

IMPORTÂNCIA

Para o presidente da PB-Tur, Carlos Roberto de Oliveira, promover o potencial turístico da Paraíba junto aos principais emissores do País é uma necessidade imperiosa. Muito considerando substancial o trabalho que a empresa vem fazendo para modernizar o poder público, o turismo

Fonte : Jornal A União, caderno Geral. 27 de janeiro de 1985. Gráfica A União, 1985

Anexo 04

Recorte de Jornal A União Caderno de economia, p 7.

Em carta de representantes ligados ao trade turístico reivindicam melhoras na infraestrutura e maior qualificação dos agentes envolvidos com o setor.

Registra-se aqui a primeira menção a um Centro de Convenções, embora a indicação para que fosse criado no atual Espaço Cultural.

A UNIÃO • João Pessoa, Domingo, 03 de Fevereiro de 1985 **ECONOMIA 7**

Empresários da área de turismo fazem reivindicações ao Governo

O empresariado turístico paraibano, representado pelos seus órgãos de classe, encaminhou reivindicações ao governador Wilson Braga, ao prefeito Oswaldo Trigueiro e ao presidente da Embratur, Hermógenes Teixeira Ladeira. As reivindicações chegaram às mãos destas autoridades através de documentos assinados por Ruy Ramalho Brunet, presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens-ABAV-Pb, Antônio Cabral Sobrinho, presidente do Sindicato dos Hotéis, e Hermo Targino, presidente do Sindicato dos Hotéis da Campina Grande.

Ao governador Wilson Braga, o empresariado mostrou que a Paraíba, a exemplo de outros Estados, tem todas as condições para incrementar o setor, faltando tão somente uma decisão política. Lamentou, no entanto, que as potencialidades não se tenham tornado ainda produtos turísticos, gerando mais empregos e, "consequentemente, mais rendas para o Estado". Os representantes de classe, ao encaminharem suas reivindicações, o fizeram aproveitando a presença em João Pessoa do presidente da Embratur, Hermógenes Ladeira.

No documento a Braga, pediram apoio para implantação, no Espaço Cultural, de um Centro de Convenções. Pediram também a concretização de "um dos mais originais projetos de animação turística do Brasil: o "Vitrine Turística", em Tambáú. Solicitaram uma política de marketing para a Casa do Artesão, "a fim de torná-la uma peça significativa no desenvolvimento do nosso turismo". Solicitaram ainda que seja determinado a todos os órgãos da administração direta e indireta a aquisição de passagens aéreas através de agências de viagens sediadas na Paraíba.

Fizeram outras reivindicações: recomendar ao Paraiban que estude a possibilidade de financiar equipamentos essenciais ao desenvolvimento do turismo paraibano, em condições especiais; selecionar áreas especiais no Estado para estacionamento de veículos turísticos; viabilizar projeto especial de iluminação dos monumentos históricos e artísticos, além da orla marítima; determinar estudos para a implantação de linha especial de ônibus beneficiando aeroportos, rodovias e rede hoteleira; Implantar terminais turísticos em locais de tradicionais fluxos de visitantes, notadamente nas praias frequentadas pela população de baixa renda.

O governador Wilson Braga recebeu ainda os pedidos de instituição de programa especial de policiamento para as áreas de hospedagem e de visitação turística. Os empresários do setor reivindicam normas e regulamentos visando adequar as praças de táxis e as locadoras de veículos a uma política global de turismo. Pedem que seja defendido a permanência da atual legislação sobre "os nossos bens culturais e naturais". Pedem ainda ao sr. Wilson Braga que dote a PB-Tur de recursos materiais e humanos para que possa desempenhar o papel que lhe compete.

Os representantes de agências de viagens, da hotelaria, bares e similares entregaram também documento reivindicatório ao prefeito de João Pessoa, sr. Oswaldo Trigueiro. Acreditam que o momento é propício para haver diálogo entre o setor e o Poder Municipal. "Cidade eminentemente turística, João Pessoa está a exigir da Prefeitura diversas ações, entre as quais se destacam maior atenção para a orla marítima, que se encontra pessimamente iluminada, com praias sujas e invadidas por barracas, fiteiros e trailers".

Oswaldo recebeu o documento em que solicita apoio ao projeto "Vitrine Turística" de Tambáú. Em que pede maior fiscalização nas instalações higiênicas e sanitárias dos bares, restaurantes. Outras reivindicações: instalação de sinalização específica nos principais locais de interesse turístico; criação de tarifas regionais com escalas e períodos previamente determinados; criação de uma tarifa tipo "Brasil Turístico", nos moldes do "Air Pass", destinada a região Nordeste; implantação de Terminais Turísticos na Paraíba, especialmente na orla marítima.

O pedido do empresariado inclui a conclusão do Complexo Turístico "Autódromo Cabo Branco", em João Pessoa; apoio à iniciativa de implantação de um Centro de Convenções no Espaço Cultural José Lins do Rego; mais recursos para ampliação da rede hoteleira.

Série de reivindicações, endossadas pelos srs. Ruy Ramalho Brunet, Antônio Cabral Sobrinho e Hermo Targino, foi entregue ao presidente da Embratur Hermógenes Teixeira Ladeira, por ocasião de sua vinda a João Pessoa. Estão certos de que Ladeira vá se posicionar ao lado do empresariado turístico paraibano, "direcionando ações para o seu desenvolvimento".

Ao presidente da Embratur, os representantes do setor fizeram os seguintes pleitos: defesa da livre iniciativa na atividade turística, limitando-se tanto quanto possível a participação do Estado; financiamento da construção de equipamentos turísticos a juros subsidiados; estímulo ao desenvolvimento do turismo nacional, através de ações integradas entre as diversas regiões do País; abertura de novos portões de entrada na região nordestina.

Reivindicam ainda a criação de tarifas regionais. Outros pleitos levados ao presidente da Embratur, Hermógenes Ladeira são idênticos aos feitos ao governador Wilson Braga e ao prefeito de João Pessoa, Oswaldo Trigueiro do Vale.

Fonte: Jornal A União, caderno de Economia, pag. 7. 03 de fevereiro de 1985

Anexo 05

20 Jornal da Manhã

A UNIÃO • João Pessoa, Domingo, 13 de janeiro de 1985

Com a nova pista, o aeroporto de João Pessoa fica em condições de receber os mais modernos aviões, solucionando um problema que se arrastava por muitos anos

□ AEROPORTO CASTRO PINTO □

Novo Terminal vai abrir as portas para o turismo

Texto: Jacinto Barbosa
Fotos: Vanivaldo Ferreira

Na Paraíba o sol chega primeiro. E onde tem o ponto mais oriental da América do Sul e uma das praias mais cobertas do país... Especificamente para o turista, tem o barbeiro, o verde e o artesanato. Nas campanhas publicitárias se diz, até, que em João Pessoa, particularmente, "é muito bom de se viver". Para que o turista sinta e veja tudo isso, o Governo do Estado e a Infraero vão entregar, no final de fevereiro, o novo Terminal de Passageiros do Aeroporto Castro Pinto.

de um Aeroporto a altura de agorinha, não é novidade. Que o cinema foi ampliado, também não, mas que o povo está descolando na aviação o melhor meio de viagem, fato que se comprou pela atual demanda crescente, isto sim, é o que apresenta de novo nesta Paraíba de 400 anos. Outra justificativa é o fato de João Pessoa manter dois voo diários, numa verdadeira integração com os demais Estados do país, grandes ou pequenos.

E com um se observar no Castro Pinto o embarque e desembarque de aviões de grande porte, como o 727 e o 737. Seria novidade para o povo paraibano, mas não para o Aeroporto em si, assim a chegada ou a partida de um 727 é até mesmo de um Airbus. Estrutura completa já se tem. Demanda de passageiros também. Resta apenas o querer das companhias aéreas em substituir as atuais aeronaves, visando oferecer maior comodidade e, ainda, a aplicação do turno da manhã, mediante a criação de um novo voo.

O administrador do Castro Pinto, Capitão Wilson Pereira, disse, está se-

mana, que cabe exclusivamente às Companhias o direito de despertar interesses, pelo estabelecimento de uma linha, o que não significa dizer que basta se ter um Terminal equipada para se introduzir novos voos. "É uma questão de demanda", destaca, acrescentando que existe a possibilidade de, por exemplo, a Transbrasil passar a operar os turnos da manhã.

A história da criação do Aeroporto Castro Pinto, propriamente dita, teve início em 1982 com a inauguração da nova pista de pouso e decolagem. Na pista, aditiva ao evento, a classificação de padrão internacional. Na verdade, são mais de dois mil metros de comprimento, o que permite o pouso tranquilo de qualquer tipo de aeronave. Mais ainda, a atual pista está incluída como de primeira categoria em termos de dimensão e resistência.

Mas nem só de uma boa pista vive um Aeroporto. O velho terminal, por exemplo, precisa de uma transformação. Talvez ampla, geral e irrestrita. As suas dependências são insuficientes para acomodar tanta gente. A sala de embarque, por exemplo de história, já não é exclusiva de quem vai viajar. Uma "invasão" se registra quase todas as vezes em que desembarcam uma autoridade importante, a nível nacional, ou até mesmo um time de futebol.

E, por falar em futebol, o Capitão Wilson Pereira, assegura que não que mais trabalho teve no Aeroporto foi com a chegada do Flamengo a João

A estação de passageiros, obedecendo a técnicas modernas de arquitetura, será uma das mais bonitas da região

Pessoa no primeiro semestre do ano passado. Ele descartou que tenha havido tumulto, devido o grande número de pessoas, mas confessou que foi preciso até convocar um reforço policial como uma forma de contenção. Agora, casos desse tipo, os problemas que surgem são classificados de menores.

A inauguração do novo Terminal de Passageiros conduziu a direção do Aeroporto concretizar uma ideia já aprovada pela Infraero. A de transformar o velho num Terminal de Cargas depois de modernizado e aumentado e, até mesmo, aproveitá-lo comercialmente. Essa ampliação do Castro Pinto implica na duplicação do número de funcionários: limpeza, vigilância, atendente a passageiros, arrendatários e vários outros. A direção já está providenciando os servidores.

O problema sobre o reinício das obras para a conclusão do Terminal de Passageiros do Castro Pinto tomou 84. O governador Wilson Braga, pessoalmente, esteve até com o Ministro da Aeronáutica e com o presidente da Infraero, brigadeiro Rodoliano Bar-

Os trabalhos na estação de passageiros estão em fase acelerada

Página do Caderno Especial de Domingo.

A matéria traz diversos motes que são empregados pelos diferentes agentes de promoção ao turismo: "onde o sol nasce primeiro", "ponto mais oriental das américas", "o verde, o barroco e o artesanato".

Fonte: Jornal A União, Especial de Domingo, pag. 20, domingo, 13 de janeiro de 1985. Gráfica A União, 1985

Anexo 06



FONTE: Jornal A União, Capa, quinta-feira, 07 de março de 1985. Gráfica A União, 1985

Anexo 07

L

A UNIÃO • João Pessoa, quinta-feira 7 de março de 1985

Governo conclui aeroporto e inaugura

As obras de investimentos do novo Aeroporto Castro Pinto custaram 2,2 bilhões

Para Fiplan, custo de vida cresceu menos em fevereiro

A Coordenação de Estatística da Fiplan (Fundação Ins- o índice do Custo de Vida deno- tou uma variação acumulada na vida pela comunidade. Elas são: sucos industrializados (27,5 por

O novo aeroporto de João Pessoa, no qual foram investidos Cr\$ 2,2 bilhões, será inaugurado amanhã, às 11 horas, pelo governador Wilson Braga e o ministro Délio Jardim de Mattos, da Aeronáutica. A obra dará mais condições ao turismo da Paraíba e traz, entre outras, uma transformação importante: o embarque e o desembarque agora são rápidos, inclusive a liberação das bagagens.

Construído em dois pavimentos, o novo terminal do Castro Pinto tem torre de controle de tráfego em 4 níveis, com 235 metros quadrados, salas mais confortáveis e amplas para embarque e desembarque, saguão, guichês completos para empresas aéreas, box de informações turísticas, lojas, setores administrativo e operacional, guarda-volume, recebimento e entrega de bagagens e sanitários, além de pista que permite pouso e decolagem de qualquer aeronave internacional.

EMPENHO DE BRAGA

Para João Pessoa ganhar o terminal, houve especial empenho do governador Wilson Braga

junto a Associação Brasileira de Agentes de Viagens, empresas, ao CDL e às companhias aéreas, que decidiram apoiar a obra com a intensificação de suas atividades junto ao aeroporto, bem como através de contatos diretos com o ministro Délio Jardim de Mattos, da Aeronáutica, que dedicou o interesse de sua pasta na execução conclusão da nova estação.

O presidente do Infraero, brigadeiro Rodolphiano Barbalho, o comandante da guarnição federal em João Pessoa, general Job Lorena, os demais comandantes militares das três forças armadas na Paraíba e as autoridades civis mais representativas deverão participar, amanhã, do ato solene de entrega do terminal ao tráfego aéreo.

Para o sr. German Lebrun Muller, assessor da presidência do Infraero - que se encontra no novo Castro Pinto "ficará no nível dos grandes aeroportos do país, e a Paraíba, como um dos principais polos turísticos do Nordeste, já exigia instalação como essas do terminal a ser entregue".

Estudantes de...

Fonte: Jornal A União, Geral, quinta-feira, 07 de março de 1985. Gráfica A União, 1985

Anexo 08

8 GERAL

AUNIAO • João Pessoa, sábado, 09 de março de 1965

Wilson inaugura terminal do Castro Pinto

Mangueira pede calma a líderes

O secretário de Administração do Estado, Carlos Mangueira, sugeriu cautela nas disputas entre lideranças do conjunto Valentina Figueiredo, advertindo que "chubres destrutivos em relação ao parque residencial - um dos melhores do país - implicam em prejuízos para os próprios mutuários, na medida em que desvaloriza o patrimônio.

Ao revelar uma série de melhorias que o Governo do Estado está providenciando para o "Valentina Figueiredo", Carlos Mangueira acrescentou, com absoluta convicção, que o parque residencial será um dos mais bem servidos em termos de segurança pública, com a implantação de uma Companhia de Polícia com nada menos de que 120 homens.

Além da Companhia, funcionará dos postos policiais, já construídos, e uma viatura - Veraneio - xadrez já foi adquirida para as eventuais necessidades do esquema policial de toda a área. A vigilância será constante, segundo ele, para manter a tranquilidade dos moradores.

SAÚDE

Carlos Mangueira disse ainda que na área de saúde, o Governo do Estado assinara convênio com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, visando a manutenção dos três postos já existentes - um deles já completamente equipado.

Um dos problemas que ultimamente tem incomodado mais os moradores do conjunto - a falta constante de água - a falta de saneamento, o Valentina explicou ele - vinha com um serviço de abastecimento próprio e provisório que está sendo acoplado ao de Mares, para evitar o corte no fornecimento. A propósito, Carlos Mangueira alertou para o fato de ser este o conjunto que dispõe de dois sistemas abastecedores.

RACHADURAS

A proposta da notícia divulgada ontem em A UNIAO, sobre rachaduras em algumas casas ainda não entregues aos futuros moradores, o secretário da Administração fez questão de esclarecer que estas imóveis ainda não foram entregues ao IPEP para repasse aos moradores. Entretanto, a Marquise somente fará a entrega depois de todo devidamente consertado.

Acrescentou que, antes de receber a obra, o IPEP fará uma inspeção rigorosa e detalhada em todas as casas construídas pela Marquise, disposto a não receber as que apresentarem qualquer menor defeito, pelo menos até que o problema seja definitivamente solucionado. Dessa forma, qualquer crítica que se faça, acredita, antes de as casas serem entregues, é incabível.

Independente disso, segundo resultado o secretário da Administração, os defeitos que porventura surjam em algumas casas, é um problema de pouca significância em relação ao grande universo que representa todo o conjunto. A obra, que está valorizada em Cr\$ 100 bilhões, a preços de hoje, reúne 4.401 casas, perdendo apenas para algumas das maiores cidades de todo o Estado, em termos de população.



Após a inauguração, Wilson Braga percorreu as dependências do Terminal.



O novo Terminal de Passageiros oferece melhores condições para os usuários

Discurso do Governador

Na íntegra, é o seguinte o discurso que o governador Wilson Braga fez na inauguração do Aeroporto Castro Pinto.

"Quero manifestar a alegria dos que fazem o Governo da Paraíba e do seu povo, pela entrega que a Infraero faz solenemente do terminal do nosso Aeroporto Castro Pinto.

Ao longo de tantos anos, sabemos que muitos empecilhos e muitas dificuldades estrangulavam o desenvolvimento do nosso Estado, principalmente naqueles pontos fundamentais do turismo, da indústria e do comércio, entre eles o nosso Porto de Cabedelo e o Aeroporto Castro Pinto.

Há dois anos atrás, os serviços do Porto de Cabedelo foram concluídos, dando assim margens a que nos pudessemos receber os navios de maior calado. Hoje, graças ao empenho da Infraero, sob a responsabilidade do brigadeiro Rodolpho de Azevedo, que foi na verdade o homem forte, o homem decidido, o nosso amigo e por que não dizermos o nosso nordestino do Rio Grande do Norte, mas o nosso conterrâneo, pela sua vivência, inclusive com a Paraíba, que nos deu coragem, nos deu ânimo e nos deu, sobretudo, a assinatura do convênio e a liberação dos recursos para que esta obra fosse concluída e hoje fosse entregue à comunidade paraibana.

Mas eu falava sobre os pontos de estrangulamento que eram o Porto de Cabedelo e o Aeroporto Castro Pinto, que agora foram definitivamente resolvidos. Estamos com um aeroporto de pista com capacidade para receber os maiores aviões do país e estamos com um porto também com capacidade para receber os navios de alto calado. Assim, nós podemos marcar, a partir de agora, uma fase em que a Paraíba pode ser mais agressiva na busca do seu processo de desenvolvimento, na busca de ampliar o seu pólo turístico com os pontos principais já atendidos pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado.

Se o Porto de Cabedelo está resolvido, se o Aeroporto Castro Pinto está resolvido, nós agora temos de ampliar a nossa rede hoteleira, para que os turistas, como em outros Estados, em outras Capitais do Nordeste, possa demandar e possa encontrar o seu índice de desenvolvimento capaz de proporcionar ao Estado da Paraíba melhores condições de circulação de riquezas e possam, assim, passar a competir com as grandes cidades ou com as grandes Capitais nordestinas.

Mes ao assinalar o registro do apoio que recebemos do ministro Delfo Jardim de Mattos e do brigadeiro Rodolpho de Azevedo, Barbalho, eu queria dizer aos paraibanos que estas nossas constantes viagens à Brasília e ao Rio de Janeiro são instantaneamente para que elas respondam ao fruto que possam oferecer. Porque aqui mesmo está um exemplo de muitas viagens que fiz a Brasília, de muitas vezes que fui ao gabinete do brigadeiro Rodolpho de Azevedo, que, até por satisfação e alegria nossa, fica próximo ao Escritório de Representação do Governo da Paraíba. Então, essas viagens têm os seus resultados - uns a médio prazo, outros a longo prazo. Por sorte nossa, o resultado da conclusão do terminal do Aeroporto Castro Pinto foi a curto prazo, porque a ida ao gabinete

do brigadeiro Rodolpho Barbalho nos deu inicialmente a certeza e a segurança de que o convênio seria assinado. Depois fizemos a assinatura do convênio e partilhemos a dor do trabalho de execução da obra, que foi feito entre a Infraero e a empresa construtora OAS.

Então aqui estamos todos nós, agora, homens da indústria, homens do comércio, homens de todas as categorias profissionais liberais, políticos, deputados estaduais, vereadores, secretários de Estado, para dizer ao brigadeiro Rodolpho Barbalho que leve e transmita ao ministro Delfo Jardim de Mattos a alegria, a emoção e a a felicidade que nós paraibanos lhe enviamos, por seu intermédio, pelo atendimento aos nossos pleitos e reivindicações. Não era possível se admitir a interrupção dos serviços tão importantes como estes que estamos agora inaugurando, esta obra que agora é entregue à comunidade, não só paraibana, mas a comunidade nordestina. E que a Paraíba, que o Nordeste e que todos passem na verdade a usá-la, mas usá-la com eficiência, para prestar assim um apoio aos componentes tão necessários ao processo de desenvolvimento de um Estado de dificuldades, como o da Paraíba.

Por tanto, brigadeiro Rodolpho de Azevedo Barbalho, eu quero, em meu nome pessoal, em nome da minha esposa que aqui se encontra, em nome do vice-governador José Carlos da Silva Júnior e em nome de toda comunidade paraibana, agradecer o seu apoio, a sua decisão, a sua firmeza e, por que não dizer, agradecer a execução e a conclusão da obra.

Muito obrigado.

João Pessoa está de Aeroporto novo. É o Terminal de Passageiros que o governador Wilson Braga e a Infraero de presente a Paraíba nos seus quatrocentos anos. A inauguração foi ontem, pela manhã, e contou com a presença do brigadeiro Rodolpho Barbalho, da Infraero, representando o ministro Delfo Jardim de Mattos, da Aeronáutica. O vice-governador José Carlos da Silva Júnior, secretário de Estado, deputados e outras autoridades prestigiaram o ato.

Após a inauguração, Wilson Braga percorreu as dependências do Terminal. A frase estava afixada em uma faixa e chamava a atenção do povo juntamente com uma outra que assegurava que "Wilson faz a Paraíba com você". Bandeiras e cartazes, além de tráfego, estavam por todos os lados.

O locutor oficial, ao anunciar o evento, leu um documento da Infraero, informando que o Terminal de Passageiros do Aeroporto Castro Pinto ficará com uma área de 5.675 metros quadrados e que será capaz de atender às necessidades do tráfego deste século. Anunciou, também, o custo da obra: três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros.

A solenidade de inauguração ocorreu na sala de embarque do aeroporto. Quem primeiro falou foi o brigadeiro Rodolpho Barbalho. "Sentimo-nos honrados em aqui estar para expressar nossos cumprimentos ao governador Wilson Braga pelo empenho e esforço de toda a comunidade paraibana e, juntos, darmos início a entrada em operação das

novas instalações buscando proporcionar novas perspectivas de desenvolvimento em benefício do progresso da Paraíba e do Brasil".

Em seguida, o governador Wilson Braga disse que, com a conclusão do Terminal de Passageiros "reda, faz suprir a rede hoteleira do Estado para incrementar o turismo paraibano". O governador anunciou que, com essa infraestrutura criada, a Paraíba poderia cumprir, nesse campo, com as grandes capitais nordestinas. Concluindo o seu discurso, o governador se dirigiu à sala de embarque para esperar o primeiro avião a pousar no novo Terminal.

O avião da Varig-Castrolândia, um 727 de prefixo PP-501, chegou pontualmente ao meio-dia em João Pessoa. Dezenas de autoridades aguardavam o momento em que a Infraero iria entregar toda a tripulação do voo SC-328. A esposa do brigadeiro Rodolpho Barbalho, Lucília Barbalho, entregou ao comandante Medina uma placa alusiva ao evento: "Honramos a Infraero a Varig por ter operado o primeiro voo comercial por ocasião da inauguração do novo Terminal de Passageiros do Aeroporto Castro Pinto".

O primeiro oficial era o Sr. Cliveand. O engenheiro de ar, Amâncio e os comissários de bordo, Jean Lemos, Manoel Sousa, Marcos Sichi e Rosângela Fontes. Duas aeronaves, ocasião da solenidade, distribuíram flores com os passageiros enquanto a Banda de Música do outro lado, voltava a executar dobrados.

José Carlos defende um Terminal para Campina

Falta lutar para a construção de um Terminal em Campina Grande - defendeu, ontem, o vice-governador José Carlos da Silva Júnior, durante as solenidades de inauguração do novo terminal de passageiros do Aeroporto Presidente Castro Pinto, de João Pessoa. Ele acrescentou que era uma necessidade que a Paraíba reclamava. O seu ponto de vista foi sendo levado pelo secretário Enivaldo Ribeiro, de Saneamento e Habitação.

O Sr. José Carlos considerou deprimente a antiga plataforma do Castro Pinto por não mais corresponder ao nível de desenvolvimento da Paraíba. O vice-governador assegurou que agora, os turistas, ao desembarcarem, terão uma imagem mais real da grandza da Paraíba e do Governo Wilson Braga. "E isso aumentará o desenvolvimento econômico local", acrescentou.

ELOGIOS

O sr. Irapuan Botto Targini, secretário de Educação do Município, confessou que João Pessoa sentia a necessidade premente de substituir a antiga plataforma e justificou dizendo que era obsoleta e a mais desatualizada do país. "A Paraíba já não se constringe mais em receber autoridades. Foi um presente ao IV Centenário". Um dos deputados presentes, Doca Gadelha, enquadrou o

novos aeroportos do Brasil que obedece aos padrões das principais capitais. Segundo ele, a Paraíba ganhou mais um cartão postal devido à beleza arquitetônica da obra. O deputado Francisco Evangelista vê a plataforma como um efeito de extraordinária valia para o desenvolvimento estadual.

BOM DANADO

O médico Humberto Botto, vice-presidente da Associação Médica Fluminense, ao desembarcar no Aeroporto Castro Pinto, ao meio dia de ontem, afirmou que o Governo da Paraíba está parabéns. Ele está em João Pessoa participando de uma reunião da categoria a nível nacional. Após mostrar surpresa com a beleza da obra, concluiu seu ponto de vista afirmando que o novo Terminal "está bom danado".

O sr. Wander Luis, também passageiro, concordou com o companheiro de viagem. E paulista mas mora na Paraíba há mais de 20 anos. E falou do Umbigo. O prefeito da Grafset, de Campina Grande, José Neiva Freire se lembrou de assegurar que "fomos orgulhosos". A sua esposa, Dora Lúcia Neiva, se mostrou encantada com as novas instalações. Mais tarde, asseguraram que "emocionou por imensa" por ter participado do voo inaugural.

Loureiro determina a recuperação de escolas

O secretário da Educação e Cultura, José Loureiro Lopes, determinou ao coordenador da Cotes, engenheiro Manoel D.

unidades escolares foram danadas semana passada por vendaval em exercício, para

"Quero manifestar a alegria dos que fazem o Governo da Paraíba e do seu povo, pela entrega que a Infraero faz solenemente do terminal do nosso Aeroporto Castro Pinto.

Ao longo de tantos anos, sabemos que muitos empecilhos e muitas dificuldades estrangulavam o desenvolvimento do nosso Estado, principalmente naqueles pontos fundamentais do turismo, da indústria e do comércio, entre eles o nosso Porto de Cabedelo e o Aeroporto Castro Pinto.

Há dois anos atrás, os serviços do porto de Cabedelo foram concluídos, dando assim margens a que nós pudessemos receber os navios de maior calado. Hoje, graças ao empenho da Infraero, sobre a responsabilidade do Brigadeiro Rodolpho de Azevedo, que foi na verdade o homem forte, o homem

decidido, o nosso amigo e por que não dizemos o nosso nordestino do Rio Grande do Norte, mas o nosso conterrâneo, pela sua vivência, inclusive com a Paraíba, que nos deu coragem, que nos deu ânimo e nos deu, sobretudo, assinatura do convênio e a liberação dos recursos para que esta obra fosse concluída e hoje fosse entregue a comunidade paraibana.

Mas eu falava sobre os pontos de estrangulamento que eram o porto de Cabedelo e o Aeroporto Castro Pinto, e que agora foram definitivamente resolvidos. Estamos com aeroporto de pista com capacidade para receber os maiores aviões do país e estamos com o porto também com a capacidade para receber os navios de alto calado. Assim, nós podemos marcar, a partir de agora, uma fase em que a Paraíba pode ser mais agressiva na busca do seu processo de desenvolvimento, na busca da ampliação do seu polo turístico com os pontos principais já atendidos pelo governo federal e pelo Governo do Estado.

Se o porto de Cabedelo está resolvido, se o Aeroporto Castro Pinto está resolvido, mas agora temos de ampliar a nossa rede hoteleira, para que o turismo, como em outros estados, em outras capitais do Nordeste, possa demandar e posso encontrar o seu índice de desenvolvimento capaz de propiciar o Estado da Paraíba, melhores condições de emprego, melhores condições de circulação de riquezas e possamos, assim, passar a competir com as grandes cidades ou com as grandes capitais nordestinas.

Mas ao assinalar o registro de apoio que recebemos do ministro Délio Jardim de Mattos e do brigadeiro Rodopiano de Azevedo Barbalho, eu queria dizer os paraibanos que estas nossas constantes viagens a Brasília e ao Rio de Janeiro são justamente para que elas respondam ao fruto que possam oferecer. Porque aqui mesmo está um exemplo de muitas viagens que fiz a Brasília, de muitas vezes que fui ao gabinete do brigadeiro Rodopiano de Azevedo, que, até por satisfação e alegria nossa, fica próximo ao Escritório de Representação do Governo da Paraíba. Então, essas viagens têm os seus resultados – uns a médio prazo, outros a longo prazo. Por sorte nossa, o resultado da conclusão do terminal do Aeroporto Castro Pinto foi a curto prazo, porque a ida ao gabinete do brigadeiro Rodopiano Barbalho nos deu inicialmente a certeza e a segurança de que o convênio seria assinado. Depois fizemos a assinatura do convênio e participamos já do contrato de execução da obra, que foi feito entre a Infraero e a empresa construtora OAS.

Então aqui estamos todos nós, agora. Homens da indústria, homens do comércio, homens de todas as categorias profissionais liberais, políticos, deputados estaduais, vereadores, secretários de estado, para dizer o brigadeiro Rodopiano Barbalho que leve e transmita ao ministro Délio Jardim de Mattos a alegria, a emoção e a festividade que nós paraibanos lhe enviamos, por seu intermédio, pelo atendimento aos nossos pleitos e reivindicações. Não era possível se admitir a interrupção dos serviços tão importantes como estes que estamos agora inaugurando, esta obra que agora é entregue à comunidade, não só paraibana, mas a comunidade nordestina. E que a Paraíba, que o Nordeste e que todos passem na verdade é usá-la, mas usá-la com eficiência, para prestar assim um apoio aos componentes são necessários ao processo de desenvolvimento de um estado carente, de um estado de dificuldades, como o da Paraíba.

Portanto, brigadeiro Rodopiano de Azevedo Barbalho, eu quero, em meu nome pessoal, em nome da minha esposa que aqui se encontra, em nome do vice-governador José Carlos da Silva Júnior e em nome de toda comunidade paraibana, agradecer seu apoio, a sua decisão, a sua firmeza e, por que não dizer, agradecer a execução e a conclusão da obra.

Muito obrigado.”

Fonte: Jornal A União, Geral. pág. 8, sábado, 09 de março de 1985. Gráfica A União, 1985

Anexo 09

A UNIÃO • João Pessoa, Quarta-feira, 30 de Janeiro de 1985

Embratur lança campanha da Paraíba, hoje

A promoção, custando Cr\$ 120 milhões, difundirá o potencial do Estado


Mobral promove pesquisa sobre a história de todos os municípios

A Coordenação Estadual do Mobral na Paraíba vem realizando intensa pesquisa sobre a história de cada município paraibano, lançando em livros. Trata-se da coleção "Coleção Livros dos Municípios" - já estão no quinto lançamento, resultante do Projeto Gincana Nacional 83 - "Descubra a Paraíba" - lançado pelo órgão.

Em seu sumário, os livros apresentam mais variados assuntos sobre os aspectos contemplados, como seja: Aspectos Municipais; Símbolos Municipais; Aspectos geográficos, históricos, econômicos, culturais, econômicos, sociais e a atuação do Mobral em cada região. Já foram editados os livros de Luzia, Campina Grande, Cajazeira e Juazeirinho.

Nesta sexta-feira, às 16 horas, no Clube, em Cuité, será lançado o livro daquele município, perfazendo o quinto da coleção. Segundo o coordenador do Mobral, professor Renault de Souza, a perspectiva é de edição este ano, dentre outros, os livros de Bayeux, Serra Branca, Pombal, João Pessoa, Piancó e Sousa.

Renault Vieira ressaltou que tudo isso vem com a execução do Projeto para Cultural, que teve como objetivo estimular a formação de uma consciência voltada para a identificação e valorização de cada comunidade.



Coordenador Renault Vieira

Além do mais, promover, ainda, um melhor desempenho e integração dos projetos e ações do Mobral.

Dai então, foram formadas comissões de voluntários, coordenadas pelo Mobral, com o intuito de promover manifestações específicas, procurando propagar verdadeiramente a nossa real história. Ou seja, os usos e costumes - a religiosidade; os mitos e ritos; a medicina popular; as danças; os folguedos; as magias; crenças e superstições; a música; o artesanato; o teatro; as artes plásticas; a literatura; enfim, tudo.

Para este trabalho, a coordenação do Mobral contou com o apoio das Prefeituras Municipais, Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica da Paraíba, Secretaria de Educação e Cultura do Estado, Universidade Federal da Paraíba e tantos outros órgãos. No entanto, principalmente, do apoio da comunidade, que participou voluntariamente, reunindo cerca de 100 mil pessoas.

Após a execução do Projeto Gincana/83 teve início a realização dos trabalhos para a publicação da "Coleção Livros dos Municípios", através da formação de comissões em cada município. No entanto, o grande desempenho da Gincana favoreceu, bem como vem favorecendo, o lançamento desses livros.

Estas comissões, a princípio, realizam a redação preliminar do livro. Posteriormente, o material é enviado à Coordenação Estadual do Mobral, onde é feita a redação final e a publicação. As expectativas é que em 1986, o Mobral tenha publicados os livros dos 171 municípios paraibanos.

Para apresentar às autoridades e aos empresários de turismo do Estado a campanha promocional da Paraíba que a Embratur vai deflagrar a nível nacional a partir de março, chega hoje a João Pessoa o presidente daquela empresa, Hermógenes Ladeira, em companhia do diretor de Marketing Rui Mazzei. A campanha, resultado de convênio entre a Pb-Tur e a Embratur, tem como tema "Paraíba, Ponto Extremo Oriental das Américas".

Orçada em 120 milhões de cruzeiros, a campanha vai promover o potencial turístico da Paraíba, através de cartazes, folders, adesivos e outros tipos de folheteria específica, junto aos principais polos emissores do País. Além da apresentação da campanha, o presidente da Embratur fará o lançamento do livro "Relíquias da Paraíba", um catálogo de todos os monumentos históricos e artísticos do Estado, ricamente ilustrado com fotografias a cores.

O presidente da Embratur chega a João Pessoa ao meio dia, almoçando com a diretoria da Pb-Tur. Às 16 horas, no Palácio da Redenção, fará a apresentação da campanha para o governador Wilson Braga e outras autoridades do Estado e do Município. Em seguida, fará o lançamento do livro "Relíquias da Paraíba", que tem prefácio do escritor Luiz Augusto Crispim. À noite, o Governador oferecerá um jantar ao visitante.

Amanhã, às 10 horas, no salão de convenções do Hotel Tambaú, a campanha promocional da Paraíba será apresentada aos empresários do turismo. Logo após, o Presidente da Embratur concederá entrevista coletiva à imprensa. No restaurante do Hotel Tambaú, ele será homenageado com um almoço pelos empresários paraibanos, que lhe entregarão um documento contendo reivindicações e pleitos do setor. A última etapa da programação é uma visita do sr. Hermógenes Ladeira às obras de construção do Centro Turístico de Tambaú, ao Espaço Cultural e à Casa do Artesão.

IV Centenário incluirá cinema no seu programa

A programação comemorativa do IV Centenário da Paraíba poderá ter uma marcante participação do cinema, caso o cineasta Thomas Farkas, um dos mais conceituados documentaristas do País, receba do Estado o apoio necessário para um projeto que prevê a realização de uma série de documentários sobre a tradição popular dos contadores de histórias.

Ele está em João Pessoa desde o início da semana, mantendo os primeiros contatos com autoridades e instituições culturais para expor o seu projeto, a Comissão Executiva do IV Centenário e a direção da Pb-Tur deram imediata acolhida à iniciativa do cineasta paulista, que irá resgatar e preservar uma das mais antigas tradições populares da Paraíba, hoje à beira da completa extinção.

Preservar formas primitivas da cultura popular nordestina, esmagadas pelo confronto com os valores modernos da sociedade industrial, tem sido a marca característica dos documentários produzidos por Thomas Farkas. Em cujo currículo figuram títulos antológicos como "Memórias do Cangaco", dirigido por Paulo Gil Soares, "Viramundo", de Geraldo Sarno, "Frei Damião" e "A Vaquejada", estes últimos filmados nos sertões paraibanos.

Farkas já produziu mais de 25 documentários no Nordeste, sendo, portanto, um artista perfeitamente identificado com a cultura e a gente da região. Os documentários da série que pretende filmar agora na Paraíba deverão ter duração de aproximadamente 10 minutos cada um, visando beneficiar-se da legislação da Embratur.

Concurso do Iapas não beneficiará a Paraíba

Na Fundação, a abertura da exposição

"Para apresentar às autoridades e aos empresários de turismo do Estado a campanha promocional da Paraíba que a Embratur vai deflagrar a nível nacional a partir de março, chega hoje a João Pessoa o presidente daquela empresa, Hermógenes Ladeira, em companhia do diretor de Marketing Rui Mazzei. A campanha, resultado de convênio entre a Pb-Tur e a Embratur, tem como tema "Paraíba, Ponto Extremo Oriental das Américas".

Orçada em 120 milhões de cruzeiros a campanha vai promover o potencial turístico da Paraíba, através de cartazes, folders, adesivos e outros tipos de folheteria (sic) específica, junto aos principais pólos (sic) emissores do País. Além da apresentação da campanha, o presidente da Embratur fará o lançamento do livro "Relíquias da Paraíba", um catálogo de todos os monumentos históricos e artísticos com fotografias a cores.

O presidente da Embratur chega a João Pessoa a o meio dia, almoçando com a diretoria da Pb-Tur. Às 16 horas, no Palácio da Redenção, fará a apresentação da campanha para o governador Wilson Braga e outras autoridades do Estado e do Município. Em seguida fará o lançamento do livro "Relíquias da Paraíba, que tem prefácio do escritor Luiz Augusto Crispim. À Noite, o Governador oferecerá um jantar ao visitante.

Amanhas, às 10 horas, no salão de convenções do Hotel Tambaú, a campanha promocional da Paraíba será apresentada aos empresários do turismo. Logo após, o Presidente da Embratur concederá entrevista coletiva à imprensa. No restaurante do Hotel Tambaú, ele será homenageado com um almoço pelos empresários paraibanos, que lhe entregarão um documento contendo reivindicações e pleitos do setor. A última etapa da programação é uma visita do sr. Hermógenes Ladeira às obras de construção do Centro Turístico de Tambaú, ao Espaço Cultural e à Casa do Artesão." (grifos nossos)

Fonte: Jornal A União, caderno Geral. pág. 5, quarta-feira, 30 de janeiro de 1985. Gráfica A União, 1985

Anexo 10

A UNIÃO
Nº 309
JOÃO PESSOA - Quinta-feira, 31 de janeiro de 1985

Com destaque na capa do jornal A União o encontro do Presidente da EMBRATUR com o Governador da Paraíba.
O tradicional "aperto de mãos" para celebrar acordo.

Wilson anuncia o apoio do Governo para ações turísticas da Embratur

O governador anunciou ao presidente da Embratur o apoio do seu Governo às ações turísticas da entidade.

Vereadores escolhem seu Presidente

A Câmara Municipal de João Pessoa terá novo Presidente a partir de hoje. Os 19 vereadores - 10 do PMDB e 9 do PTB - vão escolher entre Derivaldo Mendonça e Mário da Gama e Melo quem dirigirá a Casa de Napoleão Lourenço nos próximos dois anos. A disputa, entretanto, não será acirrada, uma vez que a eleição de Derivaldo Mendonça está praticamente assegurada, pois ele conta com quatro votos do PMDB e os nove do PTB, o que lhe garante a vitória.

Derivaldo substituirá Lourenço Maricón, que provavelmente irá ocupar a liderança do PMDB. A chapa de Derivaldo é composta ainda, por Magdalena Alves, 1º vice-Presidente; Manoel Gonçalves, 2º vice-Presidente; Heitor do Egípcio, 1º secretário; Cabral Batista, 2º secretário.

O vereador Mário da Gama e Melo, que conta com o apoio de cinco colegas de bancada - Antônio Augusto Arraújo, Batista Ramos, Inácio Monteiro, Milton Ferreira e Sônia Germano - vai disputar de qualquer maneira a eleição de hoje. Lembrando que eleição se ganha nas urnas, Mário não se considera derrotado e se diz candidato de protesto. (Página 3).

Lançado Guia aos monumentos históricos

"Histórias da Paraíba - Guia aos monumentos históricos" foi lançado ontem em uma cerimônia realizada no Palácio do Governo. O guia, que contém informações sobre 100 monumentos históricos da Paraíba, foi lançado pelo governador Wilson Braga, acompanhado pelo presidente da Embratur, João Pessoa.

Pouca gente no show de Moraes

Na véspera da 3ª feira, os organizadores da apresentação local de Moraes Moreira previam, em notas para a imprensa, um público aproximado de 10 mil pessoas no Espaço Cultural. Um dia depois, a realidade era outra: a faixa foi de 2 mil pagantes.

Em entrevista ao repórter Ricardo Araújo, Moraes Moreira disse que o Espaço Cultural "vai servir muito, mas contrasta com a realidade da Paraíba e do Nordeste de maneira geral", sugerindo que ele deve ser "administrado com eficiência e com muito tato". Na mesma entrevista, o compositor baiano afirmou que, até nas eleições diretas, Tasso Neves é "o melhor opção para o Brasil". "Aprendi isso ao conhecer mais de perto o seu caráter", disse.

Governador abre reunião do Lions no Tambaú

Debaixo da ponte mora mais gente. Aumenta a incidência de doenças.

Situação de saúde

Pelo menos um problema de saúde foi diagnosticado em um dos participantes da reunião. O médico da equipe de saúde, Dr. João Pessoa, afirmou que o paciente está em boas condições e que a situação é controlada.

Parcelamento da TRU já encerra prazo

Encerrou-se hoje o prazo para os proprietários de veículos com fins de uso comercial, parados da Taxa Rodoviária, apresentarem a primeira parcela do parcelamento da TRU.

Anexo 11

Turismo e IV Centenário

Wellington Farias

João Pessoa é extremamente pobre também ou, sobretudo, em termos de atrações turísticas. A constatação partiu de uma delegação de jornalistas de todo o Nordeste que, ao final de um encontro da categoria - pioneiro na Paraíba -, domingo passado vasculhou os quatro cantos da cidade, ávida de atrativos turísticos, porém, praticamente em vão.

Em suma, o que os jornalistas de melhor apreciaram foi a belíssima vista panorâmica que a Ponta do Seixas oferece. No mais, tiveram de se contentar com a satisfação de estar no ponto mais oriental da América do Sul, por coincidência no dia em que o farol, que inclusive dá as coordenadas geográficas, completava 13 anos de inaugurado.

Entre o vexame dos jornalistas paraibanos e a decepção dos visitantes, constatou-se que há um excesso de publicidade sobre o turismo pessoense e, por outro lado, muita desatenção dos órgãos competentes com o pequeno acervo. Para ser mais preciso, há um descaso em relação ao funcionamento das pouquíssimas atrações turísticas.

Só para fundamentar a crítica, basta que se diga: no domingo, dia de maior movimentação nos pontos turísticos de qualquer parte do mundo, estavam fechados até os dois únicos museus da cidade: o - Walfredo Rodrigues (fotografias); estava fechada a Casa da Pólvora, outro patrimônio histórico, onde fica o próprio museu; fotográfico; o outro museu que não abre no domingo, em João Pessoa, é o recém-inaugurado Museu José Lins do Rego, que funciona no Espaço Cultural de mesmo nome, também completamente fechado.

Também estavam fechados - como sempre estão - algumas igrejas que são belos patrimônios históricos e que poderiam muito bem permanecer abertas aos domingos para compensar os turistas carentes de outras alternativas: o Convento de São Francisco, o Mosteiro de São Bento, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, que são relíquias do barroco.

A propósito disso, um cidadão sugeriu-me que pautasse os nossos repórteres para uma matéria abordando um aspecto "interessante" do turismo pessoense: atraídos pela publicidade, nos últimos tempos muitos turistas de várias partes do país realmente têm vindo a capital quatrocentona. Ocorre, porém, que, diante desse triste quadro, pouco demoram ou, geralmente, só pernoitam e seguem imediatamente para Recife. Tanto é assim, segundo o informante, que os hotéis pernambucanos estão enchendo João Pessoa de out-door, para atrair ainda mais os que nos visitam. E com muito sucesso.

A situação que agora se constata no turismo de João Pessoa, naturalmente se converterá, mais tarde, em sérios prejuízos neste setor, para a Paraíba, na proporção em que, cada um dos visitantes sai com a convicção de que somos realmente pobres em atrações turísticas; fica, portanto, a impressão de que a Capital da Paraíba é uma cidade apenas ideal para aposentados que vivem em busca de sossego, enquanto na vizinha Capital pernambucana procura-se incrementar cada vez mais o turismo. É uma pena, principalmente no ano do IV Centenário...

Anexo 12



Destaque de recorte da capa do Jornal Correio da Paraíba.

No pequeno texto muito elementos discursivos são mencionados, tais como *Festa das Neves*, fundação da *Capitania Real da Paraíba*, a *Antiga Rua Nova*.

Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Capa, quinta-feira, 04 de julho de 1985. Correio da Paraíba, 1985

Anexo 13 A

Paraíba lança campanha de promoção turística em SP

A Paraíba lançou, 4ª feira, em São Paulo, no Hotel Hilton, a campanha promocional do turismo paraibano reunindo mais de seiscentos empresários do ramo que atuam naquele Estado. O secretário Luiz Augusto Crispim, da Comunicação Social, que representou o governador Wilson Braga, viu o evento como "acontecimento histórico do desenvolvimento desse importante segmento de nossa economia".

O lançamento da campanha foi dividido em três partes: apresentação para autoridades e dirigentes de agências de viagens, um encontro comercial, para os operadores de um show de Sivuca regado a uma noite gastronômica. Rui Mazzei, coordenador de Marketing da Embratur foi responsável pelo lançamento da campanha da qual participaram Modesto Mastroirotto, da ABAV Nacional e outros representantes do turismo nordestino e brasileiro.

Segundo Mazzei, a campanha paraibana foi das mais bonitas e bem concebidas até hoje para representar isoladamente um estado nordestino como destinação turística. A agência encarregada de sua programação foi a Denison, com apoio dos quadros técnicos da Pb-Tur e da Embratur. Seu slogan, "Paraíba - O Ponto Extremo Oriental das Américas". A campanha consta de cartazes, folder, Shell folder, adesivos e edição de anúncios nos principais jornais brasileiros.

"A Paraíba-O Ponto Extremo Oriental das Américas" levou em seu bojo um investimento estimado em 430 milhões de



Muita gente foi do lançamento da campanha

cruzeiros, tendo o Estado participado com apenas 60 milhões. A solenidade foi encerrada pelo secretário Luiz Augusto Crispim que enalteceu a atual administração do Estado "que vem dando o maior apoio possível ao turismo da região". Referiu-se, ainda ao fato de o Governo do Estado vir se esforçando ao máximo para aumentar o fluxo turístico na Capital e interior do Estado.

O representante da Embratur destacou, por sua vez, o apoio do governador Wilson Braga à campanha e fez alusão, especial, a D. Lúcia Braga que vem se empenhando em dinamizar um dos setores "mais ativos e marcantes do turismo", que é o artesanato. Na ocasião foi assinado um novo convênio entre Embratur e Pb-Tur.

O encontro comercial foi realizado logo em seguida, no Salão Ipiranga, com boxes de 14 empresas turísticas paraibanas: Pb-Tur, Pb-Tur Hotéis, Secre-

taria de Turismo de João Pessoa, Departamento de Turismo de Campina Grande, Comissão do IV Centenário, Casa do Artesão, Hotel Tambaú, Hotel Sol-Mar, Hotel Tropicana, Agência Planetur, Vega Turismo, Agência Colúmbia, Agência Cinco Estrelas, Hotel Serrano de Campina Grande e Hotel Ouro Branco de Campina Grande.

Conforme Ruy Ramalho o encontro foi dos mais organizados e importantes da história do turismo paraibano. Da mesma opinião foi o sr. Hermano Targino, dos Hotéis Sol-Mar e Ouro Branco. Da Paraíba, participaram a cronista social Astrid de Pace, Tercilio Telino, técnicos da Pb-Tur, etc. Na parte da noite o auditório do teatro Hilton esteve totalmente lotado quando aconteceu o show de Sivuca. A festa culminou com um espetáculo gastronômico onde 400 convidados saborearam o melhor da culinária paraibana.

Anexo 13 B

TURISMO

Embratur lança amanhã no Rio campanha de promoção da PB

A campanha "Paraíba, o Ponto Extremo Oriental das Américas", lançada a nível nacional pela Pb-Tur, em convênio com a Embratur, vai ser apresentada amanhã no Rio de Janeiro. O evento, marcado para as 17 horas, reunirá nos salões do Rio Palace empresários paraibanos e cariocas da área do turismo, dirigentes e técnicos da Pb-Tur e da Embratur, jornalistas e convidados especiais. O governador Wilson Braga e o prefeito Oswaldo Trigueiro do Valle e o Secretário de Cultura, Esporte e Turismo, Luiz Augusto Crispim prestigiarão o acontecimento.

Lançada pioneiramente em São Paulo, com absoluto êxito, a campanha objetiva promover o produto turístico paraibano junto aos grandes polos emissores do País. Além de São Paulo e Rio de Janeiro, de onde a Paraíba recebe o maior contingente de turistas, a campanha será levada a Porto Alegre, Curitiba e a algumas capitais do Norte/Nordeste,

entre as quais Belém e Fortaleza.

Orçada em 120 milhões de cruzeiros (a preços do ano passado, quando foi firmado o convênio), a campanha "Paraíba, o Ponto Extremo Oriental das Américas" compreende cartazes, *foulders*, adesivos e peças publicitárias para jornais e revistas de grande circulação nacional. É, na opinião dos empresários do setor, a melhor promoção que a Embratur fez até agora de uma destinação turística nordestina.

Na opinião do presidente da Pb-Tur, Carlos Roberto de Oliveira, a campanha é "mais um esforço no sentido de conquistar mercados para o produto turístico paraibano". Lançada apenas em São Paulo, até agora, os resultados positivos dessa promoção, segundo ele, já começam a se fazer sentir no aumento do número de agências de turismo do Sul do País que estão incluindo a Paraíba em seus roteiros.

Na expectativa de superar o êxito do lançamento em São Paulo, a Pb-Tur organizou para o evento de amanhã, nos salões do Rio Palace, uma programação que inclui, além da apresentação da campanha pelo diretor da Denison Propaganda, Celso Japiassu, em solenidade na qual falarão o presidente da Embratur, Mac Dowell Leite de Castro, o governador Wilson Braga e o coordenador de Marketing da empresa, Fernando Hermann, dois encontros comerciais com agentes de viagem, transportadores, empresários do setor de hotelaria e imprensa especializada em turismo.

Na parte social foi programado um "show" musical com Sivuca e sua banda, uma noite gastronômica, com pratos típicos da culinária paraibana, mostras de artes plásticas e artesanato e exposições sobre o IV Centenário da Paraíba e sobre os escritores Augusto dos Anjos, José Lins do Rego e José Américo de Almeida.

Fonte: Jornal A União, Cultura pág. 2, domingo 02 de junho de 1985

Anexo 14



A nova sede da Pb-Tur apresenta moderno estilo arquitetônico

Pb-Tur

Burity inaugura nova sede

O governador Tarcísio Burity inaugura, hoje, em companhia do presidente da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), João Dória Jr., a nova sede da Empresa Paraibana de Turismo S/A - Pb-Tur e os Albergues da Juventude "Cidade das Acácias", na Avenida Trincheiras e "Primavera", na Avenida Eptácio Pessoa. Após as inaugurações, que se encerrarão no início da noite, o Governador assinará, em ato solene, o Edital de Oferta Pública do Distrito de Desenvolvimento Turístico "Costa do Sol".

O presidente da Pb-Tur, Ivan Burity, disse que as inaugurações a serem feitas pelo Governador e o Presidente da Embratur, "marcarão, de forma definitiva, a política de prioridade para a Indústria Turística que vem sendo implementada pelo Governo do Estado, na certeza de que o Turismo, devido às imensas potencialidades naturais que o nosso Estado oferece, será capaz de dar um novo direcionamento à economia paraibana, porque o turista é um consumidor especial que, ao comprar os produtos dos mais diversos ramos, incrementa o comércio, o setor hoteleiro e os demais setores de prestação de serviços, fazendo com que a oferta de empregos seja aumentada e, desta forma, atenuada a crise social que é uma realidade no Brasil de hoje".

OS ALBERGUES

A programação definida para as inaugurações e para a visita do dirigente nacional da Embratur à capital paraibana, começa às 12h40m. Neste horário, o presidente da Empresa Brasileira de Turismo desembarcará no Aeroporto Castro Pinto, onde será recepcionado por um grupo de amigos, com os quais almoçará.



Ivan Burity, da Pb-Tur

A primeira inauguração será realizada às 16 horas de hoje, na Avenida Trincheiras, onde a Pb-Tur reformou o prédio que abrigará o segundo Albergue da Juventude do Estado da Paraíba, já que o primeiro está em pleno funcionamento, desde o mês de janeiro de 1988.

A programação de inaugurações continua às 16h30, quando as autoridades descerrarão placa entregando à juventude brasileira mais uma opção para a prática do turismo, com preços acessíveis, que será o Albergue da Juventude "Primavera", na Avenida Eptácio Pessoa nº 2345. Este Albergue, o terceiro do Estado, terá capacidade inicial para abrigar 28 jovens. O Albergue "Cidade das Acácias, nas Trincheiras, de propriedade da Pb-Tur, inicialmente, tem condições de receber 40 hóspedes mas, a médio prazo, será capaz de receber mais 40, perfazendo um total de 80 leitos.

O CTT

O Centro Turístico de Tambau (CTT) um prédio de linhas arquitetônicas modernas, localizado na Avenida Tamandaré, nº 100, na Praia de Tambau, em frente para o mar, será inaugurado às 18 horas de hoje. O CTT é composto da sede da Pb-Tur no primeiro andar, onde estão a Presidência e as Diretorias.

Um moderno Centro Comercial no andar térreo, com 30 lojas (de agências de viagem, bancos, bomboniere, etc) também compõe o CTT que, no primeiro andar, ainda conta com o auditório Hélio Smidt, com capacidade para mais de 100 pessoas.

DISQUE TURISMO

Ao inaugurar o CTT, o governador Tarcísio Burity - disse Ivan - estará entregando aos turistas, um Central de Informações Turísticas computadorizada, que dará informações através do "Disque Turismo". O "Disque Turismo" é um novo serviço de informações por telefone, criado pela Embratur, com o apoio da Embratel que dará todas as respostas sobre as principais cidades brasileiras, eventos turísticos, viagens com descontos do Passaporte Brasil, entre outras, pelo fone 1516.

Durante a inauguração do auditório Hélio Smidt, no primeiro andar do CTT, o governador Tarcísio Burity assinará o Edital de Oferta Pública do Distrito de Desenvolvimento Turístico "Costa do Sol".

FONTE: Jornal A União, Geral, pág. 8, quarta-feira 03 de agosto de 1988

Anexo 15

Paraíba, quinta-feira, 4 de agosto de 1988

João Dória inaugura o novo Centro Turístico de Tambaú

Ao inaugurar, ontem, no início da noite, o Centro Turístico de Tambaú (sede da Empresa Paraibana de Turismo S/A-Pb), ao lado da primeira dama, dona Glauce Burity, que representou o governador Tarcísio Burity, atualmente em viagem a Brasília, para resolver "problemas fundamentais para o Estado e do presidente da Pb-Tur, Ivan Burity, o presidente da Embratur, João Dória Jr. disse que a obra, "sem dúvida, é um marco que representa um tiro de partida para fazer da Paraíba um referencial para o desenvolvimento turístico do Nordeste, de forma que o Projeto Turístico paraibano é um exemplo para os demais Estados do País".

Ainda disse o Presidente da Embratur, na solenidade prestigiada por representantes de todos os setores empresariais, políticos e do setor público paraibano, que "os Senhores Deputados e membros da iniciativa privada aqui presentes, devem apoiar o Governador do Estado, na sua disposição de priorizar o Turismo. O Governo tem autoridade para responder aos seus eleitores, aos seus conterrâneos, que teve a coragem, a dignidade de enfrentar o desafio de transformar o Turismo numa fonte geradora de riquezas. Porque a Paraíba tem, hoje, o mais arrojado e mais moderno projeto de Pólo Turístico do Brasil. Vamos com satisfação a garra e coragem do governador Tarcísio Burity, ao apresentar o seu Projeto no Congresso da Abav (Associação Brasileira de Agentes de Viagem), em natal, no Rio Grande do Norte. Que o seu exemplo seja seguido pelos demais Governadores do Brasil que ainda têm dúvidas quanto ao Turismo ser uma alternativa

para o desenvolvimento geral da economia".

REAFIRMAÇÃO

A primeira dama do Estado, dona Glauce Burity, representando o Governador, disse que o chefe do Executivo Estadual, antes de viajar para Brasília, reafirmou que o seu Governo prosseguirá dando ao Turismo um tratamento prioritário. "A prova do tratamento especial que o Governador dá ao Turismo está nesta obra, iniciada no seu primeiro Governo, quando o Turismo já era prioritário e, agora concluída, pouco mais de um ano de iniciada a sua segunda gestão".

Depois de afirmar que "o Turismo na Paraíba não é mais visto como algo descartável", dona Glauce assegurou que o CTT "é importante para o início da grande obra que o Governo Estadual vai implantar no Setor Turístico, de forma a dotar a Paraíba de uma completa infraestrutura para receber os milhares de turistas que virão para o nosso Estado".

Reafirmou a sua fé pessoal de que "num período de crise como este, achamos que o Turismo é o caminho ideal para resolver os problemas cruciais da nossa economia". E concluiu: "de casa nova, o Turismo paraibano traça rumos novos para o seu destino".

COMO O CARIBE

O presidente da Pb-Tur, Ivan Burity, após ressaltar a importância da inauguração do Centro Turístico, para a sua vida de administrador, fez um relato das partes que compõem a nova sede da Pb-Tur, destacando o Centro de Informações Turísticas, totalmente computadorizado; o Centro Comercial, com 30 lojas (para Agências de Viagens, Locadoras, Bancos, Bombonieres etc), no andar térreo. No primeiro andar, a sede da Pb-Tur, com o Gabinete da Presidência e todas as Diretorias e, ainda, o Auditório Hélio Smidt.

Disse, ainda, Ivan, que o CTT "é um marco, sem dúvida nenhuma, para a Indústria do Turismo que, por determinação do Governador, é uma prioridade que também se reflete no Projeto Costa do Sol, já em pleno processo de implantação, que dotará a nossa Capital de mais 16 hotéis e de uma ampla infraestrutura para o recebimento dos turistas que virão para a Paraíba, um Estado com vocação natural para o Turismo, que será uma atividade capaz de nos tirar da estagnação econômica histórica. Como no Caribe, na Espanha e em outros países o Turismo será capaz de fazer a nossa redenção econômica".

As 18h45m de ontem, com o descerramento da placa contendo os dados sobre o CTT, a primeira dama do Estado, e os presidentes da Embratur e Pb-Tur, deram por inaugurada a obra. Em seguida, acionaram a Central de Informações Turísticas e foram para o primeiro andar, onde inauguraram o auditório com 100 lugares. O homenagem deste ato inauguratório foi o diretor presidente da Varig, Hélio Smidt, já que o auditório recebeu o seu nome, como reconhecimento, segundo explicou o presidente Ivan Burity, pelos "inestimáveis serviços que o dr. Hélio Smidt tem prestado ao Brasil e, em particular, ao Turismo, ao longo de mais de quatro décadas de atividades empresariais vitoriosas".

Paraíba é exemplo ao turismo nacional

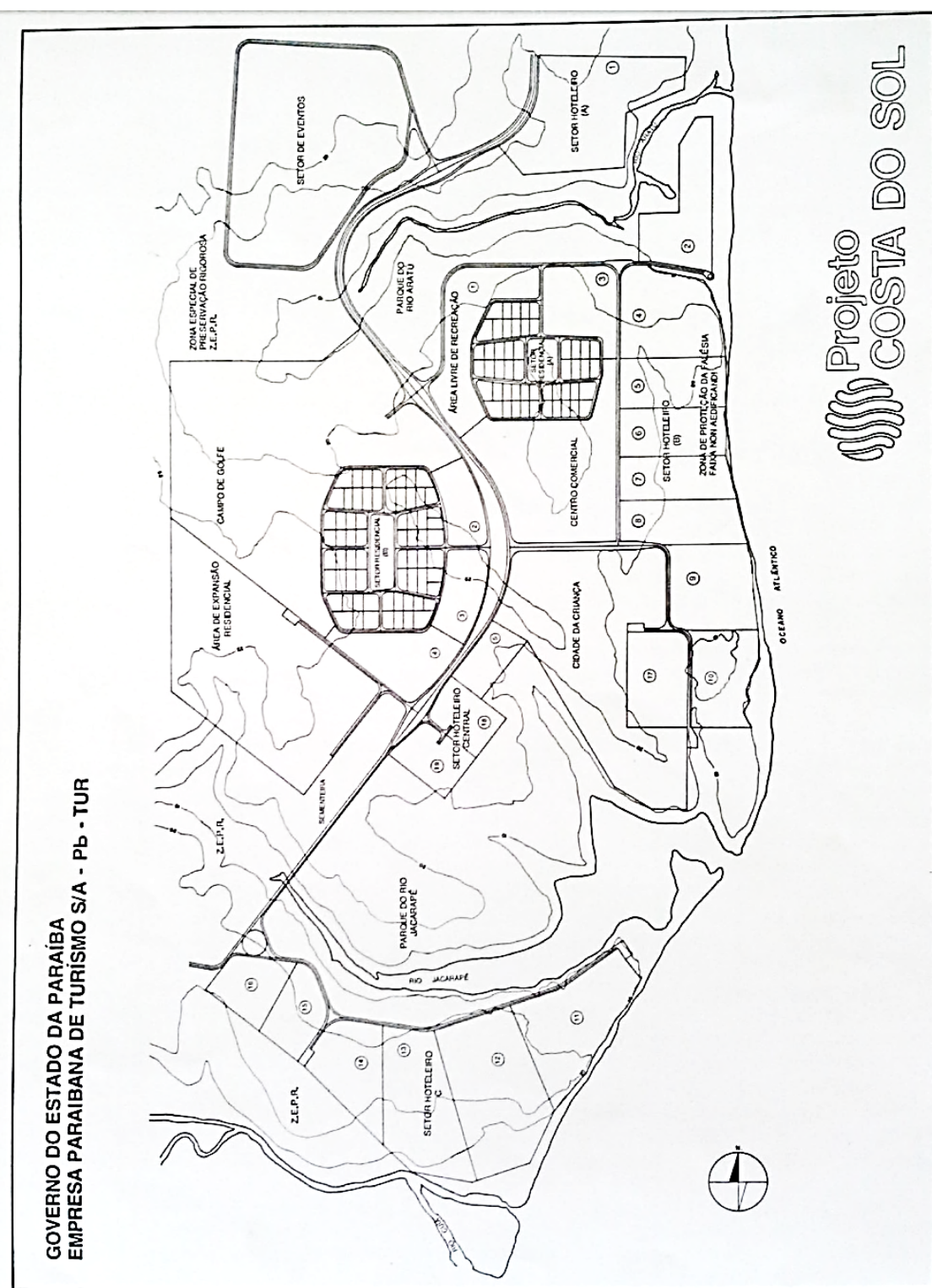
"João Pessoa mostra mais um exemplo ao turismo brasileiro, oferecendo uma casa de hospedagem aos jovens de todas as

ventude e pediu para que as empresas privadas acompanhem o movimento do turismo social e crie alternativas para o turismo econômico. "A perspectiva da

vendo um programa de turismo. "O povo é testemunha do esforço do Governo em colocar em prática os projetos de incentivo às indústrias do turismo. Nós precisamos aproveitar as poten-

FONTE: Jornal A União, Geral, pág. 8, quinta-feira 04 de agosto de 1988

Anexo 16



FONTE: Governo do Estado da Paraíba (adaptado), 1988. pp.10-11

Anexo 17



Os passos decisivos para implantação de uma Indústria turística na Paraíba estão sendo dados pelo Governador Tarcísio Burity, ao assinar o edital de oferta pública para venda dos lotes do distrito turístico Costa do Sol, colocando o nosso estado é um dos pontos turísticos mais importantes do país.

Paralelamente ao Costa do Sol, o Governo do Estado inaugura o Centro Turístico Tambaú (Central de Informações Turísticas, Centro Comercial, sede da PBTUR e auditório Hélio Smidt), modernamente instalado no coração da orla marítima pessoense promove importantes ações, no interior, como a inauguração do Hotel Bruxaxá, em Areia, e inicia as obras do hotel turístico de Campina Grande.

Outras medidas complementares são tomadas, todas visando tornar a Paraíba uma destinação turística, em níveis industriais. Entre muitas, destacam-se: adaptação do espaço cultural para Centro de Convenções e casa e grandes shows; recuperação dos sítios históricos de João Pessoa, com sua utilização para fins

culturais e turísticos e transformação da Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo, em Centro Cultural e turístico.

O Norte, divulgando esses cadernos especiais, oferece aos seus leitores todas as informações sobre esse momento histórico por que passa o turismo paraibano.

FONTE: Jornal O Norte, Caderno Especial de Turismo, 13 de julho de 1988

Polo Turístico vai ser a mais arrojada obra do Governo Burity

—“O Polo Turístico Costa do Sol será a mais arrojada obra do Governo Tarcisio Burty, voltada para consolidar definitivamente o turismo no Estado, dando uma dimensão internacional a essa atividade, em face da qualidade da infraestrutura que se implantará”, afirmou, ontem, o secretário da Indústria, Comércio e Turismo da Paraíba, Carlos Cláudio Sabino de Farias.

O secretário acrescentou que tinha certeza que em futuro próximo a atividade turística será uma das mais importantes na economia paraibana, particularmente nas cidades litorâneas, onde a exploração da orla marítima representa um manancial de enorme potencialidade para geração de renda e de emprego.

Carlos Gláucio afirmou que a existência de empresas de economia mista como a PB-Tur e a PB-Tur Hotéis já é suficiente para demonstrar que o Governo Burity, através da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, "não tem se descuidado dessa atividade na Paraíba, através de apoio permanente, no sentido de promover eventos de interesse dos visitantes e dotar as principais cidades do Estado de hotéis para receber os turistas".

RESPOSTAS PARA A ENTREVISTA A
"O NORTE"

D1. A Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, através da vinculada, tem estimulado o desenvolvimento turístico no Estado.

R. A existência de empresas de economia mista como a PB-TUR e a PB-TUR Hotéis já é suficiente para demonstrar que o governo do Estado, através da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, não se tem descuidado dessa atividade na Paraíba, através de apoio permanente, no sentido de promover eventos de interesse dos visitantes e, por outro lado, dotar as principais cidades do Estado, aquelas que representam o maior potencial a ser explorado, de uma infraestrutura básica

indispensável à consolidação do fluxo turístico.

Esse apoio que se manifesta em caráter crescente, tem permitido a expansão do setor hoteleiro e de lazer em João Pessoa e Campina Grande em níveis tais, que permitem vislumbrar um amplo desenvolvimento do turismo paraibano, a médio prazo. E a presença da Secretaria nesse processo, através de suas empresas vinculadas, é incontestável e cada vez mais forte.

02 - V. Excelência acredita nas ma-

K. Tenha a mais absoluta convicção de que o futuro não muito longo, a atividade turística será um dos mais importantes centros dinâmicos da economia paraibana, particularmente nas cidades litorâneas, onde a exploração da orla marítima representa um manancial de enorme potencialidade para geração de renda e de emprego. Os fatos que atestam a realidade afirmados por esta experiência de turistas em nosso litoral Nordeste. Não preciso referir-me a Estados como Bahia, Pernambuco e mesmo Ceará, onde esse trabalho já tem uma tradição mais alongada e hoje se constitui em sólida fonte de recursos. Falo de manifestações mais recentes como as de Macaé, Natal e Aracaju, que demonstraram há apenas cinco ou seis anos parcerias investidas em lazer e hotelaria que hoje possuem um apreciável potencial nessa área, que é uma base segura para o crescimento futuro.

Então, se as correntes turísticas do Brasil e do exterior estão procurando em ritmo crescente, toda região Nordeste para repouso e divertimento, por que a Paraíba e especificamente João Pessoa, haverá de ficar de fora desse processo? Agora mesmo, durante os festejos juninos, coordenados pela Prefeitura Municipal, a cidade de Campina Grande atraiu uma massa de visitantes sem precedentes na história da Paraíba para participar do "Maior São João do Mundo", que se amplia de ano para ano, revelando ótimas oportu-

nidades de investimentos. Prevê-se que, cem mil turistas estarão visitando aquela cidade num período de quarenta dias.

Outros eventos de âmbito regional e nacional, como competições esportivas, congressos, feiras etc. estão se intensificando permanentemente no estado, permitindo antever dias gloriosos para essa atividade.

Por tudo isso, entendendo de forma muito transparente o desenvolvimento acelerado do turismo na Paraíba.

03. A Secretaria tem uma ideia de quantos turistas visitam a Paraíba em média por mês?

R. Os registros existentes na PB-TUR informam que uma média de 7.000 a 8.000 turistas visitam a Paraíba mensalmente. Esses números, de acordo com a mesma fonte, sobem para 70.000 e 11.000 em épocas de pique como as férias escolares. As festas de São João, principalmente no interior, são consideradas como período atípico, pela elevação descomunal de visitantes de outros Estados.

04. Qual a opinião de V. Excelência,

R. O Polo Turístico Costa do Sol será a maior arranha-céus obra do Governo Tarcísio de Freitas, voltada para consolidar definitivamente o turismo no Estado, dando uma dimensão internacional à essência da atividade, em face da qualidade da infraestrutura que se implantará. Situado em recanto privilegiado do litoral paraibano, pelas condições naturais que ali prevalecem, o projeto contará com 18 hotéis de 3, 4 e 5 estrelas. Marinas, zona comercial, com um grande Shopping Center, áreas de lazer com atrações inéditas como o projeto das águas e a cidade da criança e ainda áreas reservadas para construções residenciais unifamiliares e multifamiliares, destinadas a períodos de verão.

Tudo isso servido por acesso rodoviário, asfaltado e demais serviços indispensáveis a um empreendimento desse porte. O projeto Costa do Sol deverá ter uma implantação concluída a longo prazo. Mas ainda no Governo Burity, as obras básicas estarão prontas assim como várias empresas privadas dando caráter de irreversibilidade a trabalho.

Existente um acentuado interesse de grupos empresariais locais, nacionais e internacionais para investirem nesse projeto, o que revela um seguro indicador da viabilidade econômica do negócio de hotelaria e lazer que ali se instalarão.

Por outro lado, considerando a posição privilegiada de João Pessoa, como epicentro do sistema geo-econômico nordestino, pode-se prever que a corrente turística proveniente do Sul do país e do exterior, em demanda de estados mais ao Norte, como Rio Grande do Norte e o Ceará, terá uma "parada estratégica" nesta cidade que, além de dispor de aeroporto em condições para receber aeronaves de grande porte,

R. A exemplo das cidades an-
tigas do Nordeste, Pessoa dispõe
de monumentos arquitetura colo-
nial. Em termos de obras bar-

O título exprime uma concretude. Dá ênfase a modernidade trazida pelo Governo Burity.

6. E do artesanato e da culinária
R. Os trabalhos manuais "confeccionados em couro, cerâmica, ossos, sasil, rendas etc." são uma enorme força de atração a impulsionar a atividade turística na Paraíba. Pelo fato do crescimento industrial local não ter atingido níveis elevados, ainda existe uma parcela significativa da mão-de-obra dedicada ao Trabalho artesanal, capaz de gerar quantidades de produtos suficientes para atender à demanda dos turistas e ainda exportar para outros mercados do Brasil e do exterior.

O artesanato é um segmento da economia paraibana que deve merecer total atenção do poder público, não apenas por ser uma atividade acessória de grande interesse para o turismo, como também pela grande capacidade de geração de emprego e de renda na capital do Estado e, principalmente, nas comunidades interioranas.

No que se refere à culinária, direi que nossa maior riqueza nessa área provém do mar. Os pratos mais apreciados pelos visitantes de outras regiões são preparados com peixes e frutos do mar da costa nordestina. Já se verificam algumas melhorias nas casas de pasteis de João Pessoa, quanto à qualidade da cozinha e dos serviços. Porém ainda há muito a ser feito nesse sentido.

Anexo 19

Projeto Costa do Sol, iniciativa prioritária do Governo Burity



A Paraíba entra na era do turismo, graças ao esforço da administração Tarcísio Burity e da iniciativa privada. O nosso litoral, riquíssimo em beleza natural, está se preparando para receber os turistas. São novos hotéis que surgem, incentivados com o nascimento do projeto Costa do Sol de responsabilidade do Governo do Estado, que propõe o modelo de crescimento da capital na direção do litoral sul, após o Parque da Ponta do Cabo Branco, atendendo a uma necessidade imperiosa de preservar os sítios naturais e qualificar a ocupação nos terrenos apropriados à urbanização.

A nossa capital convive aleatoriamente com a manutenção no meio ambiente natural e fermentou, ao longo do processo secular de sua urbanização, uma mentalidade 'preservacionista'.

Nesse sentido, busca-se resgatar esse notável traço de sua identidade cultural e encaminha o seu futuro segundo os mais rigorosos princípios de conservação ambiental, sem preconceitos contra a organização de atividades essenciais à sua valorização e à manutenção da qualidade de vida natural de sua paisagem.

IMPACTO AMBIENTAL

O projeto tem incluído uma avaliação do impacto ambiental, o que, sem dúvida, contribui decisivamente para definir os pressupostos do equilíbrio vital entre os assentamentos humanos e o meio ambiente, e objetiva promover uma ocupação ordenada do litoral sul de João Pessoa, entre a praia da Penha e o Cuia, protegendo a natureza e reservando áreas de elevado potencial paisagístico para a instalação de hotéis de lazer - imprimindo-lhe o caráter de espaço turístico integrado ao meio ambiente.

Em síntese, o plano geral prevê o disciplinamento da urbanização nas praias rio Sexias, Penha e Azeitão, segundo os mais eficazes instrumentos de controle da qualidade de vida e do meio ambiente.

A ocupação proposta deverá se desenvolver a partir da implantação de uma via de acesso, que se estenderá do rio do Cabo Branco ao rio Cuia, servindo ao longo da costa, a uma distância variável entre 300 e 1.000 metros, procurando adaptar-se ao terreno (a melhor e mais racional forma possível). Tal via torna acessível uma

fachada litorânea de alto valor paisagístico, com cerca de quatro quilômetros marcados por falésias caprichosamente esculpidas, estuários de areias brancas, bucólicos manguezais e extensos coqueirais, sem falar na praia pontilhada de piscinas naturais que bordeja e interliga esses componentes da paisagem.

HOTÉIS

A fachada litorânea, numa profundidade média de 300 metros, é destinada a hotéis de lazer de partido arquitetônico horizontal devendo ser desmembrada em glebas de pelo menos 2,0 ha a serem incorporadas pela iniciativa privada. Esta extensão, que comporta pelo menos 18 glebas, compreende três trechos diferenciados:

- a) Um compartimento constituído por um tabuleiro, coberto por coqueiral, situado entre os rios Cuia e Jacaré, abrangendo 7 glebas;
- b) Um outro tabuleiro, coberto por mata, com cerca de 26 ha, situado entre o rio Jacaré e o vale/estuário do rio Aratu, podendo ser dividido em até 9 glebas;
- c) Um comportamento compreendendo o estuário do rio Aratu e a encosta ao norte deste, comportando 2 hotéis.

A cessão das glebas às empresas hoteleiras que ali pretendam se instalar, implica na responsabilidade de zelar pelo patrimônio natural que lhes será transferido, o que é a razão maior da sua presença. Os hotéis implantados devem obedecer a princípios arquitetônicos que assegurem a preservação ambiental e garantam uma inserção deles na paisagem.

Ao longo do eixo viário, um conjunto de áreas, totalizando aproximadamente 30 ha, será parcelado em 190 lotes destinados ao uso habitacional, os quais serão ofertados à comercialização. Com isto procura-se otimizar o aproveitamento da infraestrutura a ser lançada e, ao mesmo tempo, obter recursos através da incorporação dos lotes que contribuirão para viabilizar a implementação do Projeto Costa do Sol.

As áreas residenciais formadas por esses lotes foram concebidas como um conjunto de células de vizinhanças que são delimitadas e circundadas por um sistema viário coletor, e que normalmente possui em seu interior uma ampla área verde, distando menos de 300 metros de qualquer um de seus lotes.

Procurou-se ainda conceber uma configuração interna onde existissem cruzamentos de vias locais - que são freqüentemente fonte de acidentes - e

um Complexo Polí-Esportivo, um Centro de Eventos Culturais, um Shopping Center e, um nucleamento próprio para restaurantes, bares e boates.

Separando e envolvendo as diversas áreas de atividades aqui mencionadas, são previstas Zonas de Preservação, destinadas a preservar a natureza e garantir o equilíbrio ambiental da área. Procurou-se ainda proteger o complexo turístico do avanço do tecido urbano convencional que hoje tem seus limites no Conjunto Mangabeira, situado a poucos quilômetros de distância, designando-se terras entre este e o complexo turístico como uma área rural onde se realizam pesquisa e produção agropecuária, cuja existência deve ser mantida. Entre a área rural e a área de habitação popular da CEHAP onde são executados programas habitacionais, tem-se a implantação de um Parque Tecnológico com o objetivo de estimular atividades institucionais de pesquisa e formação entre outros.

O suporte básico à implantação deste importante projeto, fundamenta-se no amplo conhecimento das características físicas da área estudada, e foi largamente condicionado pela preocupação com a viabilidade de sua implantação, associado ao imperativo de conciliar a salvaguarda das qualidades ambientais com a necessidade de estimular o turismo entre nós. Representa então, uma forma de ocupação do nosso litoral diferente do que temos presenciado e aponta um caminho concreto no sentido de tornar João Pessoa um centro turístico de largo alcance.

Em grandes números, o complexo hoteleiro a se instalar na área com o advento do Projeto Costa do Sol e, os indicadores urbanísticos e dimensionamento do projeto, tem a seguinte posição conforme os quadros a seguir:

"A Paraíba entra na era do Turismo, graças ao esforço da administração Tarcísio Burity e da iniciativa privada. O nosso litoral, riquíssimo em beleza natural está se preparando para receber os turistas. São novos hotéis que surgem, incentivados com o nascimento do projeto Costa do Sol de responsabilidade do Governo do Estado, que propõe o modelo de crescimento da capital na direção do Litoral Sul, após o parque da ponta do Cabo Branco, atendendo a uma necessidade imperiosa de preservar os sítios naturais e qualificar a ocupação nos terrenos apropriada urbanização.

A nossa capital convive aleatoriamente com a manutenção no meio ambiente natural e fermentou, ao longo do processo secular de sua urbanização, uma mentalidade 'preservacionista'.

Nesse sentido busca-se resgatar esse notável traço de sua identidade cultural e encaminha o seu futuro segundo os mais rigorosos princípios de conservação ambiental, sem preconceitos contra a organização de atividades essenciais a sua valorização e a manutenção da qualidade de vida natural de sua paisagem.

Impacto Ambiental

O projeto tem incluso uma avaliação do impacto ambiental, o que se, sem dúvida, contribui decisivamente para definir os pressupostos do equilíbrio vital entre os assentamentos humanos e o meio ambiente, e objetiva promover uma ocupação ordenada do litoral sul de João Pessoa, entre o rio Cuiá, protegendo a natureza e reservando áreas de elevado potencial paisagístico para a instalação de hotéis de lazer - imprimindo-lhe o caráter de espaço turístico integrado ao meio ambiente.

Em síntese, o plano geral prevê o disciplinamento da urbanização nas praias do Seixas, Penha e Arraial, segundo os mais eficazes instrumentos de controle de qualidade de vida e de meio ambiente.

A ocupação proposta deverá se desenvolver a partir da implantação de uma via de acesso, que se estenderá do farol do Cabo Branco ao Rio Cuiá, serpenteando ao longo da costa, a uma distância variável entre 500 e 1.000 metros, procurando adaptar-se ao relevo da melhor e mais racional forma possível. Tal via torna acessível uma fachada litorânea de alto valor paisagístico, com cerca de quatro quilômetros marcados por falésias caprichosamente esculpidas, estuários de areais brancas, bucólicos manguezais e extensos coqueirais, sem falar na praia pontilhada de piscinas naturais que bordeja e interliga esses componentes da paisagem.


(...)

Separando envolvendo as diversas áreas de atividades aqui mencionadas, são previstas Zonas de Preservação, destinadas a preservar a natureza e garantir o equilíbrio ambiental da área. Procurou-se ainda proteger o complexo turístico do avanço do tecido urbano convencional que hoje tem seus limites no Conjunto Mangabeira, situado a poucos quilômetros de distância, designando-se terras entre este o complexo turístico como uma área rural onde se realizam pesquisa e produção agropecuária cuja existência deve ser mantida. Entre a área rural e área de habitação popular da CEAP onde são executados programas habitacionais, tem-se a implantação de um Parque Tecnológico com o objetivo de estimular atividades institucionais de pesquisa e formação entre outros.

FONTE: Jornal O Norte, Caderno Especial de Turismo, 13 de julho de 1988

Anexo 20

16 João Pessoa, 13 de julho de 1988 ONORTE *Turismo*



João Pessoa, onde o sol domina o ano inteiro

Com uma população estimada em 500 mil habitantes, João Pessoa por sua situação estratégica - bem no centro do Nordeste - vem cada vez mais se firmando como polo turístico, beneficiando-se da proximidade (108 km) de um dos portões de entrada do Brasil, o Recife.

A Capital paraibana representa um convite permanente à vida natural e saudável com sua total disposição. É mesmo uma cidade-jardim, onde o verde está tão presente em suas ruas, avenidas e praças que até se confunde em certas horas, com o azul esverdeado do mar.

João Pessoa tem o privilégio de ostentar sol o ano todo, com uma variação de temperatura muito baixa e uma umidade do ar quase imutável. Seu clima é quente e úmido, com precipitações pluviométricas de curta duração e a água do mar sempre tépida, com a temperatura oscilando entre 24° e 27° C.

A praia de Tambaú, uma das mais belas do Nordeste, desvenda ao turista um ponto singular, o Cabo Branco, extremo-oriental das Américas, contrastando com a originalidade arquitetônica do famoso Hotel Tambaú, implantado na praia do mesmo nome, com sua parte oriental tocando as águas do Atlântico.

Ao lado do sol, da completa despoluição, o produto turístico pessoense mostra uma gama variada de atrações, passando por seus monumentos, suas praias, até chegar ao diversificado artesanato, ao rico folclore e a uma culinária de rico sabor.

Vendido hoje pelas principais agências operadoras do país, o produto turístico pessoense agrada pela existência de um perfeito serviço receptivo, executado por dezenas de agências, pela moderna e confortável rede hoteleira, com perto de 2.000 leitos, casadas, albergues, campings, centros, locadoras e uma perfeita estrutura turística alcançada e bem instalada: restaurantes, servindo pratos típicos e internacionais, bares, boates e shopping-centers.

Cursos especializados levam o visitante a encantar-se com seus inúmeros monumentos tombados, como o Convento de São Francisco, numa perfeita convivência do passado com os modernos cursos técnicos, cujos símbolos marcam o Hotel Tambaú e o Espaço Cultural José Lins do Rego, ambos projetados pelo arquiteto Sérgio Bernardes.

Cumpre destacar, ainda, a realização de grandes eventos, a maioria explorando os valores culturais ou as belezas naturais, como é o caso da Ilha de Arma Vermelha, verdadeiro oásis em pleno oceano, a 10 km da orla marítima, ou os realizados no Espaço Cultural ou na praia de Tambaú.

Modernos acessos permitem ao turista entrar facilmente nessa terra verde, emoldurada por coqueiros e palmeiras impenas e estar em contato com uma gente simples, simpática e hospitaleira. As rodovias BR-230, BR-101 e BR-104 ligam João Pessoa ao interior do Estado e ao resto do país. O aeroporto Castro Pinto, com sua moderna estação para passageiros, dista 15 km do centro, com três frequências diárias, em demanda do sul e do norte. O transporte marítimo é feito pelo Porto e de Cabedelo, a 18 km do centro, município famoso pela presença de um monumento histórico, a Fortaleza de Santa Catarina e por sua rede de barzinhos típicos.

O Espaço Cultural, um dos maiores centros culturais e artísticos do Brasil, hoje um dos melhores locais para realização de shows, bailes, em todo o país.

“Com a população estimada em 500 mil habitantes, João Pessoa por sua situação estratégica - bem no centro do Nordeste - tem cada vez mais se firmando como Polo turístico, beneficiando-se da proximidade (108km) de um dos portões de entrada do Brasil, o Recife.

A capital paraibana representa um convite permanente à vida natural e saudável com sua total disposição. É mesmo a Cidade Jardim onde o verde está tão presente em suas ruas, avenidas e praças que até se confunde em certas horas, com azul esverdeado do mar.

João Pessoa tem o privilégio de ostentar sol o ano todo, com uma variação de temperatura muito baixa e uma umidade do ar quase imutável. Seu clima é quente e úmido com precipitações pluviométricas de curta duração e água do mar sempre com a temperatura oscilando entre 24° e 27° C.

A praia de Tambaú, uma das mais belas do Nordeste desvenda ao turismo um ponto singular, o Cabo Branco extremo oriental das Américas, contrastando com a originalidade arquitetônica do famoso Hotel Tambaú implantado na praia do mesmo nome, com sua parte oriental tocando as águas do Atlântico.

Ao lado do sol, da completa despoluição do produto turístico pessoense mostra uma gama variada de atrações, passando por seus monumentos barrocos, suas praias, até chegar ao diversificado artesanato, ao rico folclore e é uma culinária de rico sabor.” (grifos nossos)

FONTE: Jornal O Norte, Caderno Especial de Turismo, pág. 16, 13 de julho de 1988

Anexo 21

Solenidade ocorrida no dia 06 de janeiro de 1989, no Centro Turístico de Tambaú

Discurso do Governador Tarcísio de Miranda Burity por ocasião da solenidade realizada na PBTUR sobre o Projeto Turístico "Costa Do Sol"

Bom dia todos os ouvintes da Rádio Tabajara. Estamos aqui nesta cerimônia no Centro Turístico, hoje pregando a cada grupo hoteleiro que acreditou na nossa administração e no nosso Projeto "Costa do Sol", que é o maior projeto turístico da Paraíba e um dos maiores do Nordeste com toda a certeza. A entrega, portanto, do termo de homologação a cada grupo relativamente aos lotes que ficaram subordinados a uma concorrência pública para quem quisesse investir na "Costa do Sol"

Com muita alegria eu devo dizer aos paraibanos, que foram 16 lotes que foram distribuídos, e compareceram em torno de 15 concorrentes, então a concorrência foi pacífica, foi tranquila, cada grupo conseguiu o lote que estava desejando. E o governo espera que esses grupos fortes, grupos que tem dado uma contribuição extraordinária ao turismo no Brasil. E alguns grupos ligados também a grupos internacionais, ao turismo internacional. Que eles iniciem dentre em breve todas as providências necessárias para que o polo seja uma realidade. Da parte do governo posso garantir, como eu fiz perante todos os participantes desta cerimônia, a todos os grupos concorrentes, que o governo colocou, decidiu: a "Costa do Sol", o Projeto "Costa do Sol, como seu projeto prioritário, projeto número um, é um projeto que vai trazer um grande desenvolvimento ao Estado da Paraíba. Eu tenho convicção que esse projeto vai na verdade provocar um verdadeiro salto qualitativo quanto ao desenvolvimento do Estado em geral e de João Pessoa em particular.

Estamos terminando os acessos asfálticos com a firma Limoeiro, uma firma muito competente, dentre de mais alguns meses, e pretendemos até o final do ano estar também com toda infraestrutura de água, de esgoto sanitário, de energia própria, além desses acessos que vão ficar prontos antes mesmo desse trabalho. Então o governo está fazendo isso com o esforço próprio, com recursos próprios do Estado, mas estamos na certeza de que isso acontecerá com tranquilidade. A realização desse projeto porquanto o projeto se transformou no projeto número um da nossa administração.

Então a todos os paraibanos e a todos aqueles que estão interessados no desenvolvimento do turismo brasileiro, do turismo nordestino e paraibano, a grande alegria de transmitir a todos este termo de homologação que faz com que este dia seja de fato um marco, um marco realmente significativo, definitivo para o turismo na Paraíba e em João Pessoa.

FONTE: Transcrição da FITA Nº 156, FCJA, sala do governador.

Anexo 22

8 GERAL AUNILÃO João Pessoa Sábado/amanhã, 25/29 de janeiro de 1989

Assis Júnior diz que setor está em crise

Os supermercadistas esperam reverter o quadro de vendas fracas e querem diminuir de 75 por cento para pelo menos 50 por cento o déficit que enfrentam, ultimamente. Os 25 por cento restantes ficarão na dependência da oscilação do mercado. A informação foi prestada ontem pelo presidente da Associação Paraibana de Supermercados da Paraíba, Assis Júnior.

Dois fatores levaram o setor a entrar em dificuldades, disse ele. O primeiro foi a recente greve dos operadores do sistema de transporte coletivo de João Pessoa, que deixou de locomover a grande maioria da população para o comércio, já que apenas a Senasa, do Governo do Estado, manteve-se em operação durante o movimento paralisista, que durou quatro dias.

O outro motivo foi o anúncio do Plano Verão do Governo Federal. Segundo ele, o setor teve em muito reduzida sua margem de lucratividade, sendo às vezes obrigado a vender determinadas mercadorias apenas ao benefício do cliente, porque praticamente não existe ganho.

Assis Júnior, no entanto, deposita boas expectativas de que as vendas no setor adiram embora nos próximos dias, quando, espera-se no comércio, o Governo do Estado pagar aos seus funcionários, a exemplo do que ocorre com o município e acontecerá com os serviços públicos estaduais que trabalham na Paraíba.

Vendas de selos caem na Capital

Embora não tenha sabido precisar o percentual, o diretor regional da Empresa de Correios e Telégrafos na Paraíba, José Cavalcante Queiroz, informou, ontem, que está fraca a venda de selos. Segundo ele,

A solenidade foi realizada no Centro Turístico de Tambaú e contou com...

... a presença de todos os empresários envolvidos, e o presidente da PB-Tur

Governador homologa 16 contratos para o Projeto Costa do Sol

O governador Tarcísio Burity homologou, ontem, 16 contratos de concorrência das empresas que vão construir os hotéis no Projeto Costa do Sol, em solenidade realizada no Centro Turístico de Tambaú, que contou com a presença de todos os empresários envolvidos, além do presidente da PB-Tur, Ivan Burity.

O governador Tarcísio Burity homologou, ontem, 16 contratos de concorrência das empresas que vão construir os hotéis no Projeto Costa do Sol, em solenidade realizada no Centro Turístico de Tambaú, que contou com a presença de todos os empresários envolvidos, além do presidente da PB-Tur, Ivan Burity.

O presidente da PB-Tur, Ivan Burity, disse que a homologação dos contratos "é um coroamento de todo o processo licitatório, que arrastou-se durante três meses, uma vez que a licitação teve muitas exigências, e os grupos contemplados demonstraram que têm *know how*, capacidade e idoneidade financeira para realmente concretizar o empreendimento que estão se propondo".

É salientou: "Hoje, temos convicção de que está consagrado o sucesso do Projeto Turístico Costa do Sol, pois o Governo deu o primeiro passo, criou infraestrutura, lançou o projeto e o outro lado, a iniciativa privada, compreendeu a atitude do Governo, compareceu, prestigiou e hoje se integra perfeitamente a esse projeto".

O presidente do Sindicato dos Hotéis de Campina Grande, Hermínio Targino, por sua vez, ressaltou que "o empreendimento está acreditando no Projeto Costa do Sol, o qual classificou como o maior empreendimento da América Latina e por isso confiam e estão conscientes que a Paraíba irá deslanchar, com o acontecimento com o Rio Grande do Norte, Alagoas, Pernambuco...

Com a homologação dos contratos, os empresários já estão com suas áreas liberadas e a escrituração será feita nas próximas semanas, acreditando-se que dentro de um mês deverão ser instalados os primeiros canteiros de obras de construção dos hotéis no denominado Polo Turístico.

Na ocasião, o governador Tarcísio Burity afirmou que o Projeto Costa do Sol é um dos maiores projetos, não apenas da Paraíba, mas de todo Norte/Nordeste brasileiro, que vai provocar um salto qualitativo na mudança dos investimentos econômicos do Estado "e vai trazer riqueza, mais investimento, mais oportunidade de em-

O governador Tarcísio Burity homologou, ontem, 16 contratos de concorrência das empresas que vão construir os hotéis no Projeto Costa do Sol, em solenidade realizada no Centro Turístico de Tambaú, que contou com a presença de todos os empresários envolvidos, além do presidente da PB-Tur, Ivan Burity.

O Governo do Estado ofertou 16 lotes que foram todos preenchidos por empresas regionais, nacionais e internacionais, como Hilton, Novo Hotel (cadeia francesa), Rio Palace, Savarone, Tavares Correia e Ouro Branco da Paraíba. Cada lote custou entre NCz\$ 50 mil e NCz\$ 60 mil, que deverão ser pagos em ações à PB-Tur, sendo que 10 por cento serão pagos em dinheiro e, desse modo, a PB-Tur passa a ser sócia dos hotéis.

Com a homologação dos contratos, os empresários já estão com suas áreas liberadas e a escrituração será feita nas próximas semanas, acreditando-se que dentro de um mês deverão ser instaladas os primeiros canteiros de obras de construção dos hotéis no denominado Polo Turístico.

Na ocasião, o governador Tarcísio Burity afirmou que o Projeto Costa do Sol é um dos maiores projetos, não apenas da Paraíba, mas de todo Norte/Nordeste brasileiro, que vai provocar um salto qualitativo nas mudanças dos investimentos econômicos do Estado "e vai trazer riqueza, mais investimento, mais oportunidades de empregos, mais renda para a Paraíba".

Acrescentou que a grande contribuição será da iniciativa privada e que o Governo do Estado está realizando todo o trabalho de infraestrutura do Polo Turístico, como os acessos asfálticos, água, esgoto, energia e telefone.

O presidente da PB-Tur Ivan Burity, disse que a homologação dos contratos "é um coroamento de todo o processo licitatório, que arrastou-se durante três meses, uma vez que a licitação teve muitas exigências, e os grupos contemplados demonstraram que têm *know how*, capacidade e idoneidade financeira para realmente concretizar o empreendimento que estão se propondo".

É salientou: "Hoje, temos convicção de que está consagrado o sucesso do Projeto Turístico Costa do Sol, pois o Governo deu o primeiro passo, criou infraestrutura, lançou o projeto e o outro lado, a iniciativa privada, compreende a atitude do Governo, compareceu, prestigiou e hoje se integra perfeitamente a esse projeto".

O presidente do Sindicato de Hotéis de Campina grande, Hermano Targino, por sua vez, ressaltou que o empresariado está acreditando no Projeto Costa do Sol, o qual classificou de “o maior empreendimento da América Latina e por isso confiam e estão conscientes que a Paraíba irá deslanchar, como aconteceu com o Rio Grande do Norte, Alagoas, Pernambuco...”

FONTE: Jornal A União, Geral, pág. 08, sábado/domingo 28/29 de janeiro de 1989

Anexo 23

12 Especial AUNIAO João Pessoa - Sexta-feira, 13 de outubro de 1989 Segundo Caderno

O Projeto Turístico Costa do Sol, do Governo do Estado da Paraíba, vai incrementar o turismo na Capital Paraibana. O turismo sempre foi uma fonte geradora de divisas e empregos para a Paraíba. A atividade turística pode ser incrementada pela beleza das praias da Paraíba, bem como pela gama de atrações pouco conhecidas dos brasileiros e visitantes internacionais.

Pensando nisso, o governador do Estado, professor Tarcísio de Miranda Burity, tomou providências para a implantação do Projeto Costa do Sol. Reconstruir um Estado não é somente dotar de melhores condições o que já existe, e sim, transformar o lapidatário que existe de melhor explorado, em uma fonte permanente de renda. Assim é o turismo.

Projeto COSTA DO SOL
O turismo como alternativa para crescer

O projeto Costa do Sol é um dos mais ousados já realizados no Nordeste que dotará a Paraíba em um centro turístico capaz de atrair investidores e visitantes do país e do exterior. Para a implantação do projeto foi necessário a criação também da construção da via Ilhabela, no trecho compreendido entre o Bessa e a praia do Poço, beneficiando a orla marítima de norte a sul.

Para o governador Tarcísio Burity o turismo pode ser a melhor alternativa de desenvolvimento da economia paraibana. Sem descuidar das outras áreas de interesse, Burity vem dando uma atenção especial ao projeto idealizado por ele. As obras foram recentemente inspecionadas pelo próprio governador que expressou-se com o ritmo acelerado que estão tendo, chegando a ficar impressionado com o estágio atual das obras, garantindo que até o final do ano a maior parte estará concluída.

Um dos primeiros passos dados para a implantação do projeto Costa do Sol foi, sem dúvida, a construção das vias de acesso ao projeto e que já estão em fase bastante adiantada. A via principal constituída de pista dupla com contramuros centrais - compreenderá uma extensão de 6,5 quilômetros, enquanto as secundárias, que são acesso aos diversos setores do projeto, compreenderá cinco quilômetros.

Essas obras estão sendo realizadas pelo DER e Splan, através da Construtora Limoeira. Os custos são altos: no entanto o Governo do Estado só desembolsará dez por cento dos custos. Isto porque o governador Tarcísio Burity, tendo da importância do turismo para um Estado em franco desenvolvimento, pretende dotar a área de toda infraestrutura.

Os noventa por cento restantes ficarão a cargo das empresas privadas que deverão aplicar 200 milhões de dólares.

Este empreendimento turístico tem dimensões internacionais. O Governo do Estado

quer dotar a sua infraestrutura ambiental. O plano geral do projeto é a disciplinação das praias de Arraial, se eficazes instrumentos de controle de qualidade do meio ambiente.

O objetivo do projeto é promover uma

As empresas hoteleiras que ali venham a se instalar, competirão pelo patrimônio natural que lhes será transferido e que é a razão maior da sua presença. Os hotéis a serem implantados deverão obedecer a princípios arquitetônicos e urbanísticos que assegurem a preservação ambiental e garantam sua inserção harmoniosa na paisagem.

Em mais um anúncio a "natureza" é evidenciada como potencialidade para implantação do Polo Turístico.

As obras de estilo arquitetônico horizontal, correspondente a uma área de cerca de 27,24ha, e deverá ser desmembrada em glebas de pelo menos 3,0 ha, a serem incorporadas pela iniciativa privada. Esta extensão, que comportaria pelo menos 16 glebas, compreende três trechos diferenciados:

a) um compartimento com 33,82ha, constituído por um tabuleiro coberto por coqueiral, situado entre os rios Cuid e Iacará, que pode abrigar, confortavelmente até seis hotéis;

b) um outro tabuleiro, coberto por uma mata, com cerca de 40,64ha, situado entre o rio Iacará e o vale/estádio do riacho Arata, que poderia ser dividido em oito glebas, destinadas à implantação de hotéis;

c) um compartimento compreendendo o vale/estádio, do rio Arata e a encosta ao norte deste, com cerca de 12,78ha, que comporta até dois hotéis;

Os interstícios entre as células de vizinhanças e o eixo viário básico foram reservados das atividades comerciais e os serviços de apoio aos usos residencial e hoteleiro.

Estão previstos um Centro de Animação, com 42 ha, dois complexos poli-esportivos, um Centro de Eventos Culturais; um Shopping Center; um núcleo próprio para Restaurantes, Bares e Hotéis, além de um sistema de transportes leves sobre trilhos, com articulação em um teleferico sobre o vale e o estádio do rio Iacará.

Separando e envolvendo as diversas áreas de atividades aqui mencionadas, são previstas Zonas de Preservação que protegerão a natureza e garantirão o equilíbrio ambiental da área.

PROJETO COSTA DO SOL
EMPRESA PARAIBANA DE TURISMO S/A - PB-TUR
QUADRO DE INDICADORES URBANÍSTICO-DIMENSIONAMENTO DO PROJETO

SETORES	ÁREA	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO
I. ÁREA GLOBAL DO DISTRITO	654,00	100,00
1. ÁREA DE INTERVENÇÃO	360,39	24,21
1.1. Turístico	87,24	9,07
1.2. Habitacional	15,60	4,33
1.3. Esportivo	40,00	11,10
1.4. Campo de Golfe	28,26	7,84
1.5. Eventos	8,00	2,22
1.6. Administração do Distrito Turístico	14,86	4,12
1.7. Centro de Compras	29,37	8,15
1.8. Cidade da Criança	81,88	22,72
1.9. Áreas Livres, Praças e Preservação	22,50	6,24
1.10. Sistema Viário	293,61	—
II. ÁREA DE EXPANSÃO	293,61	—

FONTE: Jornal A União, Especial, pág. 12, sexta-feira 13 de outubro de 1989

Anexo 24

12 Geral A UNIÃO quarta-feira, 29 de novembro de 1989

O "Projeto Costa do Sol" promoverá a integração do turismo paraibano

A cidade de João Pessoa, turisticamente falando, tem muito do que se orgulhar, mas são as suas praias, sem dúvida, com seus coqueirais e suas águas mornas e transparentes, as razões mais evidentes do seu prestígio em todo o País, atraindo, ao seu território, durante todo o ano, milhares de turistas.

Doas 130 quilômetros de praias existentes no litoral paraibano, algumas delas ainda praticamente inexploradas, as mais belas e mais visitadas estão localizadas na orla marítima pessoense.

Do Bessa à Ponta de Seixas, ponto mais oriental das Américas, as praias de Manalra, Tambá, Cabo Branco e Pôrto são as mais conhecidas, sendo as preferidas pelas visitantes.

POLÍTICA AMBIENTAL

Bastante rigorosa, a política ambiental no Estado tem evitado a degradação ecológica, proibindo, em João Pessoa, por exemplo, a construção de edifícios à beira-mar, o que, se, por um lado, impede o surgimento de espigões em sua orla marítima, afastou, por outro lado, importantes investimentos do setor imobiliário, especialmente com relação a hotéis.

Foi para resolver esse impasse, principalmente, que o governador Tarcísio Burty resolveu implantar o Projeto Costa do Sol, um complexo integrado de turismo, lazer e comércio, na praia de Mangabeira, há quatro quilômetros do centro da Capital.

COSTA DO SOL

O Projeto Costa do Sol prevê a construção de um polo turístico planejado de forma a não agredir a natureza, preservando as mangueiras, riachos e matas existentes na região.

Já em plena construção, o Costa do Sol visa, também, o disciplinamento urbano nas praias de Seixas, Pôrto e do Arraial, construindo estradas e implantando hotéis, dentro de princípios de engenharia que assegurem a preservação do meio ambiente, já que a sua concepção contará, ainda, com a instalação de um centro de animação e de eventos culturais, um complexo esportivo, shopping center, restaurantes, bares e lojas, tudo bem separado por zonas de preservação destinadas a garantir o equilíbrio ecológico.

AS OBRAS

O Projeto Costa do Sol, na parte que concerne ao Governo do Estado, já está em pleno andamento, com a pavimentação de estradas em pistas duplas e vias de acesso, prevendo-se, para o próximo ano, a conclusão dos sistemas de água e redes de eletrificação, cabendo, à iniciativa privada, a instalação de hotéis e serviços, que visam estimular o crescimento turístico na área.

O Polo Turístico já tem assegurada a participação de 16 grupos hoteleiros que vão investir, juntos, um total de 200 milhões de dólares na construção de 5 hotéis padrão cinco estrelas, 3 de quatro e 8 de três, que estão inseridos na primeira etapa do empreendimento que, quando concluído, vai dispor de 7 mil apartamentos.

A Costa do Sol será a mais arrojada obra do Governo Burty, garante o secretário da Indústria e Comércio, Jovani Paulo Neto, e vai consolidar, de maneira definitiva, o turismo no Estado, dando uma dimensão internacional à sua

Máquinas pesadas trabalham para transformar a Costa do Sol em realidade.

Ele acredita que, no futuro, a atividade turística se tornará um dos fatores mais importantes da economia paraibana, especialmente nas cidades litorâneas, onde a exploração da orla marítima representa um potencial de grande importância para geração de renda e de emprego.

O LOCAL

Na área de 350 hectares, que será ocupada pelo Projeto Costa do Sol, está um local de beleza impressionante.

A região é marcada por falésias caprichosamente esculpidas, resplandores de areia branquíssima, coqueirais, mata atlântica e praias pontilhadas de piscinas naturais formadas por bancos de areia e corais.

Essa cenário, aliado a uma bela montanha pontiaguda de ocupação turística, promete dar lugar, no futuro, a uma paisagem urbana em completa harmonia com a natureza, fazendo da região um centro desenvolvido de lazer, somente comparando a Côte d'Azur, na França, Costa Brava, na Espanha, ilhas do Caribe ou Cancun, no México.

TURISMO INTEGRADO

Quando o Projeto Costa do Sol estiver devidamente implantado, toda a Paraíba e, de modo especial, as suas cidades litorâneas, serão beneficiadas: o fluxo turístico que ocorre aqui, com milhares de visitantes buscando os mais diversos roteiros para conhecer de perto as atrações da terra.

Assim, o turista também encontrará os hotéis e as áreas de lazer do Polo, os turistas entrarão em contato com outras belezas naturais que se estendem por todo o Estado.

Assim, ao longo de todo o litoral, eles poderão, certamente, gozar de vistas espetaculares, as tradicionais praias de João Pessoa, como Tambá, que já possui uma infraestrutura turística de grande envergadura, com suas barracagens de comidas e bebidas típicas, com sua loja de artesanato e com seu forte comércio.

No Centro Turístico de Tambá, sede da PB-Tur, a Paraíba Turismo S.A., nas proximidades do famoso Hotel Tambá, os visitantes terão todas as informações sobre roteiros e passeios diversos, envolvendo não apenas as praias próximas de Manalra, Bessa, Pôrto e Camboinha, como as mais distantes, fora dos limites da Capital, como Jacumã, Pôrto, Tabatinga e Capim, localizadas no litoral sul, para não citarmos Tambá, a mais bela de todas, imensamente inesplorada, localizada na ilha de São João, como uma das mais belas e mais bonitas de todo o litoral sul, com seus rochedos banhados pelas ondas do mar, formando arco e "piscina" naturais.

Assim, o turista também encontrará belas praias, que apresentam uma paisagem selvagem e tropical, há 80 quilômetros de João Pessoa, os visitantes encontram Baía da Traição, palco da resistência contra o invasão holandesa na ilha de São João, local de inconfundível beleza, que abriga uma Reserva Indígena, onde se encontra, artesanalmente típica

encontra-se a dez quilômetros mar e dentro, saindo de Camboinha, é a ilha de Areia Vermelha, local ideal para passeios náuticos, e molheiros que emergem do mar quando a maré está baixa, e suas turquesas avermelhadas de areia atraem muitos turistas.

São atrações sem contar que herança de se integrar ao complexo turístico da Costa do Sol.

Certamente, com a implantação da Costa do Sol, surgirão novas e importantes rotas turísticas, abrangendo também o interior do Estado, e que já despertam a atenção de todo o País.

Além disso, há uma infinidade de sítios históricos, como as Ruínas de São João e o "Vale dos Dinossauros", por exemplo, igualmente beneficiadas pela visitação pública.

As inscrições rupestres lavradas numa pedra, situada na base do planalto da Borborema, datam cerca de 60 quilômetros de João Pessoa, representam um enigma que, vem desafiando, há séculos, a compreensão dos pesquisadores. A pedra, medindo 24 metros de comprimento por 3,8 metros de largura, apresenta registros de símbolos e inscrições que não encontram similares em qualquer parte do mundo. Ninguém, até hoje, soube decifrar o significado dessas inscrições, que são consideradas, pelos especialistas da arqueologia mundial, como uma das mais importantes descobertas arqueológicas de um passado distante.

Quando ao "Vale dos Dinossauros", trata-se de uma região bastante desconhecida, há cerca de 30 anos, que despertou a atenção de pesquisadores de todo o mundo para o estudo dos fósseis do município de Areia Vermelha, há 400 quilômetros de João Pessoa.

A região, encravada em um sertão do Estado, foi habitada, milhares de anos, por dinossauros que deixaram, marcados na terra, uma linha de 40 metros em linha reta, com pegadas de mais de meio metro de comprimento e 10 centímetros de profundidade, achado representado, hoje, e marcado por pedras de granito por milhares de visitantes de grande porte atraídos ao mundo. O local foi aproveitado pela PB-Tur como polo turístico, que abrange uma área de 700 quilômetros quadrados conhecida como "Vale dos Dinossauros". Ao visitar o "Vale", o turista conta com a Estação Ferroviária de São João, no mesmo município, uma das mais modernas, modernas de água mineral existentes no País.

Essas e outras grandes atrações turísticas se integram plenamente ao Projeto Costa do Sol, que será, por assim dizer, o ponto de convergência de todos os visitantes.

Governador Burty apostou no desenvolvimento turístico de João Pessoa.

João Paulo Neto, Secretário de Indústria, Comércio e Turismo.

Neste local será implantada toda a infraestrutura necessária ao Projeto.

Centro Turístico de Tambá - sede da PB-Tur.

A Praia da Ilha.

A orla marítima pessoense, vista da Ponta de Seixas.

FONTE: Jornal A União, Geral, pág. 12, quarta-feira 29 de novembro de 1989

Anexo 25

6 GERAL

A UNIÃO

João Pessoa, terça-feira, 12 de Março de 1991

Recenseamento será iniciado em setembro

Já está quase tudo pronto para a realização do Censo 91, na Paraíba. O IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através do seu escritório estadual, em João Pessoa, última esta semana os preparativos do concurso público de concursos. O chefe de representação local do órgão, João Pereira da Silva, disse que existem 527 vagas para serviços internos e 2.200 vagas para trabalho de campo, nas equipes que farão o Censo. As inscrições começam em abril. As provas serão em maio. A coleta de dados, no entanto, só começa em setembro.

Os detalhes do processo de seleção a que se submetem os candidatos às vagas oferecidas pelo IBGE, serão divulgados no próximo dia 24, no Rio de Janeiro, quando estarão reunidos os chefes de todos os escritórios estaduais do órgão federal. De lá deve sair o valor da taxa de inscrição, que será simbólica, não ultrapassando o valor de Cr\$ 500,00. Os salários também serão definidos, podendo ficar em torno de Cr\$ 60 mil, na data do concurso.

O Censo Demográfico deve ser concluído em tempo recorde, ou seja, dentro de 45 dias, mas o Censo Agropecuario, mais extenso, só chegará ao final possivelmente entre fevereiro e março de 1992 — afirma João Pereira. "Basta", como é mais conhecido pelos colegas de trabalho o chefe do escritório do IBGE na Paraíba, anunciar algumas novidades para o recenseamento deste ano.

Uma delas é o reconhecimento de inscrições para o concurso público nas agências dos Correios e Telégrafos, em todo o País. Os candidatos preencherão os formulários do IBGE e pagarão a taxa de inscrição num só local, tanto na Capital quanto no interior. Aqui no Estado, as provas serão realizadas em 13 municípios-pólos: João Pessoa, Guarabira, Taboão, Campina Grande, Arara, Picuí, Santa Lu-

zia, Monteiro, Patos, Pombal, Catolé do Rocha, e Itaporanga.

Dentro da reforma administrativa realizada pelo governo federal, em todas as suas repartições, o IBGE também sofreu alterações em sua estrutura burocrática e de pessoal. Segundo o chefe do escritório estadual da Paraíba, João Pereira da Silva, foram fechadas três agências (Monteiro, Santa Rita e Picuí), do órgão, com o consequente aproveitamento dos funcionários que nelas trabalhavam em outros locais, de maior movimentação de dados.

A tecnologia da fax, sistema de comunicação por transmissão instantânea de fac-símiles, ultramoderno, e dos computadores de grande capacidade, será utilizada pelo IBGE, em todos os Estados brasileiros. O resultado da pesquisa de campo na Paraíba, por exemplo, será divulgado assim que os digitadores do órgão terminarem o trabalho de totalização dos mapas preenchidos pelos recenseadores. Anteriormente, só após o término dos trabalhos em todas as regiões do País e que a sede do IBGE, no Rio de Janeiro, os dados ibí-

NOVO MUNICÍPIO

Com relação aos 56 novos municípios criados pela Constituinte Estadual, em 1988, o chefe do escritório estadual do IBGE falou que os mesmos não serão considerados pelo órgão, pois trata-se de assunto ainda não resolvido. "Desse modo, quando os dados forem enviados à Assembleia Legislativa, os distritos que poderiam ser elevados a condição de cidades, estarão fora do Judiciário, disciplinar a questão", explicou "Basta".

A Paraíba conta atualmente com 171 municípios, que serviram de base para os técnicos do IBGE trabalhar. Dificilmente, até setembro, serão regularizadas por lei as novas cidades.

Sacerdote fala sobre a obra de J. Américo

A Fundação Casa de José Américo estará realizando hoje, às 17 horas, uma conferência "José Américo e José de Alencar", a ser proferida pelo padre Antônio Vieira, do Ceará, que vem se notabilizando em todo o país pela sua luta em favor do jumento, uma espécie que vem entrando em extinção no Nordeste e no Brasil em virtude da matança nos frigoríficos.

A conferência "José

Américo e José de Alencar", que se realizará na auditoria Fundação, se desenvolverá num paralelo entre "Tracema" e "A Bagaceira", obras literárias, análise estilística entre uma e outra obra, confronto sociológico entre o sertão e o litoral, que é a temática comum dos dois autores, e, finalmente, o perfil do "Homem" — José Américo.

**PARA PONTA PA-
RAIBA**
A conferência de José Américo e José de Alencar, a ser proferida pelo padre Antônio Vieira, do Ceará, que vem se notabilizando em todo o país pela sua luta em favor do jumento, uma espécie que vem entrando em extinção no Nordeste e no Brasil em virtude da matança nos frigoríficos.

PATOS — SÃO PAULO
COM TODO CONFORTO
Diariamente, ônibus confortáveis
Empresa GONTIJO
Estação Rodoviária, box 5, Patos-PB. Fone: 421-2244

Governo Federal bloqueia verbas pagamento é suspenso novamente

O bloqueio do Fundo de Participação dos Estados foi uma questão política. A afirmação foi feita ontem pelo secretário das Finanças, Levy Leite, ao comentar a determinação da maioria da Economia de não liberar os recursos do FPE para 14 Estados, dentre eles a Paraíba, o que resultou na suspensão do pagamento do funcionalismo público estadual, previsto para esta semana.

Só ontem pela manhã que o governo do Estado foi informado, através do Banco do Brasil, que o Fundo de Participação dos Estados estava suspenso, por ordem do Tesouro Nacional. A Paraíba teria direito a receber Cr\$ 11 bilhão 700 milhões. Segundo Levy Leite, a explicação dada pelo diretor do Departamento do Tesouro Nacional, Roberto Figueiredo, foi que houve uma indisponibilidade por que 14 Estados estariam em atraso com o pagamento dos juros de sua dívida externa.

Portem, o secretário Levy Leite, desculpando da atitude da ministra, alegando que o Estado deve pagar todos os juros e sua dívida externa apenas Cr\$ 172 milhões, "quanta bem inferior ao que deveria receber". Logo ao ser informado do fato, o secretário das Finanças, juntamente

com o governador Tarcísio Burty, deu início às negociações para tentar a liberação do quanto antes do FPE. Para isso, eles autorizaram o Tesouro Nacional, deduzir o valor dos juros a ser pago pela dívida externa e solicitar a liberação do restante do FPE. "Eu passei um Fax ontem para o Departamento do Tesouro Nacional, com toda a documentação comprovando que estávamos pagando em dia os juros. E pedindo para que deduzissem o valor referente a este mês, liberando o restante a que nos temos direito. Esta resposta estamos esperando até amanhã (hoje)", disse Levy Leite.

Dentre os Estados que tiveram seu Fundo de Participação bloqueado estão a Bahia, Pernambuco, e até mesmo o Paraná. O Governo da Paraíba vinha programando realizar o pagamento do mês de janeiro ao seu funcionalismo a partir desta semana, tendo como prazo até a quinta-feira para fazê-lo. Com a retenção do FPE, o pagamento teve que ser suspenso e a Secretaria das Finanças tem esperança de que hoje este dinheiro seja liberado para sanar parte de sua dívida com o funcionalismo.

Várias categorias ainda não receberam o mês de dezembro, sendo que

apenas os funcionários da UEPB ain-

da não receberam novembro por esta-

rem em greve. Por sua vez, existem

secretaria que já receberam o mês de

condição de colocarmos o pagamento

em dia, pois necessitamos de pelo

menos Cr\$ 10 bilhões para atualizar"

Mas gostaria de explicar que não está

havendo discriminação entre as cate-

gorias. Apenas, nos vamos pagando

de acordo com a situação financeira

do Estado", explicou.

Se defende quanto às acusações

de que o governo não vem pagando

o funcionalismo, mas está em dia com

as empreiteiras para a conclusão de

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que

diversas obras, Levy Leite disse que



O governador Burty discursando na inauguração da Fundação



Tarcísio Burty cumprimentando uma deficiente

Fundad

Governador inaugura centro para deficientes

O governador Tarcísio Burty fez justiça nos respeitando como cidadãos que somos e não estamos de paraibanos porque tivemos um governante que soube reagir um compromisso com pessoas que estavam à margem da sociedade. A declaração foi feita pela representante dos deficientes, Gerlúcia Guimarães, durante a inauguração da Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência - Funad, ocorrida no último sábado.

Após inaugurar a Funad, o governador Tarcísio Burty, que esteve acompanhado de dona Gláucia Burty, afirmou que "aquí está o exemplo de que com vontade, decisão e espírito de luta pode-se realizar alguma coisa, mesmo com um comprometimento que a Paraíba atravessa".

Ele manifestou "imensa alegria" em poder entregar uma obra ao porte e da importância da Funad, fazendo um breve relato das dificuldades enfrentadas pelo Governo do Estado para sua concretização. "Foi difícil realizar, por ser uma obra importante, cara, mas indispensável", observou, citando os obstáculos que foram criados em todos os aspectos, desde a oposição na Assembleia Legislativa até o fechamento do Paraná.

Burty disse ainda estar convencido de que a Funad é realmente um marco importante do seu Governo, acrescentando que para permanência de sua existência necessariamente faz que a comunidade de um modo geral se conscientize da sua importância.

Dona Gláucia Burty, por sua vez, manifestou a satisfação do Governo do Estado em entregar "mais uma obra de longo alcance humano e social", salientando que, apesar das dificuldades, "hoje entregamos a comuni-

dade uma obra dotada de todos os recursos técnicos e arquitetônicos capazes de tratar novas metodologias no campo da saúde, educação, habitação, reabilitação, profissionalização e trabalho", incrementando, desse modo, a política de resgate da cidadania do portador de deficiência.

Já o presidente da Funad, Benedito Queiroz, destacou a Funad como um projeto de longo alcance social, afirmou que aquela obra significava o começo da ação não paternalista no Estado, afirmando ainda que a Paraíba lançava-se na iniciativa pioneira de criar um centro de reabilitação e atendimento social, com uma dedicação de uma equipe profissional de alto nível técnico.

Para atingir plenamente os objetivos, a Funad contará com investimentos do ponto de vista da "infra-estrutura" do alto nível técnico, com a dedicação de uma equipe profissional de alto nível técnico.

A Funad também dispõe de uma adaptação ao sistema Braille, alternativa profissional para deficientes visuais, equipamente que dá a natureza da ciência, tornando o atendimento mais social e pedagógico.

A Funad não poderia ficar apenas no campo da saúde, educação, habitação, reabilitação, profissionalização e trabalho, incrementando, desse modo, a política de resgate da cidadania do portador de deficiência.

Quanto à prestação de contas para o novo secretário que deverá assumir, Levy Leite disse que em mãos toda a documentação, com um relato completo da situação financeira do Estado. A cópia desse documento completa a situação financeira do Estado. A cópia desse documento foi entregue ao Governador Tarcísio Burty.

O governador Tarcísio Burty, acompanhado de dona Gláucia Burty, fez o corte da fita e inaugurou o Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência - Funad, ocorrida no último sábado.

Após inaugurar a Funad, o governador Tarcísio Burty, que esteve acompanhado de dona Gláucia Burty, afirmou que "aquí está o exemplo de que com vontade, decisão e espírito de luta pode-se realizar alguma coisa, mesmo com um comprometimento que a Paraíba atravessa".

Ele manifestou "imensa alegria" em poder entregar uma obra ao porte e da importância da Funad, fazendo um breve relato das dificuldades enfrentadas pelo Governo do Estado para sua concretização. "Foi difícil realizar, por ser uma obra importante, cara, mas indispensável", observou, citando os obstáculos que foram criados em todos os aspectos, desde a oposição na Assembleia Legislativa até o fechamento do Paraná.

Burty disse ainda estar convencido de que a Funad é realmente um marco importante do seu Governo, acrescentando que para permanência de sua existência necessariamente faz que a comunidade de um modo geral se conscientize da sua importância.

Dona Gláucia Burty, por sua vez, manifestou a satisfação do Governo do Estado em entregar "mais uma obra de longo alcance humano e social", salientando que, apesar das dificuldades, "hoje entregamos a comuni-

dade uma obra dotada de todos os recursos técnicos e arquitetônicos capazes de tratar novas metodologias no campo da saúde, educação, habitação, reabilitação, profissionalização e trabalho", incrementando, desse modo, a política de resgate da cidadania do portador de deficiência.

Já o presidente da Funad, Benedito Queiroz, destacou a Funad como um projeto de longo alcance social, afirmou que aquela obra significava o começo da ação não paternalista no Estado, afirmando ainda que a Paraíba lançava-se na iniciativa pioneira de criar um centro de reabilitação e atendimento social, com uma dedicação de uma equipe profissional de alto nível técnico.

Para atingir plenamente os objetivos, a Funad contará com investimentos do ponto de vista da "infra-estrutura" do alto nível técnico, com a dedicação de uma equipe profissional de alto nível técnico.

A Funad também dispõe de uma adaptação ao sistema Braille, alternativa profissional para deficientes visuais, equipamente que dá a natureza da ciência, tornando o atendimento mais social e pedagógico.

Governo inaugura infra-estrutura do Pólo Turístico da Paraíba

As obras de infra-estrutura do pólo turístico da Paraíba do Sul, que inclui pistas pavimentadas, água, esgoto e eletricidade, abrangendo 13 quilômetros de praias desde o Sertão até Coqueiros, foi inaugurada, domingo, às 17 horas, pelo governador Tarcísio Burty que fez o desceramento da placa inaugural juntamente com o presidente da Embratur, Ronaldo do Monte Rosa.

A sociedade contou ainda com a participação de diversas autoridades e de empresários do setor hoteleiro e turístico.

Após o desceramento da placa o governador discursou para os presentes e destacou que "aquí está por exemplo do que se pode fazer com determinação e firmeza", lembrando as dificuldades que enfrentou antes de começar a executar o projeto pois, segundo ele, "nenhum empresário do sul acreditou nisso aqui, eles tinham, digamos, mais desconfiança logo em seguida". Ele disse ainda que o Costa do Sol hoje é uma realidade e está com todos os terrenos negociados para implantação de uma série de empreendimentos turísticos, como parques aquáticos, centros de diversão e blocos comerciais que comporão uma verdadeira cidade de lazer.

O pólo turístico vai ser im-

lembrando que não houve mais obras de infra-estrutura em outros setores por conta da oposição da Assembleia Legislativa. O governador concluiu seu discurso ressaltando que "a maior alegria era que ninguém se recusou a aceitar a ideia de que tudo isso foi bom para o povo e para o desenvolvimento da Paraíba".

O presidente da Embratur, Ronaldo do Monte Rosa, que veio do Japão, discursou para a inauguração do Costa do Sol, disse, na ocasião, que o órgão que dirige jamais poderia sustentar a uma solenidade de inauguração de uma obra de desenvolvimento de uma região e que

O governador Tarcísio Burty, acompanhado de dona Gláucia Burty, fez o corte da fita e inaugurou o Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência - Funad, ocorrida no último sábado.

Após inaugurar a Funad, o governador Tarcísio Burty, que esteve acompanhado de dona Gláucia Burty, afirmou que "aquí está o exemplo de que com vontade, decisão e espírito de luta pode-se realizar alguma coisa, mesmo com um comprometimento que a Paraíba atravessa".

Ele manifestou "imensa alegria" em poder entregar uma obra ao porte e da importância da Funad, fazendo um breve relato das dificuldades enfrentadas pelo Governo do Estado para sua concretização. "Foi difícil realizar, por ser uma obra importante, cara, mas indispensável", observou, citando os obstáculos que foram criados em todos os aspectos, desde a oposição na Assembleia Legislativa até o fechamento do Paraná.

Burty disse ainda estar convencido de que a Funad é realmente um marco importante do seu Governo, acrescentando que para permanência de sua existência necessariamente faz que a comunidade de um modo geral se conscientize da sua importância.

Dona Gláucia Burty, por sua vez, manifestou a satisfação do Governo do Estado em entregar "mais uma obra de longo alcance humano e social", salientando que, apesar das dificuldades, "hoje entregamos a comuni-

dade uma obra dotada de todos os recursos técnicos e arquitetônicos capazes de tratar novas metodologias no campo da saúde, educação, habitação, reabilitação, profissionalização e trabalho", incrementando, desse modo, a política de resgate da cidadania do portador de deficiência.

Já o presidente da Funad, Benedito Queiroz, destacou a Funad como um projeto de longo alcance social, afirmou que aquela obra significava o começo da ação não paternalista no Estado, afirmando ainda que a Paraíba lançava-se na iniciativa pioneira de criar um centro de reabilitação e atendimento social, com uma dedicação de uma equipe profissional de alto nível técnico.

Para atingir plenamente os objetivos, a Funad contará com investimentos do ponto de vista da "infra-estrutura" do alto nível técnico, com a dedicação de uma equipe profissional de alto nível técnico.

Anexo 26

Fita número 802 em 15 de janeiro de 1996

Solenidade de assinatura de contrato com o BNB projeto PRODETUR, realizado no palácio da Redenção

Fala do Governador José Maranhão

Durante ato de solenidade para assinatura do contrato do PRODETUR entre o Governo do Estado da Paraíba com o Banco do Nordeste, o então governador José Maranhão aproveitou o ensejo indo além, como ocorreu em outros discursos há um *atravessamento discursivo*: projeto de eletrificação rural, construção de estradas, abastecimento de água, construção do Canal da Redenção na microrregião de Sousa, da rolagem da dívida do Estado são temas presentes no discurso transcrito mais adiante. Destacamos ainda, o *apagamento no discurso*, o desenvolvimento do Projeto Costa do Sol idealizado na década de 1980 no governo de Tarcísio Burity não é citado (diferenças de posições políticas e partidárias seriam as justificativas?), no entanto o ex-governador Ronaldo Cunha Lima aparece de forma elogiosa (situação de divergência entre o discurso de José Maranhão e a nossa pesquisa, uma vez que não encontramos elementos suficientes que corroboraram na construção do discurso de turisficação de João Pessoa durante o mandato de Ronaldo Cunha Lima).

Boa tarde a todos aqui presentes, boa tarde aos que estão em suas residências e provavelmente ouvindo a transmissão desta solenidade que se converte a partir de agora no programa “A Palavra do Governador”.

Eu quero cumprimentar o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Deputado Inaldo Leitão, ao prefeito de João Pessoa Cícero Lucena, ao Dr. Byron Costa de Queiroz, presidente do Banco do Nordeste do Brasil e nosso parceiro na realização deste contrato, na assinatura deste contrato e consequentemente, na realização das obras que ele vai ensejar. Quero cumprimentar ao Dr. Júlio Paulo Neto, Procurador Geral de Justiça do Estado da Paraíba, aos Deputados Estaduais Pedro Medeiros, Aécio Pereira, Valdecir Amorim, Francisco Quintans, João Paulo, Francisca Motta, José Lacerda, Ariano Fernandes, Antônio e Ivo e Robson Dutra. Quero cumprimentar também o Presidente da Federação do Comércio da Paraíba, Dr. José Marcondes Medeiros, cumprimentar os secretários do nosso governo, Solon Benevides, da Casa Civil, Sinval, Gabinete Militar, Roosevelt Vita, do Controle das Despesas, Gilberto Moraes dos Recursos Hídricos, cumprimentar ao Superintendente Regional do Banco do Nordeste do Brasil, que tem se convertido num dos parceiros permanentes ao trato das questões administrativas que envolve a participação do Banco do Nordeste, e aqui representando a sua diretoria na pessoa do Dr. Byron. Cumprimentar Geraldo Medeiros, Presidente da PB-TUR, ao Dr. Don Antônio Conrado, superintendente do Banco do Brasil, aos secretários, Mário Silveira, Antônio Fernandes, Gilbran Asfora, Pedro Adelson, Carlos Mangueira, cumprimentar os prefeitos do litoral norte e sul da Paraíba, nas pessoas de Ataíde Mendes, do município de Alhandra, Arleide Azevedo, do Conde, João Coragem, de Triunfo, que se juntou os prefeitos do litoral, porque o interior também será contemplado no plano de desenvolvimento turístico que o Governo do Estado procura induzir aliás já está sendo contemplado em várias ações, em que nós não temos faltado com nosso apoio. Cumprimentar Gilberto César, que está aqui é vice-prefeito está representando o prefeito de Lucena, cumprimentar os vereadores João Gonçalves e Fabiano Vilar, através dos dois, os demais vereadores presentes a esta solenidade.

Quase tudo que merecia ser realçado neste ato, já foram aqui de forma muito brilhante, já foi feito no discurso de Cícero Lucena e do presidente Byron, Geraldo Medeiros falou de uma etapa importante da história desse projeto, que como ele diz, vem se arrastando desde muito tempo, e conforme Cícero explicou aqui muito bem, retardado ora pela própria natureza complexa do planejamento, ora pelas dificuldades existentes em que o Estado da Paraíba, que a economia do Estado atravessou em várias administrações. Mas é preciso reconhecer, que é um projeto desta natureza, não se exaure com assinatura de um contrato, ele foi objeto de um longo período de gestação, de elaboração, de análises do Banco do Nordeste, de análises em outras instituições, e

não faltou em hora nenhuma o apoio decidido e a vontade dos Governos do PMDB, exercidos por Ronaldo Cunha Lima e por Cícero Lucena, coube-nos a missão histórica de concluir a elaboração do projeto fazendo a necessária adequação ao momento da nossa administração e ao futuro do próprio empreendimento adaptando a nova realidade econômica e turística do Estado da Paraíba, dentro de um contexto nacional e internacional. Há muitos anos que a Paraíba ansiava pela conclusão desse processo, pelo desfecho desse processo, porque todos aqui, tinham graças a Deus, a visão exata, a visão precisa da importância que o turismo desempenha na economia de qualquer Estado moderno de qualquer Estado que se dispõe a utilizar o potencial deste setor, para fazer a sua economia crescer, gerando emprego e renda para as pessoas. Já se tornou um lugar comum de se falar mas nem por isso deixa de ser atual e verdadeiro de se afirmar que investimento turístico, é muito bom para todos, por que o setor da economia onde se geram emprego de forma mais rápida e a custo mais baixo. E nós temos a exata visão, que essas afirmações consubstanciam e por isso mesmo nós fazemos questão de obstinadamente desde o primeiro momento do nosso mandato perseguir esse objetivo de modo que hoje eu me encontro aqui, vivendo um instante de muita felicidade, não somente porque eu estou convencido de que a Paraíba de agora por diante vai ter mais uma fonte valiosa para melhorar o desempenho da sua economia, mas sobretudo porque eu sei, que na Paraíba o nosso povo está absolutamente convencido, de que de agora por diante novas perspectivas de desenvolvimento de bem estar, estão se abrindo ao nosso Estado, ao nosso povo.

O prefeito Cícero Lucena, falou com muita precisão, a respeito dos vários desdobramentos que este projeto vai propiciar a estrutura de desenvolvimento do nosso Estado, construção de estradas, e entre elas a via litorânea sul, porque a norte nós estamos terminando agora, com a conclusão da obra da estrada de Baía da Traição. Com a solução do problema, que não somente enfeia a nossa estrada, mas até envergonha o nosso povo, do lixo do Roger, e aí é que se revela um ponto importante deste projeto, que é o envolvimento das administrações municipais e da iniciativa privada na solução de problemas tão graves. Já conversamos, eu e o prefeito Cícero Lucena, da parceria que vamos fazer com João Pessoa, com Bayeux e com Santa Rita inicialmente, e Cabedelo, para solução do problema do lixo nesta parte do Estado da Paraíba. E ele tem conotações que o torna absolutamente intrincado, difícil, complexo. Os municípios de Bayeux e de Cabedelo praticamente não tem área física para o depósito do lixo da cidade, e não existe nas cidades, quando mais moderna, quanto maiores, um produto que é sub-produto do desenvolvimento mais indesejável porque foco de muitos outros problemas de que o lixo. Este projeto vai trazer os recursos necessários e até uma ação adequada, para resolver o problema do lixo na grande João Pessoa. E Cícero tem sido um entusiasta dessa solução, poucas vezes temos nos reunido para tratar de problemas comuns a administração do Estado e do município, que ele não traga a discussão, a questão do lixo na grande João Pessoa. Pois bem Cícero, agora teremos os recursos necessários para dar uma solução a um problema que se arrasta a tantos e tantos anos. João Pessoa é uma cidade privilegiada dentro deste contexto, mas não só João Pessoa, o Estado da Paraíba. João Pessoa é a capital e tem 400 anos, por isso mesmo o repositório de muitos monumentos, de muitos prédios históricos, que certamente vão animar o turismo cultural do Estado da Paraíba. Faltava-nos essa infraestrutura que o projeto vai solucionar definitivamente. Esse contrato que assinamos hoje, é apenas um módulo do projeto, ele não encerra nem exaure-se aqui, já são muitos problemas resolvidos inclusive o problema do esgotamento sanitário, o problema da melhoria do abastecimento d'água, dentro da grande João Pessoa, o esgotamento sanitário do Bessa, por exemplo que é um problema de saúde pública seríssimo, e não se pode pensar em desenvolvimento do turismo sem qualidade de vida, vai ter uma solução definitiva. Da mesma forma do Valentina e de outros bairros do Estado da Paraíba, mas o projeto mesmo concluída essas obras, continua aberto a novas inserções. E há que se destacar aqui que essa infraestrutura que vai se criar, com estradas, com solução de problemas sanitários, a que já me referi, ela vai abrir um espaço extraordinário para a iniciativa privada, para a rede hoteleira, para a rede de restaurantes, e vai tornar cada vez mais atrativa esta cidade que é bela por natureza, a segunda cidade mais verde do mundo vai passar a ser a primeira cidade mais confortável e mais agradável do mundo, com o desenvolvimento desse projeto, que vai sobretudo dotar o litoral da Paraíba, de qualidade de vida indispensáveis à atração de turistas e de empreendedores nacionais e internacionais.

Eu agradeço as palavras, as referências elogiosas do prefeito Cícero Lucena mais uma vez, agradeço ao Dr. Byron, pelo histórico que fez em que se tornou agora um visitante frequente no Estado da Paraíba e sempre muito bem vindo, para o nosso meio social, mas também para o nosso meio econômico. E falou da definição que nós fizemos questão de dar desde o momento primeiro

de nosso governo, o compromisso com o social, o compromisso com o coletivo, a convocação das forças, das lideranças, de todas as lideranças do Estado da Paraíba, não apenas as lideranças políticas, para essa cruzada de animação da vida econômica, da vida social do Estado da Paraíba. Foi um esforço, Dr. Byron muito grande, mas foi um esforço gratificante sobretudo, porque ele teve imediatamente a adesão de todos os paraibanos, sem exceção de nenhum. Todos acreditaram nessa proposta e colaboraram para que ela se viabilizasse, como efetivamente está se viabilizando. A Paraíba tem liderado o ranking do desenvolvimento, a Paraíba tem tido um crescimento neste período, um crescimento econômico acima da média regional e acima da média nacional. E isso é bem a prova, bem a mostra de que os paraibanos foram sensíveis a esse chamamento porque a tarefa do desenvolvimento econômico, não é uma tarefa apenas de governo, e ele não acontece simplesmente, se a população como um todo, se as lideranças representativas de todos os segmentos da sociedade, não aderirem sinceramente como tem aderido aqui no Estado da Paraíba. E graças a este esforço coletivo que aconteceu graças a Deus no nosso Estado, que continua acontecendo em nosso Estado, nós temos tido a sorte de conjurar todas as crises que se nos apresentaram em momento como esse que vivemos, que eu não digo, um momento de grandes dificuldades, mas um momento de grandes mudanças de grandes transformações. E se algum mérito houve na ação e no trabalho do governo do Estado da Paraíba, este mérito reside exatamente no pragmatismo, no realismo de reconhecer que estávamos vivendo um tempo diferente da nossa história econômica, política e social e como tal, urgentemente termos tido a capacidade de nos adaptar as novas exigências do momento. Graças a Deus, digo eu, adaptamo-nos rapidamente e por isso até hoje o Estado da Paraíba pode se desenvolver de forma altaneira como sempre foi historicamente, de cabeça erguida cumprindo os seus deveres aqui e fora daqui. Dr. Byron, Vossa Excelência conhece uma parte dessa história, porque tem sido nosso parceiro na rolagem da dívida, muitos Estados entraram em dificuldades tremendas, e as vezes por isso mesmo os seus governadores tiveram que baixar a cabeça ante as dificuldades criadas em decorrência desse tempo que se estabeleceu no país. Graças a Deus, até agora nós temos contribuído com um tributo muito elevado, muito pesado, nós estamos comprometendo 15% da receita do Estado da Paraíba na rolagem da nossa dívida mas todos os nossos compromissos estão em dia, os paraibanos não tiveram que se humilhar hora nenhuma, porque o seu governador jamais compareceu aos grandes fóruns do país, de cuia na mão, sempre compareceu altivamente como alguém que trabalhava para ser digno da confiança do seu povo e para não se apresentar de forma humilhante no cenário nacional. Por um lado, nós pagamos esse tributo, mas por outro lado eu quero deixar isso registrado aqui na sua presença, que como disse tem sido nosso parceiro, tivemos a contra-partida, conquistamos a contra-partida em várias parcerias com o governo federal, através de sua administração direta ou através de suas instituições, de suas empresas como no caso o Banco do Nordeste e com Bancos internacionais. Tivemos aprovado, e hoje assinamos o contrato, o PRODETUR, estamos já com a promessa de aprovação pelo senado do PAPI, este contrato que aqui na Paraíba tem o nome de COOPERAR, que permitiu a democratização da administração no meio rural, porque em menos de doze meses nós podemos levar a todos os sítios da Paraíba, os benefícios de um investimento de 42 milhões de reais, que agora, vai continuar com mais um novo investimento de 80 milhões de reais para que possamos criar a infraestrutura necessária no campo, ao desenvolvimento das atividades do setor primário, e eles tem já se revelado muito frutuoso. O crescimento extraordinário que experimentou o setor elétrico no campo, a energia rural, é bem um indício que a produção rural está sendo ativada pela eletrificação rural. O propósito de apagar o último candeeiro em todos os recantos do Estado da Paraíba, é mais do que um propósito social, e o é sobretudo um propósito social, mas é também um propósito econômico. E os primeiros resultados nós já estamos começando a sentir de forma concreta, está havendo uma reversão no processo migratório, as pessoas não estão deixando mais o campo pela cidade, porque lá na sua casinha de taipa, precária muitas vezes, ele tem direito a assistir o que se passa no mundo, através de uma antena parabólica e esse cenário já se tornou familiar daqueles que visitam a zona rural da Paraíba. A água tratada dos abastecimentos d'água, e foram 189 abastecimentos d'água que nós fizemos através deste programa, 5.800 km de eletrificação rural, centenas de usinas de beneficiamento da produção rural, todo esse esforço é fruto, só para citar apenas um setor, porque poderia dizer a Vossa Excelência também, que dupliquei os investimentos na saúde, sobretudo nos setores de saúde pública, mas também, nas construções de hospitais no Estado da Paraíba. Poderia também dizer que este ano vamos construir 35 colégios, em 35 municípios do Estado da Paraíba, e vamos reparar, vamos restaurar mais 47 escolas no Estado da Paraíba. Poderia dizer a Vossa Excelência, que outro fruto extraordinário dessa parceria com o Governo Federal, é a construção do Canal da Redenção, uma obra que era uma esperança de todos os sertanejos, para que não dizer de todos os paraibanos. A Paraíba é um Estado muito

solidário, quem mora em João Pessoa, se preocupa com o que acontece em São José da Lagoa Tapada ou em Sousa. Pois bem, conseguirmos tivemos o privilégio de ser o instrumento de realização desse sonho do povo de Sousa, um sonho de 57 anos, que agora está se tornando realidade com a construção do Canal da Redenção que vai permitir a irrigação de dez mil hectares nos vales férteis do município de Sousa e município vizinhos. Poderia falar de muito mais coisa ainda Sr. Presidente, mas não quero tomar o seu tempo, porque sei que o seu trabalho é no mesmo ritmo, e já está com a sua cabeça fervendo aí, pelos muitos problemas que lhe ocupam o cérebro, que lhe ocupam o espírito de administrador sério, e que quer se deslocar a outras cidades ou talvez a sede do Banco para dar segmento ao seu projeto administrativo. Mas tudo isso Sr. Presidente, é fruto daquilo que Vossa Excelência sentiu, no nosso primeiro contato, quando estive aqui a primeira vez. Essa determinação de contribuir para que a Paraíba não fosse um agente passivo ante esse novo cenário que se descortinava, não como um cenário de dificuldades, mas como um cenário de grandes desafios. E eu sabia que os paraibanos tinham capacidade, tinham competência de enfrentar e vencer esses desafios. Por isso, eu Sr. presidente, me animei tanto a dar este salto porque eu sabia que não estava dando um salto no escuro, clareava-me o caminho a providência divina e a energia dos paraibanos, que nunca faltou a aqueles que querem trabalhar com honestidade e determinação.

Muito obrigado.

FONTE: FCJA, Sala do Governador José Targino Maranhão, fita número 0802 de 15 de janeiro de 1996.

Anexo 27

FITA NP 0345

FONTE: FCJA, Sala do Governador José Targino Maranhão, fita número 0371 de 22 de março de 1996.

EM - 22/03/96

PRINCESA IZABEL / PB.

SOLEINIDADE DE ENTREGA DE TÍTULOS DEFINITIVO DE TERRA,
SELECIONADAS PELA INTERPA, NA CIDADE DE PRINCESA IZABEL, COM ENTREVISTA
DO GOVERNADOR NA RÁDIO PRINCESA IZABEL.

LADO " A

Neste discurso o então governador José Maranhão trata da posse definitiva de título de propriedade fundiária pela INTERPA na cidade de Princesa Isabel. Dentre outros assuntos tratados, destaca-se projetos de irrigação, ações do Estado para promover empreendedorismo entre os pequenos e médios agricultores, das condições das estradas do interior, bem como projetos de eletrificação pela antiga SAELPA, das dificuldades econômicas que o Estado enfrenta (redução das despesas de custeio da administração pública). Nesse momento do discurso há o *atravessamento* com o discurso de turistificação, na ideologia do liberalismo econômico para viabilizar ampliação da participação do capital privado na realização do turismo com a privatização de hotéis de domínio público, além dos investimentos via BID em João Pessoa no Polo Costa do Sol, como fonte de recursos:

(...) eu assumi o governo no momento mais difícil para essa solução porque nós quando estávamos dizendo a fase da inflação, a euforia da inflação, a própria inflação financiava as obras. Era muito mais fácil, você através, como me socorre aqui Valdeci, você levantar dinheiro numa simples aplicação financeira, e em trinta dias você tinha um crescimento de trinta, quarenta e as vezes sessenta por cento do capital, então não tinha importância nenhuma em vir a Princesa Izabel e alguém me colocar os problemas, eu diria: pronto vou resolver os problemas, porque eu já sabia que a receita de sessenta milhões em trinta dias, subia para oitenta e quatro, oitenta e cinco ou mais, ou era o rendimento financeiro da aplicação do dinheiro. Hoje as coisas são diferentes, a gente tem que trabalhar com racionalidade, temos que trabalhar com austeridade, se não a gente não chega a outra meta do slogan que é o desenvolvimento. E eu tenho fé em Deus que vou chegar o meu rumo, como eu já disse, eu escolhi, não vou sair do meu rumo, o meu rumo vai ser o caminho da austeridade em busca do desenvolvimento, mas sempre com absoluto realismo, com absoluta sinceridade. Eu digo sempre, governar não é uma festa, as vezes as pessoas até entendem mau, e começam a fazer malícias, eu não estou me referindo a ninguém, estou me referindo a mim mesmo porque eu tenho a visão, que governar é uma coisa dura, é uma coisa que exige trabalho, que exige espírito de responsabilidade, e eu estou aqui para trabalhar, e estou trabalhando, não reclamo nada por isso, eu não era obrigado a ser candidato a vice-governador, o destino quis que eu assumisse o governo do Estado, mas eu não era obrigado a assumir, se eu assumi, então eu tenho que compenetrar, que a missão é trabalhar duro, para tirar a Paraíba das dificuldades que ela está atravessando atualmente.

Pergunta do entrevistador

- Se não houver soluções para tirar a Paraíba dessas dificuldades, é em vista do turismo por exemplo?

Resposta do governador José T. Maranhão:

- Sem dúvida nenhuma, e o propósito disso, nós tivemos agora em João Pessoa, durante cinco dias um evento internacional de turismo, é uma conquista do nosso governo a realização desse conclave em João Pessoa, reuniu operadores de turismo do mundo inteiro, do Brasil e do mundo inteiro. E segundo a avaliação dos próprios participantes, essa foi a melhor, chama-se LTMBNTM, foi a melhor BNTM* que já aconteceu nos últimos dez anos, foi a melhor que já aconteceu no Brasil nos últimos dez anos. Ali foram realizados inúmeros contatos e fechados muitos negócios que vão melhorar a exploração do turismo na Paraíba. O turismo ao lado da agricultura é a atividade econômica em que se investe pouco e se tem muito retorno e isso dentro do curto prazo - por isso eu estou muito animado com os resultados desse conclave que aconteceu em João Pessoa e inclusive para reativar os polos turísticos do litoral sul sobretudo do estado da Paraíba. Estou inclusive com um contrato previsto com o BID, que nos vai possibilitar recursos da ordem de quarenta milhões de reais para vários equipamentos, várias obras na área de saneamento básico, abastecimento d'água, sobretudo no Polo Turístico Costa do Sol aonde nós

pretendemos instalar uma rede turística internacional. De modo que uma notícia concreta que estou lhe dando sobre o turismo na Paraíba, nós percebemos desde que assumimos o governo, que o turismo não podia se resumir apenas a promoção de eventos, eventos sem repercussão econômica para a comunidade turística como um todo. Então resolvemos investir em duas pontas, na realização de eventos dessa natureza, que realmente tem uma finalidade prática, objetiva de propiciar o clima de desenvolvimento na área de turismo, e também, na divulgação do potencial turístico da Paraíba. Havia uma coisa interessante, até então, em nosso Estado, se você lia os jornais do Centro-Sul, as revistas etc., naquelas páginas reservadas aos eventos turísticos, as excursões etc., a Paraíba nunca aparecia, eu sei que tinha aqui do Nordeste; Salvador, alguma coisa de Sergipe, muita coisa em Alagoas, Pernambuco, aí ele [a revista] ia para o Rio Grande do Norte ou Ceará, a Paraíba não aparecia. E quem é do ramo hoteleiro, e acompanha os jornais está começando a ver que a Paraíba está aparecendo, porque? Porque nós estamos investindo nisso, assim como investimos nesse evento turístico. A Paraíba conhecida como está sendo conhecida lá fora, ela vai ter, inclusive vantagem sobre as demais cidades. João Pessoa detém o título de ser a cidade mais verde do mundo* e hoje com a força que tem a, ecologia, isso é um atrativo extraordinário, nós temos dois florestais dentro da própria cidade, um na área sul e outra na área norte, o da área sul é Mata do Buraquinho, são quatrocentos e sessenta e cinco hectares de floresta tropical virgem. E nós estamos também com um projeto de desenvolvimento turístico ali dentro da própria mata e o outro é a Mata do Amém, que fica do lado norte da cidade. Além disso a cidade tem mesmo uma cultura voltada para a preservação ambiental. É uma observação que eu costumo sempre fazer, as pessoas pobres que vivem em João Pessoa têm esse gosto, esse culto a árvore, a natureza.

Quando eu visito obra, algumas obras que nós temos na área de casas populares, na periferia da cidade, eu constato isso. O cidadão vai construir uma casa no sistema mutirão e ele está cavando o alicerce, mas pode olhar que ele já plantou uma árvore, ele mesmo, sem que ninguém, nenhuma autoridade exigisse ou pedisse que ele fizesse isso. Então João Pessoa tem esse potencial, e se você para o lado do turismo cultural, João Pessoa então, tem um patrimônio extraordinário, agora precisa investir na preservação e na recuperação. Por isso nós estamos investindo na recuperação da Fortaleza de Santa Catarina, em várias igrejas de João Pessoa, temos um convênio firmado com a oficina escola, entre o governo da Paraíba e a oficina escola e o governo da Espanha, nós estamos com vários pesquisadores e cientistas, preparando um, projeto para criar os cenários necessário, cenário hoteleiro nas chamadas pedras de itaquatiara no município de Ingá, estamos com outro projeto para o chamado vale dos dinossauros em Sousa e também o sítio de Acauã que uma relíquia histórica da história da Paraíba e do Nordeste. Então essas coisas todas, são investimentos de infraestrutura e o restante a iniciativa privada já está fazendo ao nosso lado, eu lembraria aqui ainda para finalizar esse capítulo do turismo, e veja bem, nós estamos levando o turismo para o interior, quando eu falo em Ingá, quando eu falo em Souza quando eu falo em Patos, estou falando em interiorizar também o turismo, porque o povo do interior precisa receber o fluxo financeiro que o turismo gera.

Pergunta do entrevistador:

Princesa Izabel, por exemplo, tem um potencial turístico enorme, dada a sua condição histórica.

Resposta do governador José T. Maranhão:

Exatamente e podemos aqui também fazer um trabalho nesse sentido, porque o turista não estão interessados em ficar como caranguejo na beira do mar, ele quer conhecer a cultura do estado na sua integridade, não é apenas o que está no litoral, temos, por exemplo, em Costinha, em Lucena; duas cidades do interior do estado, nós estamos fazendo um *ferrebout*, e já construímos duas estradas, a estrada Lucena BR-101 e a estrada Lucena-Costinha, vamos ali fazer uma infraestrutura de modo a aproveitar aquele potencial extraordinário que a região tem e que sem dúvida nenhuma vai contribuir para que a vida na Paraíba tenha mais animação, mas dinamismo econômico.

Pergunta do entrevistador:

Governador, durante essa visita o Sr. pode verificar vários problemas, vamos dizer, como por exemplo a acomodação de toda a sua comitiva, o Princesa Hotel, por exemplo da rede PB-TUR, qual é a decisão que se vai dar?

Resposta do governador

Eu acho que a salvação da rede hoteleira pública do Estado da Paraíba, é o destino que nós já demos a decisão que já tomamos, nós vamos privatizar a rede hoteleira. Uma prova que o Estado é mal administrado de rede hoteleira, e que o hotel de Princesa, além de fechado está depredado, está acabado, inteiramente depredado. Se isso pertencesse a uma pessoa física ou a uma empresa, certamente não estaria desse jeito, porque o patrimônio privado tem dono, o patrimônio público é da viúva como dizem

por ai infelizmente é assim, um erro, uma concepção muito errada da sociedade, gastou-se fortuna para fazer esse hotel e mais quatorze no estado, no entanto está ai tudo arrasado. Se eu fosse recuperar esse hotel hoje, de onde sairia? Não era do estado? Então sairia do bolso do contribuinte, sairia do bolso do cidadão, então o dinheiro público é muito mais do cidadão do que o dinheiro privado, porque o dinheiro da viúva e do meu vizinho aqui pode não sair do meu bolso, aliás nem sai, nunca sai, mas o dinheiro dessa viúva chamada Estado, sempre do bolso do contribuinte, ai não tem solução. Então por isso eu vou privatizar a rede hoteleira, já foi feita a avaliação vamos publicar o edital, eu gostaria até, estou agora me dirigindo aos empresários daqui da Serra do Teixeira, especialmente aqui de princesa Izabel, eu gostaria até, que o arrematante daquele prédio fosse uma pessoa de Princesa, porque? Porque os cidadãos de princesa tem amor a terra, e tem amor também ao seu patrimônio e é lógico que ele vai se esforçar pra que aquilo funcione com boa tese. Nós temos dois hotéis que estão funcionando precariamente, ao todo são quinze a rede hoteleira, é hotel de Brejo das Freiras onde eu me hospedei ontem e o hotel Bruxaxá na cidade de Areia, mas eles estão muito abaixo do que podia ser, se aqueles dois equipamentos caírem na mão de um empresário da rede hoteleira internacional você vai ver o crescimento de turismo que essa região vai ter. Porque? Porque os cenários do sertão e do brejo, são cenários bonitos e o estrangeiro quer conhecer é isso, João Pessoa eles conhecem, Campina Grande também, eles querem conhecer o interior da Paraíba para ver como é a história dos cangaceiros, como é a história do sertão, como é a vida do nordestino, isso eles querem ver, as nossas músicas, a nossa arte, a nossa cultura. E aquilo ficando na mão de uma rede hoteleira internacional, esse pacote já vem pronto lá do exterior dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França e do Japão (...).

FONTE: FCJA, Sala do Governador José Targino Maranhão, fita número 0345 de 22 de março de 1996.

Anexo 28



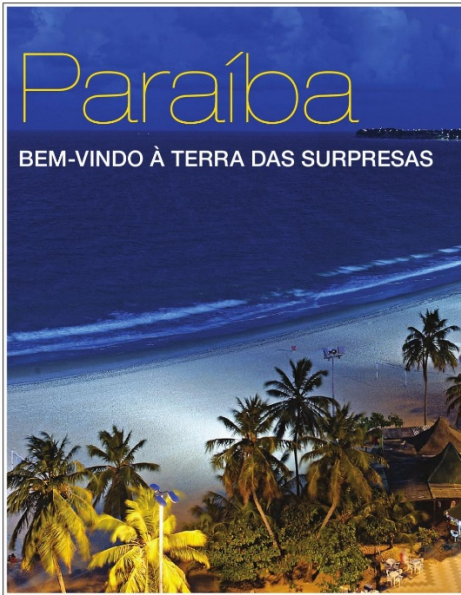

As imagens do turismo de praia e sol como elementos de referencia para os investimentos do PRODETUR-NE/PB.

FONTE: Jornal A União, Caderno de turismo, março de 1997

Anexo 29

REVISTA WORLD TRAVEL	
Dezembro/2009	Março/2010
 <p>Dez. 2009 Paraíba: do sonho a realidade</p> <p>SÃO PAULO E tudo de Bom</p> <p>CALDAS NOVAS O Mundo das Águas Quentes</p> <p>FOZ DO IGUAÇU Esta Maravilha é Nossa</p> <p>SALVADOR Mágico</p> <p>RECIFE Multicultural</p> <p>RIO GRANDE DO NORTE e Seus Encantos</p> <p>PARÁ Obra Prima da Amazônia</p>	 <p>Mar. 2010 João Pessoa: natureza e tranquilidade</p> <p>João Pessoa NATUREZA E TRANQUILIDADE</p> <p>Parque Solon de Lucena e o Mar</p>
<p>Dez. 2009 Paraíba: do sonho a realidade</p> <p>Segunda cidade mais verde do Brasil. Terceira cidade mais antiga do Brasil. Um dos litorais mais límpidos do Brasil. Traços típicos de cidade pequena. Diversidade cultural e as inúmeras igrejas. Beleza natural. Maior reserva de mata nativa em área urbana do país. Areia Vermelha, Tambaba. Latitude como elemento de invariabilidade climática. Campina Grande com o maior São João do mundo. Culinária.</p>	<p>Mar. 2010 João Pessoa: natureza e tranquilidade</p> <p>João Pessoa, Parque Solon de Lucena, um dos mais belos cartões postais foi totalmente revitalizada pela prefeitura. Cidade com charme de interior, com cerca de 700 mil habitantes, com 24 km de águas limpas e mornas. Não é somente de sol e mar a cidade. O sol nasce primeiro. A tranquilidade reina, terceira mais antiga cidade do país. Cidade muito arborizada, não vista em outras no Nordeste. Hospitalidade e tranquilidade para passeios em Cabo Branco e Tambaú. Homenagem a Ariano Suassuna, estátua em 2009 e Estação Ciência Cultura e Artes, em 2008, arquiteto Oscar Niemeyer.</p>

Anexo 30

REVISTA WORLD TRAVEL	
Junho/2010	Novembro/2010
 <p>48 TRAVEL WORLD JUNHO/NOVEMBRO 2010</p>	 <p>62 TRAVEL WORLD JUNHO/NOVEMBRO 2010</p>
<p>Jun. 2010 Paraíba: bem-vindo à terra de surpresas</p> <p>Ponto extremo oriental das Américas. Capital, uma das mais arborizadas do mundo. Terceira cidade mais antiga do Brasil. Litoral recortado com areias brancas, coqueirais e águas mornas. Sítio arqueológico de Ingá e o Valo dos Dinossauros. “São 53 praias, entre selvagens e urbanizadas”. Praia de Tambaba. Fortaleza de Santa Catarina. Reserva indígena de Baía da Traição. Igreja da Guia. Aqui o sol nasce primeiro. Farol da Marinha e a Estação Ciência projetada por Oscar Niemeyer. Praias agitadas: Cabo Branco, Tambaú, Manaíra e Bessa. Lajedo do Pai Mateus. Roteiro do frio no brejo paraibano.</p>	<p>Nov. 2010 João Pessoa é surpreendente</p> <p>“Somos a Porta do Sol desse País Tropical, Somos a Mata Verde, a Esperança. Somos o Sol do Extremo Oriental...” letra do cantor e compositor Fuba. Ponto extremo Oriental das Américas, junto com mais de 30 km de litoral são suficientes para João Pessoa se destacar no Nordeste. Estação Ciência Cultura e Artes do arquiteto Oscar Niemeyer no Cabo Branco, entre reserva de Mata Atlântica e o mar. João Pessoa se prepara para o futuro e não abandona o passado, é a terceira mais antiga do Brasil. Completamente sinalizada para o turista passear com ou sem um guia.</p>

Anexo 31

REVISTA WORLD TRAVEL	
Março/2011	Maio/2011
 <p>60 TRAVEL WORLD TURISMO E CULTURA</p>	 <p>A Paraíba pode dizer que tem um litoral europeu.</p> <p>São suecos, holandeses, alemães, portugueses, argentinos, japoneses, ingleses e uruguaios, que descobriram as belezas naturais da região e o imenso potencial de desenvolvimento no setor turístico.</p> <p>64 TRAVEL WORLD TURISMO E CULTURA</p>
<p>Mar. 2011 Paraíba: um novo roteiro brasileiro</p> <p>“A Paraíba pode ser o próximo roteiro dos turistas que curtem tranquilidade, segurança, natureza, esportes e muita cultura”. O Estado se prepara para ser um dos principais destinos de eventos, com a construção do Centro de Convenções de João Pessoa. Importante destino cruzeirista nacional e internacional em 2009/2010 atendeu mais de 25 mil cruzeiristas. É um encontro com sol, a alegria na terceira cidade mais antiga do Brasil. Soube preservar e manter intocável seu patrimônio natural. Considerada pela ONU como a segunda mais verde do mundo. Conhecida como “cidade jardim”, detém a Mata do Buraquinho e o Parque Arruda Câmara. 30 km de mar despoluído de águas claras e tépidas. Mercado de artesanato. Litoral, um dos mais belos do país. Praias de Tambaú e Cabo Branco e o Tropical Hotel Tambaú, cartão postal. Tambaba, no Conde e o roteiro do frio no Brejo paraibano. Vale dos Dinossauros. Areia Vermelha e Cabedelo com bolero de Ravel. Campina Grande com maior São João do Mundo.</p>	<p>Mai. 2011 João Pessoa é surpreendente, muito sol, natureza e tranquilidade</p> <p>“A Paraíba pode dizer que tem um litoral europeu”. Porta de entrada dos turistas que vem para Paraíba. Terceira cidade mais antiga. e Estação Ciência Cultura e Artes, em 2008, arquiteto Oscar Niemeyer. 24 km de praias. Praias e paredões de Mata Atlântica, no extremo oriental das Américas. Parque Solon de Lucena, Lagoa, arborizada de acácias, palmeiras imperiais e ipês-amarelos. Praias paradisíacas. Praia de Coqueirinho uma das mais belas da Paraíba. Centro Histórico com igrejas e o Hotel Globo.</p>

Anexo 32

REVISTA WORLD TRAVEL	
Outubro/2011	Julho/2012
	
<p>Out. 2011 Paraíba: bem-vindo à terra de surpresas</p> <p>João Pessoa, Ponta do Seixas o ponto extremo oriental das Américas. Cidade fundada em 1585, a terceira mais antiga do Brasil, com litoral paradisíaco e clima de paz e tranquilidade. Estação Ciência Cultura e Artes, em 2008, arquiteto Oscar Niemeyer. Praias agitadas em Cabo Branco, Tambaú e Bessa. Turismo religioso no interior. Cabaceiras Roliúde Nordestina. Roteiro do frio no Brejo paraibano. Paraíba é um celeiro de arte e cultura.</p>	<p>Jul. 2012 Paraíba: a combinação “sol e mar”</p> <p>Capital com cerca de 700 mil habitantes é a terceira mais antiga do país, e o ponto mais oriental das Américas. Tem tudo que as grandes cidades oferecem, com tudo perto e tranquilo. Cresceu entre o Rio Sanhauá e o Mar. Cabo Branco, Tambaú, Manaíra e Bessa. Parque Sólón de Lucena. Centro histórico com igrejas e o Centro Cultural São Francisco do período barroco. Teatro Santa Rosa e o Hotel Globo. Mata do Buraquinho, maior área verde nativa em perímetro urbano do Brasil e o Parque Arruda Câmara. Litoral Sul praias de Tambaba, Coqueirinho, Carapibus e Tabatinga. No litoral norte Cabedelo com Forte Santa Catarina, o pôr do sol ao som do bolero de Ravel. Campina Grande com maior São João do Mundo.</p>

Anexo 33

REVISTA WORLD TRAVEL Paraíba: pagina de abertura	
Julho/2013	Agosto/2013
	
<p>Jul. 2013 Meu destino é a Paraíba: muito mais que sol e mar</p> <p>João Pessoa se prepara para ter um dos melhores parques hoteleiros do Nordeste. Efetivação do Polo Turístico do Cabo Branco irá transformar o Estado no centro de concentração de empreendimentos internacionais. No polo terá campo de golfe. Os estrangeiros detêm 14 equipamentos hoteleiros entre pousadas, hotéis e resorts. Um trecho de litoral europeu, suecos, holandeses, alemães, portugueses, ingleses, além de argentinos, japoneses, angolanos e uruguaios. Rota de cruzeiristas. Desde 2012 a Paraíba conta com o Centro de Convenções, para fomento do turismo de negócios.</p>	<p>Ago. 2013 Paraíba: bem-vindo à terra de surpresas</p> <p>A Paraíba surpreende por singularidades, Ponta do Seixas (ponto extremo oriental das Américas), a poucos metros do Cabo Branco. João Pessoa é uma das mais arborizadas do planeta. Cidade fundada em 1585, a terceira mais antiga do Brasil. Importantes igrejas. Orla de águas mornas e irresistível paisagem, cenário paradisíaco, uma das mais tranquilas do Nordeste. Vale dos Dinossauros, Fortaleza de Santa Catarina, Baía da Traição. Estação Ciência Cultura e Artes, em 2008, arquiteto Oscar Niemeyer. Praias agitadas em Cabo Branco, Tambaú e Bessa.</p>

Anexo 34

REVISTA WORLD TRAVEL	
Paraíba: pagina de abertura	
Agosto/2013	Mai/2014
 <p><i>A Paraíba surpreende por singularidades que encantam os seus visitantes.</i></p> <p>74 TRAVEL WORLD Publicação mensal 2013</p>	 <p>PARAÍBA ILHA DA RESTINGA</p> <p>Ilha da Restinga</p>
<p>Ago. 2013 Paraíba: bem-vindo à terra das surpresas</p> <p>João Pessoa se prepara para ter um dos melhores parques hoteleiros do Nordeste. Efetivação do Polo Turístico do Cabo Branco irá transformar o Estado no centro de concentração de empreendimentos internacionais. No polo terá campo de golfe. Desde agosto de 2012 o Estado conta com Centro de Convenções para o fomento do turismo de negócios.</p>	<p>Mai. 2014 Paraíba: ilha da restinga</p> <p>Litoral norte, Cabedelo, pôr do sol com bolero de Ravel. Ilha da restinga no estuário do Rio Paraíba. Fortaleza de Santa Catarina. Movimentação do turismo ecológico-cultural do local.</p>

Anexo 35

REVISTA WORLD TRAVEL	
Maio/2010	
 <p>Travel World Turismo & Negócios</p> <p>Paraíba PRONTA PARA OS FESTEJOS JUNINOS</p> <p>E MAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • São Paulo • Foz do Iguaçu • Caldas Novas • Recife • Rio Grande do Norte • Belém 	
<p>Mai. 2010 Paraíba: pronta para os festejos juninos</p> <p>Listado pelo MTur como um dos maiores eventos do Brasil. “Maior São João do Mundo”. Atrair cerca de 2 milhões de turistas em 30 dias de festa. São João de Patos. Bananeiras, roteiro do frio e São João. Ciclismo e aventura no brejo. Cachoeira do Roncador. Areia e seu patrimônio cultural. João Pessoa pronta com 7,5 mil leitos.</p>	

Governo comemora suspensão de embargo do Polo Cabo Branco

■ PBTur cumpre todas as ações referentes ao Projeto de Recuperação de Fluxos dos rios Jacarapé e Aratu e área está liberada para construção de hotéis

Josélio Carneiro
REPORTER

O governador do Estado e o secretário de Infraestrutura, Francisco Sácome Sarmento, comemoram a suspensão do embargo ao projeto do Polo Turístico do Cabo Branco. Sarmento afirmou que o projeto será reiniciado. Em 1998, foi assinado um termo de ajustamento de conduta entre o Ministério Público Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Governo do Estado que estabelecia condições para que o desembargo ocorresse. "Conseguimos cumprir as condições estabelecidas e após uma inspeção o Ibama desembargou a obra", disse o secretário

De acordo com o superintendente substituto do Ibama/PB, Ronilson José da Paz, o desembargo do Polo Turístico Cabo Branco ocorre porque a PBTur cumpriu todas as ações referentes ao Projeto de Recuperação de Fluxos dos rios Jacarapé e Aratu, e em seguida encaminhou o Relatório de Detalhamento das Atividades de Recuperação Ambiental (PRAD) referentes ao projeto turístico idealizado e iniciado na década de 80.

O Ibama informou que a área do projeto estava embargada por não observar as recomendações de preservação ambiental para uma obra de tal porte. O grande projeto iniciado ainda na década de 80 pelo Governo da Paraíba (Lárcio Burity), e denominado "Implantação do Polo Turís-

tico do Cabo Branco", se localiza ao longo da orla marítima de João Pessoa e sobre o planalto do Cabo Branco, onde fica a Ponta do Seixas, o ponto mais oriental das Américas.

O Polo Turístico do Cabo Branco objetiva implantar toda a infraestrutura para instalação de hotéis, resorts, marinas e muitos outros empreendimentos voltados para o turismo na região, e foi sido embargado em 1988 pela Superintendência do Ibama na Paraíba. A boa notícia (suspensão do embargo), de interesse dos paraibanos e do trade turístico, bem como do Governo do Estado, foi comunicada pelo Ibama à Sudema – Superintendência Estadual de Administração do Meio Ambiente no último dia 26, através do ofício nº00649/09.



Polo Turístico do Cabo Branco vai abrigar hotéis, resorts e marinas

FONTE: Jornal A União, Geral, pág. 24, domingo 30 de agosto de 2009

Anexo 37

Projeto estrutural ganha prêmio em São Paulo

Nádyra Araújo
Especial para A União

O engenheiro calculista responsável pelo projeto do Centro de Convenções Poeta Ronaldo Cunha Lima, foi o ganhador do Prêmio Talento Engenharia Estrutural. A cerimônia de premiação aconteceu no Estado de São Paulo no último dia 17.

Segundo afirmou o engenheiro vencedor, Henri Netto, essa foi a primeira vez que a Paraíba foi finalista nesse prêmio. "É uma competição muito difícil, os jurados são exigentes", esclareceu.

O Talento da Engenharia Estrutural é uma competição que ocorre em nível nacional e possui quatro categorias: Infraestrutura, Pequeno Porte, Obras Especiais e Edificações, com cinco finalistas em cada esfera. Na solenidade de premiação estavam presentes cerca de 300 engenheiros inscritos na edição deste ano.

Henri conquistou a menção honrosa na categoria Edificações. "Este prêmio é motivo de grande orgulho, tanto para o lado profissional, quanto para o lado regional. Foi a primeira vez que o nosso Estado foi à final neste prêmio e isso já era por demais

gratificante. Mas, vencer, foi muito melhor. Divido esta alegria com todos os paraibanos", diz. A comissão do calculista era a única nordestina na final da edição 2013 do evento.

O engenheiro diz que essa conquista serve também de incentivo a outros engenheiros do Estado. "A cerimônia foi muito grande, com os maiores nomes da engenharia do Brasil. E conseguir vencer foi muito gratificante. Fiquei muito feliz com a vitória. O prêmio serve também para mostrar que temos excelentes profissionais na Paraíba", acrescenta.

Localizado no Polo Turístico Cabo Branco, o Centro de Convenções Poeta Ronaldo Cunha Lima, é considerado um dos mais modernos equipamentos dessa categoria no país. O centro foi planejado para suportar eventos de grande porte e é ideal para feiras, seminários e congressos. O local tem a missão de colocar o Estado no roteiro do turismo de evento, uma das modalidades que mais cresce nesse setor; capaz de gerar ocupação hoteleira durante o ano inteiro. O centro é composto por quatro edificações: o mirante, o salão de exposições, o centro de congressos e o teatro.



O mirante, que tem o formato de pirâmide invertida, é um dos atrativos do equipamento turístico paraibano

FONTE: Jornal A União, Geral, pág. 09, quarta-feira 30 de outubro de 2013

Anexo 38

12 João Pessoa > Paraíba > QUINTA-FEIRA, 26 de janeiro de 2012

| menor do que em 2010. | TAM no setor.

| apuração do ano de 2012.

> twitter: @riquefranca

► TALENTOS DO BRASIL > Turista deverá visitar engenho e conhecer cultura da nação potiguar e quilombola

Roteiros turísticos da Copa do Mundo incluem três atrativos rurais da PB

Mais de 600 mil turistas estrangeiros e três milhões de brasileiros deverão circular pelo país durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol 2014, segundo estimativas feitas pelo Ministério do Turismo (MTur).

Para aproveitar esse potencial e gerar negócios em meio a empreendimentos turísticos rurais, os Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Turismo e Sebrae, através do projeto Talentos do Brasil Rural, selecionaram 24 roteiros para receber apoio no período de comercialização de seus produtos e serviços oriundos da agricultura familiar no mercado turístico. Municípios da Paraíba foram incluídos em três roteiros.

Por meio de chamada pública, no ano passado, foram oferecidas duas vagas para cada uma das doze cidades-sede da Copa. A localização foi um dos critérios da seleção. Os roteiros deveriam estar, no máximo, a três horas de distância de uma das sedes mundiais. A Paraíba, por estar em um ponto estratégico da região Nordeste, entre os Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, onde as capitais são cidades sede, terá três roteiros turísticos que passem por seus municípios.

Desses roteiros que con-

templam a Paraíba, dois se iniciam em Natal (RN) e um em Recife (PE). O primeiro roteiro, "Caminhos dos Engenheiros", passa pelo Brejo paraibano, São dois dias, saindo de Natal, com destino a Bananeiras e Areia. O segundo é uma "viagem à nação potiguar", passando pelas cidades de Mamanguape e Baía da Traição, onde há um rico potencial cultural e artístico dos índios potiguaras.

O terceiro roteiro viaja pela cultura quilombola paraibana. Os turistas sairão de Recife e passarão pelas cidades paraibanas de Alhandra, Pitimbu, Jacumã e Conde, onde há a comunidade quilombola Curugi, que produz artesanato em cerâmica e promove a cultura do maculê, coco e capoeira.

A partir de fevereiro, o Sebrae-PB, em parceria com o Governo do Estado e Prefeituras irá iniciar projetos de consultoria e organização das cooperativas e associações culturais para que elas possam atender bem o turista. "O aumento no fluxo de turistas já gerar mais



Produção de rapadura é uma das atrações turísticas dos Caminhos dos Engenheiros que se inclui no roteiro da copa

negócios para esses pequenos empreendedores. A ideia é divulgar esses roteiros não apenas no período da Copa, mas durante todo o ano", afirmou a analista do Sebrae Paraíba, Maísa Duarte.

OUTROS ROTEIROS TURÍSTICOS - Além dos roteiros rurais, a Paraíba foi selecionada pelo

MTur com 10 destinos e produtos (sol, mar, esporte e cultura) para receber turistas durante a Copa do Mundo. A intenção do Ministério é incentivar o visitante a conhecer os atrativos localizados no entorno das sedes, aumentando o fluxo turístico, a distribuição de renda e a geração de emprego.

No segmento Sol, Praia e

Esporte, o MTur selecionou as cidades de João Pessoa, Cabedelo, Lucena e Conde.

No segmento Cultural, foram selecionadas as cidades de Campina Grande, Poço das Antas, Ingá, Bananeiras e Guarabira. Os municípios selecionados terão preferência na destinação de recursos e no destaque da promoção oficial.

[CAMPINA GRANDE]

Comerciários terão apólice da Porto Seguro

> Kalyenne Antero
auniakalyenne@gmail.com

A empresa Porto Seguro, que atua no setor de seguro de vida e acidentes pessoais, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, em Campina Grande irão implantar seguro para os comerciários. O contrato passará a valer do dia 1º de fevereiro a 31 de outubro de 2012, tendo cobertura 24 horas do período de vigência, incluindo feriados e finais de semana.

O contador Cleomar de Sousa diz que o seguro é muito importante. "A nossa missão, como contadores, é ter conhecimento e orientar o cliente para que ele não seja penalizado pelas obrigações acessórias. Esse seguro já foi difundido no Brasil em diversas cidades, agora, em João Pessoa, já existe sua obrigatoriedade. Em Campina Grande está sendo iniciado neste momento. Avalio como um benefício não para o patócio, e sim para o empregado, fazendo necessário o cumprimento desse acordo", esclareceu ele.

Fonte: Jornal A União quinta-feira, pág. 12, 26 de janeiro de 2012

Anexo 39

PARAÍBA 2014

PARAÍBA TEM 10 CIDADES INCLUÍDAS NOS
DESTINOS DA COPA 2014 E ENTRA NO
CIRCUITO TURÍSTICO QUE MOVIMENTARÁ OS
ESTADOS NORDESTINOS



FONTE: Jornal A União, caderno especial de turismo, pág. 32, fevereiro de 2012

Anexo 40

CONFIRMAÇÃO

João Pessoa será um dos centros de preparação para as Olimpíadas do Rio

A cidade de João Pessoa foi confirmada como um dos polos que irão contribuir para a preparação dos atletas participantes dos Jogos Olímpicos de 2016, que serão realizados na cidade do Rio de Janeiro. O Centro de Treinamento do Valentina Figueiredo (CT) foi anunciado pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) como um dos locais que servirão para que atletas estrangeiros passem pelo período de aclimação no Brasil. Foram escolhidos 73 centros, dos quais nove estão na região Nordeste.

Com um investimento superior a R\$ 6 milhões, o Centro de Treinamento do Valentina Figueiredo se encontra em fase de conclusão de obras e deverá ser entregue até a metade deste ano. De acordo com o secretário de Juventude, Esporte e Recreação, João Corujinha, a escolha contempla os investimentos feitos pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) na área esportiva.

"O centro terá padrões internacionais e será mais um fator para impulsionar o turismo e a economia local. A cidade comporta eventos deste tipo e a prova é que a cidade já realizou três olimpíadas escolares, com atletas de todo o Brasil e tivemos a aprovação do COB. Foi uma escolha muito importante para nós e mostra que estamos no caminho certo nos investimentos", disse o secretário João Corujinha.

ATLETISMO - O carro-chefe dos treinamentos, segundo o secretário João Corujinha, deverá ser o atletismo. "É o que temos de melhor e mais moderno no CT é a pista de atletismo. A pista ainda conta com diversas modalidades que compõem as provas de atletismo como salto em altura e arremesso de pesos", afirmou.

Além de João Pessoa, outras seis cidades nordestinas também foram indicadas pelo COB - Aracaju, Fortaleza, Natal, Recife e São Luiz. No Brasil, 17 estados terão centros de treinamentos aptos a receber os atletas estrangeiros.

A ESTRUTURA DO CT DO

VALENTINA - As obras do CT do Valentina já alcançaram a marca de 70% de conclusão das obras. A Vila Olímpica tem uma área de 12 mil metros quadrados e também conta com uma pista de atletismo - que tem padrão internacional, com piso sintético, e um campo de futebol, que estão com índices de execução de 50% e 70%, respectivamente. O local também terá uma piscina semi-olímpica (de 25 metros).

Além das dimensões internacionais, o local será totalmente equipado para receber visitantes e imprensa. Haverá vestiários para atletas, salas de fisioterapia e musculação, arquibancada com capacidade para 1.200 pessoas e cabines apropriadas para a imprensa e transmissões de televisão.

O equipamento vai ser utilizado na realização de competições nacionais e internacionais,

além de local de descoberta de novos talentos, entre os alunos da rede municipal de ensino.

COPA DE 2014 - A cidade de João Pessoa ainda poderá integrar um outro evento de proporções mundial. A comemoração da escolha da cidade como um dos polos de preparação para os Jogos Olímpicos de 2016 aumenta a esperança da cidade em ser escolhida como centro de treinamento oficial da Copa do Mundo de Futebol, que será realizada no Brasil, em 2014.

A cidade já está inscrita para ser um dos centros de treinamento e o resultado final, de acordo com o secretário João Corujinha, deverá ser divulgado nos próximos dias. A expectativa é de que a Vila Olímpica Ronaldo Marinho seja aprovada pelo comitê organizador.

PMJP e Governo do Estado firmaram parceria, em março do ano passado, para tornar viável o recebimento de atletas estrangeiros durante o período de treinamento para a Copa do Mundo.

Entre os requisitos da Federação Internacional de Futebol (Fifa), é necessário que a cidade possa oferecer um hotel de grande porte e a 20 minutos de distância um centro de treinamento com campo de futebol em dimensões oficiais, minicampo e ainda um parque aquático.

Fonte: Jornal A União sexta-feira, pág. 14, 27 de janeiro de 2012

Anexo 41

NADO SINCRONIZADO

Russas treinam na capital

Pentacampeãs olímpicas, atletas devem chegar dia 13 para preparação

Marcos Lima
marcoslima@gmail.com

A seleção russa feminina de nado sincronizado, cinco vezes campeã olímpica, deve desembarcar no próximo dia 13, em João Pessoa, onde ficará por duas semanas treinando na Vila Olímpica Paratyba, no Bairro dos Estados, em João Pessoa. Retorna ao seu país no dia 30 e deve voltar à Paraíba em 30 de julho para encerrar fase de treinamento visando os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

A delegação vem coordenada por uma das integrantes da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, a convite do presidente da Federação de Esportes Aquáticos da Paraíba, Antônio Meira Leal. "Há mais de oito meses que estamos em conversações para trazer esta seleção russa ao nosso Estado. Servirá de espelho para nossos atletas. Se trata de uma seleção top linha mundial e que, quem sairá ganhando é a Paraíba com a presença de todas elas em nosso Estado", afirmou Antônio Meira.

A quantidade de nadadoras ainda não foi confirmada, no entanto, o presidente da Federação de Esportes

Aquáticos da Paraíba garante que a seleção russa feminina de nado sincronizado deverá se fazer presente em João Pessoa com todas as suas integrantes, haja vista que estão em fase final de preparação para os Jogos Olímpicos de 2016.

"Esta seleção já esteve na Paraíba entre os anos de 2003 e 2004. É conhecida mundialmente e forte candidata ao título olímpico. A escolha pela Paraíba para treinamentos se deve ao potencial que temos em nosso Estado, a começar pela estrutura do Parque Aquático da Vila Olímpica Paratyba, disponibilizada pelo Governo do Estado para a seleção russa que é top de linha", alegou Meira.

PARALIMPIADAS 2016

Phelipe Andrews é esperança de medalha para a Paraíba

Ivo Marques
ivo.marques@jornal.com.br

Para os atletas do mundo todo, este ano é muito especial, por ser um ano de Olimpíadas e de Paralimpíadas. Por este motivo, a maioria deles não teve tempo para muita festa na virada do ano. Os treinos se intensificam, a partir de agora, visando os dois jogos, que serão sediados no Rio de Janeiro, a partir do mês de julho. Neste contexto, está Phelipe Andrews Rodrigues, um nadador que vai representar a Paraíba, com chance real de medalha nas Pa-

nando para competir outra vez nos 50 e 100 metros livres e nos revezamentos de 50 e 100 metros. Com um trabalho de cerca de oito horas por dia, ele espera brilhar nas Paralimpíadas.

"Venho treinando muito forte. Em Toronto já foi emocionante, mas aqui no Brasil, com o apoio da família e da torcida brasileira, dentro de nossa casa, a empolgação é bem maior. Tenho fé em Deus que vou representar muito bem a Paraíba e o Brasil na competição. O desejo é conquistar o maior número de medalhas possíveis, e principalmente do ouro", disse o atleta.

Fonte: Jornal A União quinta-feira, pag. 21, 06 de janeiro de 2016

Esportes

24 A UNIÃO João Pessoa, Paraíba - SÁBADO, 30 de julho de 2016



Considerado um dos melhores do planeta, o Parque Aquático da Vila Olímpica tem recebido várias seleções olímpicas

FOTO: EVANDRO PEREIRA

TREINAMENTO NA VILA OLÍMPICA

Seleções vieram para fugir do assédio

Rússia, Alemanha e EUA consideram a Paraíba um Estado muito tranquilo

Adriana Silva
especialpara@uniao.com.br

Evitar o assédio. Este foi um dos principais motivos que levou as Seleções de Saltos Ornamentais dos Estados Unidos e da Alemanha, e de Nado Sincronizado da Rússia, a escolherem a Paraíba para finalizarem seus treinamentos antes de embarcarem para o Rio de Janeiro, onde, a partir do próximo dia 5, disputam os Jogos Olímpicos de 2016. A informação foi passada ontem, por Edmundo Vergara, treinador da Seleção Paranaense de Saltos Ornamentais que, há mais de uma semana, acompanha as delegações visitantes na Vila Olímpica Paratyba, na capital.

Outro fator que fez com que estas seleções viessem à Para-

íba, além de privacidade, foi o clima que, de acordo com alguns integrantes da comissão técnica, ficaram encantados pela cidade. "Esta é a terceira vez que a seleção dos Estados Unidos treina na Paraíba, enquanto que os alemães já vieram duas vezes. Isso, no entanto, é muito bom para o nosso Estado, pois servimos de referência para outros países", afirmou Edmundo Vergara.

Ontem foi a vez da seleção dos Estados Unidos desembarcar na cidade. Enquanto os americanos chegaram, quem parte é a seleção alemã, que deixa a Paraíba hoje, depois de uma semana de treinos durante os turnos da manhã e tarde, levando na bagagem boas recordações de João Pessoa. Os americanos deram início aos treinos na tarde de ontem e seguem na cidade até a próxima terça-feira, com um total de 30 pessoas entre atletas e comissão técnica.

Já as russas do nado sincronizado, cinco vezes campeãs olímpicas, estão em João Pessoa desde a última quarta-feira e também seguem treinando nos dois horários. A seleção ficará até o próximo dia 11.

Para o secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer, Bruno Roberto, a Paraíba é modelo para estas seleções devido ao moderno complexo esportivo. "O complexo esportivo da Vila Olímpica é mais uma grande prova de quanto a Paraíba serve de exemplo, pois essas seleções possuem vários integrantes que já foram campeões olímpicos", destacou o secretário.

A Vila Olímpica Paratyba tem atraído não apenas essas seleções de desportos aquáticos, mas, também, dezenas de atletas das mais diversas modalidades esportivas. O local é considerado um dos melhores do planeta.



Edmundo Vergara, da Seleção Paranaense de Saltos, acompanha seleções visitantes

FOTO: OLÍMPIA

Fonte: Jornal A União quinta-feira, pag. 24, 30 de julho de 2016

Anexo 42

Diversidade — GERAL

14 A UNIÃO João Pessoa, Paraíba - QUARTA-FEIRA, 29 de junho de 2016

VENDAS DO DESTINO PARAÍBA

PBTur e ABIH visitam agências de SP

Objetivo da parceria é aumentar o fluxo de turistas para o Estado

A Empresa Paraibana de Turismo (PBTur) e Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH-PB) iniciam nesta quarta-feira (29) uma série de visitas às principais agências e operadoras de turismo em São Paulo (SP). As visitas começam pelas operadoras Trend, Visual, Fly-tour e TAM Viagens.

Na quinta-feira (30), as presidentes da PBTur, Ruth Avelino, e da ABIH-PB, Manuella Hardman, estarão visitando a CVC, E-HTI, e MMT GapNet. Na sexta-feira (1º), a agenda prevê reuniões na Azul Viagens e Azul Linhas Aéreas Brasileiras, e Beds On Line. O objetivo é aumentar o fluxo de turistas para o Destino Paraíba até o final deste ano.

Ruth Avelino e Manuella Hardman pretendem negociar parcerias com as agências e operadoras para incentivar as vendas do Destino Paraíba, promovendo uma campanha que premiará os profissionais que fecharem mais pacotes. A premiação seria a inclusão em um famtour pelos principais



Ponta do Seixas, um dos principais pontos turísticos paraibanos, será um dos potenciais incluídos em um famtour realizado pela PBTur

pontos turísticos paraibanos. "Queremos incentivar as vendas premiando quem vende mais. Essas visitas têm por objetivo viabilizar o crescimento efetivo do fluxo de turistas após essa ação já para

o período entre agosto e novembro, ainda considerado de baixa estação", afirmou a presidente da PBTur.

A executiva paraibana disse que essa ação é estratégica para a Paraíba, tendo em

vista uma pequena queda no fluxo de turistas após o período de alta estação. Na opinião de Ruth Avelino, esse é um momento importante de retornar às operadoras e buscar novas parcerias e, prin-

cipalmente, capacitações do Destino Paraíba. "Precisamos estar sempre presentes nos grandes centros como o Sul, Sudeste e Centro-Oeste, pois o mercado é bastante competitivo e dinâmico", pontuou.

FOTO: Reprodução/Internet

Estágios: ProUni e Fies têm prioridade

A contratação de estagiários nos órgãos públicos federais, de administração direta, autárquica e fundacional, vai dar prioridade a estudantes de nível superior contemplados pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e Programa de Financiamento Estudantil (Fies). A orientação consta de normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão publicada no Diário Oficial da União dessa terça-feira (28). Segundo a norma, a realização do estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza e dar-se-á mediante Termo de Compromisso de Estágio.

Cão é flagrado sendo arrastado por moto

Fotos de um cão amarrado e arrastado por uma moto foram divulgadas na internet e geraram revolta em Matão, no interior de São Paulo. O animal era puxado por uma corda no centro da cidade, segundo testemunhas, após não suportar mais acompanhar o motociclista. O caso foi registrado no domingo, 26, e na tarde desta segunda-feira, 27, a Polícia Civil começou a ouvir os envolvidos. Uma mulher, responsável pelas imagens, contou ter visto o animal sendo arrastado pela motocicleta e que alertou o motociclista, que em um primeiro momento não se preocupou com a questão, vindo a parar

Fonte: Jornal A União quarta-feira, pág. 14, 29 de junho de 2016

Anexo 43

A UNIÃO

Ano CXIX
Número
178
R\$ 1,00
Assinatura
anual
R\$ 160,00



João Pessoa, Paraíba - DOMINGO, 26 de agosto de 2012

119 ANOS - PATRIMÔNIO DA PARAÍBA



www.paraiba.pb.gov.br



Twitter > @uniaogovpb



jornalauniao.blogspot.com

FOTO: C. B. B. B. B. B.



Empreendimento vai custar R\$ 170 milhões com recursos dos governos federal e estadual e será destinado a eventos de grande porte, o que deve incluir a Paraíba no roteiro do turismo de eventos

Estado inaugura hoje primeira etapa do Centro de Convenções

Fonte: Jornal A União quarta-feira, Capa, 26 de agosto de 2012

Anexo 44

Paraíba

13 A UNIÃO João Pessoa, Paraíba - QUARTA-FEIRA, 14 de agosto de 2013

Polícia prende cinco
pessoas e apreende
11 quilos de drogas

Página 14

POLO TURÍSTICO CABO BRANCO

Governo define prazo para obras

Empresários terão três
anos para concluírem pelo
menos 50% das obrasJosé Alves
zenit@uol.com.br

Vinte anos depois de seu lançamento, pelo então governador Tarcísio Burty, o Polo Turístico Cabo Branco finalmente desponta como a grande fronteira de desenvolvimento do Estado. O empreendimento terá um investimento de 600 milhões de dólares e deverá proporcionar mais de 10 mil empregos diretos e indiretos. Ontem pela manhã no auditório da PBtur, o governador Ricardo Coutinho entregou a 11 empresários da rede hoteleira os Certificados de Regularidade Jurídica para que eles iniciem os novos projetos para construção das obras do Polo. Na ocasião o governador deu um prazo de três anos para que os empresários concluam pelo menos 50% das obras.

Ao entregar os certificados para os empresários da construção hoteleira e resorts, o governador disse que esse foi um dia histórico para o Estado, porque o Polo está com o licenciamento ambiental pronto e que o objetivo da construção dos prédios é aumentar as ofertas de leitos no Estado e outros equipamentos turísticos ao longo do Litoral Sul da capital paraibana. Na parceria o Estado ficou responsável pela implantação da infraestrutura básica.

O vice-governador Rômulo Gouvêa afirmou que

esse investimento que foi projetado pelo então governador Tarcísio Burty e que ao longo de um grande período ficou travado, agora está sendo retomado pelo governo Ricardo Coutinho. É um empreendimento que se consolida com o Centro de Convenções e fará com que a Paraíba se consolide no contexto nacional do turismo", disse o vice-governador.

O projeto vai redimensionar o número de leitos em João Pessoa que atualmente tem 9.500 leitos, enquanto Natal tem 35 mil e Recife 57 mil. "Com a implantação do Polo, iremos a aproximadamente 20 mil leitos, o que vai fortalecer a cadeia do turismo na Paraíba em suas diversas camadas sociais", disse o secretário executivo do Grupo de Trabalho que coordena o Polo Turístico Cabo Branco, Ivan Burty de Almeida.

O presidente do Condomínio Turístico Cabo Branco, o empresário Tadeu Pinto, disse que no total são 600 hectares onde serão construídos 19 empreendimentos. Ele revelou que o Centro de Convenções está inserido no Projeto do Polo que foi iniciado no Governo Burty.

Para o empresário Alisson Holanda, a área reservada para o Polo Turístico é privilegiada por estar no centro geográfico de João Pessoa e tem uma vocação turística acentuada por suas praias belíssimas e principalmente por estar localizada numa região em pleno desenvolvimento com a expansão imobiliária de médio e alto padrão.



O governador Ricardo Coutinho entregou ontem Certificados de Regularidade Jurídica a empresários da rede hoteleira

Subestação

Iniciado no final dos anos 80, o projeto do Polo Turístico Cabo Branco recebeu investimentos públicos superiores a R\$ 100 milhões na construção das redes elétrica, de água e vias de acesso. O Governo concluiu recentemente a subestação elevatória de esgoto, o item que faltava nas obrigações assumidas pelo Estado nos contratos de parceria com a iniciativa privada.

O projeto do Polo Turístico tem por objetivo a implantação de hotéis e outros equipamentos turísticos ao longo do Litoral Sul da capital paraibana. Na parceria público-privada, o Estado ainda é o proprietário de toda área e ficou responsável pela implantação da infraestrutura básica.

Os empresários vencedores dos processos licitatórios se comprometeram pela construção dos empreendimentos turísticos. Ao longo dos anos, a implantação definitiva do projeto foi alvo de ações jurídicas e de embargos ambientais que retardaram a conclusão das obras de infraestrutura.

Em maio deste ano, o Governo do Estado publicou edital de chamamento para que os empresários apresentassem a documentação pertinente aos contratos. O governador Ricardo Coutinho, desde o início de sua gestão, determinou o levantamento da situação jurídica e ambiental do Polo, além de autorizar a conclusão da infraestrutura pendente. Esse trabalho foi realizado por um grupo multidisciplinar que

contou com representantes da Cagepa, Cinp, Procuradoria Geral do Estado (PGE), PBtur, Sudema e a Setde. A previsão dos empresários é de que a construção de cada hotel seja concluída dentro de quatro a cinco anos.

Certificados

Veja quais foram os 11 empresários e investidores que receberam os Certificados de Regularidade Jurídica e que deverão investir no Polo Turístico Cabo Branco:

- Cabral Neto – Hotel Tropicana
- Tadeu Pinto – Acácias Empreendimentos Turísticos
- Alzir Aguiar Filho – Mardisa Hotéis e Turismo
- José Walter de Carvalho – Certa Hotéis e Turismo
- Fernando Vasconcelos – Agitur Empreendimentos
- Jorge Conde – Tempo Hotéis e Turismo
- Luis Sávio Marques Rolim – Sol Dourado Hotéis e Turismo
- Aldenor Holanda e Alisson – Holanda Park Hotel
- Luis Sávio Galvão Dantas – Hotéis Vela e Mar
- Sami Elall – Portal do Atlântico
- Alexandre Jfiter – Companhia Brasileira de Espetáculo

Fonte: Jornal a União, quarta-feira, pág. 13, 14 de agosto de 2013

Anexo 45

TIPO DE LOTE	ÁREA (M²)	PROPRIETÁRIO	UH'S
Hoteleiro	71.151,88	Holanda Park Hotel S/A	250
Hoteleiro	62.580,00	Polyutil S. A (cessão p/ Tempo Hotéis e Turismo S.A Novotel	120
Hoteleiro	30.811,06	JVL Engenharia Ltda. (cessão p/ Sol Dourado Hotéis Turismo S.A.	120
Hoteleiro	74.542,79	Costa do Sol S. A. (cessão p/ Marina Residence Hotel S.A.	120
Hoteleiro	47.981,47	Hotel Savaroni Recife Ltda. (cessão p/ Savaroni Hotel de Turismo S.A e Litoral Hotel)	150
Hoteleiro	45.985,50	Hotel Portal do Atlântico	270
Hoteleiro	43.414,89	Hotel do Sol João Pessoa S.A.	150
Hoteleiro	47.945,21	Ouro Branco Administradora de Hotéis Ltda.	120
Hoteleiro	63.565,90	Mardisa Hotéis Turismo Ltda.	150
Hoteleiro	52.639,38	CERTA – Const. Cíveis e Industriais Ltda (cessão p/ Certa Hotéis e Turismo S.A.	200
Hoteleiro	82.266,99	AGITUR Empreendimentos Ltda.	252
Hoteleiro	108.560,00	GEPASA – Grupo Empresas e Participações Ltda. (cessão p/ Acácias Empreendimentos Turísticos)	250
Hoteleiro	78.000,00	Hotéis Vela e Mar S.A	162
Hoteleiro	58.846,71	Thomas Hotéis Tropicais Ltda.	150
Hoteleiro	32.674,21	SIEL – Sociedade Importadora e Exportadora Ltda. (cessão p/ HTE – Empresa de Hotéis e Turismo)	150
Hoteleiro	30.000,00	Phomol – Produtos Médicos, Hospitalares e Odontológicos (cessão Ponta Oriental Costa do Sol S.A.)	116
Hoteleiro	33.546,00	Hotel Tropicana S.A	150
Hoteleiro	30.000,00	Serrano Praia Hotel (org. Hotellar Ltda.)	120
Hoteleiro	30.000,00	Brisamar Hotéis Ltda.	150
Total	1.024.511,99	Total	3.150
TIPO	ÁREA (M²)	PROPRIETÁRIO	
Eventos	294.700,00	Companhia Brasileira de Espetáculos	
Campo de Golfe	400.000,00	Santana Empreendimentos Turísticos Ltda.	
Cidade da Criança	103.700,00	GEPASA – Grupo Empresarial e participações Ltda.	
Animação	10.000,00	Big Parque Prestação de Serviços Ltda.	
Animação	11.000,00	GEPASA – Grupo Empresarial e participações Ltda.	
Animação	11.000,00	GEPASA – Grupo Empresarial e participações Ltda.	
Animação	10.000,00	Mardisa Hotéis e Turismo Ltda.	
Animação	10.000,00	Mardisa Hotéis e Turismo Ltda.	
Comercial	58.300,00	Holanda Engenharia Ltda. (Centro Integrado de Comércio e Serviços)	
Equip. com.	10.000,00	GEPASA – Grupo Empresarial e participações Ltda.	
Equip. com.	10.500,00	AGITUR Empreendimentos Ltda.	
Equip. com.	10.500,00	GEPASA – Grupo Empresarial e participações Ltda.	
Equip. com.	10.500,00	AGITUR Empreendimentos Ltda.	
Equip. com.	10.000,00	CERTA – Const. Cíveis e Industriais Ltda (cessão p/ Locadora Rodex Ltda.)	
Equip. com.	10.500,00	PBTUR – Empresa Paraibana de Turismo S.A.	
Equip. com.	10.000,00	GEPASA – Grupo Empresarial e participações Ltda.	
Equip. com.	10.000,00	Holanda Imobiliária e Construtora Ltda.	
Residencial	100.300,00	Holanda Imobiliária e Construtora Ltda.	
Parque Temático	1.000.000,00	Dino Park	
Residencial	40.770,00	PBTUR – Empresa Paraibana de Turismo S.A.	
Total	2.131.770,00		

Elaborado pelo autor.

Fontes: Governo do Estado da Paraíba, Projeto Costa do Sol, 1988. PBTUR, 1990

Diversidade — Economia

10 A UNIÃO João Pessoa, Paraíba - DOMINGO, 28 de junho de 2015

MERCADO DE EVENTOS

Setor representa 2% do PIB estadual

Até 2018, mais de R\$ 100 milhões deve ser gerado pelo segmento na capital

Janielle Ventura
Especial para A União

O mercado de eventos representa cerca de 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, gerando 3,8 milhões de empregos direto e indiretamente, atualmente. Na Paraíba, o setor é responsável por até 2% do PIB estadual.

Regina Amorim, Gestora de Turismo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro Empresas e Pequenas Empresas (Sebrae-PB), diz que, segundo dados do Convention Visitors Bureau, em João Pessoa, até 2018, mais de R\$ 100 milhões deverão ser gerados pelo turismo de eventos e negócios na capital paraibana.

Os dados ainda revelam que, durante esses três anos, João Pessoa deverá

se planejar um evento com segurança e bem-estar. E os eventos podem até valorizar aquele local de João Pessoa", acrescenta.

Márcia Monteiro e Marcivalda Monteiro, mãe e filha respectivamente, juntas são administradoras de uma lavanderia industrial em João Pessoa. De olho no mercado de eventos, elas participaram recentemente de um workshop para ampliar o conhecimento e investir no negócio da família. "Buscamos conhecimento valioso para que o nosso empreendimento cresça. Sou de um tempo em que a divulgação era feita boca-a-boca, hoje em dia as mídias fazem uma divulgação maior até mesmo do nosso diferencial", explica Márcia.

O Sebrae é munido de um setor específico para oferecer orientação às pessoas que desejam estabelecer algum negócio, entre elas,



Márcia e Marcivalda, sócias-proprietárias de uma lavanderia industrial, buscam conhecimento para ampliar negócio no setor de eventos

"O profissional e o pessoal misturam-se"

Fique atento

Para quem deseja ingressar na área de

Paraíba

13 A UNIÃO João Pessoa, Paraíba - QUINTA-FEIRA, 2 de julho de 2015

Acusados de rapto
nos Bancários são
transferidos para o PB1
Página 15

ÁREA AMBIENTAL

Obras irregulares são interditadas

No local há mansões e empresas clandestinas de extração de areia e granjas

Jenielio Ventura
Especial para a União

Por meio da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema), o Governo do Estado interditou na manhã de ontem construções residenciais em andamento no Parque Estadual das Trilhas e dos Cinco Rios, em Jacaré, Unidade de Conservação criada no ano passado. A ação de embargo contou com o apoio do Ministério Público da Paraíba (MPPB). De acordo com o secretário executivo do Meio Ambiente, Fabiano Lucena, a medida mais importante é conter a degradação ambiental na Unidade.

Fabiano Lucena ressaltou que as ações de degradação ambiental enfrentadas pelo Parque são diversas. No local há mansões construídas, empresas clandestinas atuando principalmente na extração irregular de areia. Também há granjas e, sobretudo, a atuação de grileiros servindo a vários objetivos, exceto preservar o meio ambiente.

Durante a coletiva de imprensa realizada no Ministério Público Estadual para explicar a operação, o procurador geral do Estado, Gilberto Carneiro, enfatizou que a ação está apenas no início. Ontem houve apenas a paralisação das construções. "As pessoas que residem no local e não caracterizam vulnerabilidade social serão notificadas. Havia poucas famílias pessoas vulneráveis que serviam de escudo. Elas foram cadastradas antes da operação ser iniciada e receberão um tratamento diferenciado",



Construções estavam em andamento no Parque Estadual das Trilhas e dos Cinco Rios, Unidade de Conservação criada em 2014

explicou o procurador.

O superintendente da Sudema, João Vicente Machado Sobrinho, explicou que apenas as casas não habitadas é que serão demolidas. Ontem, houve a retirada de estas que demarcavam território dos lotes e derrubada de muros.

Participaram da coletiva representantes de diversos órgãos como da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa), Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema), Ministério Público, Secretaria de Turismo e Secretaria do Meio Ambiente.

Importância ecológica

O Parque Estadual das Trilhas e dos Cinco Rios tem área de 514 hectares e serve de proteção para os rios Jacaré, Quil, Aratu, Mangabeira e Murupé, além dos riachos Estivas e Sanhaú. Alguns dos rios têm nascentes no Parque

e despejam sedimentos no oceano, além estando os corais de piscinas naturais da Praia do Sebas.

A Unidade de Conservação é a segunda maior reserva de Mata Atlântica de João Pessoa, depois da Mata do Buraquinho. No Parque, há mais de 150 espécies de flora e mais de 70 espécies de fauna.

Ele foi criado pelo Governo do Estado em setembro de 2014, durante audiência pública realizada no Centro de Convenções, em João Pessoa.

Ações Judiciais

Na semana passada, o Governo do Estado por meio da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico

entrou com ações na Justiça para devolver ao patrimônio público 130 hectares de Parque Turístico Cabo Branco, mesma área em que fica localizado o Parque das Trilhas e dos Cinco Rios, destinados à iniciativa privada para a construção de equipamentos turísticos em 1989. O total equivale a mais de 50% de toda a

área destinada à exploração com essa finalidade. Dos 130 hectares, cerca de 100 hectares serão destinados para reservas ambientais e parques ecológicos. A área do Polo Turístico Cabo Branco pertence à Empresa Parahyba de Turismo (PBTur).

O secretário executivo do Turismo, Ivan Buriti, também estava na coletiva. Ele disse que as ações do Estado para requerer áreas destinadas à iniciativa privada são de natureza administrativa e judicial.

As ações administrativas estão direcionadas para os setores residencial, esportivo e de livre recreação pelo fato de que a construção desses empreendimentos não pode ser mais permitida pelo novo Código Florestal, com o também pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação", explicou. Ele ainda concluiu, dizendo que, dessa forma, o Governo do Estado mostra a sua preocupação com a sustentabilidade do projeto e com a questão ambiental de forma especial.

Unidade de Conservação

É a denominação dada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC - Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000) às áreas naturais passíveis de proteção por suas características especiais. São "espacos territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da lei" (art. 1º, I).



Uma coletiva foi realizada ontem, no Ministério Público Estadual, para explicar a operação de embargo

Anexo 48

CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO FORMAL DO TURISMO

ACT'S	UF	2012	2013	2014	2015
Alojamento	Alagoas	4.033	4.499	4.808	5.145
	Bahia	20.691	21.242	23.615	24.253
	Ceará	7.262	7.918	8.530	8.487
	Maranhão	3.472	3.635	3.779	3.740
	Paraíba	2.444	2.465	2.847	2.908
	Pernambuco	10.971	12.082	12.360	12.117
	Piauí	1.917	2.088	2.251	2.396
	Rio Grande do Norte	6.555	6.729	6.983	6.719
	Sergipe	2.082	2.211	2.267	2.351
	Total	59.427	62.869	67.440	68.116
Alimentação	Alagoas	3.324	3.545	3.767	4.100
	Bahia	17.622	17.467	18.561	19.180
	Ceará	9.844	10.176	11.438	12.232
	Maranhão	3.384	3.475	3.591	3.968
	Paraíba	3.262	3.700	3.802	4.229
	Pernambuco	13.293	13.591	14.856	14.641
	Piauí	2.182	2.244	2.574	2.986
	Rio Grande do Norte	4.620	4.558	4.870	5.252
	Sergipe	2.746	2.692	2.975	3.242
	Total	60.277	61.448	66.434	69.830
Transporte terrestre	Alagoas	968	740	738	725
	Bahia	6.099	4.762	4.614	4.624
	Ceará	2.503	1.898	1.908	1.896
	Maranhão	1.294	952	939	953
	Paraíba	902	668	679	629
	Pernambuco	3.968	3.142	3.076	2.993
	Piauí	827	648	617	605
	Rio Grande do Norte	918	660	632	682
	Sergipe	865	604	641	683
	Total	18.344	14.074	13.844	13.790
Transporte aquaviário	Alagoas	13	12	16	12
	Bahia	143	170	403	329
	Ceará	18	18	6	11
	Maranhão	104	145	193	162
	Paraíba	15	17	25	25
	Pernambuco	60	54	62	59
	Piauí	2	2	3	3
	Rio Grande do Norte	51	50	68	73
	Sergipe	17	12	12	11
	Total	423	480	788	685

FONTE: IPEA (<http://extrator.ipea.gov.br/>). Acesso 10 ago. 2017

ACT'S	UF	2012	2013	2014	2015
Transporte aéreo	Alagoas	258	248	269	251
	Bahia	1.382	1.411	1.466	1.331
	Ceará	875	867	895	857
	Maranhão	405	430	443	404
	Paraíba	218	218	248	213
	Pernambuco	1.029	1.075	1.063	994
	Piauí	222	217	195	171
	Rio Grande do Norte	376	432	427	346
	Sergipe	102	179	170	115
	Total	4.867	5.077	5.176	4.682
Aluguel de transporte	Alagoas	282	298	357	356
	Bahia	1.433	1.583	1.999	1.814
	Ceará	930	1.310	1.346	1.325
	Maranhão	738	612	574	552
	Paraíba	153	171	196	198
	Pernambuco	1.328	1.918	1.887	1.759
	Piauí	214	247	285	294
	Rio Grande do Norte	394	562	754	647
	Sergipe	272	355	465	366
	Total	5.744	7.056	7.863	7.311
Agencia de viagem	Alagoas	613	556	603	573
	Bahia	3.222	3.084	3.044	2.809
	Ceará	1.276	1.123	1.174	1.171
	Maranhão	539	522	570	631
	Paraíba	465	523	586	550
	Pernambuco	2.181	2.017	2.053	2.004
	Piauí	253	259	316	293
	Rio Grande do Norte	782	688	697	699
	Sergipe	526	424	468	412
	Total	9.857	9.196	9.511	9.142
Cultura e lazer	Alagoas	91	134	161	168
	Bahia	546	777	819	851
	Ceará	441	629	618	675
	Maranhão	77	122	137	174
	Paraíba	104	152	180	185
	Pernambuco	441	634	668	719
	Piauí	63	90	94	89
	Rio Grande do Norte	177	228	245	248
	Sergipe	99	142	153	167
	Total	2.039	2.908	3.075	3.276
	Total nas categorias	160.978	163.108	174.131	176.832

Elaborado pelo autor

FONTE: IPEA (<http://extrator.ipea.gov.br/>). Acesso 10 ago. 2017

Anexo 49



Tradições

Festejos religiosos e profanos para a população e visitantes da cidade

Janielle Ventura
Especial para A União

Além do aniversário de João Pessoa, também acontece a Festa de Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade. São 430 anos de tradição. Todos os anos uma estrutura é montada para comemorar as duas datas festivas. Há novenas, missas, procissão e shows, além de barracas e brinquedos que complementam a diversão da população. Romeiros do Brasil, e até de outros países, migram para a capital paraibana em devoção à Santa.

A Romaria de Nossa Senhora da Penha atrai milhares de participantes todos os anos. Em 2014, 400 mil pessoas participaram da caminhada, segundo a Arquidiocese da Paraíba. A Romaria da Penha acontece no quinto final de semana antes do Natal, que para os católicos é a data em que se encerra o ano litúrgico. Os fiéis saem da Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, no bairro de Jaguaribe, e fazem um trajeto de 14 quilômetros até o Santuário de Nossa Senhora da Penha, onde é celebrada uma missa.

No carnaval, os blocos tomam conta das ruas. O Cafuçu destaca-se dos demais blocos devido os seus participantes. As fantasias são extremamente bregas e coloridas. A intenção é fugir do normal. Outro bloco irreverente é o das Virgens de Tambau, além das folias de rua que movem entram os outros bairros da capital.

O São João da capital vem se destacando cada vez mais com o Festival de Quadrilhas Juninas, que acontece no Ponto de Cem Réis, no Centro da cidade.

Em 2014, 400 mil pessoas participaram da Romaria da Penha, segundo a Arquidiocese da Paraíba

::

João Pessoa, palco de memórias

Em seus 430 anos, a capital paraibana foi palco de muitas conquistas pessoais. São 430 anos de histórias vivenciadas entre idas e vindas. Histórias de um povo que foi para um lugar em busca de melhor qualidade de vida, e voltou para o aconchego da sua terra. Veja dois momentos marcantes, de leitores do jornal A União, vivenciados em João Pessoa:

Charles Henry, é estudante e tem 16 anos. Ele participa de um grupo em sua igreja chamado Casma, no Bairro das Indústrias. Em seu momento marcante está uma peça teatral onde fazia o papel de pai no casamento de Maria e José, pais de Jesus. "Esse momento foi importante, pois foi a primeira peça de grande duração do grupo. Ver aquilo dando certo foi muito gratificante por todo o esforço que tivemos entre ensaios, figurino e cenários", lembrou. O Auto de Natal recebeu elogios e aplausos em todas as suas apresentações.

A servidora pública, Maria Lúcia Rodrigues, tem 55 anos e conheceu seu marido, Luiz Henrique, em outu-



Charles participa de grupo teatral. Maria Lúcia e Luiz Henrique casaram na Penha



tubro de 1990 durante um evento, em João Pessoa. Três meses depois eles se reencontraram em um show de Engenheiros do Hawaii, no Espaço Cultural. O namoro com ego e o relacionamento ficou cada vez mais intenso. Nesse tempo seus pais esta-

vam no Rio de Janeiro. Quando eles chegaram, conheceram o namorado dela e dois meses depois o noivado aconteceu. Para realizar o sonho dela e do seu pai, o casamento foi realizado na capela de Nossa Senhora da Penha, no bairro da Penha.

Fonte: Jornal a União, Caderno Especial de 430 anos de João Pessoa, quarta-feira, pág. 03, 05 de agosto de 2015